

Percursos 70

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXV : DEZEMBRO DE 2022

Percurso: Revista de Psicanálise / Instituto Sedes Sapientiae.
Ano xxxiv, n. 70 (2023). São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae.

Publicada desde 1988

Periodicidade semestral
ISSN 01.036.815

1. Psicanálise **2.** Periódicos **1.** Instituto Sedes Sapientiae

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2021/2023

Danielle Melanie Breyton (Relações Externas), Elcio Gonçalves de Oliveira Filho (Comissão de Admissão), Maria Cristina Petry Barros Martinha (Relações Internas), Maria de Fátima Vicente (Eventos), Paula Patricia S.N. Francisquetti (Cursos), Paulina Scmidthauer B. Rocha (Clínica e Instituições), Sílvia Maria de Moraes Gonçalves (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Sílvia Nogueira de Carvalho (Publicação e Comunicação), Solange Maria Santos Oliveira (Administração e Finanças), Tide Setubal Souza (Formação Contínua)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXV: JUNHO DE 2023

Conselho Editorial

Cleusa Pavan, Eugenio Canesin Dal Molin, Luciana Cartocci, Marcia R. Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila) e Marina Bialer.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez Mazzarella

Grupo de Debates

Bruno Esposito, Camila Junqueira, Gisela Haddad, Ivy Semiguem, Lucas Sessa e Thiago Majolo.

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa, Paula Peron e Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Elisabeth Antonelli, Janaina Namba (coordenadora), Lia Novaes Serra, Sérgio Telles e Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores ad hoc

Abraão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Gae Breyton • Tel.: (11) 9 9909-8733 • gae.breyton@gmail.com

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

José Roberto Aguilar. Sem título. Óleo sobre tela, 1,30 x 1,00 m, 1981.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • Rua Ministro Godoy, 1484 • 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na base de dados BIVIPSI.



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretária do Departamento:

Claudia Dametta

deptodepsicanalise@sedes.org.br

Dimensões e desafios
da escuta clínica

Percursos70

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXV : JUNHO DE 2023

Sumário

Table of contents

7 Editorial 3

TEXTOS

PAPERS

9 Preto e branco no espaço analítico: sobre objetos internos racistas
Black and White in the analytic space: on racist internal objects.
Sylvia Schulze

27 As marcas do racismo nas famílias e nos grupos
The marks of racism in families and groups
Eliane Silvia Costa + Maria Inês Assumpção Fernandes

35 Família, adolescência e trans-identidades
Family, adolescence and trans-identities
Rosely Pennacchi + Sonia Thorstensen + Tania M. Zalcberg

47 Escuta psicanalítica nos países da África lusófona
Psychoanalytic listening in the Portuguese speaking countries of Africa
Helena Maria Medeiros Lima + Christian Ingo Lenz Dunker

59 Mentiras na infância: criação, luto e negacionismo
Lies in childhood: upbringing, mourning and denialism

Beatriz Martinho Azevedo + Adriana Barbosa Pereira

69 O quarto golpe
The Fourth Coup

Rodrigo Blum + Paulo Cesar Endo

ENTREVISTA INTERVIEW

81 Cada época, uma tarefa histórica
Each era has a historical task

Renato Mezan

4

DEPOIMENTO TESTIMONIAL

107 Um trajeto na psicanálise: testemunho de Lucía Barbero Fuks
A journey in psychoanalysis: testimony of Lucía Barbero Fuks

Augusto Portugal + Isadora Barreto + Luiz Gallina + Marcia Eugenia Cerdeira + Roberta Nazaré Bechara Ventura

DEBATE DEBATE

125 Das masculinidades
On masculinities

Barbara Cristina Souza Barbosa + Daniel Silva Guedes, Mário Corso + Yan Ribeiro Ballesterero

DEBATE CLÍNICO CLINICAL DEBATE

137 O vírus, a festa e a morte: o caso Keiko
The virus, the party and death: the Keiko case
Edson Luis André de Sousa + Cleide Monteiro + Susana Muszkat

LEITURAS
BOOK REVIEWS

- 149 Por uma clínica nos limites [*Metapsicologia dos limites*]
Towards a clinic on the edges
Guilherme Geha dos Santos
- 155 Um divã (re)formado [*Por que o divã? Perspectivas de escuta e a poética da psicanálise*]
A (re)furbished couch
Lísia da Luz Refosco
- 158 Cartografia para uma ilha sem fronteiras [*Psicanálise: Confins – Memória, política e sujeitos sem direitos*]
Cartography for an island without borders
Rodrigo Blum
- 161 No princípio era a clínica: questões sobre a técnica e a teoria psicanalítica [*Metas do desenvolvimento da psicanálise: a interação entre teoria e práxis*]
In the beginning was the clinic: questions about psychoanalytic technique and theory
Marcelo Wanderley Bouwman
- 167 O mal-estar na constituição do sujeito [*Visita às casas de Freud e outras viagens*]
The malaise in the constitution of the subject
Anna Silvia Rosal de Rosal
- 170 As novas normas do anormal [*Clínica e (a) normalidade: interpelações pandêmicas*]
The new norms of the abnormal
Mariana Toledo

- 175 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 177 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 183 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Em comemoração ao número 70, Percurso segue na trilha das dimensões ético-políticas da prática psicanalítica contemporânea, com destaque para a clínica decorrente da luta antirracista, atenta às questões da negritude e da branquitude. Esse é um caminho aberto, a continuar, sintonizado com as diferentes experiências e desafios de uma clínica ancorada na psicanálise, que se inventa e reinventa e por isso segue viva.

Em um dos artigos, analisanda negra e analista branca deparam-se com objetos internos racistas e enfrentam suas vicissitudes num texto traduzido do alemão, no qual se estabelecem finas articulações conceituais entre os determinantes sociais e os aspectos intrapsíquicos conflitantes que são colocados em trabalho na situação analítica, com destaque à sua atualização na transferência e contratransferência.

Em continuidade, questões candentes sobre o racismo em famílias inter-raciais são tematizadas no texto “As marcas do racismo nas famílias e nos grupos”, que mostra o papel obturante da ideologia racista, transmitida pelas gerações através de alianças inconscientes. Destaca-se a clínica do vínculo e consequentes questões para escuta psicanalítica.

Além do tema do racismo, esse número da revista trata de questões atuais sobre gênero, como no artigo “Família, adolescência e trans-identidade”, escrito a seis mãos, abordando as implicações angustiantes na vida familiar de três situações clínicas intensas e envolventes que despertam questões tão necessárias ao debate e à clínica que praticamos.

Em diálogo com o número anterior, seguimos com artigos que investigam as diversas faces da ilusão, tema essencial à psicanálise e que demanda trabalho em face das contingências históricas que

nos atravessam: momento político, impacto da pandemia e novas tecnologias. Contamos, assim, com a ressignificação de concepções tais como as da mentira na infância - como compreender? -, em diálogo com texto de Radmila Zygouris, da Percurso 69, e, sob a alcunha de um “quarto golpe narcísico”, temos uma abordagem da relação entre verdade-mentira-pós verdade e suas ligações com as formas de subjetivação na atualidade. As fronteiras entre verdade e ficção e as questões sobre autoria diante das novas tecnologias tendem a trazer mais complexidade a essas questões. Há enorme diferença entre pensar ou repetir as imposições ideológicas da máquina construtora de crenças que produz clivagem e ideias persecutórias, como bem demonstrado no artigo sobre as marcas do racismo nas famílias e grupos.

Atestando a potência da psicanálise em diferentes âmbitos, acompanhamos também uma experiência de escuta psicanalítica em saúde pública nos países da África lusófona, onde o reconhecimento do estrangeiro favorece o surgimento de possibilidades de diálogo.

A seção *Debates Clínicos*, dando curso à sua política de juntar analistas de linhas teóricas e associações diferentes, traz dessa vez membros da Appoa, de Porto Alegre, do departamento de Psicanálise do Sedes e da SBPSP. Trata-se de um caso centrado numa ideia delirante que se instalara poucos meses antes de a paciente procurar ajuda e nas várias manobras que o analista desenvolveu para lidar com a difícil situação.

Por sua vez, *Debates* reúne diversos psicanalistas em torno do tema Masculinidade. Intrinsecamente cultural, com as lutas das mulheres e o avanço do neoliberalismo, o texto destaca, entre outros aspectos, a violência que alguns homens encontram como saída para lidar com suas fraturas.

Leituras conta com cinco resenhas que apesar de abarcarem temas variados trazem um fio comum de novas proposições sejam elas teóricas ou clínicas; novos modos de pensar e de refletir sobre o saber e o fazer psicanalítico.

Nesse número trazemos pela primeira vez um *Depoimento*. Lucía Fuks, entrevistada por um grupo de alunos, conta sobre sua vida na Argentina desde os primórdios até o período de recrudescimento da Ditadura, quando precisou sair do país. Conta de sua chegada em São Paulo e da trajetória familiar e profissional que se seguiu.

Nesse tempo em que nossos países, diante do novo recrudescimento do fascismo, lutam pela manutenção e alargamento de conquistas democráticas, a delicadeza de seu depoimento ganha tons bastante vivos.

A comemoração deste número 70 segue com *Entrevistas*, que traz Renato Mezan, que também é diretor editorial da Percurso, contando sobre sua formação, seu contato com tantos psicanalistas dos dois lados do Atlântico, sua trajetória na Universidade, questões atuais a partir de todos esses encontros, considerações sobre temas contemporâneos e um histórico muito afetivo de sua entrada no Sedes, passando pelo início do Curso, depois pelo início do Departamento e toda uma retomada desses 35 anos da revista Percurso, desde os desafios dos primeiros números à vitalidade com a qual chegamos nesse momento.

Em tempo: Esse editorial acabou de ser escrito no sábado dia 26 de setembro, mesmo dia do *Debate* dos números 68 e 69. Ao final, quando já quase todos saíam, e com a alegria de mais esse encontro cheio de vida, pensávamos em uma data para o do número 70 – 35 anos da revista –, quando Renato indaga: “Vamos ver onde tudo isso vai dar. Pontalis levou a *Nouvelle Revue* até número 50. Já temos uma vez e meia a *Nouvelle Revue*. “E qual o seu palpite para *Percurso*, Renato? A propósito dos aniversários, há os que, ao parabenizar, dizem: até os 120. Quem sabe chegamos até lá. Outros chegam, levam adiante e aí começa tudo de novo; Percurso 1, 2 e assim por diante!”

Boa leitura!

Preto e Branco no espaço analítico

sobre objetos internos racistas¹

Sylvia Schulze

Resumo Com base na conceitualização de M. Fakhry Davids de uma representação existente em todos nós de um “*racial other*” (“outro racial”) e na teoria do desenvolvimento de objetos internos, examina-se a questão de como construímos estruturas racistas internas ou objetos racistas internos. Em uma vinheta de caso, selecionam-se alguns aspectos da dinâmica de transferência e contratransferência de uma analisanda negra, que estava sendo tratada por uma analista branca, para determinar quais objetos internos negros e brancos se manifestaram e puderam ser examinados. Enquanto a analisanda foi capaz de descobrir um objeto interno negro carregado negativamente, que estava intimamente ligado ao pai negro, a analista teve que perceber dentro de si mesma, como parte de uma dinâmica contratransferencial intensamente desagradável, um objeto interno racista com o qual ela insultava a sua analisanda na sua fantasia contratransferencial.

Palavras-chave desenvolvimento de objetos internos; *racial other*; objetos internos racistas; identidade; branquitude.

Sylvia Schulze é psicóloga, psicanalista didata do Psychoanalytisches Institut Berlin e.v./PAIB (Instituto de Psicanálise de Berlim) da Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft/dpg (Sociedade Psicanalítica Alemã), pertencente à International Psychoanalytical Association/IPA. Por este trabalho ganhou o prêmio “Elisabeth Young-Bruehl Prejudice Award der IPA”, em 2019.

Tradução Marisa Corrêa da Silva médica, psicanalista formada pelo Psychoanalytisches Institut Berlin e.v. / PaIB (Instituto de Psicanálise de Berlim) da Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft / DPG (Sociedade Psicanalítica Alemã), pertencente à International Psychoanalytical Association (Sociedade Internacional de Psicanálise) / IPA. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae — São Paulo.

Nota Agradecemos à Marisa pela sugestão do artigo e intermediação do contato com a autora

1 Versão revisada de uma palestra proferida na academia de outono da Sociedade Psicanalítica Alemã em 23 de setembro de 2015. Recebido em 13 de julho de 2017 e publicado em janeiro de 2018 na *Revista Psyche*, n. 72, fascículo 1, 2018, pp 24-49. DOI 10.21706/ps-72-1-24. J.G.Cotta'sche Buchhandlung GmbH

2 A maiúscula dos adjetivos “preto” e “branco” pretende indicar que não estou me referindo à diferente aparência fenotípica das pessoas, mas que Preto e Branco são construções sociais atribuídas às respectivas cores da pele. É por isso que, excepcionalmente, uso essa grafia volumosa.

Coleman Silk, o personagem principal do romance *A mancha humana*, de Philip Roth, é retratado como um respeitado e – devido ao seu intelecto aguçado – também temido professor de literatura clássica, Branco², judeu.³ Era o reitor de seu departamento em uma pequena faculdade nos EUA. Pouco antes de se aposentar, Coleman Silk viu-se forçado a renunciar a seu cargo de professor e a todos os seus postos, pois fora acusado de ter feito comentários racistas sobre estudantes Negros em um seminário. O que acontecera? Coleman Silk havia descrito estudantes ausentes, que haviam se inscrito em seu seminário mas que nunca compareceram como “figuras sombrias, escuras [no original *spooks*],⁴ que evitam a luz do seminário”. O tradutor do livro aponta, no início do romance, que até a década de 1950, “fantasmas/*spooks*” nos EUA era considerado um termo depreciativo dos Brancos para designar Negros, e vice-versa. O que Coleman Silk não podia saber quando descreveu as duas estudantes que ele nunca havia visto como “fantasmas” é que essas estudantes eram Negras. Uma delas apresentou uma queixa à universidade, e posteriormente, Coleman Silk teve de suportar uma série exaustiva de acusações e audiências, semelhantes às de um tribunal, em que, ressentido e amargurado, foi levado à demissão. Em particular, sentiu-se traído pelos professores Negros que, durante seu mandato como reitor, havia trazido para lecionar na faculdade, antes predominantemente Branca.

A história de Coleman Silk revela-se uma grande tragédia humana. Coleman Silk é, na verdade, um afro-americano de pele bem clara que, ao entrar no serviço militar, realiza o chamado *race passing*, que ainda hoje não é incomum nos Estados Unidos.⁵ Na história



os processos de internalização sempre significam, de fato, internalizações das relações objetais

dos EUA, o *race passing* era uma forma de os Negros escravizados de pele clara escaparem dos proprietários de escravos.⁶ O *race passing* traz consigo, portanto, questões de visibilidade, pertencimento, autoimagem ditada pelo outro e as possibilidades de construção da identidade que resultam dessas mesmas questões. A partir de então, Coleman Silk passou a viver como um homem Branco; nem mesmo sua futura esposa, judia e Branca, nem os seus filhos sabiam do seu segredo. Viveu toda a sua vida com o temor de ser descoberto. Mas esse não é o único preço que ele teve que pagar pelo *race passing*: abandonou e traiu sua amada família Negra original, deixou-a morrer em seu mundo interno e negou sua existência. Ele perdeu um bom lugar no seu mundo interno, que, por outro lado, igualmente experimentara como uma espécie de prisão Negra limitante.

Se Coleman Silk tivesse feito psicanálise, teria revelado a um analista Branco que era um americano Negro de pele clara? Ou deveria ele temer na psicanálise a mesma desvalorização racista, talvez velada e latente, que o levou conscientemente ao passo radical de recorrer ao *race passing*?

O romance de Philip Roth reflete a história do racismo norte-americano e as devastadoras consequências psicológicas do comércio transatlântico de escravos. Na minha opinião, porém, também é um romance que conta uma história sobre o racismo internalizado e nos remete à conceituação do “*racial other*” que está presente em todos nós, mesmo que de maneiras muito diferentes. Descreverei mais adiante, a partir da conceituação de M. Fakhry Davids, a ideia de que o “*racial other*” está ligado a objetos racistas internalizados.

Primeiro, tratarei da questão da internalização, ou seja, da construção de um mundo interno e do desenvolvimento de objetos internos racistas,

antes de abordar, na segunda parte do meu texto, os objetos internos Negros e Brancos no espaço analítico com base em uma vinheta de caso.

Processos de internalização:
o desenvolvimento de objetos internos

Os processos de internalização representam os processos cruciais e fundamentais do desenvolvimento da personalidade. Freud descreveu no artigo “Esboço da Psicanálise”, publicado postumamente em 1940, como, no processo de internalização, uma parte do mundo externo é absorvida no mundo interior da criança e, assim, torna-se parte dele; dessa maneira – através da incorporação, introjeção e identificação – que o superego é formado.⁷ Kernberg enfatiza, a esse respeito, que os processos de internalização sempre significam, de fato, internalizações das relações objetais.⁸ Incorporação, introjeção, identificação e identidade do Eu são os principais componentes do processo de internalização. Segundo Kernberg, as representações do objeto e do *self* são sempre internalizadas em associação com um estado afetivo específico.

Dentre as inúmeras e diferentes concepções teóricas dos processos de internalização⁹, a teoria dos objetos internos desenvolvida por Melanie Klein e seus sucessores pode, em particular, fornecer uma abordagem útil para compreender introjeções racistas e os sentimentos associados a essas introjeções na construção e atribuição da identidade. Deve-se observar que a conceituação dos objetos internos recebeu críticas, tem pontos fracos teóricos e, portanto, tem provocado controvérsia não apenas na Sociedade Psicanalítica Britânica mas também no âmbito da psicanálise kleiniana, como Hinshelwood descreve em detalhes.¹⁰

Na conceitualização de Melanie Klein, semelhante à de Freud, o mecanismo de introjeção de objetos e as experiências com eles são de particular importância, tendo acrescentado, porém, a projeção contínua de impulsos, sentimentos, afetos, fantasias sobre si mesmo e sobre os objetos primários. Com base na observação de que as

representações de objetos da criança podem ser muito mais cruéis e severas do que os pais reais, Melanie Klein pesquisou o mundo interno fantasioso de crianças muito pequenas e supôs que seus objetos internos não apenas são alterados por suas próprias fantasias libidinosas mas também por fantasias agressivas. Ela pesquisou e descreveu, portanto, um mundo interno que não é uma simples reprodução do mundo externo, mas sim algo que é moldado desde o início da vida por mecanismos de introjeção e projeção que sofrem a influência dos sentimentos e afetos individuais. Cruciais para a criação de objetos internos são fantasias inconscientes que os psicanalistas kleinianos postulam desde o início da vida e entendem como um correlato psíquico das formações pulsionais.¹¹

Fantasias inconscientes estão sempre ligadas a representações de objetos e, assim, os objetos e suas características são incorporados junto com essas fantasias. Dessa forma, se um objeto está incorporado à fantasia, ele parece “residir dentro de nós como um objeto interno”¹², independen-

»»

fantasias inconscientes estão sempre ligadas a representações de objetos e, assim, os objetos e suas características são incorporados junto com elas

temente de ser um objeto interno com propriedades positivas ou “malignas”. Repetidos muitas vezes, esses processos de introjeção servem para construir um mundo psíquico cheio de objetos internos. A dialética do interior e do exterior também está presente na teoria do desenvolvimento de objetos internos.¹³ Os objetos internos surgem desse processo contínuo de introjeção e projeção, do registro de experiências da realidade com o primeiro objeto, mas também da distorção causada pela projeção dessas experiências da realidade. Eles são um enovelado de fantasias inconscientes sobre os objetos e os relacionamentos travados com eles, que inicialmente se dividem em objetos internos bons e maus e mudam e se diferenciam continuamente à medida que o desenvolvimento avança.¹⁴

Através da diferenciação *self*¹⁵-objeto, por volta do oitavo mês de vida, a criança pode pela primeira vez perceber uma pessoa estranha. Junto com isso, desenvolve o chamado medo do estranho, também conhecido por “estranhamento” (“*Frendeln*”). Via de regra, é inicialmente com o pai que a criança mostra esse estranhamento. Essa reação fica muito mais acentuada em relação a pessoas desconhecidas. A criança chora e se afasta desse estranho. O desconhecido, não familiar, gera dissonância e leva a um sentimento de insegurança na criança. Trata-se de um medo instantâneo da perda do objeto, ou seja, da perda da mãe que surge na criança. “Esse medo inicial do estranho é, em sua essência, o medo da separação e o medo da perda do objeto”, escreveu Böhleber.¹⁶ O medo da perda de um objeto não deve ser equiparado ao medo do estranho, mesmo que eles se conectem rapidamente.¹⁷ No entanto, o “estranho” que encontramos mais tarde pode nos lembrar da perda do objeto que sofremos no

3 P. Roth, *Der menschliche Makel*. [ed. bras.: *A mancha humana*.]

4 “Fantasmas”, em inglês. (N.T.)

5 A. Ahmed, “‘Naja, irgendwie hat man das ja gesehen’. Passing in Deutschland – Überlegungen zu Repräsentation und Differenz”, in *Mythen, Masken und Subjekte. Kritische Weißseinsforschung in Deutschland*, pp. 270-82; A. Hobbs, *A Chosen Exile: A History of Racial Passing in American Life*.

6 J. Bennett, *The Passing Figure: Racial Confusion in Modern American Literature*.

7 S. Freud, “Abriß der Psychoanalyse”, in *Gesammelte Werke*, v. 17, pp. 63-138.

8 O. F. Kernberg, *Objektbeziehungen und Praxis der Psychoanalyse*.

9 G. Schneider descreve uma visão geral bem completa em “Internalisierung und Strukturbildung: Einleitung und Überblick”, in *Internalisierung und Strukturbildung. Theoretische Perspektiven und klinische Anwendungen in Psychoanalyse und Psychotherapie*, pp. 10-43.

10 R. R. Hinshelwood, *Das schwierige Konzept der “Inneren Objekte” (1934–1943). Seine Bedeutung für die Bildung der kleinianischen Gruppe*.

11 S. Isaacs, “Wesen und Funktion der Phantasie”, *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, p. 530-82.

12 R. Caper, *Seelische Wirklichkeit. Von Freud zu Melanie Klein*, p. 165.

13 G. Schneider, op. cit.

14 R. Cycoon, “Innere Objekte im Spiegel der Übertragung”, *Luziifer-Amor*, v. 17, n. 9, pp. 32-48; H. Segal, *Melanie Klein. Eine Einführung in ihr Werk*.

15 “Eu”. (N.T.)

16 W. Böhleber, “Die Psychoanalyse in einer globalisierten Welt Psyche”, *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, pp. 765-78.

17 A.-M. Sandler; J. Sandler, *Innere Objektbeziehungen. Entstehung und Struktur*.



entre os 3 e 7 anos,
mais ou menos, a criança
desenvolve uma consciência
de pertencer a um grupo étnico,
religioso ou nacional

início e com a qual todos temos de lidar ao perceber que somos uma pessoa separada de nossa mãe.

Mesmo que se critique o fato de que – como já indicado acima – a concepção kleiniana do objeto interno não faz uma diferenciação clara entre estrutura interna e experiência subjetiva, parece-me que precisamente o caráter concreto dos objetos internos, que muitos psicanalistas dificilmente aceitam, seja útil aos tratamentos psicanalíticos e a uma elaboração viva desses objetos internalizados. A experiência concreta dos objetos internos facilita a muitos pacientes acessar conscientemente esses objetos, possibilitando uma modificação de sua imagem e da relação com eles.

O surgimento do “*racial other*”

O que inicialmente é um etapa normal no desenvolvimento infantil pode se transformar em um medo acentuado do estranho se a criança tiver que separar todos os impulsos e sentimentos negativos e projetá-los no objeto estranho, em uma pessoa estranha. A constante clivagem entre o bem e o mal e sua projeção em um objeto criam um objeto perigoso e, portanto, temido. A criança gradualmente expande e modifica essas projeções até que, a princípio, o pai não seja mais o objeto estranho e, finalmente, uma relação de confiança possa ser estabelecida com outras pessoas. Já nessa fase de desenvolvimento, a criança também aprende a usar um objeto estereotipado socialmente, preenchendo-o de projeções. A partir disso constrói um objeto interno que Davids chama de “*the racial other*”,¹⁸

Alguns objetos podem ser encontrados em todo mundo interior. Eles podem, portanto, ser vistos como parte da estrutura psíquica. O eu, o superego, as representações da mãe e do pai se enquadram nessa categoria. Eu acho que o outro racialmente diferente também pertence a essa categoria [...]. Trata-se de observar que não existe mundo interior que não contenha o outro racialmente diferente.¹⁹

A representação de um “*racial other*” faz parte de todo mundo interior, segundo Davids, mesmo que, obviamente, de uma forma ou de outra, o mundo interior de cada indivíduo seja, naturalmente, povoado por uma variedade de objetos internos únicos. Entre os 3 e 7 anos, mais ou menos, a criança desenvolve uma consciência de pertencer a um grupo étnico, religioso ou nacional.²⁰

Davids nos indica, assim, que os processos de internalização não ocorrem apenas na interação entre os objetos primários e o bebê; os processos de internalização estão muito mais interligados à nossa cultura e às imaginações, exclusões e atribuições dessa cultura.

Entendo a concepção de Davids do “*racial other*” como um objeto interno que não precisa ser necessariamente mau, perseguidor ou estereotipado negativamente. É a representação internalizada, consciente e inconsciente, de um outro, que está associada à percepção de diferentes cores de pele, origens ou grupos étnicos. No entanto, a representação de “*racial other*” não permanece neutra em nosso mundo, mas está, sim, ligada aos racismos, latentes ou manifestos, presentes em nossas culturas. Com isso, refiro-me a características positivas ou negativas atribuídas (inicialmente inconscientemente) ao assim chamado outro, com base na cor da pele ou na origem. A partir dessa mistura, surge a representação do “*racial other*” que tem propriedades, habilidades ou inabilidades quase naturalizadas e que propiciam a formação do que eu denominaria de objetos internos racistas. Isso pode ser observado não apenas em nosso mundo ocidental pós-colonial, mas também nos países do chamado “Terceiro Mundo”, onde os conflitos entre diversos grupos étnicos

são, não raro, racionalizados e naturalizados mediante justificativas racistas. Podemos observar que fantasias sobre o outro ou o *estrangeiro* são geralmente desenvolvidas em um processo contínuo de comparação, atribuição, marcação e de juízos de valor, que variam entre a idealização e a desvalorização. A construção de um “*racial other*” serve, portanto, a uma função que pode mudar no curso de nosso desenvolvimento. Como parte do desenvolvimento de um senso de identidade, essa função pode servir a um processo de delimitação interna, mas pode servir também a processos de identificações projetivas intensas e a constantes processos de clivagem.

A extensão em que “*the racial other*” é ocupado com projeções e estereótipos negativos varia individualmente. Pode estar fortemente associada a projeções negativas se a criança se identificar permanentemente com as atribuições negativas dos pais em relação ao outro construído. Será também fortemente negativo se a criança, devido a uma diferenciação insegura do seu *self* em relação ao objeto, lança mão de processos contínuos de cisão em bom e mau para manter o objeto interno bom constantemente livre de todas as propriedades ruins, pois, caso contrário, teme perder completamente o objeto bom. Se o objeto interno do “*racial other*” tiver uma carga extremamente negativa, a cisão e a projeção prevalecem permanentemente e o ego fica, portanto, incapaz de experimentar ambivalência, resultando na construção de uma organização racista interna que “tem o mesmo propósito e funciona da mesma maneira que uma organização patológica”.²¹ No meu entendimento, essa organização patológica

»»

Davids entende que a organização racista pode estar presente “ao final do curso normal de desenvolvimento”

consiste em um objeto interno racista, que se conecta com outros objetos internos extremamente negativos e pode, assim, tornar-se uma organização de defesa estável. Davids parte da hipótese de que existe, no aparelho psíquico, um sistema de defesa que se estrutura conforme as diferenças étnicas e culturais são percebidas, sistema que pode ser mobilizado para nos proteger de medos profundos. A adesão acirrada e rígida ao chamado *political correctness*²² também pode ser uma expressão dessa organização racista de defesa interna.²³ Ambas as formas de organização servem para lidar com o medo e evitar dores vivenciadas como insuportáveis. Davids, no entanto, entende, como Steiner e Rosenfeld, a organização patológica como uma falha no desenvolvimento, enquanto a organização racista pode estar presente “ao final do curso normal de desenvolvimento”.²⁴

Mas essa tese é sustentável? A formação de uma organização racista pode ser considerada um caso normal? Ou a organização racista não é antes um caso especial de organização patológica? De modo semelhante ao que ocorre à ideia do “*racial other*”, eu presumiria que a possibilidade de desenvolver uma organização patológica faz parte de todo desenvolvimento humano. O desenvolvimento comprometido seria o estado em que o sujeito está predominantemente em uma organização patológica, como é o caso de personalidades limítrofes (*borderline*) ou narcísicas. Mas mesmo pessoas ditas saudáveis, as ditas neuróticas, em situações extremas, podem cair em experiências paranoico-esquizoides, que têm semelhanças com organizações patológicas, uma vez que os mecanismos de clivagem, identificação

18 M. F. Davids, “Psychoanalysis in the global village: Clinical considerations”, manuscrito não publicado.

19 M. F. Davids, “Psychoanalyse und Rassismus”, in *Religion und Fanatismus. Psychoanalytische und theologische Zugänge*, pp. 92ss.

20 M. F. Davids, *Internal racism: A psychoanalytical approach to race and difference*.

21 M. F. Davids, “Ethnische Reinheit, Andersartigkeit und Angst. Das Modell des ‘inneren Rassismus’”, *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, p. 792.

22 Em inglês, “politicamente correto”. (N.T.)

23 M. F. Davids, op. cit., pp. 780ss.

24 M. F. Davids, op. cit., p. 793.



*a organização patológica
ou um objeto interno racista podem
ser mobilizados, mas isso
não precisa levar a uma paralisia
no processo analítico*

projetiva, idealização e negação, fazem parte do nosso desenvolvimento normal. Nesse sentido, eu também entenderia a organização racista da seguinte forma: a organização racista representa uma exacerbação, um extremo de um modo patológico, no qual o objeto interno do “*racial other*” permanece altamente representado de modo negativo, com o objetivo de proteger a si mesmo de ameaças ou dores internas.

Davidson critica a persistência com a qual a nossa profissão tenta evitar esse tópico.²⁵ Os psicanalistas seguiriam o desejo inconsciente de provar que os seres humanos são iguais independentemente da cor da sua pele, o que pode dificultar ou até mesmo impossibilitar o processamento psicanalítico do “*racial other*”.²⁶ Se seguirmos Davidson, a elaboração psicanalítica do “*racial other*” e dos objetos internos racistas a ele associados seria necessária tanto para o paciente como para o analista. Davidson constata quase como incontestável que:

Quando, no decorrer de nosso trabalho, encontramos uma pessoa de uma formação cultural diferente, esse encontro nos coloca no terreno psíquico da organização patológica. Os medos mobilizados neste encontro são tão fortes, que paralisam completamente nossa funcionalidade profissional e cotidiana.²⁷

Aqui eu objetaria novamente que a organização patológica ou um objeto interno racista podem, de fato, ser mobilizados no contato analítico com o referido Outro, mas isso não precisa necessariamente levar a uma paralisia no processo analítico, uma vez que os níveis de medo e tolerância são obviamente muito diferentes também entre nós analistas.

Eu mostrei que a representação de um “*racial other*” contém um objeto interno racista, que em casos extremos leva a uma organização racista. Os objetos internos racistas que emanam da representação de um “*racial other*” representam, assim, identificações com atribuições, imagens e estereótipos raciais a respeito de pessoas de outras origens étnicas ou religiosas, adquiridas em processos de troca projetiva e introjetiva. Como todos os objetos internos, eles são construídos no contexto das primeiras experiências relacionais. O medo de estranhos e os preconceitos profundamente enraizados sobre pessoas que são percebidas como etnicamente diferentes ou estranhas também podem ser descritos como efeitos de objetos internos racistas, aos quais recorreremos inconscientemente em determinadas situações. Como todos os objetos internos, eles representam um tipo de espaço de possibilidade, ou seja, são identificações baseadas em fantasias inconscientes que adquirimos no decorrer de nosso desenvolvimento, no contexto de nossas experiências relacionais, de nossa cultura e das fantasias coletivas associadas a ela. Podemos ou não entrar no espaço de possibilidade para acessar um determinado objeto interior e a fantasia que o acompanha. A escolha de objetos internos e identificações à qual recorreremos em determinadas situações geralmente acontece inconscientemente e, portanto, despercebida.

Assim como Davidson, entendo que a fantasia do “*racial other*” e a formação de objetos internos racistas são o caso normal e não a exceção. De que outra forma seria possível explicar a persistência de crenças racistas latentes em nossas sociedades esclarecidas, liberais e modernas, especialmente entre pessoas que conscientemente têm e defendem uma visão completamente oposta?

Objetos internos – identidades

No curso do desenvolvimento, constroem-se, acompanhadas de uma percepção normalmente mais realista e de uma capacidade de diferenciar

entre o interior e o exterior, estruturas mais estáveis do eu, assim como constantes objetos internos e externos. Os objetos internos dão ao sujeito um senso de identidade e o sentimento de existência.²⁸ Sentimentos de identidade ou objetos internos se desenvolvem e mudam ao longo da vida. A interação dialética do interior e do exterior continua quando o sujeito entra nas instituições de nossa cultura: jardim de infância, escola, formação profissional, universidade ou instituto de treinamento psicanalítico; todos moldam e influenciam nosso senso de identidade, que é incessantemente desenvolvido e permeado de imaginários de diferenças e de exclusões que implicam hierarquias como: homem/mulher, branco/preto, não-deficiente/deficiente, heterossexual/homossexual, alemão/não-alemão. Essa lista pode ser ampliada e tem a intenção de deixar claro que construções sociais geralmente são criadas com base em diferenças imaginadas que não são nomeadas de forma isenta de juízo de valores. Entretanto, não se pode falar de uma identidade constante que não possa ser mudada. Como Stuart Hall, presumo que as identidades nunca são inequívocas, mas um entrelaçamento de formas psicológicas e discursivas de atribuições colocadas pela sociedade e

»»

*as identidades nunca são inequívocas,
mas um entrelaçamento de formas
psicológicas e discursivas de
atribuições colocadas pela sociedade
e de processos de internalização*

de processos de internalização.²⁹ Nesse sentido, as identidades estão sujeitas a mudanças culturais e são mutáveis.

Em última análise, as identidades são constituídas principalmente com base na diferença e não além dela, ou seja, em contraste com a forma em que geralmente são invocadas. Isso leva à percepção radical e perturbadora de que o significado positivo de cada representação – e com isso a identidade – somente pode ser construído através da relação com o outro, em relação ao que ela não é, precisamente em relação ao que é por ela omitido.³⁰

Da perspectiva dos estudos culturais, Hall criticou um conceito engessado, rígido de identidade como forma de uma “política de identidade” normativa e, portanto, excludente, porque opera com um conceito de identidade completamente fixo e unificado, construído ao longo do trabalho com grupos bipolares ou pertencimentos étnicos.³¹ Da mesma forma, Buchholz comenta criticamente o conceito psicológico/psicanalítico de identidade, que, em sua concepção rígida, carrega consigo um fardo invisível de traumas e violências históricos.³²

A derivação do conceito de identidade a partir da política do coletivo, da homogeneização forçada, da defesa da diferença cultural e da crítica da civilização tornou-se invisível quando transposta para usos psicológicos.³³

E por que, de acordo com Buchholz, deveríamos usar “um conceito que visa à continuidade e à uniformidade em todas as épocas”³⁴ para a psicanálise, que, afinal de contas, aspira a mudança e a liberação?

25 M. F. Davids, “Psychoanalyse und Rassismus”, op. cit., e “Ethnische Reinheit, Andersartigkeit und Angst.”, op. cit.

26 Especialmente sob a pressão de um clima social cada vez pior em relação ao racismo e antissemitismo socialmente aceitáveis, existe toda uma gama de publicações e conferências psicanalíticas que lidam com esses tópicos (por exemplo, a conferência anual da Sociedade Psicanalítica Alemã em maio de 2016 sob o tópico “Despatriado”), entretanto permanece também difícil para os psicanalistas perceberem o temor ao estranho, a xenofobia, o fundamentalismo e os preconceitos não apenas no outro, e ali os analisarem (cf. sobre isso a edição dupla de 2016 da revista *Psyche* sobre o tema “Heimat Fremdeheit Migration” [Pátria Estranhamento Migração]).

27 M. F. Davids, “Ethnische Reinheit, Andersartigkeit und Angst.”, op. cit., p. 794.

28 R. D. Hinshelwood, *Wörterbuch der kleinianischen Psychoanalyse*.

29 S. Hall, “Wer braucht ‘Identität’?”, in *Ausgewählte Schriften*, v. 4.

30 S. Hall, op. cit., p. 171.

31 S. Hall, “Rassismus und kulturelle Identität”, in *Ausgewählte Schriften*, v. 2.

32 M. B. Buchholz, “Identität? Individualisierung, Intimität, Interaktion!”, in *Identitäten*, pp. 89-108.

33 M. B. Buchholz, op. cit., p. 96.

34 M. Buchholz, op. cit., p. 97.



*os heróis Brancos desses
romances, por outro lado,
não se definem como Brancos,
mas como humanos*

As reflexões do cientista cultural Homi K. Bhabha³⁵, que entende as culturas como espaços de ação nos quais os sinais e significados culturais devem ser constantemente renegociados, podem ser úteis aqui. Nesse sentido, culturas e identidades não podem mais ser entendidas como homogêneas e contrastantes a outras culturas, mas como um processo dinâmico e constante de negociação.³⁶ Bhabha critica apaixonadamente a lógica binária, a descrição excludente do “*Othering*”.³⁷ De acordo com Bhabha, o pensamento binário faz parte da modernidade ocidental e é o sucessor de uma posição colonial de poder que declarou o colonizado como Outro, como sujeito inferior, a fim de justificar sua própria reivindicação de poder. O modelo cultural de Bhabha vê a cultura, bem como a identidade dos sujeitos de uma cultura embutidas em um processo dialético. Segundo Bhabha, o “hibridismo” e a existência de identidades híbridas são características de toda cultura que ele descreve como um “terceiro espaço”. O “terceiro espaço”, tal como ele o nomeia, é um espaço do senso de identidade ou das identificações:

A introdução deste espaço questiona, com muita razão, nossa concepção da histórica identidade da cultura como uma força homogeneizadora e unificadora que extraiu sua autenticidade do passado original e foi mantida viva na tradição nacional do povo [...]. Somente quando entendermos que inúmeras declarações e inúmeros sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente de enunciação, é que gradualmente entenderemos por que reivindicações hierárquicas da originalidade inerente ou da “pureza” das culturas são insustentáveis, mesmo antes de

recorrermos a exemplos empírico-históricos que demonstram seu hibridismo.³⁸

A fim de evitar um possível mal-entendido, enfatizo que identidades ou identificações híbridas são inerentes a todos nós e não características dos migrantes. O hibridismo não é uma deficiência, e Bhabha enfatiza que não se trata simplesmente de reconhecer a diversidade imaginada ou atribuída, que ele associa a um multiculturalismo que, em última análise, apenas reinscreve o exotismo, mais uma vez, e, dessa forma, culturaliza e novamente unifica os sentimentos de identidade.

Devemos sempre lembrar que é o “inter” – o fator decisivo da tradução e da negociação, no espaço intermediário – que carrega a parte principal do significado cultural [...]. E ao explorar esse terceiro espaço, podemos escapar da política da polaridade e nos tornarmos o outro de nós mesmos³⁹.

Branquitude: uma construção social invisível

Em sua coletânea exclusivamente de ensaios sobre estudos literários, *Playing in the Dark* [Brincando no Escuro], a ganhadora do Prêmio Nobel Toni Morrison revelou o quanto a construção do outro inclui o pensamento das representações de si mesmo, e é dessa forma concebida. Aqui, Morrison examina como, no romance americano, a identidade Branca é construída por meio de imagens sobre o Negro. Há imagens de Negros escravizados, mudos, indefesos, estúpidos ou violentos, que podem ser encontradas em abundância na literatura nacional americana. Os heróis Brancos desses romances, por outro lado, não se definem como Brancos, mas como humanos. Ser Branco é, portanto, invisível e inominável⁴⁰, mas, ao mesmo tempo, onipresente. Enquanto nos romances clássicos americanos estudados por Morrison, a cor da pele dos Negros é constantemente mencionada e, portanto, explicitada, os leitores sabem implicitamente que todos os outros

personagens são Brancos, sem que isso, em algum momento, precise ser descrito.

Com seus ensaios *Critical Whiteness Studies* [Estudos Críticos da Branquitude]⁴¹, Toni Morrison ajudou a iniciar e influenciou decisivamente os escritos críticos sobre a branquitude que começaram nos Estados Unidos na década de 1990.

O estudo publicado por Ruth Frankenberg em 1993, *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness* [Mulheres brancas, questões raciais: a construção social da branquitude], foi o primeiro estudo empírico a tratar da fenomenologia da branquitude.⁴² Com ele uma nova direção da pesquisa, uma importante mudança de perspectiva, foi introduzida na pesquisa sobre racismo, que não considera mais o racismo como um desvio da normalidade, mas como um componente normal da cultura ocidental, da modernidade.

A branquitude não descreve a cor da pele, ou seja, não é um conceito biológico, mas uma construção social e, ao mesmo tempo, uma posição de dominância, que define os chamados outros, ou seja, *Negros* e *People of Colour*⁴³, mas que permanece sem nome. A branquitude é consequentemente uma posição social histórica e culturalmente moldada, que anda de mãos dadas

»
a branquitude não é
um conceito biológico,
mas uma construção social
e, ao mesmo tempo,
uma posição de dominância

com o poder e os privilégios, uma posição que geralmente não é especificada como tal, mas vivenciada – pelos brancos – como normal e óbvia. Um dos privilégios centrais das pessoas brancas é não ter que pensar sobre a cor da própria pele. Implicitamente, a branquitude é associada à competência, ao conhecimento, à justiça e à credibilidade.

Desde o final da década de 90, existem também Estudos Críticos da Branquitude em algumas universidades na Alemanha que examinam a eficácia das representações da branquitude em diversos contextos como uma categoria invisibilizada, não nomeada e principalmente inconsciente.⁴⁴ Tißberger apresentou recentemente um estudo empírico no qual fez perguntas, em forma de entrevistas narrativas, a dez psicoterapeutas, todos trabalhando com pacientes e clientes de diversas origens étnicas, sobre seu trabalho intercultural.⁴⁵ O objetivo do estudo foi entender o que a branquitude dos psicoterapeutas significa para seu trabalho com clientes não Brancos. Embora todos os terapeutas entrevistados tenham explicitamente lidado com o racismo, Tißberger descreve a branquitude [*Whiteness*] como um espaço vazio na consciência dos psicoterapeutas. Quando confrontados com isso, além dos sentimentos de insegurança, de estranhamento e de aflição, uma série de mecanismos de defesa foi observada: por exemplo, a identificação com as vítimas de atribuições racistas, que teria a função de evitar sentimentos de culpa e vergonha difíceis de suportar. Além disso, bodes expiatórios anteriores, judeus e judias, teriam sido, aparentemente, substituídos por novos. Tißberger interpreta desse modo em particular as novas atitudes islamofóbicas. Particularmente notável é a “relutância em admitir

35 H. K. Bhabha, *Die Verortung der Kultur*.

36 C. Sieber, “Der ‘dritte’ Raum des Aussprechens – Hybridität – Minderheitendifferenz. Homi K. Bhabha: ‘The Location of Culture’”, in *Schlüsselwerke der Postcolonial Studies*, pp. 97-108.

37 “Outro”. (N.T.)

38 H. K. Bhabha, op. cit., pp. 56ss.

39 H. K. Bhabha, op. cit., p. 58.

40 A. Farr, “Wie Weißsein sichtbar wird. Aufklärungs-rassismus und die Struktur eines rassifizierten Bewusstseins”, in *Mythen, Masken und Subjekte*, op. cit., pp. 40-55.

41 Para uma visão geral, consultar M. Tißberger, *Critical Whiteness. Zur Psychologie hegemonialer Selbstreflexion an der Intersektion von Rassismus und Gender*.

42 M. Tißberger, op. cit.

43 *People of Colour* – “Pessoas de Cor” – é uma autodesignação de pessoas consideradas não brancas em nossa sociedade majoritariamente branca (por exemplo, de raízes turcas, árabes, polonesas ou Sinti e Roma) e que igualmente estão expostas ao racismo cotidiano e institucional devido a atribuições étnicas. [Doravante vertido como “Pessoas de Cor” (N.T.).]

44 M. Hyatt, “Critical Whiteness. Weißsein als Privileg”, in *Deutschlandfunk*, 3 maio 2015. [Uma categoria não racializada? (N.T.)]

45 M. Tißberger, op. cit.



*já nas entrevistas preliminares,
senti uma certa atração
pela jovem que estava
sentada à minha frente.*

a existência de racismo”, a “aversão ao racismo”⁴⁶ que a autora observou em quase todos os entrevistados, o que ela demonstra apresentando vários exemplos em seu texto.

No campo da psicoterapia, Wachendorfer chamou a atenção para o fato de que os terapeutas/psicanalistas Brancos se percebem obviamente competentes para atender pessoas Negras ou Pessoas de Cor, enquanto terapeutas Negros ou terapeutas imigrantes e descendentes de imigrantes recebem predominantemente encaminhamentos para atender pacientes Negros ou imigrantes, mas, ao mesmo tempo, são acusados de ter muito pouca distância profissional do seu próprio grupo.⁴⁷ No meu entender este fenômeno também se observa em institutos de formação psicanalítica, onde há um questionamento crítico quando candidatos não Brancos, em formação, atendem majoritariamente pacientes não Brancos. Os “pontos cegos” e as identificações inconscientes que se supõem existir aqui, e que certamente podem de fato existir, seriam então percebidas de modo projetivo pelos candidatos não Brancos.⁴⁸ Os psicanalistas Brancos, por outro lado, dificilmente são acusados de ter muito pouca distância profissional de um paciente branco.

Preto e branco no espaço analítico:
material clínico

Já nas entrevistas preliminares, senti uma certa atração pela jovem que estava sentada à minha frente. Foi uma atração que me pareceu estranha, sentir-me próxima e conectada sem ao mesmo tempo sentir essa proximidade. Era como se

sentássemos juntas no vácuo, de alguma forma sem ar, com o desejo de uma conexão que deve ser feita, por medo, muito rapidamente. Acima de tudo, experimentei a sensação de vácuo como um estado de isolamento, de devida distância, um estado que ao mesmo tempo nos protege de sermos tocados.

A Sra. A. era uma mulher de 26 anos, de pele escura, reservada e de porte delicado, que me descreveu de forma diferenciada como ela se sentia e pensava sobre si mesma. Ela relatou que desejava fazer uma análise desde a puberdade. Havia nela uma grande tristeza que não conseguia entender e nem expressar em palavras, e embora tivesse muitos amigos, muitas vezes se sentia sozinha e de alguma forma isolada mesmo na companhia deles. Associado a isso, ela descreveu um sentimento de profunda falta de sentido. Apesar disso, estudou uma profissão na área de ciências naturais de maneira determinada e concluiu o curso com boa aprovação. Ficou alarmada quando recentemente não conseguiu escrever um texto importante para o seu trabalho. Estava cansada, sem forças e quase nunca sentia fome. Ela disse: “Vim aqui porque estou procurando minha identidade”.

Ela cresceu em uma pequena cidade da Baviera. Seus pais se conheceram no trabalho, fora do território europeu, e lá se casaram. Ambos tiveram que abrir mão de algo por seu amor e sua ligação: o pai Negro perdeu sua respeitada profissão de advogado e, com isso, a reputação de jurista, porque seus estudos não eram reconhecidos na Alemanha, perdeu também a convivência com seus amigos e familiares do continente africano. Os pais de A. decidiram morar juntos na pequena cidade bávara, de onde era originária a mãe Branca de A. No entanto, a mãe também perdeu sua família de origem em certa medida, porque, embora a família Negra e Branca vivesse muito perto dos pais da mãe, quase não havia mais contato com eles, o que a minha analisanda relacionou à cor da pele do seu pai. Como para o pai nunca foi possível trabalhar como advogado na Alemanha, ele aprendeu uma outra profissão, na qual tinha uma renda e um status



significativamente mais baixos, de modo que a mãe da Sra. A. acabou se tornando a principal provedora da família. Quando crianças, A. e seu irmão mais novo sempre foram as únicas “crianças de pele escura”, disse ela, “nunca nos sentimos pertencentes ao meio em que vivíamos”.

Comentei esse relato da sua história da seguinte maneira: como a única garota Negra, você se sentia completamente sozinha e muito excluída. Como se estivesse numa espécie de vácuo. E agora você vem até mim e espera se livrar desse vácuo. Sra. A. parou bruscamente, “Preta” – ela nunca havia se visto assim.

Eu me perguntei se a havia ofendido, havia usado uma palavra (Negra, em vez de “de pele escura”) que parecia apropriada e normal para mim, mas que nitidamente a fez se sentir rejeitada. Teria ela sentido como se eu a estivesse afastando de mim? Ao mesmo tempo, percebi que, logicamente, ela também tinha razão. Em termos concretos, ela era Branca e Preta, mas era percebida exclusivamente, e naquele momento também por mim, como Negra. Nesta primeira *Enactment*⁴⁹ da minha parte, eu a transformei em um Outro explicitamente visível e inconscientemente construí uma identidade, que era o que ela procurava, única e não híbrida.

Ao pensar na palavra Negro ocorreu-lhe, então, como ela chegou até a mim enquanto analista. Foi o meu comum sobrenome alemão que a atraiu; de alguma forma eu deveria ser o mais normal e alemã possível. Eu também deveria ser o mais branca possível, porque a jovem queria desesperadamente ser aceita por uma mãe branca? Ou ela tentava encontrar a desejada identidade única com uma analista branca?

*em termos concretos, minha pacient
era Branca e Preta, mas era percebida
exclusivamente, e naquele momento
também por mim, como Negra*

Foi com questões de normalidade, pertencimento, conexão, inclusão e exclusão que a minha analisanda se ocupou nos dois primeiros anos de sua análise. O vácuo que foi imediatamente perceptível na primeira reunião com a Sra. A. pôde tomar forma de várias maneiras. Por um lado, recebeu um nome: era a equanimidade, que ela descobriu dentro de si mesma, a falta de sentido da qual falou no início, um afastamento interno de sentimentos, que estavam tão ocultos que, a princípio, foi difícil descobri-los. Mas o vácuo também representava seu desejo desesperado de se sentir conectada a mim, o que foi demonstrado em uma idealização maciça da minha pessoa. Em sua fantasia, nós duas deveríamos habitar o vácuo, unidas, seladas, isoladas e, portanto, protegidas de ataques. Que tipo de lugar seria o vácuo? Pareceu-me que era um lugar de completa fusão, um lugar onde não havia nem Preto e nem Branco, onde todas as diferenças haviam sido anuladas ou inexistiam.

Toda a análise transcorreu, de certa forma, fluída, como que por si só; minha analisanda era inteligente, refletida, trazia sonhos, associações livres, de tal modo que nesse vácuo muitas vezes eu perdia o contato com sua tenra idade e às vezes até com seu sofrimento, que eu quase não conseguia mais perceber. Como se estivesse tudo bem apenas pelo fato dela estar comigo em relação analítica.

O seu desenvolvimento, em alguns aspectos, também parecia ter irrompido: trabalho, palestras, tese de doutorado; tudo isso ela concluiu com grande sucesso. Ela conseguiu os empregos e a bolsa de pesquisa para os quais se candidatou. Aparentemente, ela despertava o desejo dos outros. A Sra. A. descobriu que era realmente

46 No texto original, apenas “*Rassismus wider Willen*”, também entre aspas, pois refere ao título de um livro da autora alemã Anja Weiß. A tradução literal seria “racismo contra a própria vontade”. (N.T.)

47 U. Wachendorfer, “Soziale Konstruktionen von Weiß-Sein. Zum Selbstverständnis Weißer TherapeutInnen und BeraterInnen”, in *Suchbewegungen. Interkulturelle Beratung und Therapie*, pp. 49-60 e “Weiß-Sein – (k)eine Variable in der Therapie”, *Psychologie & Gesellschaftskritik*, v. 24, n. 1, pp. 55-68.

48 A. Özdamar, “Suchbewegungen. Interkulturelle Beratung und Therapie”, in *Identitäten*, pp. 2015-19.

49 “Interação analítica”, em inglês, como no original. (N.T.)



*quando menina, eu frequentemente
ficava em frente ao espelho
e tentava raspar minha pele negra.
Era terrível não me parecer
com minha mãe*

Negra, começou a ler, a pesquisar, a lidar com o racismo, e pôde, pela primeira vez, relatar para mim suas experiências de forma emocional e comovente. Ouvi coisas terríveis, agressões verbais e também físicas na rua, mas também na universidade, que me afetaram e cujo conteúdo transferencial (ainda) não era acessível à minha analisanda. Continuamos unidas no lado dos bons, ao qual aparentemente eu tinha que pertencer, para que ela pudesse me mostrar seu mundo interno. A Sra. A. juntou-se a vários grupos de Negros. Seu círculo de amigos se expandiu e, pela primeira vez, amigos não-Brancos também estavam incluídos neste círculo. Ao mesmo tempo, isso a colocou em sérios conflitos de lealdade, e ela temia ter que se afastar de mim, ter que me trair ou ao seu grupo. Poderia ela atender às demandas de ativistas Negros e, ao mesmo tempo, procurar um analista Branca e discutir tudo com ela?

Desencadeada por um sonho em que sonhava com um espelho Branco, ela se lembrou: “Quando menina, eu frequentemente ficava em frente ao espelho e tentava raspar minha pele negra. Era terrível não me parecer com minha mãe. Eu queria ser como minha mãe. Quando eu saía com a minha mãe, todo mundo pensava que eu não era filha dela”.

Acho que esse sonho representou seu terrível dilema e sua repetição inconsciente durante a análise. Quando ela me conheceu, viu o que tinha que raspar, ser Negra era vivenciado como defeito, ser Branca, por outro lado, era altamente desejável. Isso estava ligado à fantasia de que eu não poderia aceitá-la por ela ser Negra; se ela fosse Branca como eu, poderíamos estar completamente fundidas.

Tentei imaginar sua mãe Branca com seu bebê Negro. Teria a mãe vivenciado o seu bebê como um estranho? Que efeitos teriam provocado na mãe as observações externas de que esse bebê nada tinha de parecido com ela? Que inscrições racistas a mãe também deveria ter dentro de si?⁵⁰ Talvez houvesse uma parte na mãe que gostaria de raspar a pele Negra de seu bebê por tal pele ser ruim e inferior? Com que representações internas a mãe lutava, cujos pais estavam ligados à ideologia racista do nacional-socialismo, como relatou a Sra. A.?

De fato, encontramos muitos indícios relacionados a esses questionamentos, e ficou evidente que os dois pais também viviam em vácuos muito diferentes. A mãe era distante, quase não havia contato físico com ela, era a administradora da família, enfrentava todas as dificuldades com conselhos práticos e desvalorizava o pai de forma mais ou menos explícita. Aparentemente, esse último tinha uma posição fraca na família, ficava de alguma forma à margem; os dois filhos não o consultavam nunca, já que todas as decisões eram obviamente tomadas pela mãe.

No início da análise, a Sra. A. tinha pouco contato com os pais; quando adolescente, ela já havia começado a se afastar da família e, portanto, em sua percepção, via-se completamente sozinha. Somente no final do segundo ano de análise que ela me relatou as muitas atividades de seu pai em seu país de origem. Ele criou projetos de assistência social, viajava regularmente para sua terra natal e mantinha contato com familiares e amigos. A mãe se recusava a acompanhá-lo, e assim minha analisanda só pôde visitar a sua família no país de origem de seu pai uma vez, quando era adolescente.

A Sra. A. teve a ideia de viajar para o país de origem de seu pai. Ela queria realizar sua própria pesquisa lá por alguns meses. Começou a conversar com o pai e a falar de si mesma. Mas quanto mais a viagem se aproximava, mais ela se sentia atormentada por medos intensos. Temia se perder completamente, se afogar e não encontrar sustentação. Aumentamos a frequência semanal

para quatro sessões e ela tentou encontrar palavras para seu medo ainda sem nome. Enfim ela pôde nomear seu medo, o de perder o seu lado Branco, de me perder e de se sentir sozinha no país de seu pai. Durante muito tempo não tive certeza se ela seria capaz de realizar essa empreitada. Pouco antes do início da viagem houve uma conversa telefônica com a mãe, na qual a Sra. A. pôde dizer à mãe o quanto sentia sua falta.

A Sra. A. temia tanto me perder como se perder. Sua viagem para o mundo do pai, de início fantasiada, também equivalia, no seu mundo interno, a um matricídio, mas como ela poderia, com esse ataque destrutivo contra mim e contra si mesma, conseguir se separar? E como ela seria capaz de sobreviver no mundo paterno, que ainda lhe era estranho, sem seu objeto interior Branco, o qual ela fantasiava ter se tornado inútil? Ao mesmo tempo, ela parecia supor que só havia chegado até aqui com o seu objeto materno interior Branco.

Voltei a ver minha analisanda novamente depois de três meses. Ela estava feliz, cheia de entusiasmo para realizar coisas, parecia-me uma criança que sai de um acampamento de férias e de repente fica mais velha devido a suas próprias experiências. Pela primeira vez em sua vida, ela realmente se sentiu pertencente, não foi perguntada diariamente de onde vinha, e nenhum estranho tocou de repente no seu cabelo com a frase “Eu só quero sentir”, o que ela com frequência vivenciou na Alemanha. Ela simplesmente fez parte daquele universo e foi recebida calorosamente. Agora estava cheia de ideias sobre novos projetos de pesquisa e sobre seu futuro. Enquanto isso, mantinha contato regular com o pai e também pôde continuar a tentativa de aproximação com a mãe. Entre nós duas havia uma antiga familiaridade e uma nova distância, que eu também associei internamente com o fim da terapia, que estava à vista.

nas semanas e meses que se seguiram,
parecia irromper dela tudo que teve
que ficar encoberto por tanto tempo
sob o manto da idealização

Cerca de 9 meses após seu retorno, a situação de transferência e contratransferência com a Sra. A. mudou completamente. Na verdade, só restavam algumas sessões no nosso contrato inicial de análise. No entanto, a Sra. A. falou explicitamente para mim que, sob nenhuma circunstância, ela poderia terminar sua análise naquele momento. Eu presumi que havia algo importante que ela ainda precisava trabalhar comigo, então acordamos em prorrogar o contrato de análise por mais um ano. Obviamente, continuamos a lidar, de modos variados, com a nossa despedida – agora estendida – e a nossa separação na análise.

A Sra. A. participou de um evento público com um representante de Berlim, que foi, no entanto, impedido, por manifestantes, de falar. Na sessão de análise, comentei sua narração do evento, dizendo que, às vezes, ela ficava com tanta raiva de mim que queria me proibir de falar, mas não ousava fazê-lo porque, ao mesmo tempo, precisava de mim.

Nas semanas e meses que se seguiram, parecia irromper dela tudo que teve que ficar encoberto por tanto tempo sob o manto da idealização. Ela me acusou pelo meu “discurso Branco”, pelo poder que eu teria sobre ela e o quanto eu me aproveitava disso; ela não queria mais vir às sessões por eu ser Branca; eu seria então uma agressora, da qual seria infinitamente difícil aceitar receber coisas boas. Eu lhe mostrava uma maneira de viver que era viável para os Brancos, mas quase impossível para ela. Ficou evidente que ela ansiava dolorosamente por um analista Negra com quem pudesse se identificar completamente. Em algumas sessões, realmente me proibiu de falar com ela enquanto uma mulher Negra. Ela

50 Sobre a situação de mães Brancas com filhos Negros, ver G. M. Lwanga, “Weiße Mütter – Schwarze Kinder. Über das Leben mit rassistischen Konstruktionen von Fremdheit und Gleichheit”, in *Suchbewegungen. Interkulturelle Beratung und Therapie*, pp. 187-212.





*tornei-me uma analista
que se viu silenciada, desamparada
e impotente, à mercê do seu próprio
objeto interior racista. Eu me senti
sozinha, envergonhada*

produzia imagens perturbadoras dos nazistas, sonhava repetidamente com a sensação de estar excluída e completamente sozinha e com bebês morrendo. Ela desenvolveu o que ela mesma chamou de erupção cutânea psicossomática, que, no seu entendimento, estaria relacionada comigo. Ela estaria tendo uma reação alérgica a mim. A erupção cutânea e o seu corpo me transmitiam a ideia de que se tratava de uma comunicação precoce entre uma mãe que não entende e um bebê desesperado. A Sra. A. se perguntava frequentemente como ela ainda poderia ter contato comigo com toda essa raiva que sentia por mim. Mais uma vez, como no início da análise, ela se sentia exausta e cansada. Inicialmente, entendi sua raiva e dor como parte de sua despedida interna. Pareceu-me que essa era a única maneira que ela tinha e com a qual poderia abrir mão da sua maciça idealização.

Depois de algumas semanas, no entanto, tive que perceber em mim repentinamente um fenômeno completamente “estranho” e perturbador. No meio de uma sessão, me veio subitamente no pensamento a palavra racista “negro”.⁵¹ De modo inexplicável, a palavra apareceu em mim. A primeira vez tentei ignorá-la consistentemente e ao mesmo tempo negá-la: esse não é o meu pensamento, não poderia ter pensado tal coisa. Mas o fenômeno foi persistente. Aparecia em quase todas as sessões agora, sempre uma vez, de forma surpreendente e incontrolável para mim.

Quando consegui admitir que realmente pensava nessa palavra repetidamente, entendi que só podia ter relação com a minha analisanda Negra e comecei a lançar mão de vários mecanismos de defesa. No início, houve a negação: você é uma analista esclarecida que se ocupou do racismo e

do antissemitismo, não pode pensar nessa palavra começada por n racista. Em seguida, tentei colocar internamente a responsabilidade pela palavra na minha analisanda: através de seus ataques contínuos, ela me induziu a pensar nessa palavra. Eu também tentei a ignorância: se eu simplesmente ignorar a palavra e não contar a ninguém, ela desaparecerá, não me atormentará mais e não precisarei lidar com isso. A última das minhas defesas foi a rigidez: se você pensar novamente nessa palavra, não será mais a analista que penso que seja.

Somente algumas semanas depois eu consegui voltar ao pensamento analítico e escutar o meu interior. Tentei descobrir se havia algum momento específico na sessão em que pensava na palavra. No entanto, não tive a impressão de que fosse esse o caso. A palavra parecia surgir independentemente da fala da minha analisanda e também do seu estado afetivo durante a sessão. Todavia, pude perceber que, quando pensava na palavra, me tornava uma analista silenciosa. Tornei-me o analista inútil que não tinha mais o direito de falar com a minha analisanda, direito esse que de alguma forma, nesse meio tempo, a minha analisanda me teria restringido. Tornei-me uma analista que se viu silenciada, desamparada e impotente, à mercê do seu próprio objeto interior racista. Eu me senti sozinha, envergonhada e suja por ter pensado na palavra. Só aos poucos fui suspeitando do que a palavra e o meu inconsciente, que produzia a palavra, queriam me dizer.

Eu podia ouvir: eu também tenho uma parte racista em mim. Eu sou igualmente Branca, com todos os privilégios inerentes a isso, e obviamente acho inaceitável ser confrontada por uma analisanda Negra em relação a isso. Conheço essa palavra, ouvi-a com mais frequência quando criança, os adultos também a usaram – embora muito raramente – em minha presença. E além disso, pude ouvir: há uma parte muito secreta em mim, que é difícil de suportar e que, na dinâmica transferencial e contratransferencial, insulta com essa palavra a Sra. A.

Somente quando consegui admitir para mim mesma que, como tentei descrever no início,

carrego um objeto interior racista dentro de mim e sempre fui capaz de ignorar e negar isso por causa do meu “ser Branca”, é que consegui parar de pensar na palavra durante as sessões com a Sra. A. A palavra e a confrontação com a minha analisanda me ajudaram a ser mais honesta comigo mesma e a não mais reconhecer o meu racismo exclusivamente de forma teórica e, dessa forma, rejeitá-lo. Acho que só então foi possível realmente acolher a dor e a raiva da Sra. A. e reconhecer e lamentar a diferença entre nós, graças ao fato de eu não poder mais ser o objeto Branco idealizado e cobiçado por ela.

Assim, a Sra. A. finalmente conseguiu me dizer que, com minha ajuda, sem negar sua parte Branca, ela havia descoberto que era Negra e que somente depois dessa descoberta ela se sentia verdadeira e vivaz. Mas ela também estava com raiva e dolorida por ter descoberto isso com uma analista Branca, porque ela só conseguia se sentir conectada a mim parcialmente. O fato de ela ser, mesmo assim, grata a mim era algo que conseguia suportar às vezes melhor, às vezes pior.

Discussão

Uma das fantasias inconscientes centrais da Sra. A. era a de um vácuo que se delineava, na minha experiência contratransferencial, já nas entrevistas preliminares. Inicialmente descreveu nesse vácuo um sentimento de solidão e isolamento que a fazia sofrer muito, e, ao mesmo tempo, também um profundo sentimento de desconexão, não apenas com os outros, mas também consigo mesma. Nas entrevistas iniciais, seu desejo desesperado de não estar mais sozinha nesse espaço sem ar também se projetou. Esses desejos de fusão rapidamente se refletiram em mim no impulso contratransferencial de estabelecer bem rapidamente com a Sra. A. um nível profundo de compreensão. Entretanto, minha primeira intervenção, durante a qual me referi à paciente como uma “garota Negra”, parece

»»
a Sra. A. finalmente conseguiu
me dizer que, com minha ajuda,
sem negar sua parte Branca,
ela havia descoberto
que era Negra

ter perturbado abruptamente essa fantasia de fusão. Além da rejeição e simplificação implícitas que continha, essa formulação parece ter interagido com os desejos consciente e inconsciente da analisanda de uma identidade definida e, por sua vez, convidou-a para uma imediata identificação. Ninguém saberia melhor do que nós duas que, na primeira entrevista, tanto para a paciente como para a analista, só havia Preto ou Branco.

No entanto, também entendo o vácuo como uma fantasia sobre o corpo ideal de uma mãe Branca, no qual a Sra. A. se imaginava segura, imperturbável e fusionada. Esse corpo ou *container* era um lugar harmonioso em que nos entendíamos cegamente, e qualquer diferença era indesejável e poderia permanecer negada por um longo tempo. Desejos e fantasias de fusão desse tipo não são incomuns em análises. No caso dessa analisanda, no entanto, algo foi adicionado, algo que inicialmente permaneceu encoberto para ambas e só pôde ser desvendado mediante análise: diversos materiais, no decorrer da: o local da fusão era um local ideal Branco que negava o ser Negra da analisanda. A minha negação dessa idealização excludente e da nossa diferença parece ter sido, desde o início da análise, a expressão de uma questão de culpa mobilizada em mim. Trata-se de uma das contradições centrais da modernidade que ser Branco em nossa cultura é inseparável da existência óbvia de privilégios, com a qual tive inconscientemente que me haver repetidamente no contato com a minha analisanda.

A Sra. A., por outro lado, iniciou a análise com um mundo de objetos divididos. O objeto materno interno Branco era altamente idealizado, desejado e dolorosamente ansiado, e, embora ela



*com o aumento da frequência,
os objetos internos dicotomizados
puderam se tornar mais tangíveis
e compreensíveis para a Sra. A*

se sentisse rejeitada por ele, tentou por um longo tempo fundir-se a ele na sua fantasia. Em seu sonho com o espelho Branco, que ela entendeu imediatamente como o símbolo de sua analista/mãe branca, ela sonhou com a dolorosa limitação desse desejo: o espelho Branco não refletia o ser Branco desejado e idealizado, portanto também não refletia uma conformidade com a analista e com a sua mãe, mas sua cor de pele escura, que ela entendia como errada e deficiente. Nesse ponto da análise, a conexão com seu objeto interno paterno, que havia sido negada até então, pôde ficar evidente pela primeira vez. O objeto interno paterno Negro foi desvalorizado, silenciado, invisibilizado por um longo tempo e, além disso, atacado externamente por permanentes atribuições racistas. Um objeto racista como esse não tem possibilidades de ser um bom objeto interno. Ele foi estragado e gerou na analisanda uma enorme desvalorização do pai, o que – dada a identificação com o objeto interno racista – inclui uma enorme autodesvalorização. Mesmo que isso não deva ser entendido apenas no sentido de que o objeto interno paterno fosse predominantemente negativo só pelo fato do pai ser Negro, ficou explícito que esse fato teve uma importância extraordinariamente alta para o desenvolvimento dos objetos internos da minha analisanda.

No curso da análise e, especialmente, com o aumento da frequência, os objetos internos dicotomizados puderam se tornar mais tangíveis e compreensíveis para a Sra. A. Ela também se viu em um dilema moral: como poderia rejeitar seu pai Negro e internamente perceber sua mãe Branca como a única competente? A estadia no país de origem de seu pai para um trabalho de

pesquisa foi um passo importante na triangulação, pois pela primeira vez a Sra. A. conseguiu perceber o seu pai em suas habilidades e paixões, e, assim, expandir seu mundo interior. No processo analítico, a Sra. A. não só conseguiu se voltar para o objeto interno Negro, mas também se conectar positivamente com seu pai e com outras pessoas Negras. Até esse ponto, ela primeiro teve que desvalorizar, e, na sua fantasia, destruir a sua analista/mãe branca; aparentemente, somente dessa forma lhe foi possível efetuar o desapego vivenciado de modo existencial de modo explícito, antes de poder se reaproximar do seu objeto Branco, de sua analista e de sua mãe.

Como é o caso em todas as análises, vários objetos internos também foram mobilizados na analista. O aspecto especial desse tratamento, no entanto, foi que a analista também entrou em contato com um objeto interno racista no momento em que a analisanda questionou massivamente a construção invisível e óbvia da Branquitude e a normatização associada a essa construção. Aqui também uma mistura de aspectos do tratamento se torna aparente: a desidealização e a elaboração do desejo de fusão, que traz consigo o reconhecimento de ser um sujeito não fundido, separado do objeto desejado, não raramente são acompanhados por ataques maciços ao/à analista. Nessa análise, problemas de contratransferência entrelaçados às construções sociais da Branquitude e da Negritude e a minha negação narcísica exatamente dessa diferença dificultaram o trabalho analítico. Por um lado, durante um longo tempo, a analista pareceu concordar completa e inconscientemente com os ataques da analisanda; por outro, o surgimento intruso da palavra tabu racista direcionada à analisanda corresponderia a uma fantasia inconsciente de vingança da analista.

Pode-se supor que, no decorrer das projeções da analisanda, a analista teve que recorrer a um objeto interno racista negado, com o qual a analista, em sua própria fantasia, poderia ofender a analisanda. Reconhecer isso foi para a analista um processo doloroso, associado à vergonha que inicialmente mobilizou uma série de mecanismos



*tanto a analisanda quanto a analista
tiveram que recorrer aos respectivos
objetos internos racistas como
parte do processo transferencial
e contratransferencial*

defensivos. E, aqui, talvez tenha sido justamente o fato da analista ter se ocupado de temáticas de racismo e antissemitismo que dificultou o reconhecimento do objeto interno racista e não se recolher ao silêncio – o que também equivale a uma defesa imediata contra a culpa de que todos na nossa cultura são inevitavelmente racistas. Aceitar e trabalhar com a contratransferência nesse tratamento significou o difícil reconhecimento do próprio objeto interno racista, que gradualmente pôde ser desvendado e, então, vivenciado diretamente no trabalho analítico com a analisanda. A maneira de conseguir isso foi principalmente através da percepção dos próprios sentimentos de culpa extremada que culminavam no fato de que a analista temporariamente só podia se comportar de modo silencioso devido à identificação evidente com o objeto Branco desvalorizado e rejeitado pela analisanda, um objeto portanto deficitário.

Em um processo paralelo, tanto a analisanda quanto a analista tiveram que recorrer aos respectivos objetos internos racistas como parte do processo transferencial e contratransferencial. A analisanda recorreu a um objeto interno racista ao interditar temporariamente o direito da analista de falar com ela e ao justificar essa atitude pelo fato de ela ser Branca; a analista, por sua vez, recorreu ao seu próprio objeto interno racista através de pensamentos intrusos depreciativos em relação à analisanda.

Assim, tanto a paciente como a analista tiveram igualmente que realizar um trabalho de luto, um trabalho de luto que pudesse conscientizá-las da conexão – comum a ambas, mesmo que de modos diferentes – com a continuidade de estruturas internas racistas e a necessidade de trabalhá-las.

Vamos voltar a Coleman Silk. Quando ele visitou sua mãe pela última vez para dizer a ela que vivia como um homem Branco e que deixaria de entrar em contato com ela e seus irmãos a partir de então, sua mãe respondeu: “Você pensa como um prisioneiro. Sim, você faz isso, Coleman

Brutus. Você é branco como a neve e pensa como um escravo”,⁵² Philip Roth nos lembra como identificações inconscientes reprimidas ou denegadas podem limitar nosso desenvolvimento pessoal por toda a vida. Porém, o colapso da negação e repressão revelado no uso da palavra “spooks”, foi, para Coleman Silk, mesmo que dolorosa, uma libertação.

Referências

- Ahmed A. (2005). “Naja, irgendwie hat man das ja gesehen”. In Eggers *et al.* *Passing in Deutschland – Überlegungen zu Repräsentation und Differenz*, 2009, p. 270-82.
- Bennett J. (1996). *The Passing Figure: Racial Confusion in Modern American Literature*. Nova York: Lang, 1996.
- Bhabha H. K. (1994). *Die Verortung der Kultur*. Trad. de M. Schiffmann e J. Freudl. Tübingen: Stauffenberg, 2000.
- Bohleber W. (2016). Die Psychoanalyse in einer globalisierten Welt [Editorial]. *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, 765-78. DOI 10.21706/ps-70-9-765.
- Bronfen E.; Erdle B. R. e Weigel S. (orgs.) *Trauma. Zwischen Psychoanalyse und kulturellem Deutungsmuster*. Colônia, Weimar, Viena: Böhlau, 1999.
- Buchholz M.B. Identität? Individualisierung, Intimität, Interaktion! In Walz- Pawlita S.; Unruh B. e Janta B. p. 89-108, 2015.
- Caper R. (1988). *Seelische Wirklichkeit. Von Freud zu Melanie Klein*. Trad. de B. Flickinger. Stuttgart: Klett Cotta, 2000.
- Castro Varela M.; Schulze S.; Vogelmann S. e Weiß A. (orgs.). *Suchbewegungen. Interkulturelle Beratung und Therapie*. Tübingen: dgvt., 1988.
- Cycon R. Innere Objekte im Spiegel der Übertragung. *Luzifer-Amor*, v. 17, n. 9, p. 32-48, 1996.
- Dauids M.F. Psychoanalyse und Rassismus. In Leuzinger-Bohleber M. e Klumbies P.-G. (orgs.). *Religion und Fanatismus. Psychoanalytische und theologische Zugänge*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 86-114. DOI 10.13109/9783666451843.86, 2010.
- Dauids M.F. *Internal Racism: A Psychoanalytical Approach to Race and Difference*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.
- Dauids M.F. Psychoanalysis in the Global Village: Clinical Considerations. Palestra na conferência anual da Deutschen Psychoanalytischen Gesellschaft, 3 jun. 2012. Manuscrito não publicado.
- Dauids M.F. Ethnische Reinheit, Andersartigkeit und Angst. Das Modell des „inneren Rassismus”. *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, 779-804, 2016.

- Eggers M. M.; Kilomba G.; Piesche P.; Arndt S. (orgs.) [2005]. *Mythen, Masken und Subjekte. Kritische Weißseinsforschung in Deutschland*. 2a ed. ampl. Münster: Unrast, 2005.
- Farr A. [2005]. Wie Weißsein sichtbar wird. Aufklärungs-rassismus und die Struktur eines rassifizierten Bewusstseins. In Eggers et al. (2009), 40-55.
- Frankenberg R. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Londres: Routledge, 1993.
- Freud S. Abriss der Psychoanalyse. In *Gesammelte Werke*, v. 17. Frankfurt am Main: S. Fischer, 63-138, 1940.
- Hall S. Rassismus und kulturelle Identität. *Ausgewählte Schriften*, v. 2. Trad. de U. Mehlem et al. Hamburg: Argument, 1994.
- Hall S. Wer braucht "Identität"? In *Ausgewählte Schriften*, v. 4: Ideologie, Identität, Repräsentation. Hamburg: Argument, 167-87, 2004.
- Hinshelwood R.D [1989]. *Wörterbuch der kleinianischen Psychoanalyse*. Trad. de E. Vorspohl. Stuttgart: Internationale Psychoanalyse, 1993.
- Hinshelwood, R. D. 1996. Das schwierige Konzept der "Inneren Objekte" (1934–1943). Seine Bedeutung für die Bildung der kleinianischen Gruppe. *Psyche-Z Psychoanal*, n. 50, 523-47, 1996.
- Hobbs A. *A chosen exile: A History of Racial Passing in American Life*. Cambridge: Harvard University Press. DOI 10.4159/harvard.9780674735811, 2014.
- Hyatt M. Critical Whiteness. *Weißsein als Privileg*. Deutschlandfunk, 3 maio 2015.
- Isaacs S. [1948]. Wesen und Funktion der Phantasie. *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70, 530-82. DOI 10.21706/ps-70-6-530, 2016.
- Kernberg O. F. [1976]. *Objektbeziehungen und Praxis der Psychoanalyse*. 6a ed. Stuttgart: Klett Cotta, 1977.
- Klein M. [1935]). Beitrag zur Psychogenese der manisch-depressiven Zustände. In *Gesammelte Schriften*, v. 1, parte 2. Stuttgart: frommann-holzboog, 29-75, 1996.
- Lwanga G. M. Weiße Mütter – Schwarze Kinder. Über das Leben mit rassistischen Konstruktionen von Fremdheit und Gleichheit. In Castro Varela et al. (1998), 187-212, 1998.
- Morrison T. [1990]. *Im Dunkeln spielen. Weiße Kultur und literarische Imagination*. Essays. Trad. de H. Pfetsch e B. von Bechtolsheim. Hamburg: Rowohlt, 1994.
- Özdoglar A. In *Between – Identität und Migration*. In Walz-Pawlita S.; Unruh, B. e Janta B. (2015), 205-219. [Psyche 2016] *Heimat Fremdheit Migration*. *Psyche-Z Psychoanal*, n. 70 (9/10), 765-1008. DOI 10.21706/ps-70-9, 2015.
- Roth P. [2000]. *Der menschliche Makel*. Trad. de D. van Gunsteren. 2a ed. Hamburg: Rowohlt, 2003.
- Sandler J. e Sandler A.-M. [1998]. *Innere Objektbeziehungen. Entstehung und Struktur*. Trad. de U. Stopfel. Stuttgart: Klett-Cotta, 1999.
- Schneider G. [1995]. Internalisierung und Strukturbildung: Einleitung und Überblick. In Schneider, G. e Seidler, G. H. (orgs.). *Internalisierung und Strukturbildung. Theoretische Perspektiven und klinische Anwendungen in Psychoanalyse und Psychotherapie*. Nova edição. Gießen: Psychosozial, 10-43, 2013.
- Segal H. [1964]. *Melanie Klein. Eine Einführung in ihr Werk*. Trad. de G. Vorkamp. 2a ed. Tübingen: diskord, 2004.
- Sieber C. Der "dritte Raum des Aussprechens" – Hybridität – Minderheitendifferenz. Homi K. Bhabha: "The Location of Culture". In Reuter, J. e Karentzos, A. (orgs.). *Schlüsselwerke der Postcolonial Studies*. Heidelberg: Springer Verlag, 97-108. DOI 10.1007/978-3-531-93453-2_7, 2012.
- Tißberger M. *Critical Whiteness. Zur Psychologie hegemonialer Selbstreflexion an der Intersektion von Rassismus und Gender*. Wiesbaden (Springer vs), 2017.
- Wachendorfer U. *Soziale Konstruktionen von Weiß-Sein. Zum Selbstverständnis Weißer TherapeutInnen und BeraterInnen*. In Castro Varela et al. (1998), 49-60, 1998.
- Wachendorfer U. *Weiß-Sein – (k)eine Variable in der Therapie*. *Psychologie & Gesellschaftskritik* v. 24, n. 1, 55-68, 2000.
- Walz-Pawlita S.; Unruh B. e Janta B. (orgs.). *Identitäten*. Gießen: Psychosozial, 2015.

Black and White in the Analytic Space: On Racist Internal Objects.

Abstract Proceeding from M. Fakhry Davids' conceptualization of the notion of a "racial other" that exists in all of us and the theory of the development of internal objects, the author examines the question of how we form racist internal structures or racist internal objects. In a case vignette, the author discusses selected aspects of the transference-countertransference dynamic of a black female analysand treated by a white female analyst in order to establish which black and which white internal objects materialized and were susceptible of investigation. The analysand discovered a negatively cathected black internal object within herself that was closely connected with her black father. In the framework of an intensely charged countertransference dynamic, the analyst was forced to perceive a racist internal object within herself with which she attacked her analysand in her countertransference fantasy.

Keywords development of internal objects; racial other; racist internal objects; identities; being white

Texto enviado: 04/2023

Aprovado: 05/2023

As marcas do racismo nas famílias e nos grupos¹

Eliane Silvia Costa
Maria Inês Assumpção Fernandes

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sobre a ideologia racista. A partir de breve análise sobre a problemática racial no Brasil discute-se a função psíquica do racismo como ideologia e seus efeitos na constituição familiar e grupal. O estudo considera a hipótese da transmissão psíquica da ideologia racista sustentada por alianças inconscientes; pela qual, a clínica do vínculo reexamina a escuta psicanalítica.

Palavras-chave racismo; família; ideologia; grupo; alianças inconscientes.

Eliane Silvia Costa é psicóloga e doutora pelo Instituto de Psicologia da USP, professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora associada ao LAPSO, colaboradora do AMMA Psique Negritude, integrante da Rede Universidades da ANPSINEP

Maria Inês Assumpção Fernandes é Livre Docente pelo Instituto de Psicologia da USP, professora, psicanalista e pesquisadora do LAPSO / Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social - IPUSP, Presidente da Association Internationale de Psychanalyse de Couple et de Famille (2021-2023). Supervisora Clínico-institucional

•

1 Este trabalho foi apresentado no X Congresso Internacional de Psicanálise de Casal e Família, em outubro de 2022, realizado pela AIPCF-Association Internationale de Psychanalyse de Couple et de Famille.

2 R.Kaës, (1980). *L'ideologie – études psychanalytiques Mentalité de l'idéal et esprit de corps*. Dunod.p.XII.

3 R.Kaës, *op.cit.*, p.I

A problemática racial no Brasil nos convoca a uma contínua reflexão. Neste trabalho, a reflexão se dará em relação a pensá-la como ideologia: a ideologia racista e seu impacto nas famílias e nos grupos. Duas partes compõem este artigo. A primeira apresenta uma breve interpretação histórica sobre o racismo no Brasil. A segunda discute a função psíquica do racismo como ideologia e seus efeitos na constituição familiar e grupal. Para tanto, partimos da hipótese de que a ideologia é delineada e sustentada cotidiana e estruturalmente por contratos conscientes e alianças inconscientes, intersubjetivas e coletivas, transmitidas intergeracionalmente, considerando-se dois registros interdependentes da problemática psicossocial do racismo: o nível estrutural e o nível intersubjetivo. Tais reflexões implicam repensar, no campo clínico, a escuta psicanalítica.

Temos conhecimento, desde quando foi teorizada no século XVIII, de que a ideologia tomou o estatuto de um pensamento falso, de um discurso prejudicial, como falsa consciência, reflexo invertido do real. Logo, se ela se refere a um julgamento pejorativo e ficcional, ela “supõe e mantém o ideal de um conhecimento verdadeiro e de uma prática justa para o qual a ciência ou a teologia são sempre solicitadas a prover seus fundamentos últimos”². Citamos Kaës para afirmar que a ideologia é um sistema de ideias abstratas mais reais do que o real porque apresenta-se sem falhas, sem lacunas, de forma densa, compacta. Ela “se organiza em discurso e emblema necessários à construção da identidade coletiva, do sentimento de pertencimento, da representação do mundo”³ (Kaës, 1980, p. I). Necessária à existência coletiva e ancorada na via psíquica, ela funciona como construção social e como formação psíquica ao mesmo tempo



*não há empregos,
não há terras, não há justiça,
não há respeito. Na realidade não
há liberdade, igualdade
e fraternidade – tríptico que
marca o laço de união entre
os seres humanos – marcadamente –
para as pessoas negras*

O discurso sobre o racismo, no Brasil, apresenta-se de forma pouco evidente, a partir da seguinte regra: ‘Não há... para todos’ ou ‘Há... para alguns, para aqueles que têm mérito’. Esse é o explícito do texto, a constante, o que poderíamos conceber como metaenquadre. Os substantivos que compõem a regra ‘não há para todos’ são os mais variados possíveis.⁴

Não há empregos, não há terras, não há justiça, não há respeito. Na realidade não há liberdade, igualdade e fraternidade – tríptico que marca o laço de união entre os seres humanos – marcadamente – para as pessoas negras. “Qual é o implícito do texto? O que é escamoteado pelo discurso “não há... para todos”? Escamoteia-se que, no Brasil, esse discurso dirige-se principalmente às pessoas negras, que desde sempre são impedidas de ter acesso aos bens sociais e à vida segura. Nas terras tropicais, o racismo está a serviço do capitalismo, sendo uma de suas principais ferramentas”⁵.

É ele que mantém a pessoa negra afastada de quaisquer direitos sociais.

Não dar atenção a certas coisas é regra básica de toda ideologia. Não dar atenção ao racismo, no Brasil, é uma forma de tentar perpetuar a ideia de união nacional e de que a colonização portuguesa redundou em um bem para a nação, ou seja, em sua civilização e sua mestiçagem

racial e cultural. A ideologia nacional coletiva de união/mestiçagem⁶ é garantida por acordos (in) conscientes coletivos e intersubjetivos, os quais produzem a ideia de continuidade e união entre, por exemplo, as diferentes raças, etnias e culturas. Para além de o Brasil ser um país mestiço racialmente, a mestiçagem é aqui compreendida em sentido simbólico: ela refere-se à crença falsa e ilusória de que o Brasil é unido e democrático.

Podemos considerar que, no nível estrutural, essa ideia ideológica de união pode ser compreendida a partir de dois contratos sociais sucessivos que foram traçados como projeto político-ideológico para o Brasil e que produziram impactos conscientes e inconscientes” para a constituição das instituições e das famílias: “o contrato social do embranquecimento e o contrato social da democracia racial”⁷.

O discurso veiculado por diferentes agentes sociais, dos intelectuais aos periodistas midiáticos, descortinam pactos ideológicos degradados, como o racismo, naturalizando-os como se fossem verdades a-históricas tornando-se estruturais. Constituem-se e se desenvolvem estratégias que são colocadas em jogo para perpetuar as imagens negativas associadas ao (corpo do) negro. São pactos que modelam como *metaenquadres* as instituições, os grupos, as famílias, os sujeitos singulares. Eles só existem porque foram criados e mantidos nas interações – intersubjetivamente – por um grupo de pessoas contra outro grupo: o das pessoas negras. A ideologia racista apoia-se num pacto perverso que se constitui e se mantém como parte da constituição subjetiva-identitária e intersubjetiva. “Como tal, o racismo demanda trabalho psíquico”⁸.

De um lado, por atender a desejos inconscientes ou conscientes, convoca aqueles que se alinham a ele e que são por ele beneficiados (subjetiva, histórica e cotidianamente), a estabelecerem pactos e contratos intersubjetivos para a sua perpetuação: é o caso dos pactos voltados para o branqueamento de parte da população negra e/ou para a crença de que o país é racialmente democrático.⁹

O problema do branqueamento no Brasil, tem no mestiço, o seu emblema e a sua cilada. “O mestiço era o bastardo e impuro que tinha a função sociopolítica de branquear e civilizar a nação, que, num futuro breve, deixaria de existir”¹⁰. A elite do governo e suas ramificações no seio da sociedade exigiam e se encarregaram de propiciar a migração de europeus considerados racialmente puros, como os alemães e os italianos. Sustentavam, dessa forma, a representação de que o ideal era o branqueamento da nação. Se inicialmente a ideologia do embranquecimento representava o anseio da supressão dos aspectos fenotípicos referentes ao negro, ao longo dos tempos, o mito da democracia racial disseminava a imagem do negro como moreno: o Brasil seria um país mestiço adaptado às exigências tropicais. Freyre¹¹ ressaltava que o moreno – e com ele o hibridismo físico e cultural – representaria o atalho para que vivêssemos em um mundo civilizado. Não se tratava de pensar num projeto, um futuro. O moreno era a conquista já posta. Como intermediário – entre o branco e o negro – o Moreno representava a realização do projeto.

Contudo, a problemática da branquitude se ligava a outra, a da democracia racial. É aqui, a conquista da figura do Moreno se revela uma cilada pois tem desempenhado função de controle

»
o mito da democracia racial disseminava a imagem do negro como moreno: o Brasil seria um país mestiço adaptado às exigências tropicais. Freyre ressaltava que o moreno representaria o atalho para que vivêssemos em um mundo civilizado

social.¹² Ao apregoar que o Brasil é uma democracia racial, oculta-se a existência de desigualdades raciais e sociais e impede-se que se fale do racismo.

A raça pode exercer papéis simbólicos, valorativos e estratificadores em sociedades multirraciais e racistas, como o Brasil. A adoção desse conceito permite a divisão entre classes, na qual o status ideal pertence à classe dominante branca. Dessa forma, a máscara do enaltecimento encobre, portanto, a perpetuação do pacto narcísico e psicopático nos quais a ideologia é simultaneamente um discurso narcísico e um discurso mortífero.¹³

Mas, como a ideologia se instala?

A ideologia, segundo Kaës, é pensada como formação intermediária que permite a ligação entre dois espaços psíquicos diversos. Assim, por possibilitar a ligação e a identificação do sujeito com o grupo, por conectar dois espaços psíquicos diferentes, a ideologia é uma formação intermediária e intersubjetiva.¹⁴ Ela é uma formação psíquica do consciente tanto quanto uma formação psíquica inconsciente comum e compartilhada por sujeitos em suas interações psíquicas e sociais. Trata-se de um sistema de ideias conscientes compartilhadas que se ancora em uma dimensão inconsciente e compartilhada: as alianças inconscientes. Esse processo de articulação é

4 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. Estudos Psicanalíticos sobre o Racismo. Branquitude e Mestiçagem como Ideologias. In: *Psicanálise na Encruzilhada. Desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. Hucitec, 2021, p.34.

5 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A., *op.cit.*, p.34.

6 Fernandes, M.I.A. Negatividade e Vínculo. Mestiçagem como Ideologia, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.

7 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A., *op.cit.*, p. 35.

8 Costa, E. S. (2020). “Vínculos, grupos e redes em prol da vida ou na pactuação racista para a produção de morte”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 78-107.

9 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p. 34.

10 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p. 36.

11 Freyre, G. (1970, outubro/dezembro). “O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico”. *Revista Brasileira de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultural*, ano 2, (6), 41-57.

12 Hasenbalg, C. A. (1996). “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil.” In: *Raça, ciência e Sociedade*, p.235.

13 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p.38.

14 R.Kaës, *op.cit.*.



*o sujeito da ideologia tem,
pois, uma dupla pertença:
psíquica e social.
É por essa razão que
Kaës considera a ideologia
uma formação articular
que liga o individual, o familiar,
o grupal ou o societal às
formações culturais*

facilitado porque a ideologia possibilita um desvio das tensões do pensar. Ela possibilita uma adesão maciça do sujeito a uma visão do universo totalizante (ou quase), uma construção intelectual sistemática e falsa. Portanto, além da função de articulação entre o intrapsíquico, o grupal familiar e o coletivo, a ideologia assume, também, a função de recusa da realidade ou do falso saber. Destaca-se que, além disso, a ideologia só é adotada na medida em que um outro/o grupo ateste a sua legitimidade e sua veracidade.

O sujeito da ideologia tem, pois, uma dupla pertença: psíquica e social. É por essa razão que Kaës considera a ideologia uma formação articular que liga o individual, o familiar, o grupal ou o societal às formações culturais.

Como resposta às pressões internas e externas, do ponto de vista psíquico, reconhece-se duas modalidades de ideologia: uma delas concerne às ideologias que são provenientes do conflito arcaico entre superego e ego e a outra refere-se ao conflito entre ego e ideal de ego. As ideologias resultantes da tensão entre superego arcaico e ego envolvem o processo de identificação primária e, por serem fiéis ao ego ideal, operam contra as angústias persecutórias. Elas se estruturam a partir da clivagem e polarização radical entre objetos totalmente idealizados e objetos absolutamente persecutórios. Desse modo,

apresentam duas versões, separadas pela clivagem: uma idealizadora e outra persecutória.¹⁵

São essas ideologias que se referem ao racismo na sua expressão mais perversa e radical na qual o outro tem que ser depreciado e eliminado. Essas ideologias organizam-se para justificar, explicar e consolidar o ataque, sendo a causa única o perseguidor, que é reduzido ao estereótipo do mau absoluto. Elas são sempre de autossuficiência narcísica e da recuperação da onipotência infantil. Produzem prazer e não responsabilização sobre o ataque ao outro. Como provêm da herança, são transmitidas pelos sujeitos ao longo das gerações e buscam estabilizar, neutralizar, silenciar angústias.

O pacto narcísico da branquitude e o contrato perverso da branquitude são estruturais, porque são históricos, invariáveis ou com variações destinadas a reproduzir o pacto original racista, perpetuados pelos discursos oficiais e oficiosos.¹⁶

São, igualmente, mantidos e garantidos nas relações intersubjetivas pelos grupos, nas famílias. Essa herança e a violência do pacto se revela inclusive nas pessoas negras que pactuam com a branquitude: são aquelas que, para sua sobrevivência psíquica e social, estabelecem um contrato perverso assimétrico – buscando escapar da desqualificação e da humilhação social –, no qual o humilhado é impedido de ter reconhecida a sua humanidade.

Nessa direção, e, em busca de proteção e de amor, muitas famílias se organizam pela afiliação marital num casamento interracial. Podem assim, responder ao amor e, ao mesmo tempo, à necessidade de desenegrecer a família, de se adequar aos dizeres da ideologia do *morenamento*. São famílias em que o mestiço é categoria intermediária, que liga e separa o claro e o escuro e não os destrói; é, igualmente, categoria indicativa do nós, do que liga os não brancos e, porém, do que os liga em uma ilusão: a de que as pessoas mais claras possam não sofrer ou sofrer menos o ataque racista.¹⁷

A questão interracial convoca a muitas reflexões sobre a dimensão estrutural do racismo. O Portal Geledés Instituto da Mulher Negra publica inúmeros trabalhos e reflexões sobre a questão do casamento interracial. Uma situação que chama nossa atenção: “existem muitos casamentos interraciais no Brasil mas, na maioria deles o cônjuge negro tem status socioeconômico superior”. Basicamente, de acordo com Telles¹⁸, indivíduos da raça socialmente considerada inferior (no nosso país, os negros) mas que estejam em posição de superioridade social, educacional ou financeira podem “trocar” sua pretensa/percebida “inferioridade racial” e “superioridade socioeconômica” pela pretensa/percebida “superioridade racial” mas “inferioridade socioeconômica” dos indivíduos pobres da raça considerada superior (no nosso país, os brancos).¹⁹ Esse fenômeno, estudado nos EUA como *status xchange in interracial marriage*, evidencia a necessidade de investigação e de conhecimento sobre quais fronteiras estão se delineando e quais pactos se estabelecem ou se transformam nessa condição interracial.

Outras questões referidas à condição interracial, igualmente, devem ser consideradas, como nos alerta Luanda Julião²⁰, a partir de situações vividas na escola:

[...] trata-se de dois alunos que são meios-irmãos por parte de mãe. O mais velho tem 15 anos e o mais novo três anos a menos. Ambos são filhos de uma mulher negra de pele bem escura, mas o mais novo, por ter um pai branco, tem a pele bem mais clara que o irmão mais velho, que tem a cor da pele igual sua mãe. Essa diferença na tonalidade faz com que o irmão mais jovem se

»
a marca da diferença
começa em casa, afirma
Neuza Santos Souza,
“O garoto filho de homem negro
e mulher branca vivia cedo
a experiência que fixava: ‘
o negro é diferente’”

ache no direito de ofender e humilhar racialmente o irmão mais velho.

Tais fenômenos atestam a existência do racismo estrutural no Brasil. Entre o palco social e o espaço familiar os pactos perversos e psicopáticos se constituem e se perpetuam. A pele mais clara ou mais escura estabelece uma diferença.

aqui, eu quero chamar a atenção para a violência racial nas famílias inter-raciais, pois quando as hierarquias raciais reverberam também no mote familiar, evadindo o palco social e adentrando também nos lares, visualizamos também, embora à primeira vista pareça inadmissível, o racismo presente na esfera mais íntima e íntima do indivíduo.

A marca da diferença começa em casa, afirma Neuza Santos Souza²¹, “O garoto filho de homem negro e mulher branca vivia cedo a experiência que fixava: ‘o negro é diferente’”. Essa diferença pela qual o branco se torna o lugar, por excelência, da referência, a partir da qual o negro será definido. Essa marca da diferença, “ferro em brasa que o separa do branco, é vivida não só no nível de seu comportamento externo: ele reedita essa desigualdade, introjetada no seu universo psíquico, quando ao conviver com outro negro, seu semelhante, reproduz o ritual de separação...”²²

15 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p.29.

16 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p.39

17 Costa, E.S. & Fernandes, M.I.A. *op.cit.* p.40.

18 Telles, E. (2003) *Racismo à Brasileira. Uma Nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará/Fundação Ford.

19 Castro, A. (2013) Racismo, miscigenação e casamentos interraciais no Brasil. Portal Geledés. Instituto da Mulher Negra.

20 Julião, L. (2018) O Racismo nas famílias inter-raciais. Portal Geledés. Instituto da Mulher negra.

21 Souza, N.S. (1983) *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021, p.56.

22 Souza, N.S. (1983) *op.cit.*, p.56



*o sofrimento psíquico
determinado pelo racismo
ganha visibilidade no campo
psicanalítico, assim como as forças
sociais de opressão e dominação
que nele operam: uma psicanálise
face ao mal-estar e ao mal-ser*

É no contexto do grupo familiar que se institui o contrato narcísico e que se desenrolam as funções dos ideais, fundamentos da estruturação do sujeito psíquico, do sujeito do vínculo. Como se constitui o *ideal do ego* de um negro, cujo *ideal de ego* é branco? É nessa fronteira tensa que se instauram os contratos e os pactos nas famílias

“A diferença está no coração da formação da cultura, como elemento essencial”.²³ Contudo, a diferença marcada como inferioridade é traço do racismo. O “racismo diferencia-se de outros preconceitos. Sustentado pela crença de que os negros são inferiores, está diretamente relacionado ao lugar que lhes é dado socialmente. A discriminação é apenas uma das formas de expressão do racismo; já o racismo é parte da própria estrutura social”.²⁴ O lugar social de inferioridade define uma condição emocional de intensa insegurança e sofrimento, na qual o corpo é motivo de dor e de negação. As vítimas dessa exclusão social vivem uma ansiedade contínua em relação às condições de sobrevivência e coexistência. Condições incontornáveis sustentadas por um contrato, um pacto que instala violência e dominação. “Numa sociedade multirracial racista, de hegemonia branca, *a posteriori* se produz no momento em que o negro enfrenta peito a peito as condições concretas de opressão em que está imerso”²⁵

São essas dimensões de uma análise *psico-sócio-política* que nos convocam a pensar o trabalho clínico, psicanalítico, no qual a questão analítica se torna urgente.

Pensar a questão analítica, quando se fala de negros, não exclui as questões sociais, econômicas, políticas e culturais que estão na base da categoria “negro”, enquanto produto de uma sociedade hegemonicamente branca. Em que tal categoria se põe em relação de contraste com a categoria “branco”.²⁶

Neuza Santos Souza²⁷ desde 1983 chamava a nossa atenção sobre a violência do racismo, suas implicações para a constituição subjetiva e o quanto essa questão reclamava um reexame da escuta psicanalítica. As reflexões posteriores de diferentes autores evidenciam o mesmo problema. Certamente essa questão remete a várias dimensões: clínica, metodológica e epistemológica. Implica repensar a problemática da construção dos dispositivos clínicos, e, igualmente, colocar em debate a hipótese de três dimensões do espaço da realidade psíquica inconsciente – *intrapsíquica*, *Inter psíquica* e *trans psíquica*. Requer, da mesma forma, uma investigação sobre a escuta desses três espaços a considerar a implementação dos quatro pilares sobre os quais repousa o trabalho psicanalítico, ou seja, transferência, processos associativos, escuta e interpretação.

O caminho nessa direção tem se tornado menos sombrio. Um novo horizonte pode se abrir com novos canteiros de pesquisa. O sofrimento psíquico determinado pelo racismo ganha visibilidade no campo psicanalítico, assim como as forças sociais de opressão e dominação que nele operam: uma psicanálise face ao *mal-estar* e ao *mal-ser*.

Como ressaltaram muitos teóricos²⁸, o embranquecimento foi uma defesa psíquica de parte significativa da população negra de diferentes países com histórico colonial. Atualmente, é evidente que mudanças subjetivas e políticas ocorreram(em) graças especialmente às mobilizações do Movimento Negro e do Movimento Negro

Feminista: o enegrecimento e o reconhecimento da identidade negra positivada é notório. Isso significa que o sofrimento dos grupos, das famílias e nas famílias encontra espaço de ressignificação: há uma ação direta de desmonte da ideologia da mestiçagem racial pela qual se ressaltam as fronteiras, as separações e as desigualdades que há entre negros e brancos. Existe, aqui, um *trabalho psíquico* e um *trabalho da cultura*.

As famílias se constituem numa explosão de variações. Abriu-se um espaço de simbolização e de alcance de bens e direitos sociais. A prática psicanalítica, que se transformou nas últimas décadas e reconhece a importância das funções simbolizantes da cultura como suportes *metapsíquicos*, enfrenta seus novos desafios ao reconhecer o atravessamento das questões raciais no trabalho clínico, ou seja, ao operar/pensar a *clínica do vínculo*²⁹ e a transformação dos pactos e contratos narcísicos e psicopáticos. O racismo não mudou, mas parte das pessoas e famílias negras sim.

»
a psicanálise enfrenta seus novos
desafios ao reconhecer
o atravessamento das questões
raciais no trabalho clínico,
ou seja, ao operar/pensar a clínica
do vínculo e a transformação
dos pactos e contratos narcísicos
e psicopáticos

A clínica psicanalítica de grupos, casais e famílias faz parte dessa transformação: sem consciência política não se rompe com os pactos perversos, psicopáticos e narcísicos.

23 Fernandes, M.I.A. op.cit.

24 Benedito, M.S. & Fernandes, M.I.A. (2020) Psicologia e Racismo. As heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e229997, 1-16

25 Souza, N.S. (1983) op.cit. , p.69.

26 Nogueira, I.B. *A Cor do Inconsciente. Significações do Corpo Negro*. São Paulo. Perspectiva, 2021.

27 Souza, N.S. (1983) *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021, p.151.

28 Tais como Fanon (2008), Munanga (2004), Bento (2002).

29 Benghozi, P. (2010) *Malhagem, Filiação e Afiliação*. São Paulo, Editora Vetor.

Referências

- Aulagnier P. A *Violência da Interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979
- Benedito M.S.; Fernandes M.I.A. Psicologia e Racismo. As heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e229997, 1-16, 2020.
- Benghozi P. *Malhagem, Filiação e Afiliação*. São Paulo: Vetor, 2010.
- Bento M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I. e Bento, M. A. S. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Bleger J. *Simbiose e ambiguidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Castro A. Racismo, miscigenação e casamentos interraciais no Brasil. Portal Geledés. Instituto da Mulher Negra, 2013.
- Costa E. S. Um olhar sobre mecanismos ideológicos racistas a partir de construtos da psicanálise dos processos grupais. In M. A. S. Bento, M. J. Silveira & S. G. Nogueira (Orgs.). *Identidade, branquitude e negritude* (pp. 127-140). São Paulo: CEERT, Casa do Psicólogo e Ford Foundation, 2014.
- Costa E. S. Racismo como metaenquadre. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 62, 2015, p.146-163.
- Costa E. S. Vínculos, grupos e redes em prol da vida ou na pactuação racista para a produção de morte. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, 2020, p. 78-107.
- 34 Costa E.S. ;Fernandes, M.I.A. Estudos Psicanalíticos sobre o Racismo, 2021.
- Costa E.S. ;Fernandes, M.I.A. Branquitude e Mestiçagem como Ideologias. In: David, E. e Assuar, G. A. *Psicanálise na Encruzilhada. Desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. Hucitec, 2021.
- David E.; Assuar, G. A. *A Psicanálise na Encruzilhada. Desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. Hucitec, 2021.
- Elias N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- Fanon F. [1952]. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 2008. (Trabalho original publicado em 1952)
- Fernandes M.I.A. *Negatividade e Vínculo. Mestiçagem como Ideologia*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- Fernandes, M. I. A.. As Alianças Inconscientes: um operador clínico no trabalho com casais e famílias. In: *Psicanálise com Casal e Família: Uma introdução*, cap.II, Editora Blucher, 2022.
- Freud S. [1920]. *O mal-estar na civilização*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. XXI, p. 67-148). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freyre G. O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico. *Revista Brasileira de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultural*, ano 2, (6), out/dez 1970, p. 41-57.
- Hasenbalg C. A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In M. C. Maio & R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e Sociedade* (pp. 235-249). Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- hooks bell. Vivendo do Amor In. <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>
- Julião L. O Racismo nas famílias inter-raciais. Portal Geledés. Instituto da Mulher negra, 2018
- Kaës R. *L'ideologie – études psychanalytiques Mentalité de l'idéal et esprit de corps*. Dunod, 1980
- Kaës R. La categoría del intermediario y la articulación psicosocial. In R. Kaës. *La invención psicoanalítica del grupo* (pp. 129-142). Buenos Aires: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, 1994.
- Kaës R. *El grupo y el sujeto del grupo: elementos para una teoría psicoanalítica del grupo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- Kaës R. O interesse da psicanálise para considerar a realidade psíquica da instituição. In O. B. R. Correa (Org.), *Vínculos e instituições: uma escuta psicanalítica* (pp. 11-32). São Paulo: Escuta, 2002.
- Kaës R. *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- Kaës R. *As alianças inconscientes*. São Paulo: Ideias e Letras, 2016a
- Kaës R. *L'Idéologie: l'ideal, l'idée, l'idole*. Paris: Dunod, 2016b.
- Maio M.C. & Santos, R.V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade* (pp. 235-249). Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996
- Munanga K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- Nogueira I.B. *A Cor do Inconsciente. Significações do Corpo Negro*. São Paulo. Perspectiva, 2021.
- Portal Geledés. Instituto da Mulher Negra.
- Rohden Fabíola (2012). Narrativas científicas e definição de identidades: a questão de gênero e a ênfase no biológico. In F. T. Portugal. & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.), *Clio-Psyché: Gênero, psicologia, história* (pp. 69-96). Rio de Janeiro: NAU, 2012.
- Souza N.S. [1983] *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.
- Telles E. *Racismo à Brasileira. Uma Nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

The Marks of Racism in Families and Groups

Abstract This article proposes a reflection on racist ideology. Based on a brief analysis of the racial problem in Brazil, the psychic function of racism as an ideology and its effects on family and group constitution are discussed. The study considers the hypothesis of the psychic transmission of racist ideology sustained by unconscious alliances; by which, the clinic of the bond re-examines psychoanalytic listening.

Keywords racism; family; ideology; group; unconscious alliances.

Texto recebido: 03/2023

Aprovado: 05/2023

Família, adolescência e trans-identidades^{1 2}

Rosely Pennacchi
Sonia Thorstensen
Tania M. Zalcberg

Resumo As autoras propõem uma reflexão sobre as angústias identitárias, comuns na adolescência, e sua interrelação com as experiências na vida familiar pregressa. Os atendimentos individuais de dois adolescentes e de suas mães foram realizados pelas autoras e serão identificadas pelas iniciais da profissional que realizou o trabalho clínico.

Palavras-chave Adolescência, disforia de gênero, identidade.

Rosely Pennacchi é pedagoga, psicóloga clínica pela PUC-SP, psicanalista, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, membro fundador da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família. Foi professora do curso Família: Origens e transformações na contemporaneidade e seus efeitos na educação do COGAE-PUC-SP.

Sonia Thorstensen é psicóloga clínica pela PUC-SP, psicanalista, mestre em Educação pela Universidade de Stanford, mestrado e doutora na PUC-SP em Psicologia Clínica-Psicanálise, membro fundador da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família, membro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família.

Tania Mara Zalcberg é psicóloga pela PUC-SP, membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, filiada a FEPAL/IPA, coordenadora editorial do Livro Anual de Psicanálise, coordenadora do curso Abordagem Psicanalítica da Adolescência no Instituto Sedes Sapientiae, professora do CINAPSIA – Curso Introdutório à Psicanálise da Infância e Adolescência da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

1 Para proteção da confidencialidade todos os nomes e demais características identificatórias das pessoas a que este trabalho se refere foram cuidadosamente modificadas.

2 Este trabalho foi apresentado no IV Simpósio da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família, 18/19 maio de 2023, no Rio de Janeiro.

Caso Manu – “Hoje estou no masculino”

Fluidez de gênero e angústias adolescentes (S.T.)

Trata-se de um caso de identidade fluida no qual a relação conflituosa com mãe e pai e o “bullying” que sofreu, por muitos anos, nas escolas em que estudou, se entrelaçam com as questões de gênero apresentadas.

Maria (36 anos, separada), e Manu, sua filha (16 anos), me foram encaminhadas pela escola. Manu se dizia de gênero fluido e ficava muito agressiva quando a chamavam pelo gênero que não era o que ela estava vivenciando no momento. Além disso, apresentava um quadro de muita ansiedade persecutória, insônia e agressividade que interferiam em seu rendimento escolar. Manu tem uma irmã mais nova que se diz menino. Mãe e a filha mais velha brigavam muito e Manu também brigava na escola, causa das frequentes mudanças de instituição.

Manu não aceitou ser atendida junto com a mãe. Combinou-se que eu atenderia Manu e a mãe foi encaminhada para uma colega.

Manu começou a pensar que era trans/fluida há 2 ou 3 anos, o que coincide com a separação dos pais. Havia violência verbal em casa, por parte do pai, mas a mãe o amava mesmo assim.

Manu tem asma e aí não consegue respirar, chora, quase vomita. Às vezes passa dias sem tomar banho, sem lavar o cabelo, “até uma semana já fiquei sem tomar banho. Tive crises suicidas muitas vezes. Penso em me matar para ter um pouco de paz”. Tentou uma vez, mas a mãe impediu. As brigas com a mãe costumam deflagrar



*a mãe foi contra Manu
consultar um psiquiatra,
o que só aconteceu depois
de muita insistência. Ela não
tomava as medicações de forma
correta, interrompendo
por conta própria*

as crises de asma e também o fato de ser rejeitada ou excluída na escola.

A mãe foi contra ela consultar um psiquiatra, o que só aconteceu depois de muita insistência. Manu não tomava as medicações de forma correta, interrompendo por conta própria.

No início do atendimento Manu se colocou como masculina (“estou no masculino”). E passou a trazer, com grande dor e revolta, o “bullying” que sofreu desde pequena por ser parda e estudar em escolas de maioria branca. Conta que, como filha mais velha e neta mais velha, foi muito mimada quando pequena e que a entrada na escola foi um choque. “As colegas eram brancas, cabelo liso, magras, curvilíneas, eram as legais, as populares, e eu gordinho, cheio de corticoide, perna peluda, corpo liso. Minha mãe é branca e meu pai negro. Eu tentava me embranquecer, fazia esfoliação, alisava o cabelo, me fazia mais branca nas fotos, o nariz mais fino com a maquiagem; tenho lábio grosso de duas cores, vivia passando corretivo na boca e nos lábios. Durante muitos anos foi assim. Minha mãe queria que eu passasse por asiática, porque tenho herança indígena e meus olhos são puxados”. (Nessa fase, suas fotos no “whats” eram de garotas ou bonecas loiras ou asiáticas). “Eu me esforçava, na maquiagem e alisando o cabelo. Tinha medo de não ser cis, procurava validação nos meninos. Algumas colegas evangélicas falavam em aberração. Mas eu era elogiada pela inteligência, os professores gostavam

de mim. No nono ano eu chorava todo dia na escola e ninguém estava nem aí. Um colega falou para outro: “Te pago para você ficar com ela”. Por um ano fiquei sem comer na escola, só água e café com leite. Nenhum professor ligava”.

Acabou por mudar para uma escola pública (ao longo de 14 anos de vida escolar cursou 9 escolas). Passou então a se apresentar com muita maquiagem “artística” e roupas misturadas de menina e menino. Mudou o nome na escola para um nome neutro e retomou a boa qualidade de seus estudos. Usa cabelo curto e frequentemente muda de cor, metade da cabeça de cada cor

Por volta da oitava sessão contou para a analista: “fui para o feminino de novo. Conteí para minha mãe e avisei a todos porque as pessoas se confundem”.

A: “Como surgiu a mudança?” Ela responde: “Foi natural, me sentindo mais feminina. Um dia acordei confortável no feminino. Mas fico insegura em relação às outras meninas, não sou feminina o bastante”.

A: O que é ser feminina?

“As garotas femininas têm cabelo longo e liso, rosto angelical, são curvilíneas, usam roupas femininas como bonequinhas, bobinhas, mas são as populares, todos gostam delas, são borboletinhas. Eu tentei ser assim na escola, mas faziam *bullying* comigo, os meninos me chamavam de ogro”.

Manu tem ficado no feminino, com pouca interrupção.

As brigas com a mãe a deixam muito mal.

Nossas brigas são violentas, a gente se xinga, ela diz: “quero que morram, vou pôr fogo na casa, vou sumir e vocês nunca mais vão me ver”. Mas ela não é má pessoa. Quando a gente era criança ela lia livros para a gente dormir. Ela fez curso de propaganda e marketing e adora literatura. Sempre me deu livros e ficava orgulhosa que eu lia bastante. Ganhei dois concursos de redação na escola. Gosto de escrever contos e alguns até tiveram sucesso entre os colegas. Mas aí parei de escrever.

Entra numa nova escola para o último ano do segundo ciclo. Horário integral. A analista propõe

que ela procure não brigar com os novos colegas, criar um novo ambiente. “Lá não tem transfobia. Vou poder ser o que sou”. As fotos no whats passam a ser dela bem maquiada.

Outra briga violenta com a mãe. A mãe odeia o namorado de Manu. Diz que não é para ela.

Manu diz:

Já nem sei o que estou sentindo. Quando brigo com minha mãe quero me matar. Minha mãe é tóxica. Diz que tudo o que me acontece é por culpa minha. Diz para eu não arrumar um namorado pobre e sem estudo. Meu pai é nordestino, fugiu de casa e não estudou. E tem muitas mulheres. Ele é treinador de futebol. Minha mãe quer que eu case virgem ou só transe com alguém muito especial.

Manu tem namorado, mas ainda não transaram; “faço algumas coisas e me sinto culpada. Tenho trauma sexual porque não consigo me masturbar sozinha. Minha mãe ia ficar muito brava se soubesse que eu penso nessas coisas”.

O pai quando ainda estava em casa brigava muito com ela: “Eu chorava muito e ele queria saber o motivo, eu não sabia, ele ficava enfurecido”.

Na nova escola, conta que nunca teve tantos amigos. Conversa com todo mundo. Está bem com a mãe porque está estudando, como ela gosta. Fala sobre seu conflito “entre ser mulher atraente e desejável como as populares, ou ser a garota que eu sou, estilosa”. Usa maquiagem cheia de flores no rosto, cabelo verde.

O namorado terminou com ela. No primeiro momento fica dissociada, diz que tudo bem, continuam amigos. No dia seguinte, teve uma crise de choro e falta de ar na escola, diz que é porque não se sente mulher. Não se dá conta que tem a ver com o término com o namorado. “Estou rasgada por dentro e por fora. Sinto uma dor tamanha que tenho que gritar muito no travesseiro. Me enchi de remédio. Tenho vontade de usar droga pesada”. A analista fala que ela precisa voltar à psiquiatra. Falam da importância do namorado para ela. “Eu preciso sempre ter um namorado. Não aguento ficar sozinha”.



“estou rasgada por dentro e por fora. Sinto uma dor tamanha que tenho que gritar muito no travesseiro. Me enchi de remédio. Tenho vontade de usar droga pesada”

Manu, então, se lembra da saída do pai de casa. Na época também não sentiu nada. O pai brigava muito com ela, mas também a tratava como princesinha. Ela queria muito ser próxima dele.

A analista pergunta o que ela tem em comum com o pai. “O esporte. Sempre fui boa em esportes”. Diz: “quando sigo o estilo do pai sou masculino e da mãe sou feminina”. (Manu se interessa por esportes e pretende fazer faculdade de educação física).

Tem conversado melhor com a mãe, e conta que a mãe continua completamente apaixonada pelo pai. Tem vários paqueras na escola, mas não quer nenhum. Sonha que o ex-namorado está beijando uma menina loira.

Numa sessão chega muito mal. A mãe pediu para ela dizer para o pai que iria fazer uma cirurgia e que o pai tinha que passar o fim de semana com as filhas. Era mentira, ela só queria viajar. Ele disse que só poderia passar a noite. “Veja como ele é mau pai”, Manu comenta com a analista.

A analista mostra o uso que a mãe faz dela para atacar o pai: faz ela mentir para ele. Na sessão seguinte, Manu traz o desenho de um rosto de uma menina partido ao meio. Ela dissocia o que causa nela enganar o pai. Nessa sessão se diz no masculino.

Começa um namoro com F, está no feminino, convive com a família dele.

Passa um tempo bem, mas não está tomando medicação. Começa a encenar com a família



vale lembrar o quanto os intensos sentimentos contraditórios da mãe em relação ao pai (paixão, erotização, raiva e ataque) marcaram Manu em suas oscilações de gênero

de F, brigas com a mãe e com o irmão(ã). Todos são contra ela. Retomando a medicação, Manu se reequilibra de novo.

Este caso me fez levantar a suposição de que o “bullying” nas escolas, em que seus colegas atacavam sua feminilidade de modo intenso, associado ao fato de ela ficar aprisionada nos conflitos entre os pais, – por um lado muito identificada com a mãe, também instável, explosiva e com sentimentos de perseguição e, por outro, com grande identificação com o pai, esportista – a deixaram insegura quanto à sua identidade feminina. Vale lembrar o quanto os intensos sentimentos contraditórios da mãe em relação ao pai (paixão, erotização, raiva e ataque) marcaram Manu em suas oscilações de gênero.

Quanto ao desejo sexual, no entanto, ela o tem dirigido para os rapazes.

Atendimento da mãe de Manu, Maria. (R.P.)

Maria (36 anos) manifestava preocupação com o comportamento da filha Manu, que ora pedia para ser chamada por um nome feminino e ora por um nome masculino e se definia como sexo fluido. A mãe não sabia como se comportar frente a tal situação.

Maria não aceitou conversar com o ex-marido e a filha se recusou a fazer sessões com a família. As relutâncias foram muitas.

Segundo a mãe, Manu se veste como menina com muito charme e faz maquiagens lindíssimas.

Manu é muito ligada à mãe apesar de brigarem muito. Tem adoração pelo pai, segundo a mãe, que se revela ciumenta de tal vínculo.

A preocupação com a “escolha” sexual da filha aparece nas primeiras sessões, mas à medida que Manu começa a ser atendida, a ansiedade da mãe diminui muito e ela começa a relatar suas insatisfações que serão constantes durante todas as sessões.

Maria foi apaixonada pelo pai das meninas. Entre namoro e casamento ficaram juntos 20 anos. Separaram-se há três anos.

No começo do relacionamento tinham uma boa relação afetiva, mas quando ficava magoado, brigava com Maria, usando palavras muito duras e ofensivas, mas era alegre, brincalhão e cozinhava muito bem.

Um dia ele arrumou uma namorada e saiu de casa. Com a separação Maria e as meninas tiveram que restringir muito as despesas. Maria se queixa muito do ex-marido, pois este não a ajuda nem financeiramente nem na logística com as meninas.

Sobre os homens em geral mantém comentários negativos, costuma dizer que o único a quem perdoa é o pai. O pai traiu muito a mãe, mas ela o perdoa porque ele se desculpou com a mãe. (Maria é filha única).

Maria teve alguns relacionamentos depois da separação, está no momento sozinha, pois, de modo geral, desconfia dos relacionamentos. Comenta: “Os homens são todos iguais e nós bem podemos seguir sem vocês. E, além disso, eles nunca estão lá quando realmente precisamos deles”. Ódio e desprezo inundam seu discurso sobre os homens, particularmente quando fala do ex-marido. “Os homens não têm utilidade, os homens não são nada!”

Seu discurso é de insatisfação e de reclamação. Trabalha num escritório de publicidade e periodicamente implica, “cria caso” com algum colega. Não é feliz em promover laços no trabalho e muitas vezes os ataca. No entanto, é considerada boa funcionária.

Quando perguntei a Maria o que a preocupava com Manu, ela respondeu: “Eu não sei o que pensar” e comentou sua inabilidade ou desconhecimento em lidar com Manu em vários setores.

Ao ser indagada sobre sua adolescência e sexualidade, muda de assunto, não fala de seu corpo, quando eu indago que questões seu corpo de mulher lhe traz, revela falta de intimidade com o próprio corpo, não percebendo o efeito desse corpo e não se assenhorando das mensagens e sinais que o corpo lhe envia. Relata que se casou virgem, teve poucos namorados. Relata que nunca sentiu um orgasmo, mas o casal não discutia isso.

Não fala de sexualidade com as filhas. As meninas são muito fechadas segundo ela. Não relata qualquer fala com Manu sobre a questão de sexo fluido.

Um acontecimento: Maria tentou se matar, mas foi impedida de prosseguir no intento.

Quer ser perfeita em tudo que faz. Isso vai aparecer de modo claro no trabalho no escritório. Há sempre o medo de que algo possa não estar certo e quando por vezes não dá certo mesmo, coloca a culpa nos outros.

Quando indagada sobre seu pai, disse que ele era uma figura muito distante. “Lembro-me que tentava dar o melhor de mim para fazê-lo me elogiar. Ele nunca me disse, por exemplo, que eu era a sua menininha, ou que era bonita.”

Maria descreve sua mãe como “uma mulher muito dominadora e castradora”; “foi sempre minha mãe quem teve a última palavra. Fazia poucos elogios e era muito exigente.”

Suas lembranças sobre a relação dos pais não são boas. “Meu pai sempre concordava com minha mãe.”

“Penso que ele tinha medo dela, como eu também tinha. Ela o controlava completamente. Tudo era conduzido para que ela não se alterasse”.

Maria recorda que frequentemente sua mãe dizia que homens não eram bons para nada.

Sua mãe teve um problema cardíaco depois da separação do marido, mal explicado por Maria. Como ela diz “A partir disso a mãe se tornou mais ‘mansa’”.

»»

*a partir da fala de Maria,
a imagem paterna foi recoberta
por uma sombra desprezível e
encoberta por uma imagem materna
onipotente, mas frágil.
Sua mãe oscilava muito de humor
e era muito ambivalente
no que dizia*

A partir da fala de Maria, a imagem paterna foi recoberta por uma sombra desprezível e encoberta por uma imagem materna onipotente, mas frágil. Sua mãe oscilava muito de humor e era muito ambivalente no que dizia.

Como Maria teria lidado com as ambivalências e oscilações da mãe? Qual a imagem de homem e de mulher que formou?

Os primeiros episódios de traição do pai ocorreram quando Maria tinha menos de dois anos e a mãe lhe contou que sofreu muito com isso, deprimindo-se muito.

Mais velha, perguntou para a mãe o que a prendia ao pai.

A essa pergunta a mãe respondeu que queria ter um homem por perto, mesmo que fosse um “banana”.

Penso que esses momentos de desvalia de sua mãe não contribuíram para um reassentimento narcísico de Maria. A falta de investimento durante esse período de narcisismo primário deixou nela uma perpétua ferida narcísica.

Seu discurso é sempre de insatisfação, não esclarece o que quer, não assume claramente seu desejo, mas age com artimanhas e disfarces. Mantém enigmas, mistério sobre suas decisões e certos pensamentos nas relações com os outros. Vive em medo constante de perda de amor. Na possível ameaça se retira e finaliza o relacionamento. Cria intrigas no pensamento para se afastar das pessoas.



desde o início, esse paciente declara-se de gênero fluido, não binário e gostaria de ser chamado pelo nome social escolhido que mais me parecia nome de personagem, não de pessoa.

Proponho em uma das sessões “reclama-tórias” que ela, o ex-marido e Manu conversem sobre o momento de Manu – sexo fluido, organização de estudos, a mudança de casa, os remédios, a falta de dinheiro...

A Menina do Nome Morto (T.Z)

Collyn Ryan é o nome social que darei ao jovem que chegou a mim com pedido de atendimento individual da coordenadora da escola por disforia de gênero, bem como dificuldades de relacionamento e socialização. Foi um início confuso para mim, pois o pedido era para uma jovem, nomeada no feminino. Ao entrar em contato com a jovem, por WhatsApp vídeo, já na conversa inicial fico ainda mais perplexa, pois a jovem recusa-se a declarar o nome recebido ao nascimento por considerar que não fazia sentido citar um nome morto. Desde o início declarou-se de gênero fluido, não binário e gostaria de ser chamado pelo nome social escolhido que mais me parecia nome de personagem, não de pessoa.

A mãe, com quem conversei, diante da ideia de fazer um trabalho vincular, mãe e filha/o relutou. Além disso, mostrou-se perdida diante da mudança ocorrida na/o jovem mais ou menos três anos antes, por ocasião da puberdade. Aparentemente aceita sem grandes questionamentos o que

ocorre com a/o filha/o, mas relata com certa nostalgia a gracinha que ela era quando criança pequena. Chama-o, sempre, no masculino, senão ele fica muito furioso, e por um nome diferente do que o jovem tinha me contado. Collyn recusou a oferta do trabalho de família pois irrita-se com a mãe, que, segundo ele, o envergonha diante de todos.

Decide-se então que eu atenderia o jovem, que fez um bom vínculo comigo desde o início, uma vez por semana, online, devido à enorme distância de sua residência para o meu consultório. Outra colega passou a atender a mãe.

Desde o início do nosso trabalho, a partir de abril de 2022, vou procurando entender em que momento do seu desenvolvimento Collyn “descobriu-se” menino. Especialmente porque a pessoa que eu via em nossos encontros pela tela sempre me pareceu uma menina. Cabelos crespos longos e com mechas descoloridas, unhas pintadas e grandes brincos não me faziam enxergar uma figura masculina, ou de alguém que quisesse se mostrar no masculino. Tanto que muitas vezes a chamei pelo pronome feminino, algo que delicadamente corrigia. Eu buscava acertar, mas na maioria das vezes me confundia. Evidentemente isso me deixava intrigada. O que na minha contratransferência me fazia errar tanto quando eu me esforçava muito para não “ofender” o jovem com quem eu conversava.

Aos poucos o vínculo terapêutico foi se fortalecendo e fui começando a conhecer um pouco do mundo interno desse jovem, muito inteligente, bom aluno, com notas altas em geral, mas sempre bastante crítico e que não se dá com ninguém da classe. Quando os professores exigem trabalhos em grupo, muitas vezes obrigam um grupo a aceitá-lo. Contou-me, com certa tristeza, que os colegas aceitam sua participação, mas depois o excluem do grupo. Ao mesmo tempo, como crítica a todos, talvez sua atitude de certa superioridade seja um dos motivos da rejeição.

Ao falarmos do seu presente e futuro, conta que pretende mudar-se para a Austrália logo que terminar o ensino médio. Já pesquisou bastante e conhece muito sobre o país que admira. Em

nossas conversas certa vez até me mandou um filme que pirateou, pois tem muita habilidade de piratear na Internet.

Não pretende fazer faculdade, gostaria muito de trabalhar com necrópsias, algo que seria mais um curso técnico. Tem pesquisado bastante. Tentou aprender algo a respeito, inclusive buscou cursos recentemente, mas viu-se impedido por não ter ainda 18 anos.

Collyn tem muito talento para desenho. Em muitas sessões me envia desenhos de personagens que cria e de outros que copia. Os criados por ele em geral são personagens andróginos, com características femininas e masculinas. Fico bastante admirada com esse talento e cheguei a questionar se ele não gostaria de fazer disso uma profissão. Respondeu que é apenas um hobby, nada a ver com o que pretende fazer na vida, no país dos seus sonhos. Adora livros e filmes de terror: *Frankenstein*, *O Médico e o Monstro* e vários outros desse teor são seus heróis. Relata longamente todas as versões que leu dessas obras e, apesar do estranhamento, é muito interessante escutar suas opiniões. Seu filme predileto é *Carrie, a Estranha*, de 1976, que considera muito melhor que o outro mais recente. Pesquisa muito a respeito dessas obras e, quando chega do colégio, fica assistindo vários desses filmes e episódios de séries de terror.

Contou-me também que fez tratamento com uma psicóloga antes, mas abandonou indignado porque a profissional diagnosticou que ele sofria de transtorno dissociativo e nem sequer levou em consideração a questão trans, ou seja, o fato de ele ter se declarado menino. Tudo isso fica envolto em névoa, e, na verdade, não chego a apreender exatamente o que o levou a declarar-se do outro sexo. Vou tentando formular algumas hipóteses mas sem chegar à conclusão do que poderia ter ocasionado essa percepção.

Procuo ser muito cuidadosa porque vou percebendo que Collyn precisa de muita delicadeza no nosso trabalho para podermos aprofundar suas questões emocionais.

Além do fato de não ter amigos nem ter tido quaisquer relacionamentos afetivos com jovens da

»
*procuo ser muito cuidadosa
porque vou percebendo
que Collyn precisa de muita
delicadeza no nosso trabalho
para podermos aprofundar
suas questões emocionais*

sua idade, vou ficando surpresa com o que considero uma perturbação emocional que vai muito além do que em geral se poderia considerar disforia de gênero.

Há pouco tempo, ficou muito irritado com a mãe, pois ela assustou-se com algumas reações dele. Temendo que ele pudesse estar sofrendo de depressão, foi à escola tentar descobrir o que estava acontecendo. Muito indignado ele me conta que a mãe o envergonhou diante de todos. Quando tento descobrir exatamente o que aconteceu, ele fica reticente, recusa-se a explorar o tema. Percebo seu desejo de que a única realidade verdadeira seja o que ele considera verdade, ou seja, sendo jovem, adolescente, usa a onipotência adolescente para dar conta tanto do seu mundo interno como do externo.

Há pouco tempo contou-me muito zangado que seus colegas sofrem de transfobia pois insistem em chamá-lo no feminino, algo que o deixa furioso. Reclama também dos professores que o chamam pelo “nome morto” e não pelo nome social escolhido. Quando tento dialogar com ele a respeito dessa questão, recusa-se a discutir. Eles são transfóbicos sim e ponto final! Ou seja, recusa-se a pensar que talvez as pessoas possam vê-lo como mulher, inclusive em função da sua aparência, e não como o homem que gostaria de ser.

Ficou aborrecido com a mãe, pois ela, apesar de procurar aceitar que ele seja “menino” e ter



*o que percebo em Collyn
refere-se à questão que todo
o adolescente vive durante
seu processo de desenvolvimento:
o processo de alguém em busca
de si mesmo, tentando dar conta
de suas questões existenciais,
especialmente da sua identidade*

concordado em ir à escola para autorizar o uso do nome social escolhido, recusou-se a permitir tratamento hormonal com testosterona, argumentando que ele poderia fazer isso quando tivesse 18 anos. Mas, segundo ele, não vai mais adiantar, pois não conseguirá crescer nem engrossar a voz.

Quando procurei investigar seu relacionamento com o pai, que, segundo informação, mora a duas quadras da sua casa, respondeu que não tem contato com o pai, não tem o menor interesse nem deseja qualquer aproximação. O pai foi violento e agrediu sua mãe! Sempre me chama a atenção o fato de que questões ligadas à realidade provocam uma reação de fechamento. Fica lacônico e, em geral, muda de assunto. Mostra claramente que isso o desagrada e não quer continuar a conversa.

Chama também a atenção que Collyn e a mãe morem na casa da avó desde que a mãe se separou do marido violento. Além de dividirem o quarto, dormem na mesma cama de casal. Mesmo não declarando explicitamente, percebe-se uma ambivalência velada à profissão da mãe, que, apesar de ser formada em veterinária, para sobreviver exerce a profissão de dançarina.

Contou-me algumas alucinações que teve em certa ocasião desenhando inclusive o ocorrido. Queria que eu explicasse o que poderia ter ocorrido, tentamos investigar a questão, mas não foi possível chegar a qualquer conclusão. Em outro momento, Collyn considerou a hipótese de que

seria autista pois vê pontos luminosos, algo que segundo suas pesquisas na Internet todo autista vê. Todas as vezes que tenta chegar a algo que possa explicar o que vive e sente manda fotos e artigos do que descobriu em suas intensas pesquisas na Internet.

Num domingo foi com a mãe ao bairro de Higienópolis e tentou entrar em uma sinagoga, pois tinha pesquisado sobre essa religião e gostaria de converter-se ao judaísmo. Não conseguiu acesso e aparentemente desistiu, pois o tema não voltou mais às nossas conversas.

O que percebo em Collyn refere-se à questão que todo o adolescente vive durante seu processo de desenvolvimento: o processo de alguém em busca de si mesmo, tentando dar conta de suas questões existenciais, especialmente da sua identidade.

Nas últimas sessões tem me falado da sua melhor amiga, que, segundo me contou, é sua melhor amiga há mais ou menos um mês e, pelo que pude investigar, era também uma jovem bem isolada do contexto grupal da classe. As duas (os dois?) têm se relacionado discutindo os filmes de terror que admiram.

Tenho inúmeras inquietações a respeito de Collyn e da questão trans. Na medida em que nosso trabalho prossegue e se aprofunda ao mesmo tempo que vejo um ser em profundo sofrimento emocional, praticamente quase sem referências de contatos afetivos com outros jovens da sua idade, começo a formular a ideia de que a questão trans, ou seja, a suposta disforia de gênero, é o menor dos problemas de Collyn. Vou formulando a hipótese de que se trata de uma patologia muito mais grave e o que me fez ter ainda mais convicção a esse respeito é um poema enviado por ele, a meu pedido, em fevereiro, escrito para um trabalho do colégio. Esse poema nos dá sinais de uma perturbação bastante grave tanto em relação ao corpo quanto à mente desse jovem.

Meus pés não me carregam mais
Eu quero arrancá-los logo
Para sonhar com um pouco de paz

Minhas pernas me atrapalham
Eu quero queimá-las essa tarde
Assim conseguirei que elas sumam

Minhas mãos não se mexem
Irei cozinha-las para o jantar
Espero das visitas um pouco de coragem

Meus olhos estão vermelhos como sangue
Irei tritura-los para os peixes
E torcer para que isso os extingue

Minhas orelhas têm um reflexo distorcido
Serão enterradas na floresta
Sem reclamações por serem despejadas

Meu cérebro virou barulho
Seu fim será dilacerado
Dois bandalhos em pedaços.

Atendimento de Julia, mãe de Collyn. (R.P.)

Julia tem 36 anos, me foi indicada pela coordenadora de uma escola devido ao isolamento social de seu filho.

Collyn, já estava sendo atendido por uma colega, tem 17 anos e declarou-se fluido e não binário na puberdade.

Apesar de formada em veterinária, para sobreviver Julia é dançarina e vende produtos de beleza. É uma mulher bonita e comunicativa. Muito orgulhosa, me manda fotos dela dançando.

Aos 17 anos, Julia, engravidou e seu pai obrigou-a a casar. O pai de Collyn bebia muito e a maltratava muito quando embriagado. Ficaram casados por volta de dois anos e pouco. Ao se separar foi morar com a mãe. O pai, que bebia muito, já havia morrido. Ela não fala muito desse pai.

O pai de Collyn, mora bem perto, mas nunca se encontram, nem se falam.

Apesar de morarem juntas, Julia fala muito pouco da mãe, que sai cedo para trabalhar e ao voltar se embriaga constantemente. “Não me dou bem com minha mãe, ela sempre protege meu irmão.”

Collyn não tem amigos.
Mas fica muito abalado quando
é excluído dos grupos de trabalho.
Aos 13 anos disse que era um menino.
A mãe conta que diz ao filho
“você se diz menino, mas pinta a unha,
tem cabelo longo, tinge o cabelo.
O que isso quer dizer?”

Júlia e Collyn dormem juntos numa cama de casal. Durante os primeiros anos de Collyn, Júlia só trabalhava e cuidava dele. Hoje trabalha bastante. Teve vários relacionamentos depois do pai de Collyn, mas nunca os trouxe para casa. Todos os seus namorados a traíram e todos bebem muito.

Diz que a relação com o filho sempre foi tranquila, sempre conversaram muito. Não demonstra sofrimento pela condição do filho. “Até posso entender, tive um amigo de infância que brincava com a gente”. Procura não interferir na “escolha” do filho, acha que ele é que tem que se definir.

Collyn não tem amigos. Mas fica muito abalado quando é excluído dos grupos de trabalho. Aos 13 anos disse que era um menino. A mãe conta que diz ao filho “você se diz menino, mas pinta a unha, tem cabelo longo, tinge o cabelo. O que isso quer dizer?”

Ultimamente, mãe e filho estão brigando muito, penso que se inicia um processo de separação importante para Collyn.

Collyn não quer fazer faculdade, gostaria muito de trabalhar com necrópsias. A mãe explica que ele fala em ser auxiliar de necropsia, na reconstrução facial, deixando a forma e feição das mãos, face e colo o mais natural possível, se necessário fazendo preenchimentos.

A mãe diz que ele se declara assexual.





Zizek se pergunta por que, em nossa era pós-moderna, a “ferida da castração” precisa voltar a se inscrever no corpo, como uma ferida em sua própria carne?

A mãe está em crise com o atual namorado que bebe, usa droga e a está traindo. Ela costuma vigiá-lo depois que ele a deixa em casa. “Eu sempre vou ser assim. Ciumenta!”. Foi confrontá-lo na casa dele, houve agressão física, na polícia ele alegou que ela não aceita a separação e o delegado deu razão a ele.

Julia me diz como que confessando. “Sabe de uma coisa, ver ele com a moça me dói mais do que ele me bater!”.

Considerações teóricas

Com o título Família, Adolescência e Trans-identidades, pretendemos refletir sobre a questão trans a partir do atendimento individual de duas mães e dois jovens que apresentam disforia de gênero.

A pergunta que orientou a reflexão foi: O que pode ter ocorrido na troca entre essas crianças e os pais, no momento fundamental da constituição da identidade subjetiva, para que esses filhos, na adolescência, demandassem cada um a seu modo, uma transformação da sua identidade de gênero e sexual?

Atualmente não estamos diante de um “novo sujeito”, mas as identificações se apresentam sob novas roupagens, sempre submetidas ao que é socialmente valorizado, transformando concretamente as diferentes experiências sexuadas dos seres humanos.

Não entendemos bem as sexualidades que surgem no momento. Não temos respostas, conhecimentos sobre muitos aspectos, nos atrapalhamos nas palavras para expressar o gênero das pessoas. É preciso ter cuidado para não tomar tudo como patológico.

O pedido de mudança, de reforma, de transformação desses jovens é o testemunho do fato de que as relações entre o sexo biológico e a identidade de gênero e sexual são extremamente complexas e de nenhuma maneira auto evidentes.

Como se localiza o adolescente em seus processos de remodelação?

O encontro com o real do sexo e do corpo exige a elaboração do luto do corpo infantil e a invenção de outro corpo, construção de uma nova imagem que envolve novo lugar na sociedade, mudando fronteiras e territórios.

Zizek se pergunta por que, em nossa era pós-moderna, a “ferida da castração” precisa voltar a se inscrever no corpo, como uma ferida em sua própria carne?

Zizek mostra que quando hoje uma garota perfura as orelhas, as bochechas e os lábios vulvares com anéis, a mensagem não é de submissão, mas de “desafio à carne” a jovem converte aquilo que numa sociedade tradicional seria o modo de submissão ao grande Outro simbólico da tradição em seu oposto, na exibição tão peculiar de sua individualidade. Como se, na atualidade, faltassem recursos simbólicos que orientem a conduta dos jovens.

Algo disso estaria relacionado à questão das mudanças de sexo, tema tão atual?

Nosso corpo muscular, ósseo, nossa fisiologia é radicalmente transformada por um banho de linguagem vindo dos que cercam o pequeno ser mesmo antes da concepção e nossa identidade masculina ou feminina é construída a partir das pessoas significativas na nossa infância e adolescência.

A subjetividade é colocada em exercício sob o olhar do Outro,³ como a organização de algo que será matriz das relações do sujeito com o Outro e com seu ego em uma dinâmica de desejo. Essa

fase estrutura a história do sujeito, é um drama no qual a angústia do corpo dividido é substituída pela imagem do corpo como totalidade. Totalidade esta que faz face ao corpo infantil imaturo. O olhar libidiniza, subjetiva, retira do registro de um simples pedaço de carne e “imprime corporeidade”.

Dizendo de outro modo, se os objetos primários não espelharam e não contiveram a experiência precoce de incongruência entre o corpo dado e a experiência subjetiva do gênero, o corpo permanece não-mentalizado, algo que perturba a coerência do *self* e leva à busca por eliminar a incongruência.

A identidade sexuada é composta de gênero que é social, corpo que é sexuado, e sexualidade, que envolve o desejo implicando o psíquico.

As questões colocadas por esses jovens “em transição” que nos causam perplexidade nos obrigam a repensar a ordenação patriarcal multimilenar do masculino e do feminino, pois presenciamos já há algum tempo o declínio social da figura paterna e a promoção do matriarcado (Lebrun).

As manifestações da sexualidade humana estão relacionadas aos processos identificatórios e indissociáveis da trama edípica familiar.

Freud, já em 1925, afirmara, que “todos os indivíduos humanos, como resultado de sua disposição bissexual e da sua dupla herança, combinam em si mesmos ambas as características: masculina e feminina, de modo que a pura masculinidade ou feminilidade resultam em construções teóricas de conteúdo incerto”. Freud já afirmava a dificuldade em se definir “masculino” e “feminino” e foi pioneiro ao rejeitar a realidade anatômica como destino.

Encontramo-nos no clássico debate sobre natureza x cultura. De fato, essa questão esconde uma outra ainda mais velha, que é a das primitivas origens da espécie humana.

»»

devemos ter clara a impossibilidade de qualquer acesso à representação do “normal” e a necessidade de ressignificar o patológico, aceitar e escutar o diferente

Não há parâmetros capazes de definir, de uma vez por todas, algo como a essência da masculinidade e feminilidade.

Nossas formulações sobre sexo, o que entendíamos sobre gêneros e as palavras que usávamos terão que ser ressignificadas se pretendemos acompanhar o movimento da nossa clínica e da sociedade como um todo.

Palavras como: paradigmas e matrizes, construção, desarticulação e articulação, reformulação, mudanças, fronteiras, filiação, futuro do complexo de Édipo, genealogia; devem permear nossas reflexões.

Devemos ter clara a impossibilidade de qualquer acesso à representação do “normal” e a necessidade de ressignificar o patológico, aceitar e escutar o diferente. Não temos fórmulas nem garantias no desdobramento das mudanças que vivemos, porém precisamos fazer vigorar o comprometimento ético da psicanálise; isto é, encontrar formas de trabalhar com o mal estar humano, e que os novos paradigmas nos levem a pensar as novas relações com o pulsional.

Referências

- D'Angelo R. O homem que eu gostaria de ser não sou eu, tradução Tania M. Zalcberg, in *Livro Anual de Psicanálise* vol. xxxvi – São Paulo: Editora Escuta – pág. 118-141, 2022.
- Freud S. (1905) Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- Freud S. (1923) A organização genital infantil. In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud S. (1924) A dissolução do complexo de Édipo In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XIX, p. 273-286. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1925), 1996.
- Gomel S.; Matus, S (2011) *Conjeturas psicopatológicas: Clínica Psicoanalítica de Família e Pareja*, Buenos Aires: Psicolibro Ediciones.
- Lacan J. (1949) O estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos foi revelado na experiência analítica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p.96-103
- Lacan J. (1953) "O mito individual do neurótico ou Poesia e verdade na neurose", in *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.9-44.
- Lacan J. (1928) Função e campo da fala e da linguagem. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- Lacan J. (1938) Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: *Outros escritos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 29- 90.
- Lebrun J-P. *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.
- Lebrun J-P. *Um mundo sem limites*. Ed. Companhia de Freud, 2004.
- Lemma A. *Identidades Trans-Itórias*, tradução Tania M. Zalcberg, in *Livro Anual de Psicanálise*, vol. xxxiv – 1. São Paulo: Escuta, 2020, p. 175-194
- Melman C. *L'homme sans gravité: jouir à tout prix*. Paris: Denoël, 2002.
- Roudinesco E. *A Família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Tort M. *Fin del dogma paterno*. Buenos Aires: Paidós. 2008.
- Urribarri F. O pensamento clínico contemporâneo: uma visão histórica das mudanças no trabalho do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(3),47-64, 2012.
- Zafropoulos M. *Lacan et Lévi-Strauss: Ou le retour a Freud (1951-1957)*. Paris: PUF, 2008.
- Zizek Slavoj. *O absoluto frágil*, trad. Rogério Bettoni, São Paulo: Boitempo, 2015.
- Zizek Slavoj. *O sujeito incômodo*, trad. Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2016.

Family, adolescence and trans-identities

Abstract The authors propose a reflection on identity anxieties, common in adolescence and their interrelationship with experiences in previous family life. The individual consultations of two adolescents and their mothers were carried out by the authors and will be identified by the personal initials of the professional who carried out the clinical work.

Keywords Adolescence, gender dysphoria, identity.

Texto recebido: 05/2023

Aprovado: 06/2023

Escuta psicanalítica nos países da África lusófona

Helena Maria Medeiros Lima
Christian Ingo Lenz Dunker

Resumo Neste artigo trago um relato de experiência como psicanalista atuando na saúde pública em países da África Lusófona. Apresento algumas vinhetas que ilustram essa vivência e aportes sobre a importância da psicanálise na saúde pública: lugares de escuta, enquadres, transferências, estratégias de enfrentamento do adoecer de aids em culturas poligâmicas, islâmicas e marcadas pela ligação com os xamãs.

Palavras-chave Escuta psicanalítica; Psicanálise na África; Xamanismo e Psicanálise; Psicanálise e Saúde Pública.

Helena Maria Medeiros Lima é psicanalista, pós-doutora em Educação: Psicologia da Educação, PhD em Saúde Pública, mestre em Psicologia Social, Bióloga.

Christian Ingo Lenz Dunker é psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Uma psicanalista no continente africano

Os cinquenta e quatro países que compõem a África ainda hoje seguem enigmáticos e muito pouco conhecidos para além das pirâmides egípcias, rituais tribais e vinícolas sul-africanas. Neste artigo trarei a importância que teve para mim o fato de ser psicanalista e trabalhar num projeto em saúde pública¹, as intervenções que construí a partir da escuta psicanalítica e algumas das questões mais centrais que me colocaram em xeque e o que pude ampliar e desenvolver na minha formação, na transmissão e na clínica a partir dessa vivência.

Numa época em que os contatos virtuais eram quase desconsiderados para a realização de análise pessoal, supervisão e estudos, pude sustentar o tripé analítico postulado por Freud durante todo o projeto utilizando e-mails, ligações com vídeo e mesmo cartas em papel – aportes fundamentais para a sustentação do trabalho interno necessário do analista e para sua prática. Considerei de imediato que estaria boa parte do tempo como uma *estranha-familiar*², *das Unheimliche*. Como eu, mulher urbana, branca e sem filhos, seria recebida pelos *locais*? Que impacto as questões culturais teriam para mim, considerando a escassez de dados bibliográficos tanto da cultura como da epidemiologia?

Como psicanalista, o desafio de estar em culturas tão diversas em que a Psicanálise pouco existia como referência, sendo inclusive desqualificada como “ciência burguesa”, me deixava apreensiva, mas, ao mesmo tempo, animada. Considerando que sou brasileira, descendente de portugueses, minha inquietação com a África Lusófona

1 Projeto da Organização Mundial da Saúde em parceria com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa com foco na adesão ao tratamento das grávidas com aids e órfãos.

2 S. Freud, *O infamiliar - Das Unheimliche*. p. 8



*a dupla condição de psicanalista
e bióloga atravessava
toda a experiência, desde
a formulação dos instrumentos
de pesquisa até o trabalho
de campo*

passava pelo próprio complexo colonial. Pouco conhecia o que teriam feito os ancestrais lusos nesses países africanos colonizados, e reconhecia a importância de um maior conhecimento da história e da cultura locais. Como base, a concepção de que o inconsciente traz as marcas deixadas pela história e pela cultura de um povo³.

Mas havia um temor subjacente. Conseguiria escutar as condições locais que facilitariam e/ou dificultariam a adesão ao tratamento de aids (foco do projeto) sem realizar interpretações impregnadas pela minha cultura? A dupla condição de psicanalista e bióloga atravessava toda a experiência, desde a formulação dos instrumentos de pesquisa até o trabalho de campo. O projeto teve aportes da Psicanálise: escuta, enquadres, reconhecimento e manejo das diferentes transferências e abertura para a associação livre nas entrevistas e grupos.

Neste artigo trago um pouco do meu percurso como psicanalista nesse projeto da Organização das Nações Unidas/ONU nas diferentes situações transferenciais, nos manejos em campo, na abertura para construção de novos aportes preventivos em saúde pública. Trago algumas vinhetas que considere emblemáticas, delicadas no manejo, impactantes. Em que eu era estrangeira, mas trabalhando aspectos em comum com a minha realidade brasileira. Algumas intervenções junto a profissionais de saúde e pacientes nos diferentes países possibilitaram ressignificações e manejos importantes – por exemplo favorecendo ou possibilitando a circulação de palavras, priorizando a abertura de espaços para integração entre

discursos inicialmente contraditórios – e que puderam ser dialogados no espaço de escuta psicanalítica. Isso talvez nos permita refletir sobre a importância da psicanálise para um projeto de saúde pública.

Limites e Possibilidades

Ao ocupar um lugar simultâneo de psicanalista e consultora internacional em saúde pública, a primeira atenção foi dada aos lugares transferenciais que eu poderia ocupar ao longo das entrevistas e coordenação de grupos nos diferentes países. Cuidei para que as reuniões com gestores, pacientes e profissionais de saúde tivessem um enquadre específico: na apresentação do projeto, reiterei o meu lugar como alguém que estava ali para pensar junto quais seriam possíveis estratégias para melhoria da adesão aos tratamentos, elencar os obstáculos existentes e buscar soluções factíveis.

Logo de início percebi que eu, ocupando o lugar de representante da Organização Mundial da Saúde, poderia simplesmente reproduzir nos países um discurso europeu pré-fabricado, que poderia ser considerado apenas “mais um”: *mais uma* consultora ‘recitando’ normas em saúde pública pensadas em gabinetes europeus e transpostas para uma população em situação de precariedade, *mais uma* replicação de material, *mais uma* das tantas missões ocidentais já enviadas para a África... repetição vazia e acrítica de um discurso muitas vezes triunfalista, não-adaptado e muito distante da realidade dos doentes e mesmo dos profissionais de saúde dos territórios.

Localizar o lugar transferencial, poder indagar sobre o sentido das palavras e ampliar a escuta foram essenciais para sair das eventuais “verborragias” e modificar a abordagem para as entrevistas: eu estava ali para ajudar a pensar estratégias de melhoria de adesão ao tratamento de aids pelas grávidas doentes, identificar fatores facilitadores e entraves. Com o aporte da Psicanálise pude, junto aos grupos de entrevistados, reconhecer, nomear e explicitar vários desses fatores – e possibilitar

que os profissionais das diferentes regiões fizessem esse movimento e transformassem as reflexões em novas ações e políticas públicas. Meu lugar como psicanalista trouxe a possibilidade concreta de abertura, capilarização, movimento de pensamento, questionamentos, percepção das necessidades e das possibilidades de adaptação dos materiais de campanhas a partir do que a população necessitava. Havia um hiato entre o discurso genérico de organizações internacionais da área de aids e a realidade dos profissionais de saúde e pacientes.

Escuta psicanalítica é aqui entendida como *acréscimo de dúvidas, ampliação e manejo para construção de um enquadre*⁴, e, portanto, para a instauração da relação transferencial, incluindo reflexões sobre o tempo na escuta⁵.

Nas primeiras entrevistas houve muita dificuldade em me fazer entender e conseguir escutar o que eu precisava, frente ao que os entrevistados queriam falar. Alonso⁶ indaga sobre *o que escuta o psicanalista e de que lugar o psicanalista pode escutar*. Eu desejava respostas rápidas e objetivas e não conseguia – os roteiros para entrevistas foram pensados no Brasil e em português-brasileiro.

Na primeira visita, na Guiné Bissau, percebi um “choque narrativo”: as questões que programei e que pensei que pudessem gerar respostas rápidas e objetivas, tiveram respostas que tomaram o dobro do tempo previsto e trouxeram narrativas extensas, prolixas, muito cansativas; os entrevistados pareciam se esmerar em dar respostas *as mais completas possíveis*. O que parecia ser um empenho por parte dos entrevistados, aos poucos revelou-se como uma das mais importantes estratégias africanas diante dos ‘brancos’: “se não pode cansá-los, confunda-os”⁷. Alguns entrevistados foram explícitos: era considerada uma tremenda

os múltiplos sentidos possíveis, puderam ser construídos quando “emprestei” o sotaque dos meus ancestrais portugueses para aquelas entrevistas, conversas informais e grupos focais

falta de educação serem interrompidos, e além de verbalizarem, censuravam as interrupções com olhares: ‘Por favor, deixe-me concluir esse pensamento’, ou ainda, ‘estou a terminar!’.

Um sotaque lusitano

Também percebi que os primeiros entrevistados demonstravam dificuldade em compreender meu “sotaque brasileiro” (“muito rápido, doutora!”, “não ‘percebi’ [entendi] o que disseste!”), e experimentei usar um “sotaque de português de Portugal” para os diálogos. E sim, a comunicação fluiu melhor! Parecia que a escuta deles era melhorada! Foi uma contrapartida para ser melhor escutada e entendida de modo mais cuidadoso, além de me aproximar ao máximo de expressar aquilo que queria dizer e perguntar. Os múltiplos sentidos possíveis, que muitas vezes estão condensados, puderam ser *construídos* quando “emprestei” o sotaque dos meus ancestrais portugueses para aquelas entrevistas, conversas informais e grupos focais. O poder transformador da fala ampliando o discurso em suas possibilidades criativas⁸. Reduzi o número de questões para os entrevistados, formalizei uma sequência temática que pareceu auxiliar nas associações livres e passei a utilizar de vez o sotaque “português/Portugal”. Com isso, realizei um *giro discursivo*⁹ que permitiu aos entrevistados fornecerem as informações com tranquilidade. Uma escuta de fora da situação (supervisão) foi importante para que pudesse discriminar meu lugar e ouvir os diferentes sotaques e prosódias.

3 Curso: *O inconsciente evolui com a cultura?* Ministrado por Geraldo Alves Ferreira Netto em 2009.

4 H. Lima. *Escuta psicanalítica entre o sofrimento e o sintoma*. p. 2.

5 S. Alonso. *O tempo na escuta do analista*. p.180.

6 S. Alonso. *A escuta psicanalítica*. p. 22.

7 M. Couto. *Mulheres de Cinzas*. p. 224

8 J. Lacan. *A Transferência*. p. 236.

9 C. Dunker. *Análise Psicanalítica de Discursos – Perspectivas Lacanianas*. p. 237.





*também procurei ser sensível
à ambivalência entre adesão
e resistência ao lugar que eu ocupava
ali todo o tempo – o lugar
de estrangeira – por parte
dos entrevistados*

A questão da língua utilizada na conversação é um fato importante na transferência¹⁰. Para que alguma coisa signifique, é preciso que ela seja traduzível na língua do outro. Se você fala a língua do outro, se utiliza linguagem técnica ou popular, tudo interfere na relação transferencial e no reconhecimento do que se diz quando se fala.

O gesto de suspensão da prática de fazer o outro falar a nossa língua tinha um impacto decisivo para minha possibilidade de ser escutada naquela situação, quando utilizei o “sotaque português” tive um efeito de abrir a associação livre, de convidar o outro à associação livre. E os entrevistados trouxeram com tranquilidade informações preciosas a respeito da realidade e do cotidiano da prevenção à aids, de temas como: poligamia, ablação do clitóris, orfandade, abandono de deficientes...

Considerar sempre a polissemia dos termos permitiu que diferentes questões – por exemplo, o lugar da prevenção à aids num cenário de poligamia – fossem simbolizadas e particularizadas, tanto em relação às culturas e modalidades de atenção como na introdução de temporalidades específicas de escuta, considerando a associação livre como polissêmica¹¹.

Análise de discurso

No projeto, utilizei a análise psicanalítica de discurso¹² com o objetivo de articular as experiências de sofrimento que testemunhei, e aqui apresento algumas vinhetas, com algumas situações críticas

que penso serem capazes de iluminar as diferentes gramáticas de reconhecimento necessárias para um melhor enfrentamento (epidemiológico e clínico) do problema. “Um discurso seria aquilo que faz corpo, ou seja, aquilo que faz unidade a partir de um recorte – recorte delimitado, portanto, localizado”.¹³

Chego aos países para os trabalhos de campo tendo a Psicanálise como método e técnica: lacaniana na atenção aos significantes e suas construções, freudiana no olhar para os lugares transferenciais que eu estaria ocupando para pensar as questões ligadas à saúde/doença, tratamento/cura, ética/tabus dentro de cada cultura – e o impacto para mim, no exercício – *das Unheimliche* – de estranhamento e familiaridade das questões culturais.

A cena discursiva onde me encontrava a cada visita ao campo era formada por narrativas cruzadas, e tive todo o cuidado em procurar perceber quais eram os laços sociais em jogo e a importância de cada peça, autor e ator do mosaico social – que eu pouco conhecia, mas em que via fortes semelhanças (e diferenças!) com relação à realidade brasileira.

Também procurei ser sensível à ambivalência entre adesão e resistência ao lugar que eu ocupava ali todo o tempo – o lugar de estrangeira – por parte dos entrevistados; procurei observar aqueles que viviam o que poderia ser denominado anomia institucional (desânimo completo, descrença absoluta) e indagar quais eram, em cada lugar, os métodos tradicionais de enfrentamento do mal-estar, e às famílias, quais as nomeações, o que era permitido e o que era proibido. Quais eram suas crenças, laços, fidelidades, heranças e – aí sim, notável diferença em relação à minha realidade – quais as características do Islã, da poligamia¹⁴ oficial e do animismo no reconhecimento? Como nomear e manejar os diferentes sofrimentos e possibilidades de tratamento e cura?

Minha escuta estava sempre voltada para o sentido que as falas traziam naquela cultura, naquele cenário, naquela situação. Um exercício de não-julgamento e ao mesmo tempo de cuidado em me fazer entender. Profissionais de saúde



*qual o impacto da
circulação da palavra,
dos silêncios, os silenciamentos,
das potências e impotências
dos entrevistados (e minhas)?*

escutados conseguiram, por exemplo, compartilhar seus preconceitos em relação às religiões e perceber que havia um ponto da dificuldade neles e com eles. Apresentavam sintomas¹⁵ importantes: exaustão, raiva dos pacientes, julgamento moral, “sentimentos inconfessáveis”, e ao começarem a ser escutados puderam tornar pensável o impensável¹⁶.

Considerando que o sentido não é algo já dado e que precisa ser descoberto, mas sim algo que se tece na rede de significantes e no tempo da ressignificação¹⁷, os espaços abertos pela minha construção psicanalítica neste projeto permitiram que gestores e profissionais de saúde dos diferentes países revisitassem paradigmas e modificassem rotinas já automatizadas. Segundo Dunker¹⁸ “[...] a relação entre espaço, lugar e posição é essencial para observarmos as mudanças discursivas que apontam, especificamente, para mudanças em relação ao saber e à verdade”. A escuta no território traz consigo a força da transferência. Qual o impacto da circulação da palavra, dos silêncios, os silenciamentos, das potências e impotências dos entrevistados (e minhas)?

A escuta no território traz consigo a força da transferência

Ao propor a regra fundamental da psicanálise, a associação livre, nas entrevistas oficiais, ao emprestar um sotaque luso para me fazer escutar, e ao ouvir, transcrever e organizar as gravações, sistematizar consensos, contradições e crenças de centenas de pessoas de outros países, considerei que a psicanálise foi decisiva na minha escuta e me permitiu ser escutada. Minha experiência

como psicanalista me chamava para o discurso das mulheres, que, em primeira pessoa e com uma história de silêncios e silenciamentos, sofriam na carne e nas entrelinhas os efeitos opressivos de suas culturas.

A fome

Na Guiné-Bissau, tendo como cenário um hospital militar, pergunto à paciente:

– *Eu gostaria de saber o que ajuda a tomar remédio para aids... o que atrapalha...*

– *Ah, Doutora...o que atrapalha muito ...é a questão de gênero!*

– (Silêncio). Nesse momento, eu – brasileira, paulistana, penso em questão de gênero como construção social - com a escuta psicanalítica deslizo a pergunta:

– *Como assim, questão de gênero?*

– *Gênero alimentício, Doutora! Não temos comida...o remédio cai mal...*

No Brasil utilizamos a expressão “gênero alimentício” em contextos muito específicos, não no cotidiano como sinônimo de comida. O significante gênero como sinônimo de gênero alimentício me remeteu ao primeiro grande impacto dessa viagem: a fome. A fome incide aqui como significante-mestre¹⁹ ou seja, orientador da cadeia de sentidos, desencadeando escolhas de tratamento e sequência de protocolos.

Já em Moçambique, é a chamada *fome-dentro-da-fome*. Com a mesma pergunta, sobre o que ajudava/atrapalhava a tomar remédio, a resposta foi:

10 J. Lacan, *op. cit.* p. 237.

11 S. Alonso. “Bons encontros” com o pensamento de André Green. p.12.

12 C. Dunker, *op. cit.* p. 144.

13 C. Dunker, *op. cit.* p.146.

14 P. Chiziane. *Nickete, uma história da poligamia.* p. 35

15 M.C. Ocariz. *Síntoma: o curável e o que não tem cura.* p. 74.

16 A. Fernández. *Los idiomas del aprendente.*p.125.

17 S. Alonso, *Escuta psicanalítica.*p.23.

18 C. Dunker, *op. cit.* p. 147.

19 J. Lacan. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.* p 63, 135, 147, 187.



o protocolo ocidental de parto cesariano e supressão da amamentação ferem diretamente o que naquela região da África se considera a essência da maternidade: parir naturalmente e amamentar

– Ah, doutora... às vezes não tomo remédio não... sabe quando a gente está com aquela fome-dentro-da-fome? Sabe como é?

O silêncio das burcas ou
Burcas visíveis, burcas invisíveis

Na primeira visita de campo (hospital militar), na Guiné-Bissau, para entrevistar uma paciente, fui levada ao quarto em que ela estava – e a enfermeira trouxe no colo um bebê recém-nascido – Khadija. O discurso da enfermeira era de muita alegria: a bebê não tinha o vírus HIV, embora sua mãe (guineense e islâmica, com sua burca preta no calor de 50 graus), o tivesse. A chefe da enfermagem reitera, exultante: “essa mãe tomou corretamente a medicação, fez o parto cesariana” (o que é uma tristeza para os padrões africanos) e “suprimiu a amamentação” (similar a uma tragédia em termos da concepção africana de maternidade), “seguiu o protocolo”, daí o *sucesso!*.

Na mesma hora em que vi essa bebezinha minúscula, que parecia uma bonequinha de borraça, enrolada nos paninhos, olhei para essa mãe considerada pela enfermeira como “vitoriosa” e procurei um sorriso, uma expressão de alegria. Mas... me deparei com um olhar absoluta e completamente desolado – e desolador. Nenhum esboço de “vitória”, Face Pétrea, mas não ‘fria’: corpo inerte, esperando passivamente que a enfermeira concluísse a preparação das bandagens para ter seus peitos completamente enfaixados e assim

consolidar a supressão da amamentação (parte do protocolo médico).

O contraste entre o discurso exultante da enfermeira e do médico, a condição do bebê, o olhar da mãe e o nome Khadija (nome da filha recém-nascida do meu então chefe!) fizeram com que eu vivesse aquela cena em câmera lenta. A enfermeira pega a bebê, leva para pesar, medir, vestir, administrar medicamentos. A mãe segue inerte, tem então seus peitos enfaixados e engole a medicação que suprime a produção de leite.

O protocolo ocidental de parto cesariano e supressão da amamentação ferem diretamente o que naquela região da África se considera a essência da maternidade: parir naturalmente e amamentar. Pensei de imediato o quanto essa mulher não estava sendo contemplada pelos protocolos formulados pelos brancos ocidentais. Tudo aquilo que constituía o discurso vitorioso das instituições parecia não ter sido pensado para aquela mulher, com sua burca, com sua penúria existencial escancarada.

Essa cena foi um corte radical quanto a eu *ter* que saber algo, *compreender*. Lacan alerta para as armadilhas da compreensão²⁰, mas eu senti que não compreendia em absoluto nada da realidade de sofrimento daquelas mães guineenses, islâmicas, com seu diagnóstico de HIV+ e seus bebês – e, ao mesmo tempo, essa não-compreensão me permitia escutá-las.

Havia, portanto, dois discursos, sendo um não-reconhecido: o triunfalista-institucional, que deixa o resto (a não-compreensão do quanto aquela prática não atinge a população que pretende atingir) e o discurso silencioso/silenciado daquela mãe. ‘Ela, mãe, sobreviverá? Sua filha será órfã?’. Quando, naquela cena, faço a suposição de que naquela mãe está um sujeito, justamente por essa suposição ela ganha voz. Quando escuto o diálogo e apenas agradeço a essa mãe por ter conversado comigo, permitindo que eu a visse naquele momento tão delicado, ela ergue os olhos e me abre um sorriso. Para essas mulheres, será que haveria algo além do “concorda-discorda”?

Nessa primeira visita ao primeiro hospital, esse primeiro contato me fez reconhecer de

imediatamente a existência de dois tipos de burcas: as visíveis, destas mulheres/ mães nascidas para parir (em silêncio, sem nome, sem desejo, sem memória) e, de outro lado, as burcas invisíveis, que neutralizavam a ação das enfermeiras, médicas e cuidadoras em relação às grávidas com aids e em relação às suas vidas particulares.

Mulher que não tem filho não é mulher

Em Angola prevaleceu o tema da maternidade: A maternidade como imperativo. Junto ao meu lugar como visitante estrangeira surgia um lugar de confidente. Foi traço comum em todos os países visitados que vários profissionais de saúde me confidenciassem suas dificuldades cotidianas e mazelas pessoais, e aqui vou destacar o que escutei em Angola: “*minha sogra vive me perguntando se tenho problema, porque tenho só três filhos*”; “*perguntou: qual é o seu problema? O que você tem de errado? E se eles morrerem?*”, insisti a sogra; “*meu marido me traiu e minha sogra disse que era assim mesmo, que eu não tinha do que reclamar, porque tinha as contas pagas e a comida na mesa*”; outro relato, “*perdi um filho e nem pude respirar, engravidei de novo e estava esgotada*”; “*Mulher sem filhos não ama a Pátria, Doutora! – temos que gerar soldados! Mulher sem filhos não é mulher!*”.

Brutal impacto. Essas profissionais angolanas, mesmo enfrentando dificuldades pessoais e pressões de ordem cultural para que seguissem os padrões de seus países e seus ancestrais – engravidando várias vezes e criando os filhos dos maridos – incorporaram, não sem crises e críticas, certos valores ocidentais de realização pessoal pela profissão, valor ao estudo, carreira, projetos. O número de filhos é explicado e justificado, no discurso local, pela alta mortalidade infantil. “*Temos seis, oito filhos, morre metade, ainda tem família grande; na guerra a gente perdia muito filho e tinha que ter muitos, para repor para o exército*”.

»
*ficou claro o quanto a deliberação
de um comportamento por Lei,
que não tem o devido tratamento
cultural, não altera e ainda
criminaliza o comportamento*

Ablação do clitóris

A prática da ablação do clitóris das meninas e mulheres é realizada em todos os países participantes do projeto, mas apenas na Guiné-Bissau foi explicitada. A legislação proibiu a prática, porém as famílias seguem realizando as mutilações nas próprias casas. Os profissionais de saúde relatam: a ablação foi proibida por lei, mas, “*como culturalmente isso não foi trabalhado, o resultado é que se vê a entrada de crianças de 2, 3 meses de idade no hospital com mutilações e hemorragias provocadas por intervenções domésticas*”. As famílias utilizam instrumentos sem assepsia, em práticas que tem como objetivo “manter a tradição”.

Ficou claro o quanto a deliberação de um comportamento por Lei, que não tem o devido tratamento cultural, não altera e ainda criminaliza o comportamento²¹. A ausência de clitóris, a mutilação genital feminina, naquela cultura, muitas vezes é valorizada como um lugar de honra para a mulher, para que ela possa ter muitos filhos e trabalhar para manter a casa, cuidar desses filhos e do marido.

Ainda a Lei

Em Cabo Verde conheci a expressão *pai-de-filho*.

– *Ab... a gente aqui não revela o diagnóstico para os parceiros das grávidas... nem sempre são maridos, namorados, nada disso...*

– *E o que são?, pergunto.*

– *É só Pai-de-Filho! Nada além disso. Não registra, não sustenta. É pai-de-filho e pronto.*

20 J. Lacan, *Os Escritos Técnicos de Freud*. p. 90.

21 J. Lacan, *op. cit.* p.93 e 125.



no projeto, pedi um encontro dos Tradicionais comigo, para que falassem sobre fatores favoráveis e obstáculos aos tratamentos de aids

Muitas das pacientes escutadas escondem a condição de soropositivas para HIV dos respectivos maridos por medo de serem abandonadas. Para driblar a vigilância em relação aos remédios, uma das estratégias mais comuns é a de deixar a medicação na padaria – local em que elas vão todos os dias e *não levantam suspeitas* (sic), sendo que na maior parte das vezes os maridos é que transmitiram o HIV para elas.

Não há órfãos

A Guiné Equatorial é um país cuja riqueza em petróleo é contrastante com as condições da população em geral. O idioma principal é o espanhol, e segundo a ONU, esse país ingressou na Comunidade de Países de Língua Portuguesa por um acordo econômico. Não existe certidão de nascimento para todos, tampouco atestado de óbito (e nem Medicina Legal). Surpreende a afirmação recorrente: *“Aqui não há órfãos, Doutora! - a nossa Primeira-Dama é a nossa Mãe, e ela cuida de todos”*. E ao perguntar *qual o pior xingamento*, a resposta foi unânime: *Órfão*.

As fotos da primeira-dama e do presidente estão em todos os lugares, porém não é permitido fotografar nada. A Guiné Equatorial foi tema de samba-enredo no carnaval do Rio de Janeiro em 2015, e a escola de samba “ganhou o carnaval”, como dizemos. Nesse país, os chamados *delegados distritais* determinam as *causas mortis* com o simples olhar para os mortos; sem medicina legal, sem atestados. A epidemiologia é toda feita

com estimativas. Os rituais de luto também são determinados por esses delegados distritais para cada família: o destino dos bens do falecido, sua esposa (viúva) e filhos podem ser distribuídos para os irmãos ou tios do falecido.

Não há órfãos... e a esse mito coletivo contrapõe-se algo tão importante quanto assustador: a chamada *eliminação* das crianças deficientes (*“não pode ter mais um para passar fome”*), relatada em todos os países visitados. Cabe à mãe, em geral, decidir o modo de *eliminar* o filho. Fala-se em “cemitério submarino” dos cadáveres das crianças deficientes de vários países, crianças que foram eliminadas sendo lançadas aos oceanos.

Xamãs

Uma das experiências mais fortes e marcantes foi em relação aos chamados Praticantes de Medicina Tradicional, ou Xamãs ou Curandeiros, em Moçambique. Ali ocupei o lugar de *estranha*, trabalhando em território totalmente estranho, mas ao mesmo tempo lidando com temas há muito para mim familiares (aids, saúde pública, maternidade, saúde, doença). Existe uma Associação Nacional de Praticantes de Medicina Tradicional, ligada ao Ministério da Saúde de Moçambique. No projeto, pedi um encontro dos Tradicionais comigo, para que falassem sobre fatores favoráveis e obstáculos aos tratamentos de aids.

O encontro aconteceu no auditório do Ministério da Saúde. Logo de início a recepção a mim foi gélida. Nunca me vi numa situação tão desconfortável. A coordenadora da Associação (chamada Graça) viu meu mal-estar e perguntou: *“quer que te ajude?”*, ao que prontamente assenti. Ela se levantou e começou a entoar um cântico, com palmas, uma melodia hipnotizante na qual todos se engajaram. Após essa intervenção, todos os participantes falaram. Analisamos que, no início desse encontro, eu estava ocupando o lugar de *significante-mestre*²², presa na produção de discurso. A intervenção da líder permitiu

que eu saísse desse lugar e fizesse um giro discursivo: não mais o discurso do mestre, universitário e histérico. Isso possibilitou que a relação de troca fosse possível... *‘eu não sou um outro, sou como vocês’*.

A questão do *enquadre* foi importante: *“enquadre interno do analista constituído a partir de sua análise pessoal e da experiência acumulada representa o elemento terceiro e realiza um trabalho de espelho muito importante”*²³. Assim como na análise, há que se dar um voto de confiança (sem o qual a análise não existiria) aos cuidadores: uma aposta de que o outro vai saber algo sobre ele, a renúncia narcísica imprescindível a quem se habilita a ser psicanalista²⁴.

Em relação aos xamãs, quando pude escutar, surgiu o denegado... Vários profissionais de saúde (de todos os países) afirmaram – sempre em cafés, refeições, conversas informais - que *‘muitos pacientes abandonaram seus tratamentos ocidentais (para diversos agravos) para aderir a tratamentos com curandeiros’*. Os xamãs gozam da confiança irrestrita dos pacientes, enquanto os profissionais ocidentais médicos são vistos como ameaçadores, punitivos, violentos.

Pude testemunhar e aprender que os curandeiros gozam de imenso prestígio, confiança, posição de destaque na sociedade moçambicana e em muitos locais a procura do médico ocidental é considerada uma afronta direta ao curandeiro e à sua figura, ao seu poder²⁵. Procurar o sistema de saúde ocidental representa o fracasso do curandeiro e muitas vezes vergonha para a família.

Segundo Ortegás²⁶, *“o curandeiro é parte da família; quando algo dá errado no tratamento dele, toda a família se sente envergonhada em dizer isso. O curandeiro precisa estar sempre certo e a família precisa testemunhar isso para todos”*.

22 J. Lacan, *op. cit.* p. 147, 187.

23 S. Alonso, *op. cit.* p. 5.

24 H. Lima, *op. cit.* p.4.

25 J. Narby. *Shamans Through Time.* p. 234.

26 M. Ortegás, *O Édipo Africano.* p. 38-39.

27 Sida, nos países lusófonos - exceto no Brasil, em que se utiliza a sigla em inglês: aids.

28 E. Castilho. *Aids, sida e cida: como ficam nossas Cidas?* p. 2.

»
em muitos locais a procura do médico ocidental é considerada uma afronta direta ao curandeiro e à sua figura, ao seu poder

E segue: *“recorrer ao médico ocidental é uma vergonha para as famílias africanas; denota o fracasso do curandeiro, que é como um membro da família; demonstra falta de confiança no trabalho dele, nas garrafadas e nos benzimentos”*.

HIV, aids, estigma: assim pega, assim não pega

Dos utentes HIV+ entrevistados, cada pessoa tem uma versão própria para o modo como pegou o vírus HIV. Desde terem pego *porque pisaram em terra de cemitério, por picada de aranha, olho ruim e pesado da vizinha, bruxaria de fulano, feitiçaria etc.* Até a negação completa: *“não tenho nada, não peguei nada de ninguém”*.

Do mesmo modo, há crenças arraigadas sobre procedimentos para cura da aids: *relações sexuais com mulheres ou crianças virgens* (“a pureza da criança seria absorvida pelo doente e curaria a aids”), sendo incluídos bebês de 8 meses nessa possibilidade; *pomadas feitas com pedaços do corpo e/ou secreções de albinos* – há relatos recorrentes de raptos de crianças e adultos albinos para subsequente esquiteamento e produção dos ‘remédios’. O estigma da doença com a qual eu trabalhava no projeto também foi tema relevante para as reflexões. Sabemos que a síndrome da imunodeficiência adquirida²⁷ foi descoberta nos anos 1980; o estigma associado ao diagnóstico foi decisivo para que o Brasil adotasse a sigla em inglês, aids, para que as milhões de Marias Aparecidas (“Cidas”) do país não sofressem preconceito²⁸.



*me escutar para realizar
as transcrições, para escrever
e realizar supervisão e análise
foi um exercício tão interessante
quanto angustiante*

O estigma²⁹ – esse significante que não tem antônimo – perpassa os pacientes, os familiares, os cuidadores, e ainda é motivo para que o diagnóstico seja escondido. O estigma pode ser redescrito como um *signo*. Funciona como um “brasão” – significante que se estabiliza diante de um significado e cria uma identificação (segregativa) com efeitos de alienação para o sujeito, na medida em que estão baseadas com a identificação com um signo – equivalente ao que foi definido como “*um atributo profundamente depreciativo – um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo*”³⁰. Também podemos pensar, em termos freudianos, no *narcisismo das pequenas diferenças*.

A pessoa com aids é colocada no lugar de objeto no discurso universitário³¹ e essa reificação dos pacientes por parte dos profissionais de saúde e gestores tem desdobramentos, como por exemplo a supressão da amamentação e a realização de parto cesariana mesmo sabendo que são práticas que desmoralizam as mulheres da região e as colocam como “objetos” da prática preventiva ocidental³². Porém, ao se abrir a escuta e se reconhecer essa reificação, a fala entrando em movimento permite ressignificações essenciais para aquele sujeito³³.

Considero que, em cada realidade, ao analisar os discursos, analisei também minhas escutas, meus silêncios, acertos e erros³⁴. Me escutar para realizar as transcrições, para escrever e realizar supervisão e análise foi um exercício tão interessante quanto angustiante – mas me senti uma analista *que se deixa transformar pela experiência*

*transferencial e contratransferencial, uma analista implicada [...] quanto à necessidade de passar da passividade à atividade, ou seja, converter aquilo que se padecia passivamente numa experiência própria*³⁵.

Após a intervenção, por exemplo, foi reconhecida a importância do papel do ativista, um lugar pouco nomeado e bastante estigmatizado – mas essencial para fazer a ponte entre a paciente e o serviço de saúde e melhorar a adesão ao tratamento.

Me reconheço como psicanalista implicada. Meu esforço nesse projeto foi cuidar das transferências, não me deixar confundir com um lugar de suposto saber; não impor o dogmatismo branco ocidental da lógica biomédica aos tradicionais e ao que já estava posto como tratamento, cuidado e escuta.

A escuta foi o pavimento para a construção de laços – nem sempre harmônicos e normativos, mas laços que comportavam a heterogeneidade e o não-saber, em que se começou a valorizar a escuta; o movimento de busca de palavras melhores; a construção de metáforas e conceitos que, em minha escuta, ressoavam como algo que *figura o analista e que certamente implica em algo de suas marcas, do seu desejo, de sua história*³⁶.

Esse “espaço entre” permitiu também reflexões sobre as incertezas e sobre os potenciais da Psicanálise em diferentes espaços e campos, não como panaceia, mas como ampliação de enquadres³⁷. A condição de *também considerar a falta de acabamento, aquilo onde só há contorno*³⁸ foi instrumento importante nos diferentes campos, bem como a explicitação sobre o *que se faz quando se escuta*.

E observar que efeitos que pode gerar no outro o reconhecimento em ser escutado, o que se transforma quando se dispõe a abrir de modo autêntico o *espaço entre*: por exemplo, o surgimento do denegado...

Contribuições...

Quando as pessoas puderam falar sobre suas dificuldades e possibilidades, conseguiram se escutar e potencializar suas redes de apoio, seus recursos

psíquicos, ter um reconhecimento daquilo que estava trazendo sofrimento e produzindo sintomas. Nas tantas interações, entrevistas e conversas, circunscrevemos campos vazios, abrimos espaços psíquicos e criamos diferentes enquadres que permitiram a construção de espaços para diferentes simbolizações³⁹. Juntos, quem escuta e quem fala, sujeitos da transformação. Campanhas de prevenção da Guiné-Bissau, que eram em francês, passaram a ser prioritariamente em português e crioulo; a presença de pessoas usuárias de drogas, homossexuais e travestis começou a ser *considerada* (antes, a negação era completa, as populações eram excluídas das políticas públicas em saúde); os gestores passaram a solicitar formalmente aos consultores externos a transferência de tecnologia para os profissionais locais quando foram realizados treinamentos, por exemplo, em formulação de planilhas; houve incremento da função do Ativista, que não era reconhecido como profissional e passou a ser elemento-chave nas políticas de adesão; a possibilidade de troca entre profissionais de saúde ocidentais e os xamãs locais foi intensificada com ênfase na escuta de parte a parte para compreensão de vínculos e méritos que cada profissional teria junto às famílias

»
*criamos um curso
de transmissão da Psicanálise
em Moçambique que está
no quarto ano de existência, contando
com 27 psicanalistas brasileiros
e 91 alunos moçambicanos*

e às possibilidades de tratamento dos pacientes. As questões relacionadas à infância – orfandade, ablação do clitóris, abandono de um dos gêmeos e a eliminação dos deficientes – foram trazidas à tona com advento de missões internacionais do UNICEF e diversas Organizações da Sociedade Civil locais, com fomento internacional e contrapartidas locais.

Criamos um curso de transmissão da Psicanálise em Moçambique que está no quarto ano de existência, contando com vinte e sete psicanalistas brasileiros e noventa e um alunos moçambicanos – a *Constituição do Campo Psicanalítico em Moçambique*. Do impacto inicial, foi possível construir novos espaços e escutas.

29 E. Goffman. *Estigma*. p. 47

30 E. Goffman, *op. cit.* p. 48.

31 J. Lacan, *op. cit.* p.238.

32 H. Lima. *Nem Tudo é Doença!*, p.87.

33 C. Dunker. *Estrutura e clínica psicanalítica*. p.375.

34 C. Dunker, *op. cit.* p. 135.

35 S. Alonso, *op. cit.* p.22.

36 S. Alonso, *op. cit.* p. 22.

37 I. Parker. *Cultura Psicanalítica*. p.21

38 S. Alonso, *op. cit.* p.8.

39 S. Alonso, *op. cit.* p.3.

Referências

- Alonso S. *A escuta psicanalítica*. Comunicação painel promovido pela Livraria Pulsional/ SP, 1988.
- Alonso S. O tempo na escuta do analista. In *sig – Revista de Psicanálise*, n. 1, 2012.
- Alonso S. “Bons encontros” com o pensamento de André Green. *Percursos: Revista de Psicanálise*. Instituto Sedes Sapientiae ano XXVII. n. 54, 2015.
- Castilho E. *Aids, sida e cida: como ficam nossas Cidas?* Paper, 1987.
- Chiziane P. *Niketche: uma história da poligamia*. Maputo: Capulana, 2018.
- Couto M. *Mulheres de Cinzas*. Maputo: Fernando Leite Couto, 2015.
- Dunker C.I.L. *Estrutura e clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Zagodoni, 2021.
- Dunker C.I.L.; Thebas, Claudio. *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. São Paulo: Planeta, 2019.
- Dunker C.I.L. et al. *Análise Psicanalítica de Discursos – Perspectivas Lacanianas*. São Paulo: Estação Cores e Letras, 2016.
- Dunker C.I.L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. BH, Boitempo, 2015.
- Fernández A. *Los idiomas del aprendente*. BA: Biblioteca Nueva, 2002.
- Freud S. *O infamiliar [das Unheimliche]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- 58 Freud S. *A dinâmica da Transferência*. In *Fundamentos da Clínica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Goffmann E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC, 1981.
- Lacan J. *Livro 1. O Seminário. Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.
- Lacan J. *Livro 7. O Seminário. A ética na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.
- Lacan J. *Livro 8. O Seminário. A Transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988c.
- Lacan J. *Livro 11 Seminário - Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988d.
- Lacan J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988e.
- Lacan J. *Livro 9. O Seminário. A identificação*. Recife: CEF, 2001.
- Lacan J. *Livro 15. O Seminário. O Ato Psicanalítico*. Recife: CEF, 2010.
- Lacan J. *Livro 17. O Seminário. O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Lima H. M. M. *Diagnóstico situacional da Opção B+ nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. (1) <<<https://www.cplp.org/id-2376.aspx>> e (2) <<<https://www.cplp.org/id/4879.aspx>>, 2018.
- Lima H. M. M. *Escuta psicanalítica entre o sofrimento e o sintoma: uma experiência africana*. Monografia para conclusão do seminário *A Escuta Psicanalítica: Tempo, Memória e História*. Instituto Sedes Sapientiae, 2021.
- Lima H. M. M. *Adesão ao Tratamento de aids*. Curitiba: CRV, 2016.
- Lima H. M. M. *Nem tudo é doença*. São Paulo: Iglu, 2014.
- Lima H. M. M. *A prevenção às dst/aids entre jovens universitários de São Paulo – Capital*. Mestrado em Psicologia Social, PUC/SP, 2000.
- Narby J. *Shamans Through Time: 500 years on the Path to Knowledge*. Editora Tarcherperigee, 2004.
- Ocariz M. C. *Sintoma: o curável e o que não tem cura*. São Paulo: Via Lettera, 2021.
- Ortegas M. *O Édipo Africano*. São Paulo: Escuta, 1989.
- Parker I. *Cultura Psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

Psychoanalytic listening in the countries of Portuguese Speaking Countries of Africa

Abstract In this article I bring the report of my experience as a psychoanalyst in public health – in Lusophone Africa. I present some clinical speeches that illustrate this experience and different issues to improve the importance of psychoanalysis on Public Health.: places of listening, transferences, and coping strategies for illness in polygamous, Islamic cultures marked by a deep connection with shamans.

Keywords Psychoanalytic listening; Psychoanalysis in Africa; Xamanism and Psychoanalysis; Psychoanalysis and Public Health.

Texto recebido: 03/2023

Aprovado: 05/2023

Mentiras na infância

criação, luto e negacionismo

Beatriz Martinho Azevedo
Adriana Barbosa Pereira

Resumo Esse artigo foi desencadeado por um processo de supervisão que se deu a partir da escuta das pequenas mentiras de uma pré-adolescente atendida no início da pandemia, seguido pela leitura do texto “Minto, logo existo” da psicanalista Radmila Zygouris. A autora sugere retirar a mentira de uma lógica moralizante, e a aborda enquanto recurso psíquico que protege o sujeito. A psicanalista propõe uma distinção entre a mentira da criança e a do adulto, sobretudo das distorções e negacionismos vistos nas *fake news*. Entende-se que não é sem efeito quando a mentira é proferida por quem ocupa lugares de autoridade, com potencial abertura de uma ferida no valor social da palavra e da confiança no outro. O isolamento da pandemia coincidente com a crise democrática no Brasil, nos ajuda a refletir sobre as saídas encontradas pelas crianças e pelos jovens para fazer anteparo frente ao excesso de proximidade do outro, assim como para processar suas perdas, o que nos serve para além das especificidades desse momento histórico.

Palavras-chave mentira; criança; luto; negacionismo.

Beatriz Martinho Azevedo é psicóloga e psicanalista, bacharel em Psicologia pela PUC-SP e diplomada pela Université Lille 3, França (Licence). Atua em consultório particular e como acompanhante terapêutica.

Adriana Barbosa Pereira é psicanalista e psicóloga (UFMG), mestre e doutora em Psicologia pela USP, professora da PUC-SP. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi, supervisora clínica e institucional em saúde mental da infância e juventude. Coorganizadora do livro *Sonhar: figurar o terror, sustentar o desejo* (Zagodoní, 2021) com Ernesto Coelho Jr; é autora de artigos em várias publicações.

Na infância e na adolescência, as mentiras são muitas vezes palco de conflitos, sobretudo entre crianças e adolescentes e seus educadores. Frequentemente ouvimos pais preocupados com as mentiras de seus filhos, buscando estratégias de especialistas psis ou recorrendo ao lugar pedagógico da escola para que alguém os ajude a interceder em nome da verdade e de alguma retidão moral e de caráter. Também se sentem confusos sobre os limites entre o faz de conta e a crença da própria criança na realidade da sua fantasia, já que não são todas as crianças que anunciam o início da brincadeira de ser-o-que-não-se-é com uma formulação clara como “faz de conta que...”, “finge que...” ou mesmo “mentira que eu era...”. A mentira é tema clássico para a psicanálise na medida em que se ocupa das diversas formas de negação, borra a diferença entre criação e defesa nas fronteiras do mundo interno e do mundo externo, que tocam especialmente as crianças, mas claramente não só a elas.

Da mesma forma, recorrentemente escutamos na clínica como os pais se atrapalham frente aos filhos quando se deparam com verdades que julgam serem duras ou feias demais para eles. Adoções, filhos de um outro casamento ou relação, adoecimento ou morte de outros parentes ou animais de estimação, questões da sexualidade, quebras financeiras, são alguns dos tantos temas sobre os quais ainda se faz segredos, omitidos ou mentidos. São diversas as situações em que os adultos por motivação singulares e transgeracionais mentem ou omitem suas verdades, não raro na intenção de proteger as crianças de algo traumático ou frustrante, e em outras de protegerem a imagem idealizada de si mesmos frente à criança.

Isto posto, fica evidente que não é possível enquadrar todas as mentiras em um mesmo plano. Seria equivocados e simplório afirmar



*no presente trabalho, pensaremos
as mentiras constitutivas e necessárias
em contrapartida aos efeitos
graves do desmentido*

que a mentira é sempre uma transgressão ou que flerta com a imoralidade. Certamente, mentir sobre a paternidade de uma criança não é a mesma coisa que fabular sobre a existência do Papai Noel. Tampouco podem ser tomadas como equivalentes a mentira que um filho conta para os pais e a que os pais contam para um filho.

Assim, no presente trabalho, propõe-se pensar as mentiras constitutivas e necessárias em contrapartida aos efeitos graves do desmentido, quando nega-se um acontecimento importante, seja em âmbito individual ou coletivo, de modo mal intencionado. O ponto de partida para o desenvolvimento do tema foi o caso de uma pré-adolescente que chega para uma de nós em 2020 e que é levada para a outra no contexto de supervisão. Já havia começado a pandemia e esta menina, por volta de seus 12 anos, tinha acabado de receber um diagnóstico de pré-diabetes. Ela era de uma família que gostava muito de doces, em especial um dos pais, com quem ela tinha uma afinidade particular. Seus familiares procuram atendimento bastante alarmados com as “mentiras” (sic) dela, que andava pegando doces escondida na cozinha. Vale dizer que, como é comum, ao chegarmos mais perto vemos que a história não se resume ao pequeno gesto transgressor de roubar doces na madrugada: envolvia sua adoção, os não-ditos do racismo estrutural no contexto de uma família branca que se torna interracial com a chegada desta menina negra, além do lugar de estima que essa família tinha pela educação e pela pedagogia.

A partir da discussão em supervisão, surge a indicação do texto “*Je mens, donc je suis*” [“Minto, logo existo”], escrito em 2002 pela psicanalista francesa de origem iugoslava, Radmila Zygouris. É em continuidade a este trabalho de supervisão,

e posteriormente de tradução e revisão técnica do texto de Zygouris, assim como de sua contextualização e de uma aposta em sua pertinência e atualidade no Brasil de 2022, que se desenvolve o presente artigo.

Radmila, como pode ser lido em seu texto publicado na *Revista Percurso* 69, traz distinções que permitem resgatar uma ética frente à mentira, bem como aponta para a criatividade enquanto um recurso psíquico fundamental. Não, as mentiras não são todas iguais! Diferenciá-las é tarefa necessária na singularidade e no privado da clínica, assim como na vida compartilhada e pública.

A mentira criativa e constitutiva das crianças

Radmila retira, de partida, a mentira de qualquer juízo de valor, afirmando também que todos sabem mentir com maior ou menor habilidade. Isto é, não é necessário um aprendizado específico para que se possa mentir, tampouco mentir depende de um traço de caráter ou se restringe a uma estrutura psíquica específica. Essa formulação aparentemente simples guarda uma posição ética fundamental não psicopatologizante ou moralizante da mentira. A psicanalista aponta que a mentira tem um papel constitutivo, uma vez que se dá enquanto recurso psíquico que protege o sujeito frente ao outro. Não raro, a mentira é uma expressão da possibilidade de existência de um segredo, de um espaço íntimo sobre o qual não se quer ou não se pode partilhar. A autora afirma: “[...] uma criança que não sabe mentir é preocupante. Pois é uma criança que não sabe se proteger.”

A vinheta clínica de um menino de 13 anos, com defesas autísticas, pode ilustrar a importância desta face constitutiva: atendido por uma de nós desde os 11 anos, Paulo⁴⁰ tem dificuldade em suas relações no laço social. Mais especificamente, o limite entre ele e o outro por diversas vezes parecia confuso e pouco consistente. Fosse quanto ao corpo físico ou aos seus pensamentos, a delimitação eu-outro parecia vacilar, ocasionando

episódios em que ora ele invadia o espaço pessoal alheio, ora vivia as entradas alheias como excessivas e intrusivas.

Em acompanhamento terapêutico em uma praça, por vezes ele perguntava para sua mãe qual o nome das crianças com quem havia brincado logo antes, quando ela havia ficado esperando em outro espaço. Esta, como outras falas, denunciava que Paulo tinha dificuldade em discriminar seus pensamentos daquilo que ele havia vivido com o outro. Parecia assumir que, especialmente sua mãe, tão necessária no apoio em traduzir seus comportamentos e suas falas para o mundo, sabia sobre o que ele estava se referindo, ainda que ela não houvesse presenciado determinado evento ou que ele não tivesse contado do assunto para ela.

Já com 13 anos, depois de um conflito com crianças na praça, em que ele havia se comportado de maneira mais agressiva, e de ouvir que aquilo não poderia acontecer novamente, Paulo diz à psicóloga: “Não vai contar pra minha mãe, né? Xiu xiu, segredo!”. O espaço sigiloso lhe foi assegurado, sobretudo entendendo que, neste caso, era mais relevante o anteparo psíquico que Paulo estava construindo como recurso, diferenciando-se de sua mãe, do que o episódio que havia se passado.

Da mesma maneira, professoras começaram a presenciar momentos de raiva de Paulo quando diziam que iam deixar bilhetes para sua mãe em sua agenda contando de certos ‘maus comportamentos’ seus. Foi possível conversar com a escola que a estratégia de escrever para a mãe dele parecia não servir mais para seu caso naquele momento. Salvo situações mais preocupantes, em que a escola deveria acionar os pais, “não contar” de sua vida escolar para a mãe era uma condição para Paulo construir um espaço íntimo, que lhe resguardasse de uma sensação de onipresença dela. Apesar de evidente, vale reforçar que espaços de reserva do grupo familiar, não somente para este menino, são fundamentais para as separações constitutivas entre as crianças e adolescentes e



Paulo diz à psicóloga:

*“Não vai contar pra
minha mãe, né?
Xiu xiu, segredo!”*

suas famílias. Espaços que inevitavelmente foram invadidos pelo isolamento social, impedindo que crianças e jovens contassem com a escola e outros lugares para construção desses refúgios dos olhares da família e dos adultos em geral. Hiatos tão necessários à convivência para ambos os lados, pais e filhos.

De certo modo, a pré-adolescente mencionada anteriormente, ao pegar doces escondida de sua família em sua própria casa, cria um recurso que lhe permite – ao menos em um primeiro tempo – conciliar sua vontade e o ideal sustentado pela família de cuidado com a saúde, de autocontrole, de uma vida regrada e sem excessos.

Em seu texto “Adaptação da família à criança” (1927/2011), Ferenczi aponta este conflito vivido pelos filhos, no qual eles veem suas próprias ideias em contraposição às dos pais:

“As ideias e os ideais à sua volta obrigam também a criança a mentir. [...] As primeiras opiniões da criança são, é claro, as suas: doces são bons, as troças são más. A criança defronta-se então com toda uma série de opiniões diferentes, profundamente enraizadas no espírito de seus pais: os doces são ruins, ser educado é bom. Assim, a sua vivência pessoal efetiva, agradável ou desagradável, opõe-se aos dizeres das pessoas encarregadas de sua educação, pessoas a quem ama profundamente, apesar de suas opiniões manifestamente errôneas, e das quais depende também no plano físico. Por amor a essas pessoas, deve adaptar-se a esse novo e difícil código.” (p. 12)

Neste sentido, pode-se dizer que as pequenas mentiras garantem uma autonomia à criança: é possível para ela preservar suas opiniões, seus desejos, sem que tenha que se ver em conflito explícito com a família ou com quem ama, ainda que ele ocorra internamente. Desse modo, quando

1 Nome fictício.



*a primeira distinção
que Radmila propõe é justamente
quanto à diferença entre
a criança e o adulto*

adotada provisoriamente, não indica um problema grave, mas um processo de separação do outro subjetivante. Por outro lado, é quando fixa uma saída única frente ao conflito que a mentira ganhará outro sentido.

É precisamente neste ponto que Radmila situa a mentira como um recurso de criação, assim como a brincadeira e o faz-de-conta: neles, a criança pode conceber uma outra realidade possível frente à indocilidade do objeto. Isto é, pode conciliar seus desejos com a realidade, com a ilusão necessária de que pode manipulá-la como massa de modelar, se não na totalidade, nas frestas, dando outra forma, oferecendo plasticidade para uma experiência com o outro que muitas vezes inclui doses de frustração e algum grau de submissão à autoridade dos adultos.

Se por um lado servirá de alerta constatar que uma criança não sabe mentir e não criou este anteparo protetor que a resguarda frente ao outro, por outro também causará preocupação aquelas que mentem cronicamente – situação que também se difere dos momentos em que as crianças estão testando a atenção dos adultos sobre elas, sua inteligência, em quais mentiras eles caem, assim como testam a veracidade do que os adultos falam.

E como não é incomum os adultos serem aqueles que contam histórias mirabolantes, convidando a criança para a fabulação, não é raro que elas também sondem os momentos de seriedade e de ficção nesse jogo. Ou que façam perguntas tão desconcertantes que toquem os limites dos segredos dos adultos. A mentira dos adultos sobre a sexualidade, quando a curiosidade das crianças os toma como alvo, é um assunto das origens da psicanálise. Em seus artigos sobre a sexualidade infantil, tanto Freud (1905) quanto Ferenczi (1908) apontam como as mentiras dos

adultos sobre o nascimento dos bebês, sobre a diferença anatômica entre os sexos e sobretudo sobre o prazer sexual produzem um grande des-serviço à confiança da criança sobre seu pensamento, sua percepção e suas sensações corporais, criando inclusive um curto circuito na experiência de prazer. “Como me dizem que eu não devo me tocar que isso pode me fazer mal ou trazer doenças se é gostoso quando faço isso?”

Para pensar a mentira e seu papel constitutivo, assim como a diversidade no espectro do mentir, a primeira distinção que Radmila propõe é justamente quanto à diferença entre a criança e o adulto. Se por um lado pode-se dizer que a mentira da criança não se distingue daquela do adulto quanto à natureza, sendo da mesma ordem desta última, existe uma dissemelhança quanto à posição ocupada por cada um dos dois. Já em *Ah! As belas lições!* (1995), a autora insiste naquilo que, para ela, o texto de Freud explicita e ao mesmo tempo apaga: ao introduzir a ideia de que as crianças apresentam, também elas, desejos sexuais, deixa em segundo plano a existência desta diferença, criança/adulto (p.32). Pode-se entender, portanto, que antes mesmo de se dar conta da diferenciação sexual, a criança percebe que existe uma dissimetria entre o lugar que ela ocupa e aquele ocupado por um adulto: “Pois o que predomina, ao contrário do que se afirma geralmente, não é a diferença dos sexos, é a diferença criança-adulto.” (p. 16)

Assim, ela irá afirmar que a criança não corresponde ao ideal de pureza e ingenuidade que os adultos comumente atribuem a elas e que, se em algum momento é possível dizer que a criança seja inocente, essa inocência se encontraria justamente na credulidade da criança no adulto. Isto é, ela, em sua posição de dependência do adulto no que tange às necessidades mais concretas, assim como no âmbito afetivo, partiria da crença de que este, em toda sua suposta potência, não precisaria mentir. É então, quando descobre a mentira do adulto, que, segundo Radmila, seu mundo infantil desmorona. Ferenczi (1927/2011) situa neste ponto uma das maiores dificuldades vividas pela

criança: a percepção de que o elevado idealismo que tinha sobre estes adultos não corresponde à realidade. Ele vai dizer:

“Mesmo os pais tão venerados não dizem sempre a verdade, mentem deliberadamente e, segundo eles, no interesse único e exclusivo da criança. Mas, uma vez que a criança tenha tido essa experiência, torna-se desconfiada.” (p.12)

Desta forma se diferem as posições da criança e do adulto, já que este é responsável por interpretar o mundo e garantir a lei, e é na fissura desta imagem ideal dos pais para a criança que algo de sua inocência infantil se rompe. Aqui, cabe acrescentar que este momento de ruptura para criança, embora apareça como traumático na vivência infantil, dificilmente pode ser evitado. Ou seja, trata-se mais das desconstruções constitutivas da idealização e da onipotência, nesse caso paterna. Afinal, tão perigoso quanto uma pessoa que não sabe mentir e, portanto, não apresenta anteparos que a resguardem minimamente frente ao outro, é aquela que não pode suportar a mentira alheia. Assim, poder desconfiar do outro e não crer fielmente em todo interlocutor é também uma defesa que previne que o sujeito não se coloque de modo demasiadamente inocente diante do outro, de suas histórias e interpretações, colocando em risco a existência de sua própria subjetividade.

Para além disso, Radmila sugere pensar a mentira de outro modo que não o de buscar aquilo que a antecedeu no intuito de encontrar algum suposto significado inconsciente que estaria escondido por detrás. Ao invés disso, irá propor que a mentira seja analisada a partir da função que ela vem a ocupar. Por exemplo, em sua função de sobrevivência, quando ela é a única maneira de se salvar frente à possibilidade de perda de amor do outro, de punição ou de vergonha. Será sempre necessário se aproximar do singular de cada situação que envolve uma mentira para entender sua função, ou seja, se trata mais de um dilema ético do que uma solução moral antecipada.

Como veremos mais adiante, estaremos ainda frente a outro problema quando a criança

»»

*Marcia Schivartche abre uma reflexão
quanto à mentira contada pelos
pacientes e a posição do analista
quanto ao manejo frente a ela*

está identificada com um adulto que nega sua experiência e desmente o que ela viveu (Ferenczi, 1927/2011).

Em seu artigo “A mentira contada em análise”, Marcia Schivartche (2018) abre uma reflexão quanto à mentira contada pelos pacientes e a posição do analista quanto ao manejo frente a ela. Em articulação com as ideias propostas por Radmila, a autora sugere que não se tome um viés moralista diante da mentira do espaço analítico. Ela defende que o trabalho em questão não se trata de averiguar a realidade, tampouco de confrontar o real que o paciente nega, mas sim buscar entender a mentira a partir da função que ela vem a cumprir no singular de cada caso, sublinhando que por vezes a mentira permite ao sujeito se proteger e tornar a vida mais suportável.

De maneira análoga ao trabalho com os sonhos em análise, a mentira na transferência apresenta também um conteúdo manifesto e um conteúdo latente, que não devem ser ignorados:

“A mentira é mais um elemento a ser analisado, não devendo ser temida. No manejo transferencial, é preciso estar atento ao conteúdo da mentira que é construído a partir da fantasia, o que deve ser igualmente analisado, e o uso dela apreendido a partir de sua função.” (p. 278)

Transpondo essa mesma lógica, entende-se que ao mentir a criança e o adolescente dizem algo de sua posição frente ao outro e de como desejam se situar nesta cena. Afinal, como questiona Schivartche, “O paciente ao mentir não estaria dizendo algo do próprio desejo?” (p.265)

A mentira, assim, apresenta-se como uma manifestação significativa dos desejos encobertos, na qual não é possível deixar de lado o endereçamento a este outro a quem ela é contada.



*a pandemia contribuiu
para uma aproximação forçada
entre os membros da família*

Pandemia, luto e negacionismo

Com a chegada da pandemia em 2020, houve a adoção de protocolos de quarentena e isolamento, ainda que não pela totalidade da população. Também as escolas, esse segundo espaço e grupo social das crianças, encontraram-se fechadas para as atividades presenciais durante meses, com as aulas transpostas para o contexto virtual. Esse panorama contribuiu para uma aproximação forçada entre os membros da família. Muitas relataram as boas surpresas desses encontros, mas não foi sem mobilizar a criatividade de cada um. Certas famílias viveram mais juntas do que nunca, isoladas em suas casas por extensos períodos, vivenciando uma rotina sem os lugares e atividades que geralmente criam anteparos intrafamiliares, como o trabalho, a escola, e os espaços de lazer. Nesta conjuntura, fosse frente aos excessos de outro, fosse frente ao horror próprio da pandemia e do contato com a morte - pessoalmente ou através das notícias sobre seus alarmantes números - a mentira foi por vezes um recurso de crianças e adolescentes para responderem e se protegerem da indocilidade do objeto em uma realidade tão adversa, inclusive com uma limitação da convivência social que em muitos casos se restringiu à família nuclear. Se muitos relatam o prazer de um resgate do convívio mais direto e mais intenso com as crianças durante o período de isolamento social, essa experiência tem também sua outra face de intensificação de conflitos e necessidade de construção de outros espaços de privacidade e afastamento.

Vale ressaltar que não cabe aos adultos fazer “vista grossa” às mentiras das crianças e isto tampouco é o que Zygoris defende no texto já mencionado. Os adultos não podem ignorá-las

e muito menos fingir não vê-las. É necessário que estas sejam reconhecidas e apontadas para a criança, que ela saiba da ciência do adulto. Conduta que difere significativamente de uma hiper moralização da mentira ou até mesmo, nos tempos atuais, de sua psicopatologização, que cria uma espécie de profecia auto realizável quanto ao que a criança virá a ser no futuro, como se pudesse haver a identificação precoce de uma fragilidade de caráter que apontasse para os riscos, por exemplo, da criança tornar-se criminosa. Entender a mentira em seu lugar estruturante e criativo coloca o adulto em posição de reconhecê-la quando a criança a coloca em cena, sem que isto tampouco tenha de ser hipervalorizado se não se configura como uma saída fixa e única do conflito.

Em seu texto, Radmila libera a mentira do julgamento moral, mas certamente não para autorizá-la indiscriminadamente - sobretudo em determinados contextos sócio-políticos. O Brasil e outros países vêm enfrentando ondas conservadoras e líderes que tomam posições assumidamente negacionistas, no que tange a fatos e registros históricos ou a estudos científicos e à pesquisa. As relações sociais e comunicações realizadas por meio digital e em mensagens curtíssimas favorecem o falseamento e a simplificação da realidade. Não é preciso ter ilusões sobre a realidade objetiva para assumir que há uma diferença significativa entre reconhecer as múltiplas interpretações dos fatos históricos e o negacionismo como manipulação política.

Em “Adaptação da família à criança”, Ferenczi (1927/2011) afirma que “o homem é o único ser vivo que mente” (p.11)”. Se podemos compreender a mentira como um fenômeno articulado aos seres humanos enquanto seres de linguagem, por outro, nos últimos anos vem acendendo um tipo bastante particular de mentira. No fenômeno das *fake news* produz-se uma banalização em massa da mentira, em que a propagação de informações, não somente distorcidas, mas completamente falsas, são utilizadas amplamente e de modo perverso como forma de promoção política. Nos últimos anos convivemos cotidianamente com

fake news, e se em algumas situações há difamações que são penalizadas (quando está clara sua autoria), pode-se dizer que em outras esse tipo de mentira foi sendo de certo modo admitido socialmente. Tanto pela dificuldade neste controle quanto pela falta de força política e penal para punir os emissores da notícia falaciosa.

Não é sem efeito quando a mentira é proferida por quem ocupa lugares de autoridade – sejam estes os de pais, mães e outros educadores ou de altos cargos públicos na política. Nisto pode-se dizer que a mentira da criança, que fabula uma outra realidade imaginada, ou até a que mente para proteger-se e não se deparar com uma situação conflitante, está radicalmente distante das distorções e negações de informação e do mau-caratismo que obstrui o diálogo democrático.

Se por um lado pode-se dizer que as mentiras dos políticos sempre existiram, por outro, é necessário diferenciá-las do desmentido das vivências coletivas de perda e de horror por parte das autoridades e instituições supostamente em posição de garantir a lei. Contrariamente a este segundo e seus potenciais efeitos nocivos, faz-se necessário reconhecer e legitimar estas vivências coletivas

Ainda no que tange ao contexto particular trazido pela pandemia, Kupermann (2021) aponta três tipos distintos de negacionismo: o pragmático, o hipócrita e o ilusório. O primeiro deles se relacionaria majoritariamente com pessoas de classe social menos favorecida socialmente, que estiveram impedidas de realizar distanciamento social sob a premissa de que era necessário trabalhar – importante dizer, em sua maioria sem que lhes fossem oferecidos auxílios, recursos ou logísticas que alargassem as possibilidades de isolamento temporário. Fossem funcionários e empregados que não tinham possibilidade de escolha pelo trabalho remoto, fossem pessoas cuja qualidade de vida e alimentação da família dependia de sua renda a curto prazo. Neste caso, pode-se dizer que o negacionismo blindava estes sujeitos “da angústia frente aos riscos da doença e às ameaças de morte”, de modo que as notícias de altas de morte por Covid e o cenário de horror



*Kupermann aponta três tipos
distintos de negacionismo:
o pragmático, o hipócrita e o ilusório*

que assolou tantos países não os impedisse de realizar suas jornadas de trabalho, de pegar transporte público sem máscara ou de ficar expostos ao risco de contaminação pelo vírus.

O negacionismo hipócrita, por sua vez, abarcaria segmentos mais favorecidos da população, cuja situação financeira e de trabalho, inversamente ao primeiro caso, garantiria a possibilidade de um isolamento seguro e confortável. Aqui, diante da certeza de um atendimento de qualidade em saúde caso necessário e dos privilégios garantidos a essa parcela da população, o negacionismo se revelaria através de uma insensibilidade do sujeito frente ao sofrimento do outro. O autor relaciona este tipo com o que Freud (1921) nomeou “narcisismo das pequenas diferenças”: o sujeito, sabendo que sempre poderá contar com estes privilégios e com atendimento de saúde de qualidade caso precise, ignorava e negava o perigo que o vírus apresentava, adotando condutas de risco para si e para os outros em seu entorno, muitas vezes para desfrutar sem entraves de seus lazeres, festas, viagens.

Aponta ainda que o negacionismo hipócrita se relaciona diretamente com o falso dilema criado por “setores do governo e do empresariado segundo o qual deveríamos escolher entre salvar vidas [...] ou salvar a economia.” Lógica sustentada para que trabalhadores não deixassem de trabalhar e para que setores produtivos não perdessem seus lucros.

Enquanto isso, o negacionismo ilusório se relaciona com a regressão a uma onipotência maligna e arrogante, advinda das defesas do sujeito frente a uma situação em que ele se encontra em “estado de extrema impotência e vulnerabilidade”:

“O negacionismo iludido se pretende mais poderoso frente aos riscos e mais sabedor dos fatos do que



*o grande fator que aumenta
enormemente o potencial traumatizante
de uma experiência é o desmentido*

efetivamente é, sendo que sua onisciência alimenta teorias da conspiração paranoicas [...] – recordamos a acusação do ex-ministro da educação de que o novo coronavírus seria uma criação incentivada pelo Partido Comunista Chinês [...]” (p.150)

O autor lembra também da insistência com que o então presidente em exercício, Jair Bolsonaro, promoveu a cloroquina quando esteve contaminado, contrariando a ausência de pesquisas e estudos científicos que comprovassem sua eficácia contra o coronavírus, além de desincentivar a vacinação da população.

Kuperman afirma que, em se tratando das singularidades subjetivas, o negacionismo é uma defesa psíquica. No entanto, aponta igualmente que, no contexto da pandemia, se tratou de um ato político cujos reflexos se dão no coletivo e que, trazendo graves problemas de saúde física e mental, necessitam de tratamento tanto social quanto político.

Aqui, a distinção proposta pelo autor quanto a estes três perfis de negacionismo traz outras nuances quanto à relação com a verdade e as defesas frente à realidade, permitindo inclusive um recorte socioeconômico de leitura. Assim como não se equivalem as mentiras do adulto e da criança, diferem também a postura daqueles que negaram a gravidade dos acontecimentos de modo a se protegerem psicologicamente do medo e da ansiedade frente à necessidade de trabalhar, de quem o fez para se prevenir contra a perda de prazeres e satisfações individuais que implicavam em riscos coletivos. Ou ainda, dos discursos que negavam os esforços e avanços científicos, bem como as informações de prevenção e promoção de saúde como forma de ganhar poder e visibilidade midiática, ainda que isto tivesse como custo a morte

de milhares de pessoas que se super expuseram ao vírus por conta desta contra-informação.

Desta forma, a naturalização de mentiras travestidas de notícias e o ato de que qualquer afirmação, sem fundamentos, tenha sido veiculada por representantes públicos de poder político, predispõem a população à alienação de massa, tão bem descrita em *Psicologia de massas e análise do ego* (1921). O estatuto da lei fica perturbado de modo significativo, bem como mais restritas e empobrecidas ficam as possibilidades de um pacto compartilhado, abrindo-se uma nefasta e duradoura ferida no tecido social e em seus laços.

Em contrapartida à mentira constitutiva contada pela criança, como tentativa de salvar a si mesma – ainda que uma tentativa breve, como segundo o ditado de que “mentira tem perna curta” –, podemos situar os impactos nocivos e traumatogênicos do desmentido, tal como sugere Sándor Ferenczi (1927/2011). Ferenczi aponta que embora várias experiências tenham alto potencial traumático, elas não o serão necessariamente, a depender do modo como são acolhidas e reconhecidas. O grande fator que aumenta enormemente o potencial traumatizante de uma experiência é o desmentido, o silenciamento, o não reconhecimento do vivido, tendo um impacto significativo no processamento da realidade da criança.

Quando uma experiência de dor, de trauma e de excesso não é reconhecida ou testemunhada por um adulto que a legitime, a percepção afetiva da realidade por parte da própria criança fica abalada. Fica abalada a confiança no adulto, que ocupa lugar de autoridade e é intérprete de sua experiência com o mundo, o que perturba também a confiança em sua própria percepção, já que submete a percepção da criança à mentira do adulto. Assim, o comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu um trauma imprime uma marca que determina, em maior ou menor grau, o caráter traumático deste evento. São, desta maneira, duas surpresas excessivas: a violência do vivido e a reação desqualificadora própria do desmentido do adulto, que coloca em

dúvida o que aconteceu e põe em xeque a auto-percepção da criança.

O reconhecimento e a atribuição de sentido para uma experiência de violência, portanto, fazem toda a diferença no modo como ela pode ser escrita, elaborada e reconhecida, transformada em memória. Ferenczi aponta que os choques que inevitavelmente acontecem podem não deixar sequelas neuróticas ou de traumas precoces se os cuidadores e o ambiente acolherem estas violências. Vale ressaltar aqui que a noção de ambiente deve ser ampliada para além dos cuidadores da mãe, do pai ou dos adultos encarregados da criança, abarcando inclusive a sociedade civil, bem como o Estado e as instituições que dele fazem parte. Originalmente formuladas no contexto das psicodinâmicas intrafamiliares, vemos a potência dessas noções quando são estendidas, com o rigor que isso requer, para uma interpretação da cultura.

Quando o desmentido é vivido social e politicamente, existe um impacto coletivo que dificulta a elaboração e a subjetivação dessas experiências, já que certas vivências não devem ser privatizadas ou analisadas de modo estritamente particular ou isolado na esfera individual. É arriscado do ponto de vista da construção da memória histórica que o luto não seja vivido pública e coletivamente. De modo que as vivências de horror decorrentes da pandemia ganharão destinos mais metabolizáveis em cada psiquismo se tiverem lugar não apenas no âmbito individual e privado, mas também nos testemunhos coletivos, em um lugar público no qual seja possível o compartilhamento e a elaboração.

Poder legitimar o ocorrido é uma forma de compreensão autêntica que o adulto constrói na relação com a criança. Evidentemente, não é possível protegê-las completamente do mundo, assim como tampouco deseja-se que elas estejam inteiramente expostas ao horror. Resguardar totalmente as crianças seria uma missão impossível, já que elas são sensíveis e atentas às experiências afetivas e compartilhadas, mesmo quando não narradas explícita e verbalmente. Justamente

»»

as fake news desprotegem o sujeito e alteram sua capacidade de confiar em si mesmo e na realidade que é percebida

por isto, faz-se necessário reconhecer essas experiências, o que leva o adulto a uma posição bastante particular de não expor em excesso a criança e o jovem, mas por outro lado de não desmentir aquilo que lhes é perceptível.

Assim, se por um lado, a mentira da criança a protege e lhe serve como um recurso psíquico, pode-se dizer que as *fake news* desprotegem o sujeito e alteram sua capacidade de confiar em si mesmo e na realidade que é percebida. Entende-se este segundo tipo de mentira e o negacionismo como uma forma em que o desmentido aparece em um âmbito macro, social e coletivo por parte das autoridades supostamente guardiãs da lei e asseguradoras de direitos. Salvo que nesse caso não é diante da não onipotência do adulto que a criança estará, mas da tentativa, de caráter mais duvidoso, de uma manipulação do outro e do resguardo de uma onipotência, sempre falsa.

Se a primeira mentira é constitutiva e criativa, esta outra apresenta potenciais efeitos nocivos. Fala-se aqui dos impactos psíquicos e sociais da negação do risco da morte durante a pandemia, assim como da falta de rituais de luto e de possibilidades de seu reconhecimento. Elementos tantas vezes presentes no discurso e nos atos de representantes políticos, que estariam em posição de promover proteção e bem-estar social.

Para além das predisposições singulares intrapsíquicas, o trabalho de sofrimento, de tratamento da dor e do excesso do trauma, é atravessado pelo ambiente e pelos outros, elementos fundamentais frente ao destrutivo da catástrofe. Daí o impacto e os riscos que os desmentidos sociais produzem, uma vez que podem desembocar em traumas desestruturantes que rompem com a condição de elaboração individual e coletiva, da ritualização do mundo.

Na pandemia, mas não somente, viveu-se o esgarçamento do ambiente em sua dimensão social: nas evidentes tentativas de desmontagens do SUS, dos programas de assistência social, que dialogam com o aumento de famílias em situação de insegurança alimentar e fome nos últimos anos; nos rombos nos investimentos educacionais e no aumento da violência doméstica. São estes apenas alguns exemplos daquilo que se agravou nos últimos anos no Brasil e junto à crise democrática.

Deste modo, a pandemia, apesar de seu alto potencial traumático e desestruturante, não tem seus efeitos preestabelecidos de antemão. Ao contrário, sua conjuntura pede um outro posicionamento frente a estas vivências: que possam prevalecer respostas que deem lugar ao trabalho de apropriação de uma experiência, sobretudo diante de uma perda coletiva desta dimensão.

Referências

- Ferenczi Sándor. *Psicanálise e Pedagogia* (1908). *Obras completas, Sándor Ferenczi – Psicanálise 1*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi Sándor. *A adaptação da família à criança* (1927). *Obras completas, Sándor Ferenczi – Psicanálise 1v. 2*. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Freud Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (O caso Dora) e outros textos (1901-1905)*. *Obras completas, vol. 6*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Freud Sigmund. *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 18*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Kupermann Daniel. *A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do “bom ar”*. In: Staal A.; Levine H. B. (orgs.). *Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual*. São Paulo: Blucher, 2021.
- Schivartche Marcia. (2018). *A mentira contada em análise*. *Revista Psicologia*, 27(2), 263–285.
- Zygouris Radmila. *Je mens, donc je suis*. *Épistolettre n. 25*, 2002.
- Zygouris Radmila. *Ab! As belas lições*. São Paulo: Escuta, 1995.

Aposta-se aqui que o trabalho de psicanalistas esteja justamente nesta sustentação: de uma tentativa de fazer com que esse abalo, essa perda narcísica inevitável que nos ocorreu socialmente, possa encontrar formas diversas de reconhecimento e de elaboração da dor. Em âmbito individual e privado, mas principalmente de lutos coletivos e públicos. Aposta que a psicanálise e sua ética, enquanto lugar que permite criar condições para construir narrativas e “dessilenciamentos”, possa contribuir para resgatar formas de revitalização, de reerotização e, de certo modo, sustentar a esperança a partir do trabalho de desfazer os desmentidos pública e coletivamente.

Fica a intenção de que o debate sobre a mentira e o desmentido invoque a necessidade de construção de testemunhos singulares, coletivos e públicos e contribua para a escuta e a interpretação tanto na clínica, quanto fora dela.

Lies in childhood: upbringing, mourning and denialism

Abstract This work is the result of a supervision process based on the case of a pre-adolescent girl assisted at the beginning of the pandemic, followed by the reading of text “I lie, therefore I am”, from the psychoanalyst The author suggests removing the lie from a moralizing logic, approaching it instead as a psychic resource that protects the subject. The psychoanalyst proposes a distinction between the lie of a child and that of an adult, above all quite different from the distortions and negationism seen in the fake news. It is understood that when a lie is uttered by those who occupy positions of authority it is not without effect, potentially opening a wound in the social fabric. Still, in times of pandemic isolation coinciding with the crisis of Brazilian democracy, it is necessary to reflect upon what resources children and youngsters have found to be able to protect themselves in the face of the other, as well as to process their losses, which extend beyond the specificities of this historical moment .

Keywords lie; child; mourning; negationism.

Texto recebido: 03/2023

Aprovado: 04/2023

O quarto golpe

Rodrigo Blum
Paulo Cesar Endo

Resumo O quarto golpe narcísico é o ponto de partida e chegada deste artigo. Para tanto, iremos analisar de que forma a íntima relação entre verdade e mentira se entrelaçam numa época dominada pelo fenômeno denominado pós-verdade. No entanto, não é exatamente a força difusora das *fake news*, nem mesmo a oposição verdade/mentira o que nos interessa investigar neste artigo. O que provoca interesse e curiosa investigação é a profunda ligação deste fenômeno com as formas de subjetivações, ou ainda, as convicções e crenças que se aglutinam e se compactam em torno dos narcisismos produzindo cinzas.

Palavras-chave Pós-verdade, *fake news*, narcisismo, golpe.

Rodrigo Blum é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso Conflito e Sintoma do ISS.

Paulo Cesar Endo é psicanalista, pesquisador e professor livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo-USP, coordenador do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

Poucos se lembrarão que em 19 de agosto de 2019, às 15 horas, a tarde virou noite em São Paulo. De uma hora para outra a cidade entrou dentro de uma nuvem negra e espessa. Uma grande fumaça vinda de queimadas contribuiu para a escuridão, segundo especialistas. Como vítimas passivas de um filme de terror, a impressão do apocalipse parecia real e, sobretudo, prenunciava os tempos sombrios. Seríamos engolfados pela sombra do mal e das profundezas de um destino de horrores que parecia anunciar-se naquela tarde sinistra e escura em plena luz do dia. As nuvens que se avolumavam nos céus de São Paulo carregavam as cinzas de um mundo pós-identitário e pós-apocalíptico onde matas, mamíferos, acervos, museus e pessoas são carbonizados na lógica da pós-verdade. Em um cenário ausente de castração e repleto de violência, o cheiro de corpos incinerados nos remete a outras cinzas, efeito da resolução de singularidades em pó. Confundidas em uma espessa camada de pós-ultramodernidade, as queimadas de uma civilidade funesta passam a ser entendidas como meritocracias. Sobrevivem os melhores? Os mais fortes? Os armados? Os boçais? A lógica pós-moderna, ou ainda, da pós-verdade, estabelece o cinza como cor natural e o carbono como lei imperial. Na era da mentira o que se diz não se escreve, ou quando se escreve não se assina e, imediatamente, prescreve. Essa é a lei das queimadas. Queima-se o que se escreveu, carboniza-se o que se plantou, e destrói-se o que levou tempo para, enfim, existir. O contraste entre dia e noite, certeza e dúvida, espanto e mistério, verdade e mentira flutuava como uma nuvem enigmática sobre todos. Uma pergunta, no entanto, apresentava-se em meio a tanto estranhamento: será que vai chover?



*o que mal se sabia era
que a verdade, essa tão preciosa
certeza, estava sob suspeita,
ou ainda, não seria mais
possível afirmar que onde
há fumaça há fogo!*

A chuva é uma certeza. Certeza fenomenológica da natureza. Certeza de um Real inquestionável e inegociável. Certeza da verdade da rocha dura que cairia dos céus e apagaria todas as catástrofes, lavaria todas as almas e reinventaria um mundo que não pôde ser.

Mas não choveu! Um dia de noite imperou e a previsão de dias melhores soçobrou em espanto.

A nuvem de fumaça dissipou-se ao longo do dia e a noite que era dia encontrou-se com a noite do dia. A escuridão não mais desapareceu, muito ao contrário, o passar do tempo mostrou que o prenúncio dos tempos de horror não eram somente um anúncio prévio, mas uma certeza terrível de um futuro sombrio, triste e mortífero.

Rapidamente as certezas científicas dos meteorologistas trataram de nos resgatar da espessa incerteza negra que nos envolvia. Muito claramente, por mais paradoxal que possa parecer, a explicação parecia lógica: “O material particulado, oriundo da fumaça produzida por esses incêndios silvestres de grande porte que estão acontecendo na Bolívia, conjugado com o ar frio e úmido que está no litoral de São Paulo, causou a escuridão”.¹

Pronto, estávamos explicados!

A ciência, com sua metodologia determinada e sapiência inequívoca, revelaria sua verdade, pronta para nos resgatar da ameaça apocalíptica. O que mal se sabia era que a verdade, essa tão preciosa certeza, estava sob suspeita, ou ainda, não seria mais possível afirmar que onde há fumaça há fogo! E sol a pino não significava mais dia.

Voltemos então para 2016, importante ano para o Brasil. E para o mundo também. Na esfera política seria fácil afirmar que a palavra “golpe” de longe seria o termo correto nos próximos quatro anos no Brasil. Porém, não foi essa a escolha da Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, como palavra de língua inglesa do ano, mas sim *post-truth* [pós-verdade]. A instituição definiu a “pós-verdade” como um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”².

A fumaça vinda das queimadas da região amazônica que encontrou a frente fria do litoral paulistano, gerando uma camada espessa de nuvem escura, não era apenas um prenúncio dos tempos futuros, mas um sintoma de uma fogueira profunda e altamente contagiosa de tempos atuais. O desmatamento provocado pelo atributo de pós-verdade, aliado à selvageria humana de destruição das verdades e dos fatos, ganhou ares de realidade em uma dimensão inimaginável. A maliciosa aliança entre a descrença e a crença absoluta, estabeleceram um campo fértil para a verdade da mentira. As chamadas *fakes news* passaram a fazer parte dos meios de comunicação em massa e sobretudo da teia discursiva de um mundo dominado pelo imperativo contagioso de uma falsa notícia que se espalha como um vírus pandêmico.

A difusão de informações falsas e seu alto contágio é certamente resultante de uma extemporaneidade na qual o fenômeno da pós-verdade é talvez seu representante mais fiel. Não somos mais contemporâneos e o tempo não nos aglutina desde que o tempo de morte de uns se tornou o tempo de exultação e júbilo de outros.³

No entanto, não é exatamente a força difusora das *fake news* nem mesmo a oposição verdade/mentira que nos interessa investigar neste artigo. O que provoca interesse e curiosa investigação é a profunda ligação deste fenômeno com as formas de subjetivações, ou ainda, as convicções

e crenças que se aglutinam e se compactam em torno dos narcisismos primários, produzindo cinzas. Cinzas nesse caso é prenhe de significados justapostos. São as cinzas dos pactos, regras, leis que se esfumaçam fazendo proliferar uma miríade de microgrupos que possuem e defendem uma verdade única e sem poros que, por sua vez, remonta e exerce o ódio como afeto primário impossível de deslocar-se: impossível não odiar.

Antes de discorrermos acerca do objeto central deste trabalho, qual seja, o quarto golpe narcísico, será fundamental fazermos uma importante discriminação entre mentira, desmentira e pós-verdade. De muitas maneiras poderíamos iniciar esse longo percurso divisório desses diferentes conceitos, no entanto, vamos tomar um caminho que nos parece central: o conceito de verdade. Verdade aqui será entendida do início ao fim como ato discursivo, e, como tal, não se pode concebê-la forçadamente duradoura, tampouco absoluta.

Ao partirmos da ideia de que a verdade é um ato de linguagem e que seus efeitos são invariavelmente submetidos aos princípios de uma realidade subjetiva, aproximamos em muito o conceito de verdade do crivo de uma interpretação. A verdade dos fatos deixa de se apresentar como dado de uma realidade minimamente compartilhada, para assumir uma narrativa detentora de uma propriedade que em si só se torna um fato absoluto.

»
“à política fundamentada no ideal
de uma identidade pura advinda
do sangue e do solo e baseada
no idêntico – a raça em última
análise –, Freud contrapõe os achados
psicanalíticos da irreduzível divisão do eu

[B. Fuks]

Assim, o que torna verdades parciais não compartilháveis e mina as possibilidades do consenso não são as possíveis e distintas interpretações possíveis e infinitas inerentes ao próprio ato discursivo, mas a recusa prévia de qualquer possibilidade de consenso em função de uma verdade que antes, e em si, já é absoluta. Como tal, portanto, deixa de ser um ato de linguagem para tornar-se coisa, objeto sólido e inquebrantável que se atira, golpeia-se, arremessa-se contra outrem, ato contínuo, também convertida em coisa a ser destruída.

No percurso freudiano entre *Totem e Tabu* (1913) e *Moisés e o Monoteísmo* (1938) pistas foram deixadas no que tange à ausência da responsabilidade no desfecho do assassinato do pai nas duas obras, no recrudescimento do ódio como modo de transmissão que faz soçobrar o exercício da linguagem.⁴

Como observa Fuks em “O homem Moisés e a religião monoteísta” como uma réplica à discursividade nazista:

À política fundamentada no ideal de uma identidade pura advinda do sangue e do solo e baseada no idêntico – a raça em última análise –, Freud contrapõe os achados psicanalíticos da irreduzível divisão do eu. Qualquer que seja a identidade cultural, ela só se realiza como um jogo transitório de diferenças e antagonismos as identificações como um jogo minado e redesenhado pela memória de uma escrita de traços e letras intraduzíveis – a herança arcaica –, mas por outro lado, traduzíveis, na medida em que são lidos e narrados. Tal foi a réplica freudiana

- 1 G1. “Dia vira ‘noite’ em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia”, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- 2 Cambridge Dictionary. “Post-truth”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/post-truth>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- 3 Ver Endo, P. C. “A dor dos recomeços: luta pelo reconhecimento e pelo dever histórico no Brasil”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, v. 2, p. 50-63, 2009.
- 4 Ver Endo, P. “A ressurgência do tirano como inscrição denegada da constituição da fratria”. *100 anos de Totem e Tabu*. Orgs: Betty Fuks, Nestor Braunstein, Carina Basualdo. Rio de Janeiro: Contra-capla, 2013. Ver também: Fuks, B. *Freud e a Judeidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Nesses textos pode-se encontrar reinterpretaciones dessas obras deflagradas em períodos de crise e dor que Freud sempre buscou superar pelo ofício da escrita, provocando a psicanálise a dizer o que, até então, calava.



*ainda que mentira e pós-verdade
possam se aproximar no que
concerne popularmente à ideia
do que é fake news, é fundamental
observarmos diferenças
essenciais entre esses dois
fenômenos discursivos*

ao discurso nazista, que, sob o registro da identificação mimética a seu líder, terminou fabricando uma máquina de transformar alteridades em cadáveres⁵.

É nesse contexto de identidades sem alteridades e verdades sem fatos ou de fatos sem lastros que vamos encontrar o conceito de pós-verdade. Se a mentira está diretamente ligada à própria constituição subjetiva dos sujeitos, já que é da propriedade humana um autoengano ao estabelecer uma crença na existência da espécie; a pós-verdade é o ato subversivo da realidade fatural. Ainda que mentira e pós-verdade possam se aproximar no que concerne popularmente à ideia do que é *fake news*, é fundamental observarmos diferenças essenciais entre esses dois fenômenos discursivos. Para começar, é importante ressaltar que o prefixo “pós” adicionado ao substantivo verdade parece não significar, logicamente, nem um período após a verdade em termos temporais, tampouco totalmente a sua descredibilização.

O que se pode afirmar é que a questão está intrinsecamente associada a uma superação do desejo de verdade, ao menos no que se refere a uma verdade alheia, “escutável”, compartilhável e efeito da possibilidade da dúvida. Ou seja, um desinteresse dos sujeitos em estabelecer uma busca heurística das verificações dos fatos, ou ainda, mais vale a manutenção das crenças, convicções e identidades como redutos privados de poder, do que dúvidas, ideias e conhecimento no jogo aberto das identificações. Isso na pior das hipóteses. Na melhor seria uma recusa absoluta ao

diálogo pautado por argumentos, ideias e possível aprendizagem mútua. É a declaração do fim da conversa. O que se confinava a “política, futebol e religião não se discute” alcançou todas as esferas da vida social e coletiva e atesta a impossibilidade de mudar de posição, enquanto não se reposicionam afetos. É o velho e aterrorizador ame-o ou deixe-o colocado em prática nas microrrelações.

Dado que o elemento prefixal “pós” não estabelece uma condição temporal ou negativa à verdade, podemos entender que pré-estabelecida está, portanto, uma leitura pré-programada e em grande medida enviesada pelos sujeitos acerca dos eventos sociais, ou seja, qualquer experiência gera a possibilidade de ser, radical e autocraticamente, generalizada.

Veremos agora que a mentira, a *fake news* e a pós-verdade, apesar de fazerem parte de um mesmo contingente de informações descontraídas ou falsas, não representam uma mesma coisa. Por mais que seja possível entender a mentira ou *fake news* em consonância com o fenômeno da pós-verdade, esses atos discursivos que não se apoiam em nada além da vontade pessoal de acreditar ou desacreditar são caracterizados por uma disseminação de informações sabidamente falsas no intuito de levar o sujeito potencialmente a um estado de dissuasão. Mas o sujeito também deseja dissuadir. Assim, sujeito dissuasivo e políticas de aglomeração e massificação constroem juntos a intencionalidade política, econômica e social promotora de extermínios, massacres e segregação e desigualdades brutais.

Já o fenômeno nomeado como pós-verdade exige uma interpretação muito mais ampla e aprofundada do que se entende por falsas verdades. No contingente denominado de pós-verdade, a *fake news* é um entre tantos outros elementos desse complexo discursivo posicional contemporâneo. Nem todo discurso de pós-verdade corresponde a uma mentira, ou ainda, nem sempre esse ato discursivo tão contagioso estabelece estratégias manipuladoras. É possível afirmar que as *fakes news* são divulgadas por corresponderem a convicções há muito instituídas e amplificadas

em uma dimensão de massa. A complexidade reside, portanto, na indisponibilidade dos sujeitos à persuasão, dado o caráter sólido das suas convicções, crenças e sintomas. Renunciar a uma verdade está profundamente ligado a uma renúncia ainda maior, qual seja, a de uma mesmidade convocada e proclamada nos alto-falantes, que, por sua vez, não propõe uma visão de mundo compartilhado, mas impõe uma cegueira em que um mundo não seria possível, já que o propósito é lançar umas carcaças contra outras em sempiterna batalha campal na qual a palavra seria não apenas prescindível, mas recurso dos fracos e tolos. Pode-se afirmar que o sujeito carrega então no seio de seu desejo e anseio de verdade, um desejo de que haja uma única verdade.

Isso significa que a verdade desejada não é aquela dada pela veracidade dos fatos ou mesmo atribuída a uma verdade científica, popular ou do senso comum, mas sim uma verdade que se alia, comunga-se de um conjunto de valores e crenças já pré-estabelecido. A pós-verdade distingue-se da mentira na medida em que não se apresenta como uma contraposição à verdade, mas se afirma como uma verdade inquestionável, uma certeza, um axioma retórico hermeticamente fechado. O jogo violento das narrativas e retóricas ganharam nos últimos anos dimensões planetárias. A pós-verdade se estabeleceu como o vocábulo contemporâneo de maior difusão e disseminação. Ao sujeito cabe um dilema narcísico ainda mais complexo que dantes imaginado. Se para Shakespeare o dilema humano estava atribuído ao Ser, atualmente o mesmo dilema poderia ser proferido na seguinte expressão: verdade ou pós-verdade, eis a questão?

Em 1917, Freud em “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” nos apresenta os três severos golpes que sofre o narcisismo universal dos homens destronando-os assim de sua onipotência.

5 B. Fuks. “O legado de Freud”. In: O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios. Ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 28-29.

6 S. Freud. “Uma dificuldade no caminho da psicanálise”. In: Edição Standard: Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.17, p. 152.

»
*a verdade desejada não é aquela
dada pela veracidade dos fatos ou
mesmo atribuída a uma verdade
científica, popular ou do senso comum,
mas sim uma verdade que se alia,
comunga-se de um conjunto de valores
e crenças já pré-estabelecido*

Diante do golpe cosmológico, biológico, e sobretudo psicológico, a ideia do Deus-Homem cai por terra. A impossibilidade de confiar completamente na consciência vai levar Freud a afirmar que o Eu não é senhor em sua própria casa. Mais do que isso: já anunciava o paradoxo entre a verdade e a mentira. Dito de outra forma:

“Normalmente, admito, a inteligência que alcança a sua consciência é suficiente para as suas necessidades; e você pode nutrir a ilusão de que fica sabendo de todas as coisas importantes. Em alguns casos, porém, como nó de um conflito instintual como o que descrevi, a função da sua inteligência falha e sua vontade, então, não se estende para mais além do seu conhecimento. Em todo caso, contudo, a informação que alcança sua consciência é incompleta e muitas vezes não é de muita confiança. Com frequência, também, acontece que você só obtém informação dos eventos quando eles acabaram e quando você nada mais pode fazer para modificá-los. Mesmo se você não está doente, quem poderá dizer tudo o que está agitando sua mente, coisas que você não sabe ou das quais tem falsas informações? Você se comporta como um governante absoluto, que se contenta com as informações fornecidas pelos seus altos funcionários e jamais se mistura com o povo para ouvir a sua voz”⁶.

Mais de cem anos se passaram dessa categórica afirmação. Estamos na era das relações líquidas, da realidade virtual, dos transbordamentos, dos quadros fronteirços, da pós-verdade, do Meta-verso e do debate *queer*. Estaríamos nós, humanos do século 21, às portas do quarto golpe? Golpe



o século da pós-verdade carrega, portanto, em seu campo discursivo mais profundo o dilema das redes. Cabe ao sujeito defrontar-se inequivocamente com a imagem retorcida pela lente de uma sociedade marcada pela era dos pequenos narcisismos

ou pós-golpe? Poderíamos, quem sabe, adjetivá-lo de tecnológico, digital, cibernético? Ou ainda, frente à virtualidade das verdades e subjetividades, poderíamos supor um golpe narcísico cuja fragmentação discursiva e social dos sujeitos (LGBTQIA+, negritude, amarelitude, gorditude, etc) impõe dúvidas e exige reposicionamentos à própria psicanálise. Algo como se nas práticas sociais e discursivas uma miríade de sujeitos possíveis se constituíssem sem que a eles/as fosse dado qualquer lugar prévio, antecipado, para que fosse possível existir, e, mesmo assim, existem. Qual o lugar da prática psicanalítica num mundo em que duvidar de si se torna não apenas impróprio, arriscado, mas também efeito de pusilanimidade e hesitação? Valorações pós-verdadeiras invadem hábitos, costumes, comportamentos e, portanto, psiquismos.

Ao decretar o terceiro golpe narcísico ao Deus-Homem, Freud inscreve o inconsciente como a instância psíquica determinante do comportamento. Assim como Copérnico e Darwin, Freud estabelece ao humano, em sua terceira ferida narcísica, o devido lugar de inferioridade frente ao imaginário onipotente. Golpeado e ferido, ao ser humano coube confrontar-se com o especular destino de não mais ser o centro do universo, não ser imagem e semelhança de Deus e sobretudo, não mais poder confiar por completo na própria consciência. Para algumas/uns, a aliança com Deus deve ser repactuada, para outras/os deve ser desmentida e, para outras/os ainda, deve ser radicalmente afirmada. Muita

atenção tem sido conferida ao conceito de *Verleugnung* (desmentido) em psicanálise. Destaca-se na exploração desse conceito que a comprovação da verdade já não é mais a regra de uma constatação da existência ou não de algo, ao contrário, aquilo que ontem era dado como falso, hoje é radicalmente estabelecido como verdadeiro, mesmo que sua veracidade não seja demonstrada. Basta afirmar peremptoriamente: isso é mentira! Tal afirmação tem a única função de mobilizar afetos desligados e orientar ações, e toda conversa é radicalmente terminada. A palavra converte-se em discurso mandatário e assume seu papel de coisa.

Na era da pós-verdade, a verdade a que se chega por trabalho de consenso, persuasão, convencimento e conversa deixa de ser importante. Se a verdade subjetiva ganha seu caráter de realidade na óptica e na experiência psicanalítica que flutua sobre fantasmas, a verdade na pós-verdade estabelece-se com a complexidade dos axiomas valorais e das crenças que empurram o narcisismo de encontro a si mesmo, que do alto de sua solidão onipotente atira e mata⁷.

O século da pós-verdade carrega, portanto, em seu campo discursivo mais profundo o dilema das redes. Cabe ao sujeito defrontar-se inequivocamente com a imagem retorcida pela lente de uma sociedade marcada pela era dos pequenos narcisismos e sobretudo, pela lei da verdade imediata estabelecida pelo reflexo de um espelho voltado para o amanhã. Curiosa relação na qual o sujeito ao se debruçar na própria imagem e se ver refletido no espelho de um lago turbulento, encontra-se com a imagem e semelhança de um algoritmo. O espelho com o qual o eu se constitui e necessariamente se frustra, deixa de ser o espelho que reflete uma verdade narcísica para tornar-se uma pós-verdade narcísica sem alcance interpretativo. O outro não é mais o eu que me referencia ou que me transmite a promessa construtiva de um ideal de eu. O outro da pós-verdade é a própria imagem semelhança do falso ideal que quantifica qualidades e destrói a possibilidade de constituição de um sujeito vário, inventando de modo inexorável quantidades de características

imbricadas que hoje definem o ingresso na experiência social mais relevante e imprescindível para milhões: as redes sociais.

As *fake news* estão instaladas no núcleo narcísico do sujeito da pós-verdade e o sujeito da pós verdade retroage sob o comando de tudo o que é dito sobre ele, e apesar dele, no simplório porém complexo jogo de quantidades algorítmicas. A mentira que se apropria da subjetividade dos sujeitos contemporâneos não é uma falsa comprovação de uma verdade estruturada em desmentidos, mas sim uma complexa captura da imagem supostamente verdadeira do eu em detrimento da verdade construída sob o benefício da dúvida. O que indica que não há verdade do eu que valha a pena para o eu, salvo se for única, definitiva e aquém de qualquer experiência de alteridade. A destruição dos/as outros/as agora é confessada antes, nos modos e práticas discursivas que os aniquilam ao nascer. Fala-se apenas para si. O golpe que se articula em uma era dominada pela falsidade ideológica ou pela dúvida ética estrutural é fruto de uma época marcada pela disseminação de crenças apocalípticas ou profecias divinas. O Deus-Homem está de volta!

Na figura de um todo poderoso acima de tudo e todos, a imagem soberana do divino em aliança com valores e crenças primitivas e terroristas encontra na força da comunicação perversa terreno fértil e ágil para estabelecer o caráter absoluto da

7 No momento em que redigimos a primeira versão deste artigo, em 2021, não sabíamos do resultado das eleições de 2022, nem da reação das/os derrotada/os. Mas acompanhamos as notícias de um crime cometido por um adepto de Jair Bolsonaro que assassinou o aniversariante de uma festa com pessoas adeptas do Partido dos Trabalhadores. Assassinato mil vezes insuflado pelo então presidente que, diante do que sempre incentivou, opera como tirano irresponsável e nega qualquer correlação entre suas inúmeras incitações criminosas e assassinatos de verdade. A pós-verdade assume, então, sua conclusão: não basta apenas desacreditar os supostos mentirosos (os petistas), assim chamados porque não compartilham das mesmas crenças, é preciso destruí-los, matá-los. Trata-se da única verdade que ainda obtém algum consenso: a *morte alheia*. E do único ato capaz de conferir um sentido de potência ao agressor: o assassinato. O morto e o assassino conflagram então um não senso ritualístico, depurado e infame, cuja consequência é a explosão da experiência do comum no sangue coagulado da vítima que jamais será exorcizada de sua diferença.

»
*o que significa atrelar
uma identidade subjetiva a uma
“algoritmização” cibernética?
Como podemos definir esse
tão enigmático conceito
chamado algoritmo? E por fim,
será possível quebrá-lo?*

verdade. Pós-verdade aqui se torna um pós-golpe. O elemento prefixal “pós” aqui, novamente, não estabelece uma precondição temporal ou negativa do golpe, mas uma condição ainda mais drástica do rasgo narcísico. O tamanho da ferida é de tal ordem, que o que resta ao sujeito retalhado por sua insignificância algorítmica é a aliança fiel ao desmentido, sendo o próprio sujeito um desmentido que não encontra confirmação em nenhuma parte e, trôpego, cai em desespero nas redes sociais onde joga com confirmações identitárias como quem aposta tudo na roleta.

Mas o que significa atrelar uma identidade subjetiva a uma “algoritmização” cibernética? Como podemos definir esse tão enigmático conceito chamado algoritmo? E por fim, será possível quebrá-lo?

Por óbvio, podemos lembrar o ativista digital Tristan Harris, ex-funcionário do Google, quando recomenda: se puder sair das redes, saia!

A definição de um algoritmo pode ser encontrada na matemática para designar um conjunto de regras e procedimentos lógicos perfeitamente definidos que levam à solução de um problema em um número finito de etapas. Ainda respondendo ao binarismo lógico, o algoritmo estabelece-se efetivamente como processo de cálculo e sequência finita de regras, cujo encadeamento preciso e matemático propicia representações análogas para resolver problemas ou atingir um fim. Dito de outra forma, o algoritmo a quem está sendo dado o status de sobreposição e ocultamento do sujeito da contemporaneidade nada mais é que



*ainda que as feridas
narcísicas provocadas
pelos golpes cosmológico, biológico
e psicológico sejam profundas
e dignas de muita recusa,
todas essas preservam o lugar
do sujeito e sua dor*

um conjunto de regras estabelecidas pela frigeidez numérica de um binarismo infinito. Certo. Mas isso ainda parece pouco para entendermos o real lugar desse vocábulo tão amplamente proferido em nosso mundo digital ao qual estamos inteiramente submetidos. A ideia binária e matemática parece claramente lógica se pensarmos com a cabeça dos computadores e do mundo tecnológico. Claramente um algoritmo é a representação mais precisa de uma equação ou mesmo de uma busca inequívoca para uma solução objetiva. Não se trata aqui de questionar a importância científica ou relevância funcional, ou ainda, a verdade tecnicista dos algoritmos na vida contemporânea. Seria um contrassenso dos autores questionar a veracidade comprovada pelas ciências exatas de um algoritmo e sua real importância tecnológica; porém, cabe aqui estabelecer um questionamento ao lugar de verdade e eficácia pelo qual os algoritmos, ou ainda essa lógica binária matemática, se notabilizaram no mundo contemporâneo e seus desdobramentos devastadores no campo comunal e subjetivo. Sim, eles existem! O que nos interessa é a subjetivação do algoritmo. Ou ainda, o que esse artigo pretende retomar são as consequências desse estranho casamento: pós-verdade/algoritmo. Como podemos entender então essa lógica inversa, ou ainda, de que forma um conjunto de números pode definir a verdade identitária de um sujeito?

Acreditar cegamente na informação sem querer saber nada sobre o fenômeno ou sua origem deixa de ser uma meia verdade, ou mesmo

uma mentirinha, sem maiores consequências disseminada nas redes sociais familiares para tornar-se o ideário de um sujeito atormentado por um narcisismo em frangalhos. Nesse sentido, tratar *fake news* como mentiras espalhadas pelo vento tecnológico é fazer mal dimensão da extensão do fenômeno pós-verdade. Como já dito anteriormente as *fakes news* fazem parte do complexo pós-verdade. Dito de outra forma, a pós-verdade concebe uma complexa teia de relações e valores que articuladas e muito bem embasadas em terra plana, oferecem a certeza de uma verdade divina “algoritmada” para produzir crença em massa, e produz. Se o terceiro golpe narcísico foi definido por Freud como psicológico, dado sua complexa profundidade na estruturação de um sistema psíquico; o quarto golpe em curso tem a mentira estrutural, ou a pós-verdade, como motor de um ideal narcísico. Certo que todo golpe é necessariamente um acontecimento infausto, podemos enunciar o quarto golpe narcísico ao Ser, como o mais abrangente e eficaz dentre todos os outros. Ainda que as feridas narcísicas provocadas pelos golpes cosmológico, biológico e psicológico sejam profundas e dignas de muita recusa, todas essas preservam o lugar do sujeito e sua dor. O sujeito estará sempre referido a ideia inequívoca do que se entende por sujeito psicanalítico ou ainda sujeito do inconsciente. Portanto, pensar em um pós-sujeito significa antes de mais nada entender que sujeitos regidos pelas leis do inconsciente, ou aquele que se constitui na relação com o Outro por meio da linguagem, serão postos à prova. Longe aqui de afirmar que esse sujeito está deposto ou muito além disso, que o sujeito do inconsciente não responde mais ao imperativo da falta para se constituir. O que nos interessa neste momento é tentar estabelecer a relação entre pós-verdade e o quarto golpe narcísico. Para tanto, mostra-se essencial uma maior exploração do que estamos concebendo como pós-sujeito e seus desdobramentos no campo da ferida narcísica. Nesse sentido, podemos começar a entender o pós-sujeito como mais um significante de uma contemporaneidade na qual assujeitamentos

imperialistas definem subjetividades narcísicas em sociedades de controle. O pós-sujeito atende também pelo nome de novo sujeito pós-moderno, ou melhor, seria sujeito da pós-verdade. Se é correto afirmar que é sempre o sujeito quem sofre a perda de seu lugar imantado e central, também é certo afirmar que ao pós-sujeito cabe a árdua tarefa de não mais responder pelo seu próprio desejo, nem por sua falta e nem por sua dor. Os outros estão aí para isso, afinal. O pós-sujeito é assujeitado a uma servidão voluntária em seu desejo de não mais desejar.

Nesse contexto, o sujeito do quarto golpe é inexistente ou transformado em um não sujeito da pós-verdade. Um algoritmo! A ferida narcísica, marca fundante para toda constituição do sujeito na era da pós-verdade, foi substituída pela certeza da virtualidade ou mesmo pela ilusão de uma verdade sem lastro. Sujeito e verdade misturam-se em uma equação na qual a dúvida do devir fica a cargo de uma verdade atribuída pelos algoritmos organizadores de massa, ou se preferirmos, pela meta verdade. O quarto golpe narcísico não mais toma o sujeito como ator fundamental da cena identitária. A identificação deixa de se dar pelo registro da transmissão geracional para passar a ser uma réplica mal-acabada de uma projeção imaginária de certezas cheias de vazios. As quantidades soberanas são a miragem ante a experiência da dor. Muitos comprimidos ingeridos de uma vez, matam. A narrativa meta-verdade, essa em que a verdade é uma fumaça cinzenta e esparsa de fogo distante, tem em seu domínio o mesmo poder dissimulador de um ditador que sobe sobre as costas daqueles que lidera. Porém, ainda que seja possível identificar o tamanho da ferida contemporânea em que estamos metidos neste jogo das subjetividades virtualizadas, não cabe aqui atribuir nenhum juízo de valores. O quarto golpe narcísico aqui enunciado é antes de mais nada um fenômeno, e como tal devemos entendê-lo como um produto de um complexo de narrativas que tem como sucedâneo experiências que operam o discurso contemporâneo da morte às diferenças. Quarto golpe é o nome atribuído aqui



*nada no quarto golpe
remete aos outros três golpes.*

*No quarto e derradeiro golpe, o sujeito,
aquele que em tese responderia
narcisicamente na figura do Eu,
está foragido da realidade
na figura do avatar*

para designar mais uma, ou a mesma, ferida narcísica a que o sujeito, ou o pós-sujeito, é acometido frente a sua onipotência. A diferença substancial que esse artigo propõe é que o determinante fundamental à toda queda ou rasgo não é a perda de um lugar de protagonismo, mas sim a aceitação, ou melhor ainda, a aliança contagiosa com a figura soberana da crença na verdade cega pelo gozo de enfim ser totalmente conduzido/preenchido/escravizado sem o trabalho de inscrição, luto, pensamento e responsabilidade. Estava apenas cumprindo as ordens dos algoritmos. Ou seja, se o golpe de outrora é necessariamente marca de uma castração ao ser humano em sua presunção de onisciência, o quarto golpe oferece ao sujeito a possibilidade transferencial de se aliar com a pós-verdade para negar e recusar por completo qualquer traço castrativo. Na pós-verdade o golpe é uma figura sem figura, ou seja, o impedimento se dá sem que o sujeito possa se defender, questionar ou se opor, afinal, e seu lugar de fala está atribuído à verdade daquilo que não fala: os algoritmos obedientes a seus mestres. Nada no quarto golpe remete aos outros três golpes. No quarto e derradeiro golpe, o sujeito, aquele que em tese responderia narcisicamente na figura do Eu, está foragido da realidade na figura do avatar. Como então entender um golpe narcísico sem um Eu? O quarto golpe é a resposta para essa pergunta. O Eu foi destituído, impedido, substituído pela lógica das falsas verdades e do binarismo mudo do algorítmico. O quarto golpe, a pós-verdade, exige um contragolpe, ou ainda, um complexo



*será que podemos pensar
que a manifestação discursiva
e fragmentada de uma virtualidade
subjativa está para a contemporaneidade
assim como a descoberta
do determinismo inconsciente
para o início do século xx?*

contra-ataque. Voltemos então à nossa proposição inicial acerca de um reposicionamento da psicanálise frente à virtualidade da verdade e da subjetividade. Tomemos por certo o golpe narcísico cuja fragmentação discursiva e social dos sujeitos é prova inequívoca de uma contemporaneidade marcada pelo reflexo da miríade de um sujeito sem o outro. O outro, condição fundante para constituição do sujeito, espalhou-se pelas redes na imagem especular de um *self*. A despeito de uma manifesta fragmentação, esses sujeitos sem Eu constituíssem-se sem que a eles/as tenha sido dado qualquer lugar prévio, antecipado para que fosse possível existirem e, mesmo assim, existem. Existem?

A psicanálise, desde seus primórdios, nos ensina que o sentido dos sintomas está no seu conteúdo latente e não manifesto. Dito de outra maneira, será que podemos pensar que a manifestação discursiva e fragmentada de uma virtualidade subjativa está para a contemporaneidade assim como a descoberta do determinismo inconsciente para o início do século xx? O quarto golpe narcísico, assim delimitado, com tudo já apresentado, estabelece então, não somente um rasgo nas subjetividades e suas identificações, mas torná-se mais um marco nas pesquisas sobre o humano. Se ontem o Eu perdeu seu posto de senhor em seu castelo, hoje sua morada pode ser definida apenas como um meta-castelo. Sem morada e lançado ao futuro das virtualidades de um binarismo algorítmico, faz-se necessária uma escuta psicanalítica novamente voltada ao sujeito

do inconsciente e, sobretudo, à pedra fundamental na qual a psicanálise sempre se moldou: seu eterno compromisso revolucionário com o mais profundo da pulsionalidade humana.

Freud nos ensinou em seus primeiros escritos o comprometimento genuíno da psicanálise e sua busca constante pela verdade do sujeito. Verdade esta que sempre esteve escondida ou camuflada entre diques e caminhos profundos e tortuosos. A busca pelo conteúdo latente e suas ramificações fizeram da psicanálise uma prática científica verdadeiramente pioneira e revolucionária. Apoiado na certeza do saber de um desconhecido recalcado, Freud apresentou ao mundo o terceiro golpe narcísico. Hoje, estamos frente a mais um momento decisivo que poderíamos chamar de marco revolucionário de uma civilização, ou seja, a pós-verdade já é uma realidade, ainda que isso possa parecer uma enorme contradição. Mas é de posse de uma realidade contraditória ou conflitiva que a psicanálise sempre se mostrou atual, portanto, é com essa mesma premissa que entendemos que a psicanálise poderá e deverá se posicionar frente à virtualidade da verdade, dos binarismos e sobretudo ao imperativo de uma subjetividade moldada pela consciência moralista. À psicanálise caberá, como sempre dela se exigiu, um posicionamento no plano político-social, clínico e teórico. Pautados por uma ética amoral, leiga e sobretudo voltada ao livre discursar, aos psicanalistas será necessário restabelecer as instituições, questionar a certeza automatizada do repetir-replicar, quebrar a herança dos binarismos, destituir o falso eu algorítmico, democratizar a verdade. A velha democracia ainda é o maior lenitivo para a avassaladora onda na qual o significante liberdade rápida e consistentemente perde sua importância e lugar entre as maiores aspirações humanas conhecidas. A psicanálise por mais de um século sempre foi protagonista de uma mudança revolucionária no modo de entender a subjetividade humana e suas diversidades, não devia ser diferente desta vez! Afinal o que é a democracia senão o dever e o hábito inultrapassável da conversa. Num histórico pós pandêmico, em que

o trabalho analítico se tornou urgente, e, paradoxalmente, mais uma vez atacado, desvalorizado e suspeito, mas, ao mesmo tempo, tendo sido a própria prática clínica convidada a se virtualizar nas modalidades *online* com o surgimento de psicanalistas influencers em muitas partes, seria, talvez, ponderado que voltássemos os olhos e ouvidos para a já antiga recomendação de Harris: se puder sair das redes, saia! Nelas o sujeito não pode e nem poderá escolher entre tornar-se presença ou virtualidade; imago ou experiência; projeção narcísica maciça de seus próprios ideais, e/ou a ruína deles. Existir nas redes cobra a recusa da continuada experiência de estrangeiridade como castração às promessas de totalidade, indiferença e fome diante das migalhas da atenção de centenas, milhares, milhões de clicks, por sua vez, incapazes de constituir uma única experiência senão a de dispensar as próprias experiências.

»
*seria, talvez, ponderado
que voltássemos os olhos
e ouvidos para a já antiga
recomendação de Harris:
se puder sair das redes, saia!*

Poder *não estar* é onde, ainda, pode-se exercer o desejo de uma vida cujo imperativo não seja acumular, monetizar e lucrar com a própria vida oferecendo cotas a supostos seguidores. Mas isso implica poder recusar a instrução rígida das redes e, virtualmente, deixar de existir. Quais sujeitos após o quarto contragolpe?

Referências Bibliográficas:

- Endo P. C. A dor dos recomeços: luta pelo reconhecimento e pelo devir histórico no Brasil. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, v. 2, p. 50-63, 2009.
- Endo P. A ressurgência do tirano como inscrição denegada da constituição da fratria. In: Fuks B.; Braunstein N.; Basualdo C. (orgs.). *100 anos de Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Contra-capta, 2013.
- Fuks B.; Braunstein N.; Basualdo C. (orgs.). *100 anos de Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Contra-capta, 2013.
- Freud S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. *Edição Standard: Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. 17, 1996.
- Fuks B. *Freud e a Judeidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Fuks B. O legado de Freud. *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios*. Tradução: Renato Zwick. Ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- Marthe M. Tristan Harris, ex-Google: se você puder sair das redes, saia! *Veja*, 25 set. 2020. Acesso em: 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/tristan-harris-ex-google-se-voce-puder-sair-das-redes-saia/>>

The Fourth Coup

Abstract The fourth narcissistic blow is the starting and ending point of this article. Therefore, we will analyze how the intimate relationship between truth and lie are intertwined in a time dominated by the phenomenon called post-truth. However, it is not exactly the diffusing force of fake news, not even the truth/lie opposition, that we are interested in investigating in this article. What provokes interest and a curious investigation is the deep connection of this phenomenon with the forms of subjectivation, or even, the convictions and beliefs that coalesce and compact around the narcissisms producing ashes.

Keywords post-truth, fake news, narcissism, coup.

Texto recebido: 04/2023

Aprovado: 06/2023

Renato Mezan

Cada época, uma tarefa histórica

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella

Para este número de comemoração dos 35 anos, entrevistamos Renato Mezan, psicanalista e coordenador editorial da Revista *Percurso*. Em função de seu trabalho na Revista, de forma cautelosa não aceitou os convites anteriores da seção de entrevistas. Felizmente, neste número de aniversário, Renato concordou em conversar conosco. Não é tarefa fácil apresentá-lo, pois qualquer forma de fazê-lo será apenas um breve resumo de anos de trabalho de muita potência. Renato Mezan é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde foi professor e supervisor no Curso de Psicanálise por muitos anos, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas acima de tudo, alguém muito erudito, excelente contador de histórias e com um fino senso de humor.

Sua produção é extensa, tanto na publicação de livros, coletâneas e artigos em revistas nacionais e internacionais quanto em palestras, congressos e colóquios. Seus textos se tornaram referência no campo psicanalítico e contribuem para discussão de várias temáticas, tais como: Freud e sua obra; história da psicanálise; clínica psicanalítica; formação do psicanalista; questões teóricas e epistemológicas; pesquisa em psicanálise; psicanálise na universidade; psicanálise extramuros – fenômenos sociais; religião; literatura; cinema; teatro; fotografia. Mas não bastasse sua extensa produção em psicanálise, há também artigos sobre temas não-psicanalíticos. Dentre seus livros podemos destacar alguns como Freud: A Trama dos Conceitos (1982; 16. ed., *Perspectiva*, 2018); Freud, Pensador da Cultura (1985; 8. ed., *Blucher*, 2019); Psicanálise,

Judaísmo: Ressonâncias (1987; 2. ed., *Imago*, 2005); Figuras da Teoria Psicanalítica (1996; 2. ed. ampliada, *Casa do Psicólogo*, 2010); Escrever a Clínica (1998; 2. ed., *Blucher*, 2023, no prelo); O Tronco e os Ramos: Estudos de História da Psicanálise (2014; 2. ed., *Blucher*, 2019); Lacan, Stein et le narcissisme primaire: aux origines de la psychanalyse contemporaine (Paris, *Éditions d'Ithaque*, 2020) entre tantos outros.

Gostaria ainda de destacar sua generosidade como orientador ao longo de tantos anos de carreira universitária. Tive a sorte de ser uma de seus 161 orientandos na concepção e na escrita de dissertações e teses. Assim pude testemunhar o que é trabalhar ao lado de um orientador capaz de acompanhar e apostar em um projeto a partir do desejo do pós-graduando, respeitando sua construção e sua criatividade. Renato Mezan, ao longo de sua trajetória, deixa marcas na formação de inúmeros analistas e pesquisadores que se tornam mais atentos para a complexidade e para a delicadeza da metapsicologia e da clínica psicanalíticas.

Esta entrevista ocorreu numa manhã de sábado, após várias realizadas de maneira remota em função da pandemia. Tivemos o prazer de partilhar algumas horas de conversa ao vivo, o que deu ainda maior destaque ao seu humor e inteligência. As temáticas foram abrangentes. Renato nos contou sobre sua trajetória e formação: a história de sua família que se mistura à história da diáspora dos judeus. Falou também acerca dos inícios da psicanálise no Brasil e da criação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, assim como da

PERCURSO Como foi sua formação intelectual e sua graduação na Filosofia da USP durante o período da ditadura, nos chamados anos de chumbo?

RENATO MEZAN Quando eu estava no fim do então curso colegial, queria fazer algo ligado às Ciências Humanas. Na época, o que apareceu foi



*no cursinho Tolosa,
encontrei um professor
de Filosofia que fazia
apostilas sensacionais*

Revista Percurso. Pudemos ouvi-lo contar como a Revista foi sendo gerada e ganhou corpo, assim como novas ideias e seções foram sendo concebidas e colocadas em prática a partir da experiência ao longo de todos estes 35 anos. Não deixou de abordar sua carreira universitária desde os tempos da graduação, pós-graduação e formação analítica no Brasil e na França. E no final da entrevista, pôde falar de questões atuais em torno da psicanálise.

A entrevista em si, já foi, para nós, parte da celebração deste número especial da Percurso. Retomar a história do nascimento e do desenvolvimento da Revista de maneira viva e entusiasmada, foi, sem dúvida, uma forma de reiterar a importância de anos de trabalho de inúmeras pessoas para sua produção a cada número, e o desejo de seguir investindo na manutenção de um canal de trocas entre psicanalistas, apostando sempre na potência da circulação da palavra e das experiências clínicas. O leitor terá acesso aos principais pontos abordados e esperamos conseguir transmitir um tanto da riqueza que foi esta conversa. Boa leitura!

Tatiana Inglez-Mazzarella

o Direito; entrei no cursinho Tolosa, que ficava na Ladeira da Memória, e me preparava para o vestibular com aulas de Português, Latim, História e Filosofia. Lá encontrei um professor de Filosofia que fazia umas apostilas sensacionais. Fiz então dois vestibulares, para Direito e Filosofia, e passei. De manhã, ia para a São Francisco,



comecei a ler
Freud esperando
o ônibus, e não parei
até hoje

que naquele momento era o centro do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas, um antro da extrema direita. À tarde, ia para a USP estudar no Departamento de Filosofia. A Cidade Universitária estava começando a ser construída; só havia alguns prédios e os barracões feitos às pressas para abrigar os cursos da extinta Rua Maria Antônia, na área onde hoje é o Instituto de Psicologia. Ali predominava uma visão de esquerda. Eu vivia num arco que ia do CCC à Libelu. As aulas começaram em março de 1969, e três semanas depois de iniciadas, caiu na nossa cabeça o decreto dos militares cassando os professores-chave nos vários departamentos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, uma claríssima tentativa de a tornar inviável e acarretar o seu fechamento.

Assim começou o caos: aulas irregulares, pessoas desaparecendo, policiais na sala, medo de tudo - qualquer um podia ser um informante do DOPS. Esse primeiro ano foi passando aos trambolhões, e quando terminou resolvi não ficar perdendo meu tempo. Tranquei a matrícula e fui passar um ano em Israel, estudando e participando de atividades pela Congregação Israelita Paulista (CIP). Foi uma experiência muito bacana. Voltei e comecei a frequentar as aulas da Marilena Chauí, que até então estava na França. Foi aí que realmente me apaixonei pela Filosofia. Já tinha tido um excelente professor, mas a Marilena foi determinante. Segui estudando, e acabei saindo da faculdade de Direito, que não tinha nada a ver comigo. Concluí o bacharelado em 1973, e no ano seguinte a licenciatura. Enquanto isso, comecei a dar aula de História Judaica no Colégio I. L. Peretz.

Com o término da graduação, eu queria fazer um mestrado sobre filosofia política e ideologia.

Fui conversar com a Marilena, que me perguntou o que eu queria estudar, e o que já havia lido sobre esses temas. Me pediu para abrir o caderno e ditou uma lista de bibliografia a ser lida. Escrevi um livro em cada linha, virei a página, e continuei escrevendo - eram mais de cinquenta títulos... E aí ela falou: "Agora dê uma olhada nisso. Daqui a dois, três meses, volte aqui, e continuamos conversando a partir do que você tiver lido". Fui disciplinadamente à biblioteca da faculdade, falei com a Zuleica, que era nossa bibliotecária. O primeiro livro da lista era o *Curso de Filosofia Positiva*, de Auguste Comte, mas estava emprestado. O segundo era de Sigmund Freud, as *Conferências de Introdução à Psicanálise*, mas só tinha em inglês. Resolvi tentar; comecei a ler esperando o ônibus, e não parei até hoje, cinquenta anos depois. Foi uma revelação.

PERCURSO O que tanto lhe chamou a atenção naquela leitura?

RENATO Em primeiro lugar, aquele livro falava de mim da primeira à última página. É a principal razão, ou uma das, pela qual continuamos estudando Psicanálise, não é? Atos falhos, sonhos, interessantíssimo... Comecei a sonhar intensamente. Acabou o primeiro volume, e fui para o segundo: a neurose. "Olha só, eu sou isso aqui! esse sintoma"; "isso aqui é meu pai", e por aí foi. E tinha também a forma com era escrito, uma obra-prima de clareza e inteligência. Fiz um rascunhão resumindo minhas leituras, voltei à biblioteca, e peguei outros livros. Dois meses depois, voltei a falar com a Marilena e disse o quanto havia gostado de ler Freud. Perguntei se podia fazer uma tese de mestrado sobre ele. Ela respondeu: "E por que não? Me dê uma boa razão para não fazer".

Naquela época, o mestrado no Departamento de Filosofia era um estudo sobre a obra integral de um autor. A minha geração tinha dividido o território da Filosofia, e cada um pegou a sua parte do latifúndio. A Scarlett Marton estava estudando Nietzsche; a Olgária Matos, a Escola de Frankfurt; o Renato Janine, Hobbes; o Ricardo Terra era o Kant, e ninguém tinha



em fins de 1977,
René Major estava
começando o *Confrontation*

ainda se apossado de Freud. Acabei me candidando a uma bolsa de estudos que o consulado francês concedia todos os anos a um aluno indicado pelo Departamento de Filosofia para fazer uma pós-graduação lá. Como todo mundo lia e entendia francês, não havia problema de língua. Também fizemos uma escala; no meu ano me apresentei sozinho, e obviamente fui indicado. Fui para Paris, me inscrevi no doutorado, mas resolvi redigi-lo em português e apresentá-lo no Brasil. Meu orientador formal era um professor de Filosofia da Matemática chamado Jean Desanti. Anualmente, nos meses de agosto e setembro vinha um professor francês dar um curso no Departamento. Nos meus anos de graduação, assisti aos de Foucault, Michel Serres, Castoriadis, e no ano logo antes da minha vez de viajar veio o Desanti. Ele fez os papéis me aceitando pró-forma como orientando, assinou o que precisava, mas quem orientava mesmo era a Marilena. Eu escrevia os capítulos, tirava xerox – uma novidade na época – e mandava para ela. Algumas semanas depois chegava a resposta dela, sempre com muitos comentários. Fiquei três anos e meio nesse processo de trabalho, até final de 1980.

PERCURSO Você fez análise nesse período?

RENATO Fiz, com Claude Le Guen. Foi minha primeira experiência no divã. Eu me perguntava como seria fazer análise, fazer uma formação, e queria também continuar com a Filosofia. Quem me ajudou muito nisso foi Conrad Stein, cujo livro *L'enfant imaginaire* a Marilena tinha me emprestado, dizendo que eu aproveitaria o livro mais do que ela. Comecei a ler o texto, todo anotado a lápis por ela, que discutia com Stein nas margens das páginas. Resolvi falar com ele, na expectativa de receber ajuda e descobrir por onde devia começar para me aproximar do ambiente psicanalítico francês. Fui ao correio, abri a lista telefônica, procurei em “Stein, Conrad”, tinha um número. Liguei, e ele atendeu. Expliquei que estava vindo do Brasil, e que tinha sido recomendado pela professora Marilena Chauí. Ele me recebeu no mesmo dia, folheou minha tese de

mestrado, e se dispôs a me dar algumas cartas de recomendação para eu procurar lugares onde havia formação aberta.

Naquele momento - fins de 1977 - estava começando o *Confrontation*, um lugar inventado por René Major para os analistas poderem falar do que quisessem sem ser policiados pelas patrulhas das respectivas associações. Era necessário pagar uma mensalidade. Fui conversar com o René Major, marquei por telefone - você ligava, as pessoas atendiam! - e ele me dispensou do pagamento, que tomaria um percentual significativo da minha bolsa. Havia grande boa vontade com estudantes que eles considerassem promissores, e pude fazer vários cursos. As reuniões eram realizadas na *Maison de la Chimie*. Frequentei, por exemplo, um seminário da Maria Torok e do Nicolas Abraham, que depois deu no livro *A casca e o núcleo*. Era muito interessante acompanhar as pesquisas sendo feitas. Assisti também, durante três anos, ao seminário de Stein no Instituto de Psicanálise da rue Saint-Jacques.

PERCURSO Quando você foi para a França, já estava pensando no projeto do *Freud, Pensador da Cultura*, ou ele se desenvolveu lá?

RENATO O projeto nasceu aqui. No mestrado, eu tinha estudado mais a parte “hard” da obra de Freud: os casos, os conceitos, a metapsicologia etc. Mas não havia espaço, e acho que eu nem teria condições, para discutir os textos culturais. Disse à Marilena que estava pensando em continuar a pesquisa com esses trabalhos, e ela concordou. Todo mês eu recebia minha bolsa, separava duzentos francos, ia à FNAC, e aos poucos fui formando uma biblioteca.



*em resumo, das coisas
elementares da clínica eu
simplesmente não sabia nada*

PERCURSO Você chegou a ter atividade clínica em alguma instituição?

RENATO Fui acompanhando esses seminários e aulas e fiquei próximo do Stein, que me havia indicado o Le Guen. Às vezes ele me chamava para almoçar, contar o que estava acontecendo, e fomos criando uma relação próxima. A certa altura ele me perguntou: “Renatô, qual é a sua familiaridade com a clínica?”. Eu respondi: “nenhuma”. “Então você vai fazer um estágio num hospital psiquiátrico”. Escreveu uma carta de recomendação para o pessoal do *Treizième Arrondissement*, uma instituição pública análoga ao que hoje são os CAPS aqui. Na época, se chamava psiquiatria de setor, e havia uma unidade para cada *arrondissement* (bairro) de Paris. O pessoal da Sociedade Psicanalítica trabalhava no setor do 13º, daí o nome. O ambulatório era na Place d’Italie, e o hospital psiquiátrico ficava num subúrbio, perto do aeroporto de Orly. Peguei a carta e fui falar com a diretora do hospital, que me aceitou para um estágio. Passei a ir duas vezes por semana. Isso foi em 1979, e quando alguém me perguntava o que estava fazendo ali, eu dizia “*je suis stagiaire*”. E assim fiquei amigo dos enfermeiros, ia à biblioteca, conversava com as pessoas.

Depois de um certo tempo me incentivaram a assistir a algumas reuniões clínicas e a acompanhar certos atendimentos. Vi várias vezes uma senhora portuguesa absolutamente desolada, porque estava tentando ensinar seu gato a falar. O pessoal do prédio (ela morava sozinha) chamou a assistência psicológica e ela foi internada. Estava desconsolada: “mas veja lá o senhor, pois ele já estava quase a conseguir falar, e aí puseram-me aqui,

pobre gato!”. Vi pela primeira vez uma pessoa drogada em abstinência, era uma coisa terrível. Havia também alguns tratamentos com eletrochoque, mas dentro de situações recomendadas. Numa delas, me coube segurar a perna do paciente para evitar que se machucasse com as contorções provocadas pelo choque. Ao menos neste caso, vi que o tratamento funcionou - ele estava gravemente deprimido, e melhorou.

PERCURSO Como foi essa aproximação com a clínica? Você que estava na teoria, na filosofia...

RENATO Lembro que fiz um seminário em que devia falar sobre o narcisismo. Reli *A Introdução ao Narcisismo* e falei para uma psicanalista que me dava carona, chamada Catherine Breton: “Catherine, preciso te fazer uma pergunta. Eu reli o artigo de Freud, acho que sei explicar o que é narcisismo, mas como reconheço que uma ideia, um comportamento, é narcísico ou não?”. Ela falou sobre as questões da autoimagem, da euforia, me deu alguns exemplos em que se reconhecia a presença do funcionamento narcísico, e acabei me saindo bem no seminário.

PERCURSO Mas foi uma boa pergunta, não?

RENATO Sim: compreendo a teoria, mas o que é narcísico na vida prática? E isso valia para outras questões. Em resumo, das coisas elementares da clínica eu simplesmente não sabia nada. E ainda não tinha quilometragem de análise para me aventurar a dizer “olha, este é um bom exemplo do complexo de Édipo”. Quando comecei a análise, por cinco ou seis sessões falei sem parar sobre meus pais, o que vocês podem imaginar em um começo de análise. Silêncio total. Le Guen era muito bem-humorado, de vez em quando fazia uma piadinha, mas era muito silencioso. Ele chegava, me apertava a mão cerimoniosamente, eu deitava no divã e falava até que ele dissesse “*Bien*”. Esse era o sinal de que a sessão tinha acabado. Eu levantava, dizia “*au revoir*” e saía. Três vezes por semana, por dois anos e meio.

PERCURSO Cinquenta minutos?

RENATO Quarenta e cinco minutos, o tempo regulamentar de uma sessão na França. Depois daquelas cinco ou seis primeiras sessões, um belo dia quase caí do divã: escutei a voz dele dizendo: “*Tout cela veut dire que vous ne voulez pas être comme votre père. Bien!*”. “Tudo isso quer dizer que você não quer ser como seu pai. *Bien!*”. Acabou a sessão. E lá fui eu pensar no que ele queria dizer. Aconteciam situações engraçadas, porque eu tinha familiaridade com o francês erudito, da filosofia, mas não conhecia muitas palavras corriqueiras. Uma vez, tive um sonho em que aparecia um preservativo. E aí fui contar o sonho... “*Bah, un préservatif?!*”. E ele: “Mas você tem trinta anos, e não sabe o que é uma *capote anglaise?*”. “Não. O que é?”. Ele explicou: “uma camisinha”. E eu: “no Brasil, isso se chama *‘petite chemise de Vénus’*”. Ou seja, eu sabia o que era a coisa, mas não conhecia o termo francês. Demos muita risada. São situações curiosas, em que a língua tropeça, mas acho que era uma questão de ignorância, não de lapsos significativos.

Quando terminei de escrever o doutorado, apareceu uma oportunidade para dar um curso em Yale, convidado por Hillel Levine - um amigo que já conhecia de São Paulo, e na França nos aproximamos bastante. Ele era da área da sociologia, dava aula em Yale sobre o que chamava de *Sociology of Evil* (sociologia do mal), que tinha a ver com violência, racismo, preconceitos e temas afins. Por meio deste vínculo com Yale, pôde me indicar para um posto de *Visiting Lecturer*, professor visitante, por um semestre. A proposta era falar sobre as concepções sociais e políticas de Freud, justamente o assunto sobre o qual eu acabava de escrever. A psicanálise nos Estados Unidos ainda não era tão malvista como é hoje. Propus estudar os textos freudianos clássicos sobre a teoria da cultura, o Édipo, a psicopatologia. Fiquei em New Haven de janeiro a junho de 1981, e então voltei para o Brasil. Lá descobri o que era uma universidade das “top ten”. Já tinham o que futuramente seria o computador: chamava-se *word processor*, uma geringonça do tamanho de uma máquina de lavar louça. A biblioteca começava a



*um amigo americano
me indicou para ser
visiting lecturer em Yale,
e eu fui*

ser informatizada, havia alguns museus incríveis etc. O roteiro do curso era o Freud, Pensador da Cultura. Eram uns 20 alunos, muito bons. Eu sugeria leituras volumosas de uma semana para outra, como Totem e Tabu, e eles liam!

PERCURSO Eles eram da sociologia?

RENATO Não, era uma espécie de curso básico, no nível do *college*, que no sistema americano cobre os primeiros dois anos de faculdade. Depois os alunos escolhem uma *major*, que é a área principal em que concentrarão seus estudos, e algumas *minors*. Ou seja, cada um pode montar o próprio currículo, e estudar literatura, biologia, fotografia, sânscrito, o que quiser.

PERCURSO Você foi para Israel, participou de eventos juvenis, deu aula em escola judaica, escreveu sobre psicanálise e judaísmo. Qual a importância do judaísmo na sua formação?

RENATO Quando era mais jovem, no final da adolescência e primeiros anos de idade adulta, cogitei me dedicar aos estudos judaicos. Minha família era muito pouco observante, nunca teve grandes preocupações com a religião. Acabei indo para a CIB, que já existia desde a década de 1930, porque minha mãe achava que eu precisava ter um ambiente estimulante. Eu gostava de ler, de estudar, e alguém sugeriu que eu podia frequentar os escoteiros. Entrei lá no começo dos anos 1960, já estavam na segunda ou terceira geração de participantes. As reuniões eram aos sábados; fazíamos acampamentos, assistíamos a palestras, havia jogos de todo tipo etc. Fui descobrindo muita coisa interessante nessa tradição judaica...que eu ignorava completamente. Fiz Bar Mitzvah e tive as aulas



Lacan foi o primeiro a levantar esse tema da relação de Freud com o judaísmo

necessárias. Quando resolvi passar um ano em Israel, decidi aprender hebraico: se queria passar um ano no país, tinha que falar a língua! Segui um trajeto parecido com a minha formação em psicanálise, um pouco rapsódica, ao sabor das ondas... Fazia o que ia aparecendo. Em Israel, fiz o curso de um ano no Instituto de Formação de Líderes para o Estrangeiro. Tinha aula de hebraico, literatura, história judaica, geografia, sociologia, mas também de canções e danças israelenses, jogos, primeiros socorros etc. E comecei a me interessar pelo judaísmo tradicional, não tanto para segui-lo, mas porque descobri que as suas normas tinham sido formuladas de modo muito engenhoso. Não sou religioso nem praticante, porém sempre achei incrível o vínculo dos judeus com o estudo, com os livros, com a formação da identidade, e como haviam sobrevivido a séculos de dispersão e de perseguição muitas vezes feroz.

À medida que fui estudando a biografia e o contexto histórico de Freud, vi que eu mesmo tinha muitas coisas em comum com esse pessoal que vivia na diáspora, os judeus secularizados, interessados pela cultura européia, mas também passando por conflitos pessoais de vários tipos, políticos e de identidade. No tópico judaísmo de Freud a pista veio de Lacan, que apesar dos seus defeitos era aberto a tudo que fosse novidade. Foi ele o primeiro a levantar esse tema da relação de Freud com o judaísmo, que depois virou quase um ramo de estudos por si só.

Nos anos 1950, foram saindo documentos sobre a vida de Freud que hoje todos os psicanalistas conhecem, mas que na época foram verdadeiras bombas. Primeiro, foi a correspondência com Fliess, em que aparecem a questão do judaísmo,

o antissemitismo, e vários temas ligados a esses. Depois, veio a biografia escrita por Ernest Jones. Lacan, que acompanhava tudo o que se passava do outro lado do Canal da Mancha, percebeu que nesses livros havia material para formular, e tentar responder, uma questão que poderia se revelar essencial sobre o equipamento intelectual e emocional do fundador da Psicanálise: qual seria a influência, se é que havia alguma, dessas questões judaicas tanto na formação cultural de Freud quanto como fonte das suas concepções psicanalíticas?

PERCURSO E você concordaria com Freud que só um judeu agnóstico poderia ter inventado a Psicanálise?

RENATO Não, de modo algum. Essa célebre afirmativa me chamou muito a atenção, e aconteceu que, tendo estudado bastante história judaica na época em que dava aulas no Peretz, e também no departamento de hebraico da USP (por uns dois anos, fui assistente do Jacó Guinsburg), eu estava razoavelmente preparado para abordar essa temática. As razões que Freud dava para a sua opinião não me convenciam: uma delas era, como escreveu um dia a Karl Abraham, “porque nos falta o elemento místico, que tolda a outros o uso livre da sua razão”. Ora, basta andar pelas ruas de Higienópolis para ver como essa idéia é absurda. E Freud sabia disso muito bem, pois seu pai era ligado ao hassidismo, que é uma importante corrente mística na cultura judaica da Europa Oriental, e continua influente até hoje. Lembram da história do chapéu de pele jogado à lama, na *Interpretação dos Sonhos*? Era o mesmo que os *hassidim* paulistas usam no sábado, para ir à sinagoga. Por outro lado, ele também fala no aspecto sentimental, e era justamente o que me interessava: o que havia ali de cimento emocional, o fator de coesão comunitária que permitiu às gerações judaicas sobreviver a todas as atrocidades que se cometeram contra elas ao longo dos séculos.

PERCURSO Quando você diz “sobreviver às atrocidades”, está incluindo o não ter se convertido?



*o tema Freud e o judaísmo
era para mim – vejo
hoje – uma espécie
de cena primitiva cultural*

RENATO Exatamente. E muitos dos descendentes daqueles que na Espanha foram forçados a se converter ao cristianismo acabaram saindo do país, e retornaram ao judaísmo. Na Holanda, foi o caso da família de Espinosa, assim como de tantos outros. Então comecei a estudar esse assunto, a partir de um interesse pessoal em entender também de onde eu mesmo provenho. Uma versão cultural da cena primitiva, se vocês quiserem: por que meu pai e minha mãe, que vinham de famílias não praticantes, não ortodoxas, quando quiseram me colocar nos escoteiros me levaram para a CIP, da qual não eram sócios? Por que meu pai, quando chegou da Europa e quis se casar, procurou uma moça na comunidade judaica? O que escrevi sobre isso está em parte no *Freud, Pensador da Cultura*, com o que tinha de literatura na época, em parte no *Psicanálise e Judaísmo: Ressonâncias* e em alguns textos incluídos nas diversas coletâneas que fui publicando.

PERCURSO De onde são seus pais?

RENATO Meu pai e minha mãe eram judeus sefarditas, isto é, de origem ibérica. Ele nasceu na Bulgária, e ela no Rio de Janeiro, filha de pessoas que nasceram ainda no Império Otomano, meu avô em Salônica, minha avó em Esmirna. Quando aí por 1917-1918 o Império Otomano começou a desmoronar, e surgiram as atuais Turquia, Grécia, Armênia, Líbano, Síria, os protetorados ingleses no Oriente Médio (inclusive o que depois se tornaria Israel), a situação política ficou muito turbulenta. Muita gente saiu de lá, e foi procurar lugares mais pacíficos para viver, sobretudo na América Latina. Meus avós maternos se instalaram no Rio e aqui viveram. Já a família Mezan vivia na Bulgária, que foi muito tempo governada pelos turcos, e se tornou uma monarquia independente na década de 1870. Com a revolução comunista na Rússia, da qual a Bulgária era muito próxima, meu avô decidiu que era melhor ir morar num lugar menos vulnerável, e se mudou para a Itália. Meu pai cresceu lá, dos quatro ou cinco anos até se formar como engenheiro na Politécnica de Milão.

Em 1938, acabou acontecendo a aproximação entre Mussolini e a Alemanha nazista. E uma das exigências de Hitler para ajudar a Itália em suas questões militares (estava-se em plena guerra da Abissínia) era que começasse a perseguição aos judeus. Mussolini editou um decreto pelo qual os “israelitas estrangeiros” tinham seis meses para sair da Itália, o que afetava diretamente a família do meu pai. Ele havia considerado se naturalizar italiano, mas no momento em que completou 18 anos (1935) começou a guerra da Abissínia. Em idade militar, ele seria imediatamente convocado para lutar na África, o que não tinha a mínima vontade de fazer. Como continuou a ser cidadão búlgaro, estava sujeito à regra de expulsão. Aí resolveu movimentar seus pauzinhos, e foi conversar com um filho de Mussolini, de quem tinha sido colega na escola. Mussolini júnior falou com Papà Mussolini, e uns dias depois o Correio trouxe uma carta oficial na qual se lia: “o *Duce* concede ao Sr. Maurizio Mezan aquilo que lhe foi solicitado”. Era um salvo conduto para qualquer coisa, sem dizer o que era. Foi assim que meu pai conseguiu terminar a faculdade, e, depois, apesar de ser um estrangeiro indesejável, fazer estágio numa grande companhia do seu ramo, que era a engenharia química. Até que um dia alguém descobriu que aquele rapaz não deveria estar lá, e deu a ele três semanas para sair do país. Don Maurizio passou a guerra na Espanha trabalhando como engenheiro, e acabou vindo para São Paulo, onde já vivia uma irmã dele.

PERCURSO Seus avós paternos ficaram?

RENATO Sim, o que foi muito trágico, porque quando a Itália foi invadida pelos nazistas minha



*minha avó paterna,
Renata Mezan, foi deportada
e morreu em Auschwitz*

avó foi presa e deportada. Morreu em Auschwitz. Era uma coisa muito complicada na família. Meu pai faleceu em 1994, sem saber o que tinha acontecido com a sua mãe. Minha irmã, que é historiadora, um dia encontrou alguém que contou a ela sobre um livro saído na Itália que se chama *Il libro della memoria*, onde consta a história dos 8.518 judeus italianos que foram deportados. E está lá o nome da minha avó Renata Mezan, o dia em que foi presa, qual o transporte em que saiu de Milão...

PERCURSO Seus avós já não eram praticantes?

RENATO Não, nos dois lados. Já havia uma tradição de não seguir à risca os costumes tradicionais. Meu avô paterno já era bem secularizado, não muito observante. Meu pai contava que eles faziam uma leitura das palavras *Kashér* e *Tarêf*, relativas à alimentação. Tudo que é religiosamente legal é *kashér*, e como no hebraico escrito não se grafam as vogais, o que aparece são as letras “K Sh R”, que eles liam como uma sigla: k de *caro*, sh de *shavdo*, e r de *ratonado*: caro, insosso e roído pelos ratos. Já o termo *Tarêf* (impuro, impróprio para ser consumido) se escreve “T R F”, que podia ser lido como outra sigla: t de *tutto*, r de *roba*, f de *fina*, tudo coisa fina.

Do lado materno, minha avó e meu avô frequentaram uma escola da *Alliance Israélite Universelle*, fundada pelos Rothschild e outros banqueiros franceses para divulgar entre os judeus do Império Otomano a cultura francesa. Essa organização tinha um colégio em cada cidade importante do império: Alexandria, Cairo, Damasco, Beirute, Aleppo, Istambul etc. Minha avó nasceu em 1895. Antes da Primeira Guerra Mundial, ela frequentava uma escola como o Liceu

Pasteur, onde o estudo era em francês, para abrir as portas da cultura europeia, e metade da biblioteca na casa dela era em francês. Em Salônica, o pai da minha mãe foi a uma escola igual, e, como era menino, além do francês aprendia inglês, porque era a língua do comércio mundial. Eram pessoas que tinham uma certa cultura ocidental. Ela contava que a comunidade judaica na qual cresceu falava ladino (espanhol) em casa, grego com o pessoal de serviço (cozinheira, cabeleireira, costureira...), e turco com a população local, por exemplo, para comprar uma passagem de bonde, ou temperos numa loja de alimentos.

PERCURSO Onde era isso?

RENATO Em Esmirna, hoje pertencente à Turquia. Era um ambiente multicultural, e bastante tolerante. A raiva dos turcos era com os armênios, que eles massacraram em 1915, como vocês sabem, mas não tinham nada contra os judeus, que viviam ali muito bem. Alguns acabaram ficando por lá, outros se espalharam pelo mundo. O Brasil das primeiras décadas do século xx, quando meus avós maternos aportaram no Rio, lembrava bastante a região da qual tinham vindo: a língua era parecida, o clima parecido, as comidas parecidas. Eles se integraram bem. Minha avó estava convencida de que falava português, mas falava assim: “*Renato, fíchame la ventana!*” Ou então, quando as crianças derramavam suco na mesa: “*Ah, Dió, Dió, el pano limpio!*”. Curiosamente, algumas tradições sobreviviam. Às sextas feiras quando ia escurecendo, ela parava de costurar. Não tinha nada contra acender a luz, fazer comida aos sábados, como os judeus ortodoxos, mas costurar? De jeito nenhum: “*ya no se puede. Es Shabat!*” Era uma lei religiosa que ela respeitava, ponto final.

PERCURSO Sua formação como psicanalista se deu tanto através da universidade, com todos os trabalhos que você foi desenvolvendo no doutorado, mestrado, mas também dentro dessas outras instituições que você começou a frequentar na França?

RENATO Sim. Foi o que me trouxe para o Sedes.

PERCURSO Como é que foi a sua aproximação com o Sedes?

RENATO Foi através da Regina, de quem me aproximei por causa da Miriam, que encontrava nas aulas da Marilena Chauí. Miriam fazia simultaneamente psicologia e filosofia. Um belo dia, ao lado dela estava uma senhora que me apresentou como sua mãe, Regina Schnaiderman. A Marilena a conhecia, e gostava dela. Ficamos conversando, e a Regina me convidou para ir à sua casa, como fazia com todo mundo. Eu estava começando a estudar Freud, e passei a frequentar o apartamento dela. A Regina, o Boris Schnaiderman, todo esse pessoal vinha do Bom Retiro. Parte dessa comunidade era de judeus de esquerda, que valorizavam muito os ideais socialistas, de corte soviético ou não. O fato é que, nos anos 1940, havia por lá uma garotada muito inteligente. Pessoas que ou tinham nascido no exterior e vieram para cá pequenos, caso do Boris ou do Jacó Guinsburg, ou então tinham nascido aqui, e procuravam se instruir.

Aí apareceu um personagem que se chama Anatol Rosenfeld, um doutor em filosofia que tinha vindo da Alemanha para o Brasil nos anos 1930. Começou vendendo gravatas, e depois de um tempo passou a formar grupos de estudo, aprendeu a escrever em português e, entre outras coisas, fundou o suplemento literário do Estadão. Nunca quis ser professor da USP. Era um erudito da gema: escreveu sobre teatro, traduziu inúmeras peças. Era a época do TBC aqui em São Paulo, havia toda uma efervescência cultural. E reuniu à sua volta um grupo de jovens ávidos de saber - Jacó Guinsburg, Gita Guinsburg, a própria Regina, o Isaiás Melsohn, e vários outros. Estudaram estética, Marx, Brecht, literatura etc. O resultado foi que fizeram carreiras brilhantes nas respectivas especialidades. Eram a primeira geração filha de imigrantes a ir para a universidade, assim como depois fizeram os libaneses, os japoneses, e mais tarde os coreanos. Formaram-se em medicina, engenharia, direito... Era a comunidade estrangeira mais representada na USP.

O Jacó acabou fundando a editora Perspectiva, que publicava o que havia de mais importante



*uma vez por semana,
assustadíssimo com
as besteiras que achava que
estava fazendo no consultório,
eu ia ver a Regina*

e inovador nas ciências humanas de então, digamos assim. A Regina fazia parte dessa história. Quando eu estava na França, ela e outros formaram o que seria depois o curso de psicanálise, com a Madre Cristina. Isso foi no final da década de 1970. Nós nos correspondíamos, e um dia recebo uma carta dela contando sobre isso, e dizendo: se você se interessar, venha falar comigo. Quando voltei, naturalmente liguei para ela. Comecei a frequentar os seminários da Regina como ouvinte. Naquela época, ela dava aula nos quatro anos do curso: aula expositiva em um, seminário em outro e supervisão nos dois restantes.

PERCURSO A supervisão era em grupo?

RENATO Exatamente, como é até hoje. Eu fiquei lá alguns anos, continuando a minha formação. Depois de um certo momento, ela me chamou de lado: “vou te mandar um paciente”, e de fato mandou. “Agora você vai fazer supervisão particular comigo”. Eu ia vê-la uma vez por semana, assustadíssimo com as besteiras que achava que estava fazendo no consultório. Com a supervisão, fui ganhando um pouco mais de segurança, ficando um pouco menos intimidado com as incertezas da prática clínica. Depois de alguns anos, estava já na hora de mudar de supervisor, mas aí ela ficou doente. E pensei com meus botões: não vou sair da supervisão com uma pessoa que está doente! E acabei ficando até quando ela não pôde mais fazer atendimentos.

PERCURSO Quando você começou a dar aulas no Sedes?

RENATO No final de 1981, substituindo a Lucía Fuks, que saiu de licença-maternidade para dar à luz o Julián.



*devo confessar que
é motivo de satisfação para mim
ter aberto portas para muita gente,
assim como fui ajudado
quando era jovem*

PERCURSO Foi rápido...

RENATO Sim, porque não tinha gente com essa formação. Há aqui um fator que me parece ser de sorte ou de coincidência: estar no lugar certo na hora certa, em condições de aproveitar o cavalo encilhado que estava passando, como se diz no interior do Brasil para falar de uma oportunidade que não deve ser perdida. E devo confessar que é motivo de satisfação para mim ter aberto portas para muita gente, assim como fui ajudado quando era jovem. Acho que a tocha tem que ser passada adiante! Neste caso do Sedes, aconteceu isso: a Lucía tinha de se ausentar para ter o bebê, e a Regina me chamou: “você pode dar as poucas aulas que faltam para acabar o ano na classe dela. Não vai falar de clínica, porque não tem experiência para isso, mas pode falar da sua tese, de epistemologia da Psicanálise”. E foi por essa porta que eu passei a fazer parte do grupo de professores do curso.

Lembro do dia em que fui dar a primeira aula. Não sabia quem era a Lucía. Chegando à sala, vi uma senhora com barriga de nove meses sentada na primeira fila. Adivinhem quem era? Com aquele jeito discreto dela, foi assistir à aula para ver o que aquele rapaz ia falar para os alunos. Parece que aprovou, porque não voltou na semana seguinte, e ninguém veio me dizer para parar com as aulas.... Então, durante alguns anos, dei cursos de epistemologia da psicanálise como um instrumento a mais na formação dos alunos.

Na mesma época – outubro de 1981 – a Suely Rolnik me avisou que a PUC/SP estava precisando de professores com doutorado para a pós-graduação em Psicologia Clínica. De novo o cavalo: havia

três ou quatro pessoas em São Paulo que poderiam preencher esta vaga, e eu era uma delas. Fui conversar com a Lúcia Bonilha, que era a coordenadora do Programa, e, no primeiro semestre de 1982, comecei a lecionar nesta pós graduação, na qual estou até hoje, quarenta e um anos depois. Dei aula no Sedes até o começo dos anos 1990, quando passei a ser titular na PUC, e não dava para manter os dois cargos – também estava coordenando a Percurso, e já havia um bom número de ex-alunos que poderiam ser professores no Curso. Eram a segunda geração de formados ali: a primeira incluía pessoas como a Janete Frochtengarten e a Miriam Chnaiderman, e nesta segunda estavam Décio Gurfinkel, Flávio Ferraz, e outros.

O curso começava a dar “filhotes”: além dos de Psicossomática e de Análise de Crianças, surgiram os do Departamento propriamente dito, como os de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, e o Conflito e Sintoma. Na PUC, segui a carreira, primeiro como professor doutor, depois fiz concurso para adjunto, em seguida para titular, que é o grau mais alto na nossa universidade. Também, desde meados da década de 1980, estava orientando teses e dissertações. Minha primeira orientanda foi a Miriam Debieux, com quem brinco que ela foi a minha moedinha do tio Patinhas, a orientanda número 1, que depois trouxe muitos outros. Nesse momento em que conversamos, a próxima pessoa a defender tese será a número 161. Cento e sessenta teses orientadas! Parece uma barbaridade, mas se pensar que estou lá faz quarenta anos, são quatro ou cinco por ano, nada tão extraordinário. É o que acontece com colegas como Alfredo Naffah, Suely Rolnik, Luis Claudio Figueiredo, e outros dos mais antigos.

PERCURSO Como você vê a especificidade do estudo da psicanálise na universidade e nos institutos de formação?

RENATO Acho que os dois têm muitos pontos em comum e algumas diferenças. Primeiro, vamos distinguir entre o estudo da Psicanálise na graduação em Psicologia e o estudo dela na



a diferença do curso
de Psicanálise em relação a outros
era a ênfase no estudo de Freud

pós-graduação. É este que pode ser comparado com o que se faz nas instituições de formação psicanalítica. Na época que estamos evocando, as universidades (no plural, porque já eram várias) recebiam muitos analistas já veteranos, que vinham em busca de um lugar parecido com aquele que René Major tinha conseguido criar na França com o *Confrontation*. Ou seja, um espaço em que se pudesse estudar o que fosse de interesse, um ambiente não tão política e ideologicamente carregado como eram as instituições psicanalíticas naquele momento. Isso mudou muito dos anos 1980 para cá: hoje as universidades estão muito diferentes por causa da burocratização excessiva. O Nelson Coelho, que foi nosso aluno em meados da década de oitenta, escreveu sobre como era o Curso naquele momento, enfatizando a grande diferença em relação a outros do mesmo gênero: que era a ênfase no estudo constante e detalhado da obra de Freud.

PERCURSO E como surgiu a ideia de fazer uma revista?

RENATO Esse era um projeto da Regina, que tinha uma visão do que poderia ser o Sedes: não só uma instituição profissionalizante e ideologicamente progressista, aberta a diferentes visões – o que combinava com a proposta da Madre Cristina – mas também como um lugar de pesquisa e produção de conhecimento. Eu brincava que ela seguia o exemplo do famoso recruta Cohen, do Exército prussiano no tempo de Bismarck: para desespero do sargento que comandava o seu grupo, o Cohen não tinha a mínima ideia de como devia ser um soldado alemão. Até que um dia o sargento perde a paciência: “sabe de uma coisa, Herr Cohen? Compre um canhão, e se estabeleça por conta própria!”. Acho que a Regina resolveu comprar um canhão e se estabelecer por conta própria: “já que não me querem na associação de psicanalistas, vou criar minha própria associação”. Seguindo, aliás, o precedente de Freud, que fez exatamente a mesma coisa. Então coincidiram várias circunstâncias: os projetos da Madre Cristina, a chegada dos colegas argentinos,

o ambiente da ditadura, a própria capacidade de organização, aglutinação e de inspiração da Regina etc. Isso foi em meados dos anos 1970. Os argentinos chegaram aqui depois do golpe de 1976. Eu defendi a tese de mestrado em setembro de 1977; logo em seguida viajei para Paris, porque as aulas começavam em outubro, e fiquei fora do Brasil um pouco menos de quatro anos. Enquanto isso, aqui estavam acontecendo esses fatos todos, que descrevi num artigo de 1997, que hoje está na coletânea *Interfaces da psicanálise*, “Figura e fundo: notas sobre a psicanálise no Brasil”. A ideia era fazer um número da *Percurso* sobre o que havia ocorrido na Psicanálise desde a fundação do Sedes, vinte anos antes. A concepção da Madre Cristina era de uma instituição guarda-chuva, que formasse psicólogos comprometidos social e politicamente, que ‘deselitizasse’, por assim dizer, o atendimento psicológico. Esse projeto já vinha de antes, do trabalho que ela fazia nas alas mais progressistas de Igreja. Era uma pessoa muito influente nesse meio, e a certa altura pôs em prática o que pretendia saindo da PUC/SP e da então Faculdade São Bento para fundar o Sedes.

PERCURSO Voltando para o Departamento de Psicanálise e para a *Percurso*...

RENATO Então, nesse contexto do final da década de 1970, começou o que viria ser o curso de psicanálise. As primeiras turmas tinham como alunos Janete Frochtengarten, Miriam Chnaiderman, Marilene Carone, Marilsa Taffarel etc. – um grupo muito bom. Terminado o curso, várias dessas pessoas foram chamadas para dar aula, o curso foi caminhando, e floresceu na primeira metade de 1980, junto com a abertura política.



Regina morreu em janeiro de 1985, sem ver concretizado seu projeto de criar uma revista de Psicanálise

PERCURSO O Roberto Azevedo participou da criação desse curso?

RENATO Sim. Vários membros da Sociedade de Psicanálise de São Paulo – que era extremamente fechada naquele tempo, bastante conservadora – resolveram apostar no projeto da Madre Cristina. Eram Roberto Azevedo, Isaías Melsohn, Fábio Hermann, Luiz Meyer, e outros cujo nome não lembro agora.

PERCURSO Deodato Azambuja, Deocleciano Alves, Orestes Forlenza... foram poucos analistas da Sociedade que estiveram nos primórdios do curso.

RENATO Esses eu não cheguei a encontrar. Enfim, um grupo de pessoas da IPA um pouco mais abertas. Mais tarde, a Regina chamou um pessoal lazaniano, o Luiz Carlos Nogueira; a Joana, esposa dele; o Alejandro Viviani. O grupo de professores com o qual entrei era constituído por esse pessoal. A pressão da Sociedade de São Paulo para que saíssem era grande, e alguns preferiram não continuar. Outros foram ficando e só o deixaram mais adiante. Por exemplo o Luís Carlos Menezes, um amigo meu da França, que foi “anfíbio” até o fim dos anos oitenta. Depois se dedicou mais à Sociedade, foi diretor do *Jornal de Psicanálise*, da *Revista Brasileira de Psicanálise*, e por dois mandatos presidente da Sociedade. Em suma, era um grupo bastante variado, e sobretudo, aberto ao diálogo.

O projeto da Regina incluía a constituição de um Departamento de Psicanálise nos moldes do que então era uma novidade na organização das universidades – os Departamentos substituindo o regime de cátedras. Esse era bem

mais hierarquizado, com um único professor “catedrático”, os seus assistentes, os assistentes dos assistentes etc. Numa das reformas do ensino superior, que foi polêmica, os milicos acabaram com as cátedras. Era uma maneira de tirar da USP os professores líderes, a fina flor da intelectualidade uspiana: na Filosofia: Bento Prado Júnior e José Arthur Giannotti; nas Ciências Sociais: Fernando Henrique Cardoso, Rui Fausto, e assim por diante. Uma boa parte deste pessoal acabou se reunindo para fundar o CEBRAP, que passou a ser financiado pela Rockefeller Foundation. Os americanos, gente muito prática e realista, queriam saber o que estava de fato acontecendo no Brasil, e que era muito diferente da “narrativa” dos milicos. Financiaram pesquisas de verdade, e uma revista que existe até hoje, os Cadernos CEBRAP. Depois, vários deles encontraram postos em outras universidades, como a PUC/SP, a Unicamp e a UNIFESP.

PERCURSO Em que momento e como nasceu a ideia de uma publicação do Departamento até chegar à Percurso?

RENATO Isso que ficou dito acima descreve o caldo de cultura que deu origem à revista, que era outro projeto da Regina. Ela morreu em janeiro de 1985, sem vê-lo realizado... As pessoas que participaram desse projeto foram a Janete Frochtengarten, a Silvia Alonso, a Miriam Chnaiderman, a Renata Cromberg, a Kitty Haasz e eu mesmo. Também contamos com o apoio do José Paulo Kupfer, um jornalista experiente, porque não tínhamos a mínima ideia de como fazer uma revista. O grupo era muito pequeno, com pessoas de formação, origem e trajetória específicas, mas que tinham alguns objetivos comuns. E assim fizemos o primeiro número da Percurso.

Por associação, lembrei agora de uma história engraçada. Conseguimos juntar alguns artigos, cada um escreveu alguma coisa, e a revista tinha vários anúncios. A ideia era que fosse financiada com publicidade de empresas. A Madre Cristina ficou brava porque entre eles havia o anúncio de um banco: “Vocês estão cedendo aos capitalistas!”



*minha impressão, na época,
é de que se tratava de uma guerra
de todos contra todos.
Cada um dizia que a sua versão
era a “verdadeira” psicanálise!*

Aí perguntamos: “A senhora financia a revista?”. “Não, não temos recursos para isso...” E assim continuamos com os anúncios por alguns números, até tudo virar de cabeça para baixo com o Plano Collor, em 1990. Uma outra história ocorreu, se não me engano, com o marido da Zulmira Montiel, o Wilson, que tinha formação em atividades gráficas. No dia em que a revista ia ser impressa, alguém da comissão editorial recebe um telefonema. “Doutora, me fala uma coisa, a receita de cozinha vai onde?” “Como assim, a receita de cozinha?” “Porque tem aqui uma receita de bolo manuscrita...” Tínhamos revisado todos os artigos, mas sem perceber que junto com o material estava a tal receita. Ainda bem que alguém percebeu! Foi o primeiro dos erros que aconteceram desde então, e por sorte muitos deles puderam ser evitados.

PERCURSO Depois de todos esses anos como professor e como editor da revista *Percurso*, o que você tem observado em relação à produção de textos psicanalíticos e ao lugar ocupado pela escrita para os analistas?

RENATO A ideia da Regina foi fundamental. Ela estava coberta de razão! Vejo isso pelos prefácios que fui escrevendo para as minhas coletâneas, que entre outras coisas explicavam por que aquele livro estava saindo naquele momento. Na Apresentação da primeira delas, *A vingança da esfinge*, está retratado um pouco do clima daquele momento. Hoje, temos várias entidades psicanalíticas convivendo pacificamente, mas a minha impressão, na época, é de que se tratava de uma guerra de todos contra todos. Cada um dizia que a sua versão era a “verdadeira” psicanálise! Então, naquele momento, foi muito importante que uma revista se pautasse pelo diálogo, pela discussão sem preconceitos. Isso está no editorial do primeiro número, que foi redigido por todos do grupo dentro do espírito da Regina. Nesse primeiro número, publicamos inclusive um artigo dela, que não escrevia muito.

Ninguém escrevia muito naquela época. Muitos psicanalistas brasileiros eram ainda da

primeira geração: Lígia Amaral, Virgínia Bicudo, Roberto Azevedo, Isaías Melsohn, e outros. Um número razoável de profissionais, que se formou nos anos 50 em Londres ou na Argentina. Quando voltavam, começavam a trabalhar. Um ou outro era mais interessado pela escrita, mas sem regularidade: não existia o *hábito* de escrever. Quem chamou a atenção para isso foi Sérvulo Figueira, do Rio de Janeiro, um dos primeiros que começou a escrever, inclusive sobre a situação da psicanálise no Brasil. No fim da década de 1950, início da de 1960, em termos de psicanálise tínhamos poucas cabeças originais no Brasil: o Isaías Melsohn, o Fábio Herrmann... Os demais eram bons analistas, sem dúvida, mas não tinham ideias originais. Trabalhavam à moda inglesa, kleiniana. Não existia por aqui sombra da psicologia do ego, dos freudianos franceses... Lacan, nem pensar! Nada disso passava perto das Sociedades de Psicanálise de São Paulo, Rio, Porto Alegre ou Belo Horizonte. Isso se alterou em meados da década de 1980, quando a abertura política tornou possível que um grupo de pessoas voltasse para o Brasil, (até porque haviam terminado de fazer aquilo que pretendiam ao viajar para o Exterior): Jurandir Freire Costa, Fernando Rocha, Menezes e outros, entre os quais eu mesmo. Cada um de nós trazia consigo sua experiência, suas referências – quase todas francesas – seus contatos, e começaram a convidar seus professores para virem dar cursos, conferências e supervisões por aqui... Foi assim que entre 1987/1988 e o final dos anos noventa nos visitaram Conrad Stein, Jean Laplanche, Radmila Zygouris, Monique Schneider, Joyce McDougall, e vários outros. A visita que deixou mais marcas foi a de Pierre Fédida,



nossa revista teve um papel de destaque neste movimento de escrita e de divulgação que se esboçava, e que aos poucos foi ganhando maior expressão

que ficou em São Paulo durante um mês dando um seminário na recém-inaugurada Livraria Escuta (do Manoel Berlinck e da sua esposa Cristina Magalhães).

PERCURSO A Piera Aulagnier veio?

RENATO Sim, claro. Eu participei dos seminários dela. Lembro que na época estava com um problema complicado no consultório; fui conversar com ela, e disse que gostaria de fazer uma supervisão com ela. Ela concordou, e decidi marcar: “Quando pode ser?” “Adesso (agora)!”. Entramos no carro, fomos até meu consultório, e, enquanto eu atendia a pessoa cujo caso queria supervisionar, – por coincidência, o paciente vinha naquele horário – ela ficou folheando uma revista na sala de espera! Foi uma supervisão super legal, me ajudou muito.

Indo adiante: desde aqueles anos, o panorama analítico no Brasil mudou completamente. Em que sentido? Posso compartilhar aqui uma convicção: cada época tem a sua tarefa histórica, em psicanálise ou em qualquer outra área. Dos anos 80 em diante, algumas pessoas acabaram tendo papel significativo na psicanálise brasileira, como Joel Birman, Jurandir Freire Costa, Luís Alfredo Garcia-Roza, Luiz Meyer, o próprio Fábio Herrmann – aliás, diversas delas entrevistadas por vocês. Eu mesmo faço parte dessa geração. Todos tínhamos tido alguma experiência fora do Brasil, estávamos acostumados a ver analistas escrevendo. Os franceses, lacanianos ou não, escreviam bastante, e vários ingleses também usavam a caneta para apresentar problemas e ideias novas. Aqui, antes dos anos 80 não havia nada disso: se contava nos dedos o número de artigos realmente

interessantes publicados no Brasil. Quando alguém escrevia, quase sempre era para confirmar como eram ótimas as ideias kleinianas.

Aos poucos, contudo, começa a haver um certo volume de livros, que as pessoas passam a comprar. As revistas da IPA começam a ter um padrão melhor. Lembrei há pouco que o Menezes foi diretor do *Jornal de Psicanálise* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*. E fez escola: as gestões seguintes – Sandra Schaffa, Bernardo Tanis, Marina Massi, Berta Azevedo – deram continuidade ao que ele tinha começado. Vários desses editores vinham do Sedes, usaram a experiência da **PERCURSO** e foram criando boas publicações. A nossa revista teve um papel de destaque neste movimento de escrita e de divulgação que se esboçava, e que aos poucos foi ganhando maior expressão.

Na Escuta, o primeiro livro a ser publicado foi o *Psicanálise e judaísmo: ressonâncias*, que foi financiado pelo Sr. Leon Feffer, fundador da empresa de papel e celulose Suzano, onde meu pai trabalhava. A Escuta precisava de apoio; ele forneceu o papel para fazer o livro, e depois continuou doando para a **Percurso**. Todo semestre eu ia conversar com ele, que era uma figura fantástica. Ele perguntava com aquele sotaque inconfundível: “De *kwantos* quilos de papel você precisa?”, “Er... ah... bem não sei dizer.” “*Kwantos* exemplares tem revista?”. Eram mil e quinhentos, bem acima do que conseguíamos escoar. Ele não discutia: “*Kwantas* páginas tem este número?”, e ia fazendo contas. Por fim, decidia: “Vocês precisam quinhentos quilos de papel. Onde Kombi deve entregar?”. Todos tínhamos muita boa vontade, mas na verdade ainda éramos amadores no quesito publicações.

Em março de 1990, quando preparávamos o número 4, fomos surpreendidos pelo plano Collo. O país veio abaixo. Os anúncios secaram, e a revista corria um risco muito claro de acabar. As pessoas foram saindo, cada uma tinha que sobreviver de alguma forma, e ficamos em três: a Kitty Haasz, a Miriam Chnaiderman e eu. Resolvemos que alguém seria o coordenador daquele



a publicação foi crescendo e se firmando, as funções foram se especializando entre as diferentes seções, cada qual desenvolvendo seus próprios sistemas de trabalho

número, no seguinte seria outra pessoa. Como tinha um pouco mais de tempo disponível que elas, fui escolhido para a função, e o número 4 acabou saindo. Depois seria a vez da Miriam ou da Kitty, mas nenhuma das duas podia assumir o encargo. “Você continua, coordena mais uma edição...”. E assim foi com o número 5-6, o 7, o 8... e até hoje estou aqui. Com a existência da revista, começou a haver solicitação e oportunidade para que as pessoas do Departamento escrevessem, e começaram a chegar textos.

PERCURSO Esse era um dos objetivos da revista, não?

RENATO Sim. Minha impressão é que conseguimos realizá-lo amplamente. Com o tempo, foram chegando pessoas novas; surgiu uma comissão editorial, depois o grupo de entrevistas, o de resenhas, o dos debates, a parte de captação de assinantes (capitaneada por muitos anos pela Zulmira Montiel, a quem devemos muito). A revista foi se diversificando, sempre contando com uma equipe da melhor qualidade. Este fato é para mim fonte de uma grande satisfação, e faço questão de reafirmar nessa nossa conversa. O sistema de preparo dos artigos é único no campo das revistas científicas, porque funciona com reuniões para discussão dos artigos, das resenhas, e do que compõe as demais seções abertas ao longo dos anos. No início não havia um padrão de escrita. Nunca quisemos ser ortopédicos, com tudo homogeneizado, isto é: insosso e inodoro. Mas é preciso ter certos critérios de qualidade, de consistência, um bom padrão literário, e em outros aspectos também. Parece que fizemos alguma coisa certa, pois estamos em atividade há trinta e cinco anos. Hoje devemos ser uma equipe com 20 ou 25 integrantes.

PERCURSO O que especialmente te alegra na Percorso?

RENATO A qualidade das pessoas! Quando vi que ia ficar mais tempo como coordenador da revista, numa das vezes que fui à França pedi para conversar com o Claude Le Guen, que durante

algum tempo foi editor da Revista Francesa de Psicanálise. Ele foi me explicando como funcionavam, e no final, perguntei: “Se você tivesse uma só coisa para me dizer, o que seria?”. Ele foi direto: “*ne mettez pas de bâtons dans les roues*”, “não coloque bastões nas rodas da carruagem”, ou seja: não atrapalhe, deixe as pessoas fazerem o que querem fazer. Tome cuidado com quem vier colaborar, para não serem pessoas difíceis, paranoicas, com egos excessivamente dilatados... E me deu outros conselhos, que me ajudaram muito nessa nova tarefa.

Como contei há pouco, no início éramos quatro ou cinco pessoas, e fazíamos de tudo um pouco. À medida que a publicação ia crescendo e se firmando, as funções foram se especializando entre as diferentes seções, cada qual desenvolvendo seus próprios sistemas de trabalho, e passamos a ter, enquanto foi possível, reuniões frequentes. Com a pandemia isso mudou, mas já estávamos bem institucionalizados. E o que me deixa mais contente é o prazer de produzirmos uma revista extremamente bem-feita, que ganhou prestígio, que as pessoas gostam de ler. A Percorso é bonita, foi acompanhando a evolução dos padrões gráficos, e, a partir de um certo momento fizemos também o Índice Temático.

Fomos das primeiras publicações a entrar no mundo eletrônico, graças à Lia Pitliuk, que era super antenada a essas questões, e nos carregou para uma reunião com o UOL, que tinha acabado de abrir. Durante muito tempo nosso site foi abrigado na UOL, no item Publicações de Saúde. Também publicamos livros com material nosso: o *Psicanálise Entrevista*, organizado pela Mara Selaipe e pela Andréa de Carvalho, e os em



para o psicanalista,
a escrita serve para
elaborar e para dialogar

breve três volumes dos *Debates Clínicos*, preparados por Sergio Telles, Beatriz Mendes Coroa e Paula Peron. Agora estamos com um projeto novo, o da indexação da revista em bases de dados abertas, que aumentará em muito a nossa visibilidade, e permitirá cumprir nossa missão de divulgar boa psicanálise de modo ainda mais eficaz.

PERCURSO Pensando no lugar da escrita do psicanalista, no seu livro *Escrever a Clínica* (fruto de cursos na pós-graduação da PUC-SP) você fala da importância desse lugar na formação do analista, na transmissão de uma experiência, no “pensar junto” necessários para sua renovação. Nesse sentido, poderíamos considerar a escrita como o “quarto pé” na formação e no exercício psicanalíticos?

RENATO Bem, eu não chegaria a tanto. Não diria que é o quarto pé, mas sim que é um momento que nós, analistas, usamos para elaborar o que acontece em nosso trabalho, nos processos em que estamos envolvidos, seja na clínica *stricto sensu* ou na clínica ampliada. Elaborar, de um lado, e dialogar, por outro: você publica um artigo e alguém lê. Os debates sobre cada número da revista, por exemplo, foram instituídos com a ideia de fazer uma reflexão sobre o que nele foi publicado. Essa foi outra coisa que copiei do que via na França: Conrad Stein fazia isso na *Études Freudiennes*, só que de uma maneira mais formal. Tentamos diversas fórmulas até chegar à atual, e os debates continuam sendo realizados, sempre super interessantes.

A revista tem material que é produzido por nós, como as entrevistas, e material escrito por convite, como os debates clínicos. Quanto às

resenhas, procuramos acompanhar o ritmo das publicações, bem intenso em nosso ramo nos dias que correm. O mesmo acontece com os artigos. Pessoalmente, escrevi pouco sobre coisas clínicas, em parte porque me interessava mais por temas para cuja abordagem minha formação em Filosofia me ajudava, em parte porque me sentia pouco à vontade para falar dos meus pacientes. Mas percebo que, de modo geral, penso melhor usando a caneta. E muitas vezes acabo escrevendo para atender a um convite, como se tornou comum à medida que foi se consolidando uma comunidade psicanalítica no país. Na época em que comecei, eram raras as ocasiões como as que temos hoje em matéria de colóquios, simpósios, *lives*, e por aí vai.

PERCURSO Você acha importante afirmar uma psicanálise brasileira? Como você vê esse debate?

RENATO Não sei se posso responder a essa pergunta. O que vejo é que hoje em dia existe uma psicanálise em português, e em volume significativo. Isso se deve principalmente à pós-graduação, onde há décadas se produzem teses excelentes, que acabam sendo publicadas em forma de livro. Surgiu, por exemplo, a coleção de cem obras de psicopatologia dirigida por Flávio Ferraz. E várias outras iniciativas surgiram. O movimento agora é de tal ordem que não conseguimos mais acompanhar tudo. Criou-se a sensação de que viramos gente grande, por assim dizer. Aquilo que escrevemos e pensamos tem, sem dúvida, qualidade internacional. Alguns anos atrás, o Departamento entrou para a FLAPPSIP (Federação Latinoamericana de Associações de Psicoterapia Psicanalítica e Psicanálise), o que também amplia o espectro de trocas. Até ajudamos um pouco na reorganização da *Intercambio Psicoanalítico*, a revista da FLAPPSIP. No congresso no qual o Departamento foi acolhido como membro, houve uma mesa redonda sobre publicações. Algumas pessoas da *Percurso* participaram contando o que fazíamos. Mas, voltando à pergunta, não me parece que haja um “traço distintivo” da psicanálise que se faz – e, portanto, da que se escreve – no Brasil. Talvez se possa dizer que em outros países



a Psicanálise tenha adquirido certos traços característicos em função da história da disciplina em cada um deles: na França, marcada pela figura de Lacan, na Inglaterra, pela de Melanie Klein, e até certo ponto na Argentina, com a herança do movimento da *salud mental* dos anos setenta.

PERCURSO Em seu artigo de 1997 – “Figura e fundo: notas sobre a psicanálise no Brasil” –, você é muito generoso com a produção intelectual, com as editoras, e termina o artigo falando de uma psicanálise que merece ser elogiada. Passaram-se 26 anos. Quais são os desafios que temos hoje?

RENATO Vejo isso com um critério objetivo. Periodicamente fazemos a classificação das matérias publicadas em cada número da *Percurso* para o Índice Temático. É um termômetro, limitado como qualquer medida desse tipo, mas que nos permite ver que nestes 35 anos algumas coisas se conservam: sempre existem questões clínicas e discussão de novos conceitos. Alguns temas envelhecem, como psicanálise e filosofia: cada vez menos se escreve sobre isso. Houve um momento em que se escrevia mais, tanto que foi necessário criar rubricas específicas, como “Foucault”. Hoje é raro que apareça um novo texto para esses verbetes. Por outro lado, o item “Psicanálise e Fenômenos Sociais” ficou tão volumoso que de uns anos para cá o subdividimos. Mantivemos esse tópico, mas criamos um novo, “Psicanálise e Violência”. O que temos publicado na revista é revelador do que as pessoas estão pensando dentro e fora do Sedes. É o caso atualmente de temas como racismo, inclusão social, questões de gênero, as novas sexualidades e outros que estão no centro dos debates atuais. Traduzimos textos de autores como Thamy Ayouch, houve uma entrevista com a Patrícia Porchat, outra – muito boa – com o pessoal do Instituto AMMA, do movimento negro, publicamos trabalhos apresentados em eventos aqui no Sedes que depois saíram também em formato livro.

PERCURSO O que você pensa da discussão sobre a decolonização da psicanálise?

*minha hipótese é que
certas partes do psiquismo
são mais permeáveis à influência
cultural do que outras*

RENATO Acho que é politicamente importante, mas é preciso cuidado para não cairmos num militantismo ingênuo. Como não é algo que tenho acompanhado de perto, não poderia dizer muito mais do que isso. Quando preparávamos o número sobre os 50 anos do golpe de 1964 houve uma série de reuniões sobre como organizá-lo. A questão era como evitar que a publicação tivesse um tom de militância em vez de um de reflexão. A mim parecia que havia esse risco. No final, o número acabou saindo bastante bom, com depoimentos, boas análises, materiais valiosos para o nosso objetivo. A pergunta que orientava o número era: o que ficou dessa experiência na “psique coletiva dos brasileiros”? Quais as marcas, talvez indelévels, deixadas por ela? Não deixa de ser um assunto de relevo ainda hoje, com tanta violência sendo proferida e atuada por meio da internet.

PERCURSO Falando nisso, como você pensa a questão da universalidade do funcionamento psíquico? Em que medida a cultura em que o sujeito está inserido determina uma outra metapsicologia?

RENATO Já pensei bastante sobre isso, e minha hipótese é de que certas partes do psiquismo são mais permeáveis à influência cultural do que outras. Resumiria assim o meu ponto de vista: na organização psíquica do ser humano há elementos universais, particulares e singulares. Os universais – as pulsões, as angústias e as defesas – fazem parte do equipamento próprio da espécie. O que está no Id, para dizer as coisas sumariamente, é universal, vamos encontrar estes elementos em toda e qualquer cultura... Defesas: recalque existe em toda parte, pois sem ele não há civilização.



*os modelos identificatórios
variam de sociedade
para sociedade, mas o processo
de identificação não*

Todos temos, em alguma medida, angústias de morte, de perseguição, de invasão, de despedaçamento. Estudei isso a fundo, inclusive em trabalhos de analistas estrangeiros que escreveram sobre outras culturas. Lembro dois exemplos no artigo “Violinistas no Telhado: Clínica da Identidade Judaica”.

Um é do psicanalista Osamu Kitayama, que escreveu sobre a dificuldade de exercer nosso ofício no Japão, devido entre outras coisas ao respeito que os japoneses têm pela autoridade, pelo saber. No texto que comento, Kitayama descreve a experiência de ter sido formado na Inglaterra, numa linha winnicottiana, e de descobrir, ao voltar para o Japão, que seus pacientes não expressavam nada que pudesse ser lido como transferência negativa. Como alguém iria dizer ao “analista-san” que não concordava com ele? Impossível! Trata-se de uma questão cultural, ligada à vergonha, portanto ao superego, que exigia ser enfrentada de maneira diferente do que nas sociedades ocidentais.

PERCURSO Então, pulsão, defesa e angústia são, para você, universais?

RENATO Exatamente. O outro exemplo é um trabalho maravilhoso, *Édipo Africano*, um estudo sobre a prática psicanalítica e psiquiátrica no Senegal. Os autores – Marie-Cécile e Edmond Ortigues – se defrontaram com peculiaridades da cultura local, como a crença na feitiçaria, por exemplo, bastante relevantes para compreender os conflitos e problemas trazidos por quem vinha consultá-los no hospital de Dakar. Qualquer obstáculo no caminho de alguém, do contratempo banal à calamidade ou tragédia, é imediatamente considerado como fruto do mal que outra pessoa

deseja para ele ou ela. Vocês podem imaginar o peso que a angústia de perseguição tem nessa sociedade... Assim como as defesas de tipo projetivo mobilizadas contra ela. Se eu tusso, não é porque estou entrando numa gripe, ou porque bebi água rápido demais: só pode ser porque alguém – ser humano ou espírito – deseja que eu me engasgue.

PERCURSO Derrida fala que não existe álibi. Nessa cultura é muito diferente porque está tudo fora...

RENATO Está fora, exatamente, não se fala em culpabilidade. Os Ortigues também observaram as atitudes frente à analidade, que nessa sociedade não é tão reprimida quanto na nossa. As regras de higiene e a tolerância quanto à infração delas são diferentes nas várias culturas. Pois bem: entre as populações animistas do Senegal, ela é grande quando se trata de educar as crianças. Ninguém se abala muito quando elas fazem suas necessidades em lugares e de modos que chamaríamos de inadequados. No entanto, nessa cultura é imensa a quantidade de comportamentos obsessivos claramente caracterizados. Como fica então o vínculo que postulamos entre obsessões e analidade? Como elas são óbvias, e seria absurdo afirmar que no Senegal não existe erotismo anal, é preciso encontrar outra maneira de dar conta dos rituais compulsivos locais. A solução dos autores é afirmar que eles não têm tanto a ver com o recalque das fantasias anais e são mais úteis como defesas contra as ansiedades persecutórias. Em outras palavras: como é preciso estar muito atento a qualquer indício de um “trabalho” contra a minha pessoa ou contra meus entes queridos, essa atitude favorece comportamentos, atitudes e idéias que operam com as minúcias e exigem muita atenção para ser executados do jeito certo, ou não serão eficazes.

Há ainda aspectos peculiares no que diz respeito ao complexo fraterno – no caso, ligado à classe de idade da pessoa, que funciona como um objeto interno com diversas funções, e também no plano das identificações. Obviamente, os modelos identificatórios variam de sociedade para sociedade, mas o *processo de identificação* não. Aquilo

com o que alguém se identifica é histórica e culturalmente determinado pelo leque de opções disponível em cada sociedade, e, como seria de se esperar, quanto mais complexa uma sociedade, mais amplo será esse leque. Em São Paulo, por exemplo, há diferentes identificações possíveis no campo da religião. Isso não existe em tribos indígenas mais isoladas, nas quais todo mundo tem as mesmas crenças e pratica os mesmos rituais, geralmente coletivos.

Um exemplo ilustra isso de modo claro: o sujeito quer ficar forte e para isso precisa fazer exercícios físicos. Ora: uma coisa é fazê-los numa academia moderna, outra é ser um cavaleiro medieval e participar de torneios vestindo uma armadura, outra ainda é ser um caçador pré-histórico que usa flechas com ponta de pedra lascada para apanhar sua presa. As fibras do bíceps são as mesmas nos três casos, mas não os meios para fortalecê-las e nem o sentido dado a cada prática, porque dependem de fatores culturais: promover a saúde e eventualmente vencer uma competição esportiva, mostrar coragem diante da dama cortejada ou do adversário, procurar levar carne para a caverna e uma pele para se aquecer nas noites frias...

Então, o que se relaciona com o ego – identificações, processo secundário no pensamento, respeito pelo princípio de realidade – e com o superego (as normas e valores introjetados por meio da educação) tem claramente origem no plano coletivo (termo pelo qual estou entendendo os fatores históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais próprios a cada formação social e a cada época). Os conflitos identificatórios não são os mesmos para uma pessoa negra que vive hoje no Brasil nas condições que conhecemos, e para uma amazona no reino do Daomé em 1850. Isso é muito importante, porque serve para descartar a ideia, hoje infelizmente difundida, segundo a qual precisamos de uma nova metapsicologia porque a antiga já não dá conta das “novas subjetividades”.

PERCURSO Quais seriam os conceitos metapsicológicos comuns às diferentes escolas? O que seria o pilar da psicanálise?



*o que se relaciona
com o ego e com o superego
tem claramente origem
no plano coletivo*

RENATO Nestes centos e poucos anos de história da psicanálise, desenvolveu-se um conjunto de metapsicologias não exatamente concordantes. Temos os modelos metapsicológicos de Freud, que são o assunto de *O tronco e os ramos*. Mas há teorias do funcionamento psíquico que têm a ver com o tipo de paciente que nos procura. São as matrizes clínicas, que se somam às práticas existentes nos vários centros da Psicanálise para fazer surgir problemas específicos. Para estudar isso, um bom modelo é o das “revoluções científicas” proposto por Thomas Kuhn. Esse autor sugere que quando surge uma dificuldade séria em determinado campo científico – física, história, psicanálise, o que for – os pesquisadores procuram de início resolvê-la usando os instrumentos validados pelo paradigma ou paradigmas em vigor. Vemos isso bem claramente nos tempos heróicos da psicanálise, por exemplo quando Jung e Freud discutem sobre as psicoses. É um exemplo bom porque todos conhecem. Jung tenta tratar, com as teorias de então, os pacientes psicóticos do hospital de Zurique, e não funciona. Ele escreve a Freud: “veja bem, sua teoria não está dando os resultados esperados...” Freud responde: “não é isso. É você que não sabe usá-la, por exemplo quando se envolve demais com seus pacientes”.

O problema é que na verdade os dois têm razão. Aí são publicadas as *Memórias de um doente dos nervos*, de Paul Schreber, e Jung as envia a Freud: “o que você faz com isso?”. Freud percebe que a teoria da libido de 1905 não basta para compreender o que acontece com Schreber, mas não quer abandonar seus princípios essenciais. O que faz? Kuhn descreveria a saída encontrada por ele como uma solução de compromisso: o paradigma



*a partir de um certo momento,
as diferenças culturais e sociais fazem
com que o desenvolvimento psíquico
vá em uma ou em outra direção*

libidinal não é descartado, e sim adaptado em pontos importantes a fim de dar conta da dificuldade. E qual foi essa saída? A noção de narcisismo, ou seja, o investimento libidinal de si mesmo. Essa noção, que parece simples, na verdade vai levar a uma ampla reformulação da teoria, porque o “si mesmo” pode ser o próprio corpo, a própria pessoa (origem da idéia de sujeito, que será muito utilizada décadas depois), um momento na evolução da sexualidade (a etapa ou fase narcísica) e também um momento na evolução da subjetividade como um todo, para não falar numa nova classe de padecimentos (as patologias narcísicas) ou de defesas (as defesas narcísicas). E obviamente tudo isso vai gerar novas práticas clínicas, novos estilos.

Outro exemplo, agora de uma dificuldade resolvida sem mexer no paradigma então vigente: a ênfase de Melanie Klein na agressividade das crianças. Os pacientes que ela estuda na *Psicanálise da criança* apresentam graves sintomas obsessivos. É de se admirar que tivessem problemas com a imago da mãe, ou que, para lidar com a angústia de perseguição, desenvolvessem rituais compulsivos? E isso combina muito bem com a interpretação da pulsão de morte como fundamento da agressividade, uma das leituras possíveis das novidades de Freud nos anos 1920.

PERCURSO Também a educação inglesa...

RENATO Sim, a cultura conta. Quando vieram meus filhos, nós comprávamos aqueles livros da Tavistock, *Compreendendo seu filho de 2 anos, de 3 anos...* Até os quatro ou cinco anos foram muito úteis, porque as crianças têm basicamente as mesmas dificuldades na Inglaterra, entre os esquimós ou em São Paulo: crescer, aprender a

falar, relações com os irmãozinhos, ciúme, rivalidade etc. Porém a partir do momento em que entram no Fundamental I, aos seis ou sete anos, surgem diferenças importantes: as crianças da classe média brasileira vão para escolas particulares, costumam ter babás, e ambas as coisas são mais raras por lá. A imago materna, portanto, se deposita nas duas figuras (mãe e babá), gerando consequências diferentes em relação ao que ocorre quando não há essa divisão. Ou seja: a partir de um certo momento, as diferenças culturais e sociais fazem com que o desenvolvimento psíquico vá em uma ou em outra direção.

Então, existem conflitos que em parte se devem ao funcionamento psíquico da espécie homo sapiens, à qual todos nós pertencemos. Há elementos universalizáveis, mas que ao ser acionados utilizam o que está disponível no lugar onde vive a pessoa. Algumas diferenças são bem pitorescas, e vale a pena lembrar uma ou outra.

Um colega argentino, Luis Hornstein, esteve no Sedes há alguns anos e contou algumas experiências que teve na Venezuela, onde parte da diáspora psicanalítica argentina encontrou refúgio na época da ditadura. Hornstein se instalou em Caracas e começou a atender pacientes. De repente, uma senhora cuja análise estava indo bem falta a várias sessões seguidas. Hornstein deixa passar alguns dias, e, por fim, se decide a ligar para ela. A paciente diz que tivera alguns problemas, mas que iria à sessão seguinte.

De fato aparece no consultório, se deita e conta que havia sonhado com o analista, o que muito a perturbou. Era um sonho de transferência: Hornstein era o leiteiro e viera entregar leite na casa dela. Hornstein pergunta o que a havia incomodado tanto. Ela diz que não tinha tido coragem de contar o sonho nem para ele, analista, nem para o marido. Mas esse senhor percebe que a esposa está muito perturbada, pergunta por quê, e ela narra o sonho. O homem pensa um pouco e indaga: “quando o doutor veio entregar o leite, deixou na porta da frente ou nos fundos?”, “Na porta dos fundos”. “Ah, ainda bem. Então você pode voltar ao tratamento, sem problemas”. Qual



os gêneros, ao contrário do que foi durante muito tempo, estão se tornando atualmente um assunto de escolha, dentro de determinados limites

era a diferença entre deixar o leite na porta da frente ou na dos fundos? Só podemos fazer conjecturas. Uma delas seria que o leiteiro/doutor “sabia o seu lugar”, obviamente subalterno em relação aos moradores da casa, e por isso deixava o leite na porta dos fundos. Outra, que me parece mais interessante, seria que o leite tinha algo a ver com o sêmen, que a porta da frente da casa representava a vagina, e “deixar o leite na porta de trás” poderia aludir a uma relação anal. Obviamente, uma interpretação desse tipo não seria comunicada à paciente, ao menos não naquele momento ainda inicial do trabalho. Seja como for, depois da conversa com o marido a tal senhora se sentiu autorizada a retomar sua análise.

Por que lembrei dessa história? Porque sonhos de transferência acontecem em qualquer lugar. A analogia do leite com o sêmen, ou o temor frente a revelações escandalosas irrompendo do inconsciente, poderiam ter surgido em Buenos Aires ou na Austrália. São elementos “universais” no sentido que estou sugerindo. Mas tomaram uma feição particular no caso dessa paciente, que tinha a ver com a sua vida emocional, com a sua biografia, com a relação com o marido – elementos particulares, ou talvez singulares.

PERCURSO Você considera que a questão dos transgêneros põe em xeque o complexo de Édipo?
RENATO Não, de jeito nenhum. Haverá especificidades nesse tipo de conflito edipiano, no qual a questão da sexualidade se situa no âmago da identidade pessoal. Não é sempre que é assim. Sobre esse tema dos gêneros gostaria de sugerir uma visão pessoal. Entendo que há uma única sexualidade humana que tem um lado corporal, biológico, e um lado mental, as fantasias, emoções etc. Sexualidade é uma só, com essas duas faces. E temos dois sexos biológicos: excetuando casos muito raros de hermafroditismo, ou você nasce com útero, ovário e glândulas para produzir leite, ou nasce com pênis, próstata e testículos. O sexo anatômico da criança vai ser a base da sua designação de gênero, e uma grande proporção de humanos se identifica com a designação que

recebeu na primeira infância. Dito de outro modo, a autoimagem, e também as fantasias, desejos e receios relacionados com o sexo oposto, acompanham – nas organizações neuróticas – o sexo biológico, inclusive nas tipicamente masculinas (por exemplo a da vagina dentada) e femininas (angústia de penetração).

O que é relativamente independente da biologia - e isso é uma aquisição nova para a psicanálise – são os gêneros. Desses temos muitos, os LGBTQIA+, que são determinados culturalmente. O gênero do bebê é evidenciado na maneira como será chamado, se “ele” ou “ela”, como será vestido, que brinquedos lhe serão oferecidos. Em línguas como o português, nas quais os adjetivos têm gênero, a pessoa vai falar de si mesma no masculino ou no feminino, e será referida por outras desta ou daquela maneira, segundo a sua aparência física. De início, portanto, a criança se identifica com o gênero que lhe é atribuído pelo ambiente familiar. Mais adiante, existe a possibilidade de escolha, de mudanças num sentido e no outro. Hoje em dia temos as cirurgias e acompanhamento psicológico das pessoas que escolhem mudar. Então, os gêneros, ao contrário do que foi durante muito tempo, estão se tornando atualmente um assunto de escolha, dentro de determinados limites.

PERCURSO Escolha ou orientação?

RENATO Provavelmente, as duas coisas. Um livro muito bom sobre isso é o da Cassandra Pereira França, *Nem sapo, nem princesa*, que temos estudado com frequência na PUC. Nem os biólogos aceitam mais a ideia de que a orientação sexual dependa exclusivamente da genética. O que



as pessoas que se sentem como pertencendo a um gênero que não é compatível com o seu sexo biológico se deparam com o problema de decidir o que fazer a respeito

temos são redes de significação, de sinapses, de lembranças, de inclinações, que influem nessa ou naquela direção. Acho difícil que algum dia se consiga discriminar o que é puramente biológico do que é cultural, porque quando se poderia fazer esse estudo as duas dimensões já estão inextricavelmente misturadas, para não dizer coaguladas. Talvez um dia se invente alguma forma de realizar essa investigação, mas por enquanto isso não parece se situar num futuro próximo.

Levando em consideração o desejo dos pais, a influência cultural, a aceitação coletiva das escolhas de gênero, as pessoas – geralmente adolescentes – que se sentem como pertencendo a um gênero que não é compatível com o seu sexo biológico se deparam com o problema de decidir o que fazer a respeito. Problema muito difícil: “em *que* eu posso me reconhecer?”. Tudo indica que em certa medida a resposta depende de onde se está, socialmente e/ou geograficamente. Em áreas nas quais é frequente uma visão mais livre da sexualidade, a existência de pessoas homossexuais, ou mesmo transexuais, é aceita com mais naturalidade. Já em regiões mais conservadoras, ou entre pessoas mais rigorosas em termos de religião, quem pretende aceder a um gênero diferente daquele com que sempre foi designado pode encontrar obstáculos bem mais sérios. Tipicamente no meio neopentecostal, mas também entre muçulmanos fundamentalistas, em ditaduras reacionárias de direita ou de esquerda ou com judeus ortodoxos. Há um ótimo filme israelense que discute essa questão: *O pecado da carne*. Trata-se de um rapaz ortodoxo que vai trabalhar num açougue, e se apaixona pelo filho do proprietário. Começam a ter um relacionamento

homossexual – e vocês podem imaginar o conflito por que passam, porque na tradição religiosa isso é uma abominação punível com a morte. O que não impede que nessas comunidades haja uma certa porcentagem de homens e mulheres que têm essa orientação. Como elas se arranjam para vivê-la, já é uma outra história.

PERCURSO Sempre existiu.

RENATO Claro. Para a psicanálise, acredito que o importante é discutir essas questões à medida que essas pessoas forem atendidas na clínica, saber o que acontece nessas análises, a partir dos fatos. Um exemplo interessante vem de uma tese que orientei na PUC, a da Eliane Chermann Kogut sobre os *crossdressers*. Numa viagem, ela ficou sabendo da existência dessa variante sexual, e resolveu estudá-la. Qual seria a economia psíquica do desejo de um homem de se fazer passar por mulher a ponto de conseguir enganar uma mulher? E isso sem ter nenhum interesse em práticas sexuais homoeróticas, ativas ou passivas. Se apresentou como psicanalista em salas de bate-papo na internet, foi ganhando a confiança dos participantes, e passou a frequentar algumas reuniões. Um momento curioso foi quando um deles marcou de encontrá-la num restaurante. Ela chega, procura um homem, mas quem faz sinal é uma mulher, acompanhada por outra e por uma moça mais nova. Era o próprio indivíduo, “montado”, na gíria deles, ou seja, com roupas femininas, acompanhado pela esposa e pela filha. Ou seja, ambas sabiam dos gostos dele, e visivelmente não se incomodavam.

Tempos depois, Eliane começou a atender pessoas destes grupos em análise. Para alguns, ser *crossdresser* era um assunto central na sua vida; para outros, não. Um dos pacientes vivia uma espécie de ciclo: de tempos em tempos, jogava fora todos os adereços e roupas, porque achava aquilo tudo uma aberração: “como é que eu posso querer isso?!” Mas depois de um tempo de “abstinência” voltava ao grupo e comprava tudo de novo. Alguns se submetiam a procedimentos variados para não ter pelos, para os seios crescerem etc. Outros recorriam a

viagens para cidades onde não fossem conhecidos. A partir de todos estes relatos, e de alguns artigos que tratavam do tema, ela acabou concluindo que o desejo que alimentava esse funcionamento era de tipo narcísico: a sensação de vitória no desafio de iludir uma mulher sobre o seu gênero, ver sua “montagem” validada por uma pessoa efetivamente do sexo feminino. Um pouco à moda dos versos célebres de Fernando Pessoa: “o poeta é um fingidor/ finge tão completamente/ que chega a fingir que é dor/ a dor que deveras sente”.

Foi uma pesquisa que revelou muitos fatos dignos de nota. Um deles, para finalizar: num seminário, a Eliane mencionou o que para um paciente era a quintessência da feminilidade, aquilo que realmente era algo de que ele jamais poderia ter uma experiência pessoal: a sensação do cabelo comprido roçando na nuca, algo que imaginava como indizivelmente prazeroso. Essa era a fantasia dele sobre o que é ser mulher, sobre os “privilégios” reservados à metade feminina da espécie humana.

PERCURSO É muito sensorial.

RENATO Sim. Era também um reconhecimento da castração, porque ainda que ele deixasse crescer o cabelo, nunca poderia ter a tal sensação. Ou seja, havia um limite intransponível, ligado à sua natureza de homem, e à sua preferência heterossexual, apesar de todo o empenho que colocava em se “montar” da melhor forma possível.

PERCURSO Como você pensa os fatores desencadeantes dos momentos da cultura em que o ódio e a crueldade se espalham no tecido social, provocando a polarização e os embates mais violentos, geralmente pondo em xeque a liberdade de expressão através de movimentos autoritários? No atual momento da cultura, você ainda pensa da mesma forma em relação a liberdade irrestrita de expressão, como disse no Café Filosófico em 2018?

RENATO Essa é uma opinião que sempre defendi. Sempre fui a favor da liberdade irrestrita, e achava que seria controlável pelos procedimentos penais usuais. Mas depois do que aconteceu nos últimos



*uma dessas falhas,
no nosso caso, é a colossal
ineficiência do Estado
brasileiro em praticamente
tudo o que se dispõe a fazer*

anos no Brasil, mudei de opinião. Não posso ir lá para retificar, porém é preciso reconhecer que sobre certas coisas uma pessoa pode evoluir. Todos pudemos ver a barbárie se instalando sorrateiramente, e mesmo abertamente – o escândalo das vacinas, o terraplanismo, a desfaçatez das mentiras propagadas como se os brasileiros fôssemos todos idiotas. E foi por pouco que escapamos do que viria se Você Sabe Quem fosse reeleito. A única maneira de nos defendermos de ataques deste tipo é, de fato, estabelecer limites ao que pode ser dito – e os que vêm sendo adotados me parecem razoáveis: não tolerar nada que possa efetivamente incitar a violência contra quem é ou pensa diferente da pessoa que está falando. Obviamente sou a favor de penalidades severas para quem for além da fala, e passar à ação criminosa.

Penso que os fatores desencadeantes do ódio têm a ver com razões mais complexas do que posso dizer assim numa resposta rápida. Contudo, várias têm a ver com falhas monumentais na forma como o Estado atua (ou não atua) no Brasil. Não sei muito sobre o que se passa em países em que a extrema direita está mais firmemente no poder, como a Hungria, a Polônia, a Turquia e outros. Imagino que haja gente estudando isso mais de perto, assim como nós no nosso país. Uma dessas falhas, no nosso caso, é a colossal ineficiência do Estado brasileiro em praticamente tudo o que se dispõe a fazer. Algumas coisas se salvam, mesmo que com grandes dificuldades – uma delas é o SUS, como vimos no caso da pandemia – mas de modo geral o panorama é vergonhoso, desolador.

Em parte, isso é resultado da forma como se fez a colonização, concedendo privilégios aos



acho inconcebível que se possa por em liberdade alguém que matou seus pais, ou que jogou uma criança pela janela, ou que arrastou pelas ruas um menino preso à porta do carro que havia roubado

donatários das capitâneas hereditárias. A idéia de que isso é legítimo e natural se consolidou na nossa mentalidade. Como diz Orwell, na *Revolução dos Bichos*: todo mundo é igual, mas alguns são mais iguais do que os outros. São grupos de interesse abocanhando porções cada vez maiores das verbas públicas em benefício próprio e de maneira a cada ano mais descarada. Todos sabemos das regalias que o Judiciário, o Legislativo e as altas esferas do Executivo outorgam a si mesmos ou uns aos outros. Conflitos de interesse? Conceito ignorado, ou considerado como tolice de gente burramente honesta. O fato é que temos uma visão do funcionamento do país culturalmente muito negativa: qualquer medida que venha do Estado é tida por péssima, a menos que seja uma vantagem para mim e para minha turma. Talvez isso tenha sido agravado pelos efeitos que a ditadura deixou em nossa psique coletiva. Basta haver alguma decisão, sobre tudo e qualquer coisa, e imediatamente se levantam os escudos. A ideia é que a *res publica* – a coisa pública – é algo a ser apropriado por quem gritar mais alto, de preferência com o apoio de “especialistas” no assunto em questão.

Voltando à questão da liberdade de expressão: diante da ameaça fascista muito concreta, da propagação sem peias das *fake news*, reformulei minha opinião, e passei a admitir que nem tudo pode ser permitido. A questão é discutir quais limites, em que casos, quem julgará situações específicas... Sem arranhar os direitos fundamentais, entre os quais o de defesa.

PERCURSO Como você pensa o neoliberalismo nessa equação?

RENATO Não creio que se trate apenas de neoliberalismo: há uma dimensão cultural no sentido forte do termo mesmo. Vale citar um exemplo de um dos países campeões do neoliberalismo. Alguns anos atrás, eu estava na Inglaterra quando ocorreu um escândalo maiúsculo, do qual se falava no rádio, na tv e nos jornais. Qual era o escândalo? Lá cada deputado representa um distrito, e um deles, que era ministro do Turismo, tinha utilizado uma verba do ministério para construir um teleférico na estação de esqui da sua cidade, passando por cima das prioridades estabelecidas para aquele ano. Essa estripulia foi descoberta, e causou um vexame monumental. Obviamente, o deputado se demitiu não só do ministério mas também do Parlamento: saiu sob vaias, não se apresentou para a eleição convocada para preencher a sua cadeira, e está liquidado politicamente.

Não precisamos discorrer sobre o que aconteceria se o fato se passasse no Brasil, certo? Isso para não falar dos absurdos do nosso sistema penal, que garante a impunidade de tantos, ou penas ridiculamente leves para criminosos que deveriam passar o resto da vida na cadeia. Vão dizer que sou punitivista, mas acho inconcebível que se possa por em liberdade alguém que matou seus pais, ou que jogou uma criança pela janela, ou que arrastou pelas ruas um menino preso à porta do carro que havia roubado, ou policiais que atiram primeiro e perguntam depois, matando civis inocentes. Uma vez escrevi um artigo na *Folha* sobre uma declaração do juiz Celso de Mello, que era o decano do STF na ocasião, em que ele dizia que a legislação brasileira incentiva o crime. As pessoas têm a experiência real de um país que não é feito para elas. Como podemos querer que manifestem adesão a princípios democráticos, iluministas, liberais, de liberdade individual? *Primeiro o meu*: é a luta de todos contra todos. Temos uma apropriação do espaço público cada vez maior, e de maneira muito difícil de combater, porque são as próprias raposas que fazem as regras do galinheiro. São muitas as coisas no funcionamento do país que têm consequências psíquicas para as pessoas, que vão contra qualquer ética

universalizável. É um grave problema da nossa sociedade, e nós psicanalistas temos que dizer alguma coisa sobre isso a partir da nossa experiência, não apenas na qualidade de cidadãos, mas também como psicanalistas. Ou seja, procurando entender, na medida do possível, o que há nessas situações de inconsciente, de sádico, de supergo arcaico e cruel, e pensar medidas educativas

que possam diminuir a violência que permeia a nossa sociedade. Para que aconteçam mais coisas boas, que permitam às nossas crianças terem mais oportunidade de se desenvolver intelectual e emocionalmente. Quantos Mozarts, Niemeyers, Beethovens e Picassos já não foram massacrados nesse país? Um desperdício colossal! Mas disso talvez possamos falar numa outra ocasião.



Lucía Barbero Fuks

Um trajeto na psicanálise

Participantes Augusto Portugal, Isadora Barreto, Luiz Gallina, Marcia Eugenia Cerdeira, Roberta Nazaré Bechara Ventura

Era 2021, e a pandemia de COVID-19 determinava que nossa formação no Curso de Psicanálise continuasse a ser remota. Frequentando o grupo de supervisão online coordenado por Lucía Barbero Fuks, foi nos 15 minutos anteriores e nos 15 minutos posteriores aos nossos encontros – tempo aberto por Lucía para nossa convivência – que surgiu a ideia de entrevistá-la. Naquele contexto pandêmico, com toda a transformação produzida pelo isolamento, estava ocorrendo com ela um movimento de relembrar, repensar, recuperar coisas da vida, suas histórias. O registro que apresentamos a seguir corresponde ao diálogo que desenvolvemos em dois encontros especificamente marcados para esta finalidade. Através deste testemunho, o leitor terá acesso tanto à trajetória pessoal de Lucía quanto a fatos e processos relevantes para a história da psicanálise na Argentina, no Brasil e no Sedes.

Primeiros tempos

PARTICIPANTE Nosso convite para esta conversa partiu da sua abertura a um tempo de convivência entre os participantes do nosso grupo de supervisão que pudesse diminuir o isolamento imposto pela pandemia...

LUCÍA Justamente, eu estava lembrando que em algum desses minutos iniciais dos nossos encontros de supervisão, em que estávamos batendo papo, apareceu uma lembrança minha... Morando no Pacaembu, em uma casa rodeada de verde, o isolamento social

« me trouxe a lembrança do que era minha vida de criança na fazenda, rodeada de verde e sem nenhuma saída. Esse foi um ‘disparador’ inicial.

Depois me ocorreu uma questão que quero articular ao conceito de língua materna. Como isso me influenciou?

Nasci em Lima, no Peru. Minha mãe era peruana, assim como toda a sua família de origem, e meu pai era argentino. Ele passou um tempo no Peru, onde criou uma empresa; ali eles se conheceram, se casaram e foram para a Argentina, que era o lugar do meu pai, onde fixaram a família que constituíram. Os filhos chegamos bebês, crianças, à Argentina. Minha mãe queria estar lá, mas para ela também era visivelmente uma perda, especialmente da vida social que tinha em Lima. Passar de Lima a uma fazenda é bastante diferente. Então, ela recebia as revistas peruanas – *Caras* e *Caretas* ela recebia mensalmente. Não sei como lhe chegavam. Mas assim nos informava de tudo o que acontecia em Lima, o que posteriormente achei um excesso de amor: o que tinha eu a ver com isso, não? Mas para ela era uma necessidade.

Essa fazenda inicial era no estado de Córdoba. Para vocês não indica nada, mas na Argentina indica muito, porque os cordobenses têm um sotaque absolutamente marcante, que logo se reconhece. Então começou a história de por que não ir para a escola: não vivíamos perto de uma cidade grande, mas sim de um pequeno povoado, onde havia uma escola estadual, na qual minha mãe não quis nos matricular. Foi quando meus pais colocaram uma escola dentro da fazenda, com uma professora que vinha ensinar três alunos, que éramos os três irmãos, de idades diferentes. Isso perdurou pelos seis anos iniciais da escolarização.

A escola que meu pai construiu dentro da fazenda não era na própria casa, estava separada. Tinha bandeiras, mapas, tudo o necessário: era uma escola – mas com três alunos. Retrospectivamente, acho que daí deve ter surgido um pouco, para mim, a questão da psicanálise, porque meus irmãos tinham problemas entre eles e a ponte era sempre eu (risos); deve ter sido daí que começou

*meus pais colocaram
uma escola dentro da fazenda,
com uma professora que vinha
ensinar três alunos, que éramos
os três irmãos, de idades diferentes*

a observação dos conflitos, tanto os subjetivos quanto os interpessoais.

Tudo foi feito muito precocemente, e quando entrei no Ensino Médio estava com 11 anos de idade. Ingressei na faculdade de medicina aos 16 anos. Na ida para o Ensino Médio, a mente do meu pai encontrou a continuidade dos cuidados oferecidos na fazenda num colégio interno de freiras! Meus pais eram católicos, sim, mas meio de longe. Na hora H, a possibilidade para nós meninas eram as freiras; para meu irmão, o colégio Marista, dirigido por irmãos, não por padres. Essa experiência, sinceramente, foi marcante. Minha irmã, que era mais velha e já estava lá, não foi muito solidária quando eu cheguei, como se dissesse: “que se vire, essa menina menor que não sabe da vida”. E praticamente, ao longo do tempo, se deu meu rompimento com a religião, porque suportar as freiras, a missa cotidiana, era caótico.

PARTICIPANTE Além de ter sido a cidade onde primeiro se criou uma universidade na América Latina, Córdoba foi muito marcada nos anos 1960 pela radicalização operária sindical. Houve um levante em Córdoba. No contexto da formação inicial de vocês nessas escolas de tradição católica, havia uma postura mais aberta, contemporânea da teologia da libertação, do Papa João xxiii?

LUCIA Não. Aliás você me fez lembrar de uma coisa importante, porque, pela lógica, o colégio de freiras a que deveríamos ir seria em Córdoba; mas com esse cuidado que minha mãe tinha de não falarmos como os cordobenses, a escola de freiras escolhida foi uma em Rosário, no estado de


*eu continuo sendo
argentina, e mantenho
há décadas este sotaque.
Digamos que as marcas iniciais
são totalmente fortes*

Santa Fé, completamente diferente. Ficava mais longe da fazenda, era mais difícil para ir e voltar. Nós saíamos uma vez a cada três ou quatro meses, mas não havia sotaque: a questão do sotaque era importante.

Neste momento tenho mais tempo de vida no Brasil do que na Argentina, mas essa é outra coisa para pensar, sobre as marcas identitárias: se fosse pelo tempo de vida, já seria mais brasileira que argentina. No entanto, eu continuo sendo argentina, e mantenho há décadas este sotaque. Digamos que as marcas iniciais são totalmente fortes.

PARTICIPANTE Como era a vida na fazenda, por que foram morar lá? Em consequência das escolas relativas ao trabalho do seu pai?

LUCÍA Foi bem marcante porque não havia outra realidade. A família de origem do meu pai tinha terras perto da cidade de Córdoba; meu avô paterno queria que meu pai fosse a pessoa a administrar toda essa parte da vida familiar, e meu pai quis se distanciar. Ele administrava de longe, e a fazenda que comprou estava distante, próxima de Rio Cuarto, que é outro lugar. Como se ele precisasse ter um espaço próprio. Manteve contato com a família, a mãe e o pai dele, até morrerem, mas não queria ser o administrador de suas terras. O engraçado é que meu pai não era um homem do campo, mas um intelectual: não ficava na fazenda cuidando das coisas no dia a dia, e simulando o tempo inteiro. Fazia uma administração mais terceirizada; decidia as coisas, mas não se atraía pelo trabalho concreto.

PARTICIPANTE Como era a escola entre irmãos? Pode contar um pouco mais desse tempo de vida na fazenda? 

LUCÍA Nossas aulas na fazenda eram, suponhamos, de uma da tarde até as seis. Minha mãe, que não tinha muito o que fazer ali, nos dava aula de piano, por uma hora e meia ou duas para cada um dos três filhos, apostando que um de nós seria pianista. Ninguém foi. A pior era eu, porque não tenho ouvido musical; então às vezes dou risada, e penso: ah, tenho um diploma de professora de piano, em teoria e solfejo... Chamava-se Conservatório Williams, todos fizemos, mas eu não sei nada, absolutamente nada, desses assuntos. É impressionante como nos desligamos de algo a que somos obrigados... Não é mais comigo. Já o meu irmão toca piano até agora, ele aceitou.

PARTICIPANTE E vocês tinham contato com outras crianças?

LUCÍA Com algumas crianças sim; havia as crianças que eram filhas dos funcionários da fazenda, mas elas não participavam da escola. Meu pai fez uma escola pública em um canto da fazenda para que fossem as crianças da região, não só da fazenda, mas a essa escola nós não íamos. E em Rio Cuarto havia um médico, que minha mãe consultava. Ele tinha um filho mais ou menos da nossa idade, e esse filho vinha passar as férias escolares na fazenda. Seus pais vinham aos domingos para visitar os meus, trazendo o filho. A única vida social era essa.

PARTICIPANTE E da fazenda você foi para o colégio interno.

LUCÍA Exato, dali para o colégio interno. Na gíria brasileira, diríamos que eu era bem caipira, desconhecia um monte de coisas que eu percebia e não perguntava. Quer dizer, percebi que eu tinha uma defasagem na informação, por exemplo, sobre a sexualidade, e diferentes coisas, mas não perguntava para não mostrar que não sabia. Pensei então em estudar medicina, talvez para aprender tudo o que eu desconhecia. Meu pai lia muito, tinha uma biblioteca enorme...

« **PARTICIPANTE** O seu pai, que formação tinha? Alguma formação acadêmica?

LUCÍA Sim, fez ciências econômicas. Por isso o pai dele pensava que seria o administrador dos bens da família, porque tinha estudado economia. Mas ele meio que se afastou, e tinha uma biblioteca enorme, que ainda existe na fazenda. Então tínhamos as aulas de piano com minha mãe e a parte de estudo era meu pai quem supervisionava. Às vezes, ele fazia o resumo do que tínhamos que dar conta no dia seguinte, com a professora. Ele tomava a lição de noite para ver se tínhamos lido e se sabíamos o que íamos falar, e no dia seguinte chegava a professora.

Quando fui para a escola de freiras, aos onze anos, me interessei pela medicina porque não tinha nada a ver com a vida que eu seguia lá. Na fazenda, entre tantos livros, eu lia A. J. Cronin, não sei se vocês aqui leram o livro famoso desse autor escocês, *A cidadela*. Ele fala muito da vida de um médico e de todo o trabalho que fazia, e aí entrou para mim como uma coisa interessante, pensar em ser médica. Nessa época se falava muito de um médico alemão chamado Albert Schweitzer, que fez um trabalho humanitário na África, ele era músico, teólogo e médico. Era de uma família importantíssima da Alemanha, foi para a África e ficou anos lá trabalhando como médico. Li algo disso, e na minha cabeça, a autointerpretação que eu me faço, é que queria sair de lá de qualquer forma, indo para bem longe, mas saindo do isolamento da fazenda.

PARTICIPANTE E o que te impressionou na cidadela daquele médico?

LUCÍA Um dia em que possa voltar, vou ler de novo *La Ciudadela* e ver que impressão me causa, ver porque me impactou tanto esse livro.

Atualmente a fazenda continua sendo da família, mas não fica em Córdoba, porque meu pai em determinado momento saiu de lá e foi para outro estado, mais próximo de Buenos Aires. Os livros continuam lá. Quando se disse que Córdoba é uma cidade tradicional, compromissada e tudo mais, é tudo isso mesmo. Mas a partir da saída

quando fui para a escola de freiras, aos onze anos, me interessei pela medicina porque não tinha nada a ver com a vida que eu seguia lá

da fazenda a vida foi em Rosário, onde estudei o colegial e onde me formei médica.

PARTICIPANTE Então do colégio de freiras você foi para a medicina em Rosário.

LUCÍA Sim. Aí então minha mãe, que já se vê estava um pouco cansada de viver na fazenda e que viu que íamos permanecer estudando e tudo mais, foi morar em Rosário, onde eles compraram uma casa. Meu pai viajava de lá para a fazenda e voltava, e ela ficou definitivamente na cidade. Então, minha irmã mais velha se formou em Direito e meu irmão em medicina, junto comigo, nessa faculdade de Rosário. Aí vou pular um pouquinho... Por que viemos para São Paulo?

Passagens entre diferentes realidades

LUCÍA Na hora H de ter que sair rapidamente da Argentina, pensamos em meu irmão, que tinha vindo a São Paulo para fazer especialização com o famoso cardiologista brasileiro Euryclides de Jesus Zerbini. Ele tinha vindo para fazer toda a formação aqui em São Paulo porque queria ser cirurgião cardíaco de crianças. Nessa época era muito grande a diferença entre o avanço de Zerbini e tudo que estava acontecendo na USP e a Argentina, onde essa área era muito iniciante. Quando Mario e eu tivemos que sair da Argentina de um momento para outro e com um bebê de cinco meses logicamente pensamos em São Paulo, para depois ver aonde iríamos. Foi a saída possível naquele momento.

*quando entrei para estudar
medicina era para estudar medicina
e pronto, com a influência desse
médico que foi para a África, com
um espírito de ir para o mundo*

PARTICIPANTE Você comenta no livro *História do Departamento de Psicanálise*¹ que em princípio tinha uma vontade maior de ir para a Espanha, o Mario para o México, mas aqui havia a ponte do seu irmão. Como estamos falando da história dos fatos, mas também da história dos afetos, pode contar o que você imaginava em relação à Espanha?

LUCÍA Para mim a Espanha era importante, até porque Valentín Baremlitt, que foi o chefe anterior no hospital de Lanús, o primo do Gregorio, foi para Barcelona, e muitos colegas com os quais eu tinha muita relação em Lanús estavam em Barcelona. Para mim era lógico ir para lá. E para Mario, que estava mais compromissado com a questão política, a referência eram os colegas da faculdade de medicina dele, que foram para a Cidade do México.

Na dúvida, foram surgindo coisas aqui em São Paulo, onde permanecemos. Mas também por escolha, não foi acaso. Entre outras coisas, diríamos que houve a escolha profissional, e também algumas questões familiares, porque quando alguém sai assim sem programação, por necessidade, pode não ser o melhor momento. Por exemplo, nesse período meu pai não estava bem de saúde, e a irmã do Mario, que na infância tivera

uma febre reumática que deixou lesões cardíacas importantes, também não estava bem. Essa situação influenciou para não nos afastarmos tanto, porque voltar para Buenos Aires de São Paulo é muito mais fácil que da Espanha ou da Cidade do México.

PARTICIPANTE No texto publicado na *Percurso 52* – “De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina”² – você falou bastante sobre o trabalho no Lanús, mas antes valeria comentar aqui da faculdade de medicina: como você foi para a psiquiatria? Já tinha a psicanálise em vista?

LUCÍA De jeito nenhum. Quando entrei para estudar medicina era para estudar medicina e pronto, com a influência desse médico que foi para a África, com um espírito de ir para o mundo. Não tinha uma especialidade na cabeça, e diante da predominância masculina naquele ambiente eu me sentia muito cuidada. Na época em que comecei, aos 16 anos, devíamos ser quatro ou cinco mulheres em cem alunos do primeiro ano. No entanto, a atitude sempre foi cuidadosa. É verdade que meu irmão já estava na faculdade, era uma faculdade conhecida, equivalente à USP daqui. Lá não existe toda essa história de vestibular, você entra diretamente, e se não vai bem no primeiro ano, sai. Então na prática eu circulei tranquila pela medicina, onde os plantões para as mulheres eram de dia. Durante o estudo, me senti mais motivada para fazer pneumologia; depois passou, fui para a psiquiatria.

Nessa época, Emiliano Galende, que era de Rosário e também foi para Buenos Aires, psicanalista conhecido na Argentina, com vários livros publicados, estava na psiquiatria de Rosário. Quando me formei, chegou a informação de que existia esse hospital de Lanús, que era uma coisa avançada, e me interessei. Mas não tinha uma forte definição, nunca tinha me analisado até essa altura. Aí reconheço que meu pai, apesar daqueles critérios de escola na fazenda e de colégio de freiras, apostava na vida profissional das filhas: quando eu quis ir para Buenos Aires,

1 Cytrynowicz, M. M. e Cytrynowicz, R. (orgs.). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/Sedes%20Miolo%20Final%20dupla.pdf

2 Disponível em: http://revistapercurso.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1101&ori=autor&letra=F





a única condição que ele colocou foi que me hospedasse em um hotel de alto nível, de custo econômico elevado, porque aí ninguém poderia entrar no quarto (risos).

Quando me formei tinha 22 anos, e assim que cheguei a Lanús, era inerente que as pessoas tinham que se analisar: era de fato uma instituição pluralista, democrática, mas não tinha ninguém que não fosse psicanalista. Havia um neurologista, que se ocupava das consultas neurológicas, e todos os outros médicos e psicólogos eram psicanalistas. Imediatamente percebi que tinha que me analisar – nessa época, quatro vezes por semana. Então é isso que eu admiro, porque se fosse pela cabeça do meu pai eu não estaria fazendo nada disso, absolutamente nada. Mas ele bancou tudo economicamente, porque eu não tinha condições. Lembro o comentário da minha mãe para ele: “Você está pagando tudo isso para ela falar mal de nós?” (risos)

PARTICIPANTE Sua mãe tinha alguma notícia, então, do que poderiam vir a ser as questões da psicanálise...

LUCÍA Certamente. Essa evolução foi muito significativa. Depois de estar em Buenos Aires, logicamente percebi que não voltaria para Rosário. Foi na residência que conheci o Mario, e então a vida já foi ficando mais definida. O que posteriormente levou meus pais a se mudarem... a fazenda sempre existiu, mas a casa que tinham em Rosário passou a ser em Buenos Aires.

PARTICIPANTE Eles foram acompanhando de algum modo, você foi para Rosário e seu irmão também, depois eles foram pra Buenos Aires.

Lanús

PARTICIPANTE Vamos entrar no Lanús? Você comentou que era menos a questão da psicanálise, à qual ainda não estava tão ligada, mas que ali havia muita inovação, tanto do ponto de vista dos valores da sociedade – valores sociais, políticos, humanistas, pluralistas – quanto de muita

para mim foi sumamente fundamental analisar-me em quatro sessões por semana, para poder fazer uma revisão de todas essas coisas vividas e entrar em um ambiente totalmente diferente

inovação terapêutica. O Lanús é um pioneiro na luta antimanicomial, não só na luta mas na oferta de um serviço de psiquiatria dentro de um hospital geral. Lanús tinha hospital-dia também, e assembleias periódicas que reuniam pacientes internados, familiares e terapeutas de forma igualitária. Isso soa novo até hoje...

LUCÍA Vocês viram, pelo que fui contando, como minha vida teve períodos bem diferentes: o da fazenda, de fechamento total intrafamiliar; o da escola de freiras, que também foi outro fechamento, com muitas discordâncias... Depois a faculdade de medicina em Rosário, uma faculdade super tradicional: muito boa, muito bem avaliada, mas também uma estrutura muito fechada no sentido de política: tudo bastante objetivo, cabeça tradicional de médicos. Aí, quando fui para Lanús era uma virada absolutamente diferente, era outro mundo. Na prática, diríamos que para mim foi sumamente fundamental analisar-me em quatro sessões por semana, para poder fazer uma revisão de todas essas coisas vividas e entrar em um ambiente totalmente diferente. Eu aderi muito, porque era uma possibilidade de fazer um desafo, falar o que eu estava observando das críticas, os choques que eu tinha frente a uma situação e outra, era um momento elaborativo necessário e imprescindível.

PARTICIPANTE Sua trajetória, inclusive política, se situa num campo social que tem a marca da luta contra duas ditaduras; na vigência da primeira houve toda uma ebulição social em 1969, quando o movimento operário de Córdoba foi um motor

*nada de fechamento proibitivo,
mas todo um trabalho
de muita atenção cotidiana
com esses pacientes, tanto dos
médicos quanto dos residentes
e da enfermagem*

poderoso para derrubar o ditador Juan Carlos Onganía. Como Lanús se insere na história de contestação Argentina, e como isso modulou sua presença na instituição?

LUCÍA Vamos esclarecer o seguinte: estou fazendo um relato desde a minha história. E nesse sentido, das passagens que fiz por diferentes realidades – tanto esse microclima da fazenda quanto o outro microclima da escola de freiras, que acabou com a minha religião, e a faculdade de medicina de Rosário, que seria um lugar de conhecimento específico, mas reacionário, onde o que valia era o estudo e a medicina – entrar depois no Lanús, um lugar absolutamente avançado, com a maior parte do pessoal posicionado na política da esquerda, era outro mundo e outra realidade.

Desde que entrei na escola de freiras, eu me toquei de que era melhor não abrir muito o jogo e não falar muito do que estava pensando, que era tranquilo me manter observando e me apropriando dos conhecimentos que adquiria na faculdade de medicina. Quando entrei no Lanús, tive de novo essa sensação, de que era melhor observar e ver onde eu estava; mas também ali me senti muito bem recebida e acolhida, trabalhando nessa realidade muito concreta, em que a política entrava muito, a ideologia também, as posições avançadas estavam permanentemente presentes e influenciavam o trabalho.

Esse lugar era tão reconhecido que Franco Basaglia, psiquiatra italiano, e David Cooper, psiquiatra sul-africano, foram ao Hospital de Lanús visitar o trabalho que se fazia lá, reconhecido

como um lugar inédito, porque internações psiquiátricas dentro de um hospital geral eram coisa totalmente inédita. »

PARTICIPANTE É de fato uma experiência singular, a saúde mental inscrita na saúde geral...

LUCÍA Era um trabalho muito cuidadoso, pelo fato de ter pacientes psicóticos internados no mesmo andar em que se internavam pacientes com problemas de clínica médica, internações gerais por diferentes alterações de saúde. Num lado, internação de homens, e noutro de mulheres, cerca de 40 leitos, 20 de um lado e 20 de outro, e todo um trabalho, porque de fato esses pacientes psicóticos não podiam sair pelos corredores fazendo isto e aquilo. Havia todo um trabalho, nada de fechamento proibitivo, mas todo um trabalho de muita atenção cotidiana com esses pacientes, tanto dos médicos quanto dos residentes e da enfermagem. Por isso se faziam essas assembleias.

Os familiares chegavam a cada tanto tempo, sua ida não era contínua. Mas as reuniões de todos os pacientes com todo o pessoal que trabalhava ali eram semanais, para poder articular algo como uma comunidade terapêutica, para que a pessoa tomasse consciência de que estava ali, do que estava fazendo, de que estava sendo atendida, diferentes questões. O tempo de duração da internação não passava de três meses, no máximo quatro. Depois eram atendidos em consultas externas. Então a evolução era muito boa, a trajetória. Logicamente não eram pacientes crônicos, pacientes que já tivessem passado anos internados em um hospício. Tinham um quadro psicótico, porém com condições de se recuperar.

PARTICIPANTE Essas assembleias semanais igualitárias parecem conter certa horizontalidade. Como funcionavam?

LUCÍA Com os familiares aconteciam uma vez por mês, para que pudessem saber que tipo de tratamento estavam recebendo os pacientes, a problemática da pessoa, mas também da própria família que estava lá. Trabalhava-se com as famílias, coisa que habitualmente não se faz num

« hospício. Mas também o tratamento da comunidade permitia que o paciente não se sentisse recluso num lugar, pois estava participando de uma experiência de trabalho junto com médicos psiquiatras, enfermagem, assistente social, terapia ocupacional, com todos os implementos... tinha uma oficina de arte, todas essas coisas possíveis à disposição.

PARTICIPANTE Não estavam reclusos, nem no sentido de presos, nem no sentido de isolados.

LUCÍA Sim. Depois da residência, fui para o departamento de adolescentes, onde tínhamos criado justamente a ideia de fazer na puberdade grupos separados, meninas com terapeutas mulheres e meninos com terapeutas homens, para que fluísse a conversa sobre a sexualidade, as questões, masturbações, diferentes coisas de que não é fácil falar em grupo, e menos ainda em um grupo heterossexual. E essas coisas avançaram muito, foram muitas as descobertas interessantes que se fizeram. Também havia trabalho com gerontologia.

Depois, para a ditadura militar, Lanús se converteria em um lugar que tinha que ser destruído, que não podia continuar. Eles denominavam como PAI – igual a pai, em português –, sigla em espanhol para Presumível Agitador Ideológico. E, em todos esses anos em Lanús – dez anos até chegar ao Brasil – a vida, todo o trabalho era compartilhado, todas as coisas se davam em grupos de amigos e conhecidos. Mas a parte de comprometimento político mais estrito era de cada um. Eu, por exemplo, não estava em nenhum grupo político clandestino. Tinha pessoas que sim, por exemplo Martha Brea, uma colega minha que desapareceu; mas ela nunca falava disso, pois a vida profissional se separava da vida de militância. De qualquer forma, para a ditadura militar essa diferença não existia, pois se todos estavam ali, todos estavam comprometidos. Não importava o detalhe do que estava fazendo um ou outro.

O criador de toda essa experiência de Lanús era Maurício Goldenberg. Dois filhos dele foram mortos, ele tinha quatro filhos, dois foram mortos porque eram militantes ativos. Quer dizer, não

para a ditadura militar, Lanús se converteria em um lugar que tinha que ser destruído, que não podia continuar. Eles denominavam como PAI, sigla em espanhol para Presumível Agitador Ideológico

só Martha, mas vários colegas desapareceram ou foram mortos, eram pessoas que tinham um comprometimento maior. Valentín Baremlitt foi o chefe quando saiu Goldenberg, e depois fui eu a escolhida; ele não era militante de nenhum grupo desses mais comprometidos, mas foi sequestrado, torturado, ficou bastante tempo detido, e quando saiu nos avisou para procurá-lo e nos disse: “Vocês saiam já! Não podem permanecer”.

Voltamos para casa para buscar nosso bebê, Emiliano, que tinha cinco meses, e saímos, nem as malas fizemos. Porque nesse período já tinha sido sequestrada Martha Brea. Ainda não se sabia o que estava acontecendo com ela, mas já tinha desaparecido.

PARTICIPANTE Esse chamado do Valentín foi decisivo, mas você conta que já estavam pensando, considerando...

LUCÍA Sim. Por exemplo, já tínhamos passagens compradas para São Paulo porque frequentávamos outros lugares de formação – para que não fosse só a Sociedade de Psicanálise, onde Mario já estava há três anos e onde eu estava entrando –, de reuniões de diversos profissionais, lugares que também tinham sido invadidos; tinham sequestrado pessoas, era uma situação absolutamente inviável de continuar, de alto risco.

Quando vocês me passaram o roteiro para esta entrevista, voltou-me à cabeça o livro de Julián, *A resistência*³. Entra nesse livro o conceito de autoficção, quer dizer, nem tudo o que está escrito é fato... Não é uma biografia, nem uma autobiografia, é um romance, digamos, autoficcional.

*Mario e um grupo de pessoas
em que também estava
Ana Maria Sigal foram desligados
da faculdade de medicina porque
começou a suspeita de que
se tinha alguma militância*

Isso eu esclareço porque, quando ele conversou conosco sobre essa questão, já que nos expõe um pouco no que ele coloca ali, nós dissemos que essa é a vida literária dele, sobre a qual não podemos ter uma censura. Mas há coisas que de fato se passaram tal como ele ficcionaliza, entre outras, por exemplo, a fuga para o Brasil com um bebê de cinco meses. Era nosso filho que nós tínhamos adotado, no meio de toda essa história louca – e reconheço que era uma paixão minha, porque era o momento menos indicado (risos).

PARTICIPANTE Mas a vida também é feita dessas coisas...

LUCÍA A vida tem outras questões, outras coisas. Então, na minha opinião a vida não poderia se deter pelo trabalho profissional ou político; as coisas acontecem conjuntamente, eu ia sustentando essa posição. Mario tinha mais receio e dizia: “Vamos com calma”. Mas as coisas foram assim.

Riscos e sonhos

PARTICIPANTE O que você pensa disso hoje, riscos e sonhos, a adoção, a maternidade?

LUCÍA Agora entramos em um nível mais pessoal, mas na prática eu sempre pensei que queria ter filhos. Como nas tentativas de engravidar não conseguíamos, em meio a essa tensão que existia, em que era visível que a situação não era das mais tranquilizadoras, chegou uma hora em que

falei: “Vamos pelo caminho da adoção”. A essa altura Mario tinha sido afastado à força de seu cargo na faculdade de medicina. Apesar de toda a vida ficar afetada pela questão política, ter um filho era uma forma de sobrevivência, a vida pessoal continuava. »

Para fechar esse capítulo, uma anedota, digamos assim, divertida. Nesse período justamente, quando estávamos fazendo terapia de casal para tomar decisões, coincidiu que Mario e um grupo de pessoas em que também estava Ana Maria Sigal foram desligados da faculdade de medicina porque começou a suspeita de que se tinha algum outro tipo de compromisso, alguma militância. A indicação que se deu para eles nesse período era que tinham de estar o mínimo possível no endereço conhecido. O endereço conhecido era onde estávamos morando, e Mario tinha que estar o mínimo possível ali. Ou seja, foi atender em outro local, e não podia dormir nesse local. E eu, que estava na chefia do hospital, tinha que fazer o oposto, estar num lugar que fosse facilmente localizável, justamente para provar que eu não estava em uma duplicidade de inserção. Então eu continuava com o consultório no mesmo lugar, trabalhando, fazendo tudo, e de noite eu saía e me encontrava com Mario em um outro apartamento que não existia legalmente, não estava registrado como lugar de moradia. Apesar de aparentemente ninguém perceber esses arranjos da vida cotidiana, o zelador do prédio tinha notado alguma coisa estranha, porque Mario estava diariamente ali e de repente não estava mais. Aparentemente podia ser uma separação.

Quando recebemos Emiliano, nosso filho adotivo, se juntam o pessoal e o político, porque fizemos uma transgressão, no sentido de que Mario voltou, como quem dissesse: “Agora chega, não dá para seguir nessa vida tão absurda”. Ele voltou para o apartamento para estar no dia a dia com o bebê e na vida cotidiana. Num dia em que Mario estava descendo o elevador com o bebê, o zelador se aproximou e disse: “Me deixa ver esse bebê”. Aí olhou, o bebê tinha os olhos claros, azuis, parecidos aos azuis do Mario, e o zelador falou: “Oh,



a doutora é uma santa, é uma santa”, achando que era o filho só dele com outra mulher.

PARTICIPANTE É uma santa. Nossa Senhora.

LUCÍA Aquilo para nós foi perfeito, porque legalizou a situação (risos). Então ficou como se Mario tivesse saído, tido um filho e eu tivesse a generosidade de recebê-lo de novo com filho e tudo.

Isso me faz lembrar que, a essa altura, o primeiro chefe já tinha saído de Lanús por vontade própria, quando viu que os filhos estavam muito comprometidos – não falou isso, mas foi para outro hospital. Valentín Baremlitt ainda não tinha sido sequestrado, mas avisado que era melhor sair; ele se afastou e eu assumi o cargo. Em todo esse ano e meio final, que termina com o sequestro de Valentín e a desapareição de Martha, o trabalho de Lanús foi preservado, só que num clima de muita intranquilidade, muita insegurança.

Formação operativa

PARTICIPANTE Além da Sociedade de Psicanálise, você se referiu a outros lugares de formação...

LUCÍA O lugar de formação a que me referi era o Centro de Docência e Investigação. Ficava em Buenos Aires, e tinha um bar na esquina que as pessoas frequentavam depois das aulas, depois das conversas, conferências e tudo mais. Este bar virou um lugar de despedidas, porque muitas pessoas vinham e falavam: “Estou saindo, estou saindo”, e iam para outros países, e todos eles diziam: “Não sei como vocês ficam aí”. Era um clima de despedida quase permanente.

Antes disso, houve a escola de Pichon-Rivière: foi todo um trabalho na residência, as leituras, os grupos particulares, porque enquanto fazíamos a residência tínhamos grupos de estudo fora e toda uma vida dentro da psicanálise que não era só no hospital.

Uma das coisas valorizadas era essa escola de Pichon-Rivière, que se chamava Escola de Psicologia Social, onde fiz os cinco anos da formação teórica e com grupos operativos. O funcionamento

uma das coisas valorizadas era essa escola de Pichon-Rivière, que se chamava Escola de Psicologia Social, onde fiz os cinco anos da formação teórica e com grupos operativos

era assim: tínhamos uma aula equivalente a um seminário conceitual, e depois uma reunião de grupo operativo, para a qual nos dividíamos em grupos menores com um coordenador e na qual debatíamos teoricamente o conteúdo da aula.

Pichon-Rivière iniciou o trabalho grupal na Argentina, mas quando se fala de grupo operativo em geral se fala de algo que tem a ver com formação dos profissionais: ele criou um esquema que se chama “ECRO – Esquema Conceitual Referencial e Operativo”. Terminada a aula, passávamos a uma sala menor com um professor coordenador para debater teoricamente, para falar do que tinha sido visto, lido, discutido, como se fosse um seminário desses que vocês participam. Com uma diferença: se em determinado momento se fizesse um comentário não especificamente referido à leitura teórica, se aparecesse alguma outra questão, essa outra questão não era deixada de lado, como dizendo: “Não é aqui o lugar”. Ao contrário, entrava na discussão, como dizendo: “O que está inquietando essa pessoa? O que está perturbando? Isso é dessa pessoa ou é do grupo?”

Um trabalho em que o emocional também entrava, não como num grupo terapêutico, não para falar da vida de cada um, mas sim das inquietações que a leitura de algum conteúdo teórico produzia.

PARTICIPANTE Isso tem um caráter formativo: fazia parte da transmissão na formação do analista?

LUCÍA Para Pichon-Rivière, sim. Não estou dizendo que essa fosse a modalidade geral na Argentina, mas na escola de Pichon-Rivière se


*a modalidade do grupo
operativo faz com que se fale
de algumas tensões grupais ou pessoais,
mas chega um momento em que
é preciso voltar à tarefa*

trabalhava dessa forma. Não havia nenhum aluno lá que não fosse psicanalista, que não fosse alguém que já estava em análise, com um caminho andado. Então as pessoas sabiam que era uma abertura para entender algum ponto de atrito, de conflito, não necessariamente para se analisar. Não era um grupo terapêutico: o máximo que acontecia era que alguém dissesse “Fale com o seu analista, conte tal coisa na análise”, e pronto.

PARTICIPANTE Tenho a impressão de vivermos isso nesta supervisão grupal, uma vez que existem momentos em que você dá mais abertura e outros momentos que se faz mais fechamento, para que a tarefa não seja esquecida; para que justamente se possa fazer um contorno das questões emocionais do grupo, emergentes por um porta-voz, para que se possa ajudar a pessoa a criar um contorno e o grupo a criar um controle.

LUCÍA Há um enquadre. Se você vai para uma formação em grupos operativos sabe que vai para estudar, não para fazer um tratamento. A modalidade do grupo operativo faz com que se fale de algumas tensões grupais ou pessoais, mas chega um momento em que o coordenador do grupo diz: “Agora voltamos para a tarefa, isso você continua na análise, continue falando fora”; então não se fecha, mas também não se abre infinitamente. Você reconhece que existe um entrave, tenta trabalhar isso, mas não aprofunda. Não se diz nada parecido com um “agora virou terapêutico”.

PARTICIPANTE Mas parece interessante reconhecer que é algo que também se inclui na sua

transmissão, identifico esse espaço no nosso grupo de supervisão. 

PARTICIPANTE Sim, o que você aprendeu e o que você trabalhou parece se manifestar na sua forma de conduzir a supervisão, porque de fato você abre, mas também ajuda a fechar; por isso me chamou a atenção, estava ouvindo e pensando: Mas não é isso que a Lucía faz com a gente?

LUCÍA Então, olha uma coisa interessante, vamos reconhecer que vocês são um grupo mais receptivo porque com nenhum outro grupo eu tive uma conversa como esta, nem passou pela minha cabeça... Pode ser que isso se facilitou devido ao combinado de deixarmos um espaço aberto, de começarmos um pouco antes e terminarmos um pouco depois, vocês conversando sozinhos, que era uma tentativa de recuperar a lanchonete, o corredor do Sedes, e tudo mais, e se criou uma relação especial. Vamos reconhecer que sim.

PARTICIPANTE Nosso grupo dá essa oportunidade. No primeiro ou segundo encontro desse ano, eu cheguei a falar do valor de poder trazer os casos mais difíceis, os casos que em outros grupos ou outras situações de supervisão eu me sentiria mais perseguido pela performance que precisava passar, pela impressão que precisava causar. Uma coisa um pouco mais solta mesmo, que permite assumir que “Nesse caso, estou com muita dificuldade” e escutar dos colegas que “Ah, realmente é um caso difícil”. Acho que isso só é possível num grupo em que a gente está bem à vontade, a gente se sente seguro, acho que é a característica desse grupo aqui.

LUCÍA No modelo operativo, pergunto a você: O que está pensando? Porque você está silenciosa o tempo inteiro...

PARTICIPANTE Estou ouvindo, estou aprendendo bastante também aqui, e concordo que temos um grupo de supervisão com essa abertura, ao mesmo tempo que tem fechamento; mas estou mais observadora hoje, interessada na história.

LUCÍA É interessante pensar em como a psicanálise argentina influenciou muito a psicanálise

« brasileira; no entanto, esse esquema de Pichon-Rivière, dos grupos operativos, do trabalho teórico que não exclui algo pessoal e coisas assim, não se implementou tanto aqui.

PARTICIPANTE O que eu sei de Pichon-Rivière, a aplicação que conheço é mais na área educacional, pedagógica, com profissionais de escolas. **LUCÍA** Isso é importante, porque muitas crianças têm problemas de aprendizagem que querem dissociar da vida familiar, querem dissociar da história, e com esta teoria você não consegue dissociar. Tem que falar com a família, tem que ver o que está acontecendo, ou com a escola, qual é o ambiente escolar onde essa criança está.

Voltando um pouco para a história, o modo como a psicanálise argentina influenciou a psicanálise brasileira: quando nós chegamos aqui, há 40 anos, havia uma distância grande para nós que tínhamos trabalhado ativamente e viemos muito comprometidos. Mario tinha entrado na Sociedade de Psicanálise e eu também, mas depois vieram os movimentos Plataforma e Documento. E o interessante é que atualmente não poderíamos dizer que a Argentina esteja à frente: aqui houve um elemento divisor de águas, que foi a possibilidade de traduzir os livros diretamente para o português.

PARTICIPANTE Coincide com o que diz Fernando Urribarri, psicanalista argentino ligado à APA, ao afirmar que o futuro da psicanálise está no Brasil, na América Latina mas sobretudo no Brasil, diferentemente do que se dá na França, onde a quarta geração de franceses não saberia muito como seguir. Ele pensa que aqui há elementos mais favoráveis: tanto o caldo cultural quanto uma significativa formação freudiana, que também se abre para outras invenções...

LUCÍA Quando nós chegamos, os livros de Freud não estavam traduzidos, pouquíssimos autores franceses estavam em português; é verdade que muitos alunos brasileiros falavam francês fluentemente, todo mundo parecia ser bilíngue em relação ao francês, mas não se traduzia. E agora o

muitos alunos brasileiros falavam francês fluentemente, pareciam ser bilíngues em relação ao francês, mas não se traduzia. E agora o Brasil está na frente da Argentina em relação à quantidade de livros traduzidos de outras línguas

Brasil está na frente da Argentina em relação à quantidade de livros traduzidos de outras línguas, e acho que aí a situação se dinamizou, se divulgou mais, virou uma coisa muito mais dinâmica para a psicanálise.

A psicanálise latino-americana em movimento

PARTICIPANTE Poderíamos recuperar uma parte que talvez esteja um pouco no meio dessa história? Você citou a entrada que vocês tiveram na Sociedade Psicanalítica da Argentina, e o movimento Plataforma, que viu impasses em permanecer na Sociedade. E aqui em São Paulo, a história do Departamento de Psicanálise do Sedes também começa como uma alternativa à formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise...

LUCÍA É importante dizer que o Departamento passou a existir praticamente dez anos depois do Curso. O Curso se iniciou no ano de 1976, quando não estávamos aqui. Nós chegamos em 1977, e quem já estava era a Ana María Sigal, desde 1976. Foi um movimento de psicanalistas da Sociedade que quiseram abrir um espaço diferente, de não ficarem presos à Sociedade: aí estavam Roberto Azevedo, Fábio Herrmann, Luís Carlos Menezes, Isaías Melsohn. Mas transcorrido um ano, em 1977, a Sociedade de Psicanálise convocou essas pessoas para dizer-lhes que não era viável transmitir a psicanálise em dois lugares diferentes, que quem permanecesse no Sedes teria que renunciar à Sociedade, e dos 7 que estavam,

o Plataforma, o Documento foram movimentos importantes que estavam longe de acontecer quando chegamos. Em São Paulo, o único caminho um pouco diferente era justamente o curso que tinha sido aberto,

saíram 5. Foi justo quando nós chegamos. Mario conhecia Ana Maria porque trabalharam juntos na faculdade de medicina. Fomos conversar com ela, que nos apresentou à Regina Schnaiderman, que, junto com Roberto Azevedo, foram os criadores desse projeto de formação de psicanalistas do Instituto Sedes Sapientiae que dura até hoje. Logo depois apareceu essa chamada da Sociedade, e praticamente em um mês estávamos dando aula no Sedes, parecia incrível...

O Departamento surgiu no ano de 1985. Quer dizer, de 1976 a 1985 são praticamente nove anos, e o Curso já tinha se separado em dois; em 1979 houve a crise, no ano 1980 já foram, por um lado, Formação em Psicanálise e, por outro, Psicanálise, que éramos nós. Mas isso é outra história, que está também no livro da História do Departamento.

PARTICIPANTE Você contou que na Argentina fez outras atividades formativas, que não eram só do Lanús, e gostaria de recuperar um pouco de como elas se atualizaram em sua transmissão no Brasil.
LUCÍA Isso é importante, porque houve uma crise bem forte na Argentina. Vocês devem ter escutado falar dos grupos Plataforma e Documento: esse foi um rompimento dentro da Sociedade de Psicanálise de lá.

Até então, a Sociedade era absolutamente hegemônica, quer dizer, se você queria ser psicanalista o caminho era esse. Eu já tinha feito as entrevistas, já tinha sido aprovada para entrar, o Mario já estava cursando a Sociedade de Psicanálise, fazendo análise didática e tudo isso, mas aí

houve uma crise que começou num congresso na Itália, onde vários psicanalistas argentinos começaram a ficar revoltados frente a um esquema tão tradicional. Tão tradicional e exclusivo que não admitia psicólogos, nem candidatos de nenhuma profissão, salvo médicos, para cursar a Sociedade Brasileira de Psicanálise de então.

Emilio Rodrigué, famoso psicanalista argentino, foi então escolhido presidente da Federação Argentina de Psiquiatras – como todos éramos médicos, a Federação era de Psiquiatras – mas Rodrigué convocou a organização dos psicólogos, dos assistentes sociais, dos terapeutas ocupacionais, convocou todos a fazerem parte da FAP e todos passamos a ser reconhecidos como trabalhadores da saúde mental. O diploma se perdia um pouco na história, porque éramos trabalhadores da saúde mental, e aí se abriram cursos naquele local com o bar na esquina, que juntava profissionais de diversas áreas. Isso deu uma medida forte com a Sociedade de Psicanálise, porque eles não podiam dizer: “Aí não estão fazendo psicanálise, essas pessoas dissidentes”, e foi reconhecido como um lugar sério de trabalho. Assim começou toda essa ruptura dos grupos que saíram da Sociedade, o Plataforma, o Documento, e tudo isso.

Esses foram movimentos importantes, que aqui estavam longe de acontecer quando chegamos. Em São Paulo, o único caminho um pouco diferente era justamente o curso que tinha sido aberto, que se chamava Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, porque a condição que puseram para o Roberto Azevedo era: “Se você não quer sair de vez, não pode colocar Psicanálise, tem que colocar Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. Só depois da ruptura, no ano de 1980, quando começaram os novos cursos separados em dois, nós colocamos Psicanálise.

PARTICIPANTE Penso na abertura dos lugares fechados – os lugares fechados da fazenda ou os lugares fechados do colégio interno – em conexão com seu desejo de uma formação também mais aberta, mais plural. Poderia nos falar do que se





abre a partir de rompimentos, de diferenças, dessas divergências em relação à IPA, tanto na Argentina quanto aqui?

LUCÍA Quando houve aqui o movimento de um convênio de Saúde Mental entre o Departamento e a Secretaria de Estado da Saúde, em 1984⁴, tentamos passar para os ambulatórios um pouco dessa experiência de Lanús, indo até lá para oferecer seminários e supervisões, porque até o dia de hoje as instituições públicas não oferecem supervisão, menos ainda um seminário teórico ou um grupo de discussão.

Esses convênios continuaram com a Erundina, prefeita a partir do ano de 1991, e em função deles, por exemplo, fiz análise institucional no ambulatório de Diadema. Era inédito, absolutamente inédito, todos os profissionais fazendo análise institucional para ver por que aceitavam ou não entrar em grupos de estudo ou de supervisão, coisas assim... Com um embasamento teórico mais forte, não só “se virar” para atender um paciente.

Tudo isso foi uma batalha, depois parou; por isso atualmente as pessoas vão para a Clínica do Instituto Sedes, que se propõe a um trabalho mais compromissado com a supervisão, com estudos teóricos, onde o trabalho clínico também faz parte da formação de um psicanalista.

PARTICIPANTE E a psiquiatria, Lucía, como ficou a psiquiatria para você? Inclusive a partir do flagrante do nosso grupo não ter nenhum médico...

LUCÍA Eu não compartilho muito o critério de que alguém pode ser psiquiatra e psicanalista; acho que chega uma hora que você tem que escolher, porque são trabalhos completamente diferentes. Aliás, se alguém é psiquiatra e psicanalista, então eu penso que tem pacientes que atende como psiquiatra e pode ter outros pacientes que atende como psicanalista, mas não sou a favor de que seja a mesma pessoa que medique o paciente e conduza sua terapia. Acho que são campos diferentes, assim como ocorre quanto à supervisão e à análise pessoal, uma sobreposição que não faz sentido.

O pensamento psiquiátrico é mais objetivo: como pensamento médico, orienta-se para apagar,

quando surgiu o curso Conflito e Sintoma, vários médicos – não só da área psiquiátrica, mas de outras áreas – buscaram conhecimento psicanalítico, assim como muitas pessoas da área de educação

para resolver o sintoma. Em casos de delírios isso pode ser necessário, mas assim que o sujeito vai melhorando tem que começar a trabalhar psicologicamente, psicanaliticamente. Acho que são caminhos diferentes. Quando surgiu o curso Conflito e Sintoma, vários médicos – não só da área psiquiátrica, mas de outras áreas – buscaram conhecimento psicanalítico, assim como muitas pessoas da área de educação, orientadores de escola que mudaram a dinâmica com os alunos, ao entenderem as problemáticas de diferentes formas. Há ainda no Departamento o GTEP, essa formação que se faz em diferentes cidades Brasil afora. Foram conquistas se fazendo ao longo dos anos.

Percursos da transmissão no Sedes

PARTICIPANTE No início, ao estruturarem a transmissão junto da Regina Schnaiderman, vocês precisaram adaptar algumas coisas ao formato “curso” devido à vocação do Sedes, expressa pela Madre Cristina. Nesse encontro muito bem-vindo, o que isso significou?

LUCÍA É verdade que para trabalhar com formação de psicanalistas é um pouco chocante o nome “curso”. A Ana Maria Sigal conta que os colegas do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras estranham: “Vocês estão em uma instituição religiosa e dando curso, o que é isso?”. Bom, mas Madre Cristina era fora da pauta, não tinha nada a ver com as freiras dos colégios de freira (risos).

os Ciclos de Debates do Curso de Psicanálise e os livros elaborados a partir possibilitam uma transmissão aberta, tanto para os membros do Departamento quanto para pessoas de fora

Por outro lado, por exemplo, os Ciclos de Debates do Curso de Psicanálise⁵ e os livros elaborados a partir deles têm muito a ver com os seminários que foram dados ao longo dos anos, e possibilitam uma transmissão aberta, tanto para os membros do Departamento quanto para pessoas de fora. Porque o auditório era aberto: a pessoa se inscrevia e podia participar dessa atividade ao longo de todo o ano – a cada mês, a mesa-redonda abordava uma temática teórica. Era uma forma de socializar um pouco mais a transmissão da psicanálise. Porque nós gostamos mais da palavra transmissão do que das palavras “formação” ou “curso”. Ainda que a “curso” não tenhamos como nos opor, é do Instituto.

PARTICIPANTE A gente pode pensar no curso escolar, mas também no curso de um rio, ou curso da vida, é possível abrir esses sentidos, embora dentro da instituição existam os formatos matrícula, aluno, professor... você vai contando uma história que a gente pode reconhecer como viva, também nos bons embates.

PARTICIPANTE É que curso dá uma ideia de aula, de professor, e a base do nosso curso são seminários, tanto clínicos como teóricos, então não é

exatamente um curso, mas o nome curso dá uma moldura para aquilo que está acontecendo, que é a transmissão. »

LUCÍA Agora que você falou... Quando nós chegamos o curso tinha um ano, começou em 1976 e eram aulas teóricas, todo mundo junto, 30 e tantas pessoas por ano na sala ou no auditório. Isso durou uns dois anos mais, porque além disso as aulas teóricas eram às 20h, 20h30 e você via o público meio dormindo, porque depois de um dia inteiro de trabalho, sentar-se em uma aula teórica, você escuta um pouco e o outro pouco se distrai.

Isso levou a uma mudança radical dois anos depois, dizendo: “Não, não vai ter mais aula teórica, salvo alguma palestra, alguma participação diferente, mas serão seminários, porque vocês têm a vivência e no seminário vocês têm que ler o texto que vai ser discutido, muitas vezes têm que apresentar o que vocês perceberam e pensaram desse texto”. É muito mais uma dinâmica de apropriação do teórico que está sendo transmitido, e não só de escuta. E praticamente nunca mais voltou a ter aula teórica. Isso é importante.

PARTICIPANTE Em sua entrada no Sedes, qual o primeiro grupo que você assumiu?

LUCÍA Um grupo de supervisão (risos). Roberto Azevedo estava sobrecarregado e falou: “Pega você”. O que ajudou foi que todos os livros estavam em espanhol, a maior parte dos livros de medicina estavam escritos em espanhol e a obra de Freud não estava traduzida em português e todo mundo lia em espanhol. Engraçado: naquele momento, as pessoas entendiam mais facilmente o espanhol do que agora. Era impressionante.

PARTICIPANTE Há mais de 40 anos no Brasil, você é argentina, nascida no Peru... Não precisa se definir, mas você se sente mais ligada...

LUCÍA O que falei da língua materna é que, por exemplo, pela influência da minha mãe, que era peruana, falava “tu” – essa diferença aqui não se percebe, mas na Argentina se nota perfeitamente.

Mas quando chegamos aqui com o Emiliano bebê e depois tivemos os filhos que nasceram aqui,

4 Sobre este tema, ver Fuks, M. P. “Psicanálise, Saúde Mental e Instituições: história de um projeto”. Boletim Online 23, novembro de 2012. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_visor&pub=23&ordem=3&origem=ppag

5 Trata-se dos cinco ciclos de estudos organizados pelo Departamento de Psicanálise no Sedes: *Leituras de Freud* (1995); *A clínica conta histórias* (1999); *Desafios para a psicanálise contemporânea* (2002); *O sintoma e suas faces* (2005) e *Psicanálise em trabalho* (2011), todos publicados pela Editora Escuta.



eu percebi claramente que essa história de língua materna é uma história. Porque não adianta, se estou em um lugar de fala portuguesa, é ridículo que eu pense que vou falar só espanhol com meus filhos, até porque – agora é menos frequente – havia babás e um monte de pessoas que participavam da vida familiar, onde a língua era o português. Não é a língua materna, é a língua de onde você nasce, é a vida de onde a família mora. Não adianta fazer essa divisão. Isso permeia tudo, permeia o ambiente.

Vocês podem se surpreender, mas falamos portunhol com nossos filhos, não falamos espanhol. Eles são bilíngues, até porque Mario e eu falamos o tempo inteiro entre nós e não vamos falar em portunhol. Então havia duas línguas permanentemente presentes, mas com eles, a influência da escola, da vida cotidiana, a influência de tudo, não íamos colocar uma coisa diferente, então era portunhol. Por isso digo que a língua materna é a língua do lugar onde você mora, o que há de principalmente marcante é isso.

PARTICIPANTE E com os pacientes, alguém falante da língua espanhola, isso mudou?

LUCÍA Se alguém é falante da língua espanhola, fala espanhol comigo. Mas isso é interessante, nunca foi um problema para os pacientes, importa a psicanálise, o restante não é tanto problema.

Memória e história

PARTICIPANTE Recentemente você falou sobre um movimento na Argentina de documentar quem saiu do país na época da ditadura, e que você pensou em fazer esse registro mais por conta do Emiliano, que saiu de lá pequenininho...

LUCÍA Essa foi uma surpresa para mim, pois, como falei, não fui uma militante ativa nos grupos clandestinos. Toda a minha participação foi institucional. Só que todas as escolhas que fui fazendo institucionalmente eram proibidas pelos militares, todas envolviam situações de comprometimento democrático de esquerda, e isso já

quando apareceu uma lista das pessoas que poderiam receber um benefício por terem sofrido a perseguição militar, eu estava certa de que Mario estaria, mas nunca pensei que eu estaria. E estava

convertia a pessoa em *presumível agitador ideológico*. Então a perseguição veio para mim também. E a prova veio muitos anos depois, quando apareceram os restos físicos identificados como sendo de Martha Brea, 34 anos depois. Tal como Gilou García Reinoso descreve em “Matar a morte”⁶, porque você pensa: “Será que foi para a Europa? Será que foi para outro lugar? Será que ela está incógnita, mas viva?”. Por dez, quinze anos, você continua pensando isso. Até que chega uma hora em que diz: “Não, ela não está viva”. Mas nunca se configura realmente como uma perda concreta, até chegar o registro de que ela foi fuzilada.

Para mim – não faz muito tempo, deve fazer um ano – me surpreendeu... Olha o que é a realidade psíquica e a realidade concreta: quando apareceu uma lista das pessoas que poderiam receber um benefício por terem sofrido a perseguição militar, eu estava certa de que Mario estaria, mas nunca pensei que eu estaria. E eu estava na lista. Isso me produziu um choque histórico. Depois pensei em não entrar nisso. Mas também Emiliano saiu do país em função dessas histórias, junto conosco, e os outros dois filhos brasileiros nos disseram: “Isso faz parte da história, por que negar algo que faz parte da história?”. Mas me surpreendeu esse registro.

PARTICIPANTE Como você pensa essa surpresa? Porque você estava ali, mas se sentiu chocada quando viu seu nome na lista...

LUCÍA O nome e a foto de todos. Porque eu não estava em nenhum lugar que não fosse conhecido publicamente, eu tinha um cargo eleito, tinha

a Clínica do Testemunho também foi importante porque já tinha acontecido na Argentina, quer dizer, as marcas históricas de cada um, de cada país estão presentes

um salário e uma série de coisas, toda uma vida profissional dentro dos moldes habituais. O que acontecia lá dentro era outra história, mas tinha um registro de algo oficial.

PARTICIPANTE Você chegou a visitar o Parque da Memória em Buenos Aires?

LUCÍA Demorei muito para ir, por um bom tempo eu não quis ir, depois fui.

PARTICIPANTE Há lugares em Buenos Aires que trazem muito para o cotidiano essa história, como ao caminharmos e vermos no chão: “Aqui foi sequestrado pela ditadura; aqui militou e foi sequestrado pela ditadura, fulano”; não são lugares secretos, são muito vivos.

LUCÍA Isso foi feito posteriormente. Mas isso me fez lembrar de outra coisa da realidade, das divisões ideológicas, porque o tio de Martha Brea era da Suprema Corte de Justiça, um cargo importantíssimo. O pai era professor da faculdade de medicina. Eu estudei com os livros dele, e todos estudamos com os livros dele. Mas especialmente o tio, no dia que a sequestraram eu fui avisar a família, porque pensei que conseguiriam socorrê-la, mas a família falou: “Ela quis isso, que se vire”. Não quiseram ajudar. Então, certas coisas são incríveis, incríveis!

PARTICIPANTE Você poderia comentar um registro do Sedes, o fato do Sedes ter instituído a Clínica do Testemunho, aqui coordenada inclusive

por uma argentina, Cristina Ocariz. O Sedes se engajou nesse esforço ainda antes, quando em 2010 sediou uma Caravana da Anistia do Ministério da Justiça. Como naquele momento isso chegou para você?

LUCÍA Foram momentos históricos diferentes. Quando nós chegamos ao Sedes, a Madre Cristina, (nesse andar onde está a secretaria agora) havia destinado uma sala para o MST, Movimento dos Sem Terra, se reunir. Ela havia cedido salas para que diversas entidades tivessem um lugar de encontro possível, então era realmente uma instituição bem diferente, parecida com o Lanús.

A Clínica do Testemunho também foi importante porque já tinha acontecido na Argentina, quer dizer, as marcas históricas de cada um, de cada país estão presentes. Quando Cristina assumiu isso aqui no Sedes, essa Clínica do Testemunho já acontecia na Argentina, com as Mães da Praça de Maio, com as buscas dos desaparecidos, com as provas de quem morreu, de como desapareceu. Toda uma história que já vinha se fazendo lá. Então ela liderou isso aqui, que foi muito importante que acontecesse, sim.

PARTICIPANTE As mudanças imensas que vocês viveram – vindo para o Brasil às pressas e se reconectando imediatamente com o trabalho num lugar novo –, junto a atributos pessoais seus, ajudaram a dar continuidade à vida e ao trabalho psicanalítico nos revezes que atualmente estamos vivendo com a pandemia e a condição *online*? Notadamente, a sua posição de escuta na supervisão, de professora e de coordenadora do nosso ano, permanece afinada.

LUCÍA Interessante você falar isso, porque são coisas que ficam no arquivo e não algo que atualizamos o tempo todo. Ficam no arquivo morto. Então me fez pensar que um dos elementos que permitiu tudo isso foi a permanência do afetivo. Quer dizer, saímos juntos, Mario, eu e Emiliano. Esse é o grupo familiar íntimo que se manteve e estávamos todos juntos, batalhando. Segundo, a assistência do meu irmão aqui abriu outra perspectiva. Minha família jamais participou de coisas



6 Disponível em: https://www.apdh-argentina.org.ar/sites/default/files/u6/matar_la_muerte.pdf

políticas, jamais concordaria com nada desse tipo, mas também sempre prevaleceu o afeto.

Quando chegamos, meu irmão nos recebeu no apartamento dele e ficamos lá quatro meses, até alugarmos um lugar. Até termos as coisas mais definidas. Ele jamais perguntou sobre nossa vida. O que importava era que estávamos aqui, e estava tudo bem. Ninguém da minha família de origem tinha o mesmo nível de comprometimento nessas questões, mas com todo mundo o afeto se manteve. O que ajuda nessas situações é que coisas importantes continuam. E quando chegamos aqui também a recepção, tanto de Ana María quanto de outras pessoas como a Regina, foi muito afetiva. Isaías Melsohn, até Roberto Azevedo, foi tudo muito afetivo.

PARTICIPANTE O que você projeta para você para a frente? A gente está falando bastante das histórias; como você vê o que virá?

LUCÍA Não sei. Pelo momento são muitos anos de trabalho. Às vezes penso em me afastar por um tempo, mas é sempre impressionante isso da importância afetiva que têm as atividades: o pertencimento a um grupo, o compartilhamento com colegas em diversos níveis e situações, tudo isso enriquece as pessoas. Não é só, digamos, um trabalho. Por isso faço uma diferença muito grande entre quem trabalha por necessidade de se sustentar e então visualiza a aposentadoria como algo bom, o fim dessa história, e quem trabalha em algo de que gosta.

Felizmente para nós, foi sempre possível trabalhar naquilo que gostamos. Isso faz uma diferença muito grande. Suponhamos, na pandemia,

alguém que fica completamente isolado. Então, digamos, essas inserções institucionais têm exigências, têm diferentes coisas, mas também enriquecem muito a quem está trabalhando.

PARTICIPANTE Como você se sente nesse momento do Brasil no Brasil?

LUCÍA Esse momento no Brasil foi umas das poucas vezes que pensei em ir embora. Simultaneamente, era algo absolutamente impensável, porque, na prática, o tempo de vida nosso é maior aqui do que na Argentina. Fora os vínculos familiares. Mas isso que estávamos falando, do Sedes e de todo o trabalho feito, as coisas acontecidas aqui, é também um suporte intelectual e afetivo.

Todas as coisas pelas quais se diz que o governo tem que mudar. Não são as pessoas que têm que ir embora, elas têm que batalhar para que as coisas mudem para melhor. A saída da Argentina não tinha alternativa, pelo risco de vida. Essa é outra história. Mas, aqui, ainda tenho possibilidades de batalhar. Poder lutar para não desaparecer.

O que nós estamos fazendo nesse momento de trabalho no Sedes é transmissão, e o compartilhamento presencial é muito importante. Por presencial me refiro a estarmos juntos, ainda que seja assim, *online*. Mas isso é presencial, e é fundamental para lidar com a gravidade do momento.

PARTICIPANTE Alguma outra coisa que você gostaria de nos dizer, Lucía?

LUCÍA Gostaria de dizer que gostei muito. Realmente, se para vocês esse ano foi especial, para mim, com todos os anos de experiência que tenho, este grupo foi muito especial.

Barbara Cristina Souza Barbosa
 Daniel Silva Guedes
 Mário Corso
 Yan Ribeiro Ballestero

Das masculinidades

Realização Bruno Esposito, Camila Junqueira, Gisela Haddad, Ivy Semiguem e Lucas Simões Sessa.

Barbara Cristina Souza Barbosa é psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia e mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. É psicanalista, e professora na Universidade Santa Cecília (Unisanta). É educadora popular na Tamuya e participa do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise*.

Daniel Silva Guedes é psicanalista, mestrando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) e professor na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Compõe o grupo de Estudos Críticos da Literatura e participou do documentário “TRANSformar: existindo na educação”.

Mário Corso é psicanalista, co-autor do livro *Fadas no Divã* (Artmed 2006), *A Psicanálise na Terra do Nunca* (Artmed 2011) e *Adolescência em Cartaz* (Artmed 2018). É colunista do jornal Zero Hora.

Yan Ribeiro Ballestero é bacharel em Direito, professor de psicologia aplicada ao Direito na UNIPAC e diretor geral do Instituto Casa da Palavra. É pesquisador na interface entre direito e psicanálise.

* Somos um Instituto que tem por direção um trabalho interseccional, transversal, cidadão, antirracista e decolonial voltado a todos os homens sobre o exercício de suas masculinidades e suas consequências no laço social.

Ao eleger o tema das masculinidades, deparamo-nos com a escassez de trabalhos e análises sobre sua identidade, história e experiência, fato pouco questionado, quiçá a ser reparado. Ainda que se leve em conta a complexidade das camadas sócio-históricas e culturais, e a multiplicidade de contextos que interseccionam raça, gênero, classe social e engendram relações de poder, há que se questionar a razão de os papéis e as funções de “homens” estarem organizados social e culturalmente em uma masculinidade normativa, quase nunca contestada, que mantém os privilégios da cultura patriarcal e exige, em geral, certo desempenho sexual. Se essa cultura lhes garante liberdades e benefícios, em seu avesso mantém a violência como arma de defesa contra quaisquer ameaças à sua virilidade. Na contracorrente dessa natureza mitológica, temos vivido tempos em que esse masculino está em crise, e em que as masculinidades vêm sendo marcadas por certa indefinição ou instabilidade. Os avanços obtidos pelas lutas feministas, as mudanças no lugar e nos papéis ocupados pela mulher na sociedade, os espaços abertos pela população LGBTQIA+, que questionam a normalização da heterossexualidade, se por um lado descortinam o esgotamento ético, estético e político das identidades, colocam em alerta os inquestionáveis privilégios históricos da identidade masculina e seu repertório. Uma parcela destes homens, sentindo-se ameaçados e fragilizados, buscam novas significações para suas fraturas, na tentativa de resgatar um lugar mítico do masculino. Pudemos constatar recentemente quando, incentivados por um discurso a favor da posse de armas – reiteradamente repetido pelo presidente anterior – e alimentados por redes sociais que articulam o ódio a essa ameaça de mudanças, muitos

jovens armados e irmanados contribuíram para aumentar a incidência de massacres em espaços educacionais. A mesma escola em que, em geral, são reproduzidos traços de uma masculinidade em que a violência é naturalizada, a provocação cruel é aplaudida, a vergonha do choro é motivo de chacota e a dificuldade em falar de sentimentos é um consenso. Ao mesmo tempo, vemos surgir grupos de homens que se reúnem e que, através de debates críticos sobre o machismo e seus efeitos homo/transfóbicos, buscam construir uma ressignificação da masculinidade e promover a elaboração de novos horizontes sociais para dinâmicas de gênero, sexualidade e suas subjetividades. Outros homens? Outros papéis a desempenhar? Outros modos de viver as relações com seus pares, com seus corpos e prazeres?

Barbara Cristina Souza Barbosa
Interseccionalizar a “crise da identidade masculina”

*O feminismo levou a peste
A psicanálise também.
Pestes descoincidentes?
Sim. Mas peste é sempre peste.
Substância que produz deslocamento
na posição daquela que inocula.*

Falar em crise é falar em convite. Ou melhor, convocação. A crise é sempre uma convocação para o sujeito ter que se haver com o caráter instável das ficções que ele construiu sobre si mesmo (não sem Outro). Ter que se haver é ter que criar uma resposta mais sofisticada, trabalhada, elaborada sobre si mesmo, já que a anterior não está mais dando conta do recado. O que escutávamos com frequência era: “os homens fazem conjunto”. E fazendo conjunto, alguma coisa se pacifica. O que escutávamos com frequência também era: as mulheres não fazem conjunto, por isso, nada aí se estabiliza. Frases boas, verdadeiras até, mas insuficientes para compreender os fenômenos, queixas, demandas e questões que nos são colocadas sobre a masculinidade. A pergunta poderia ser:

»
*a universalização de
uma classe aposta
na necessidade de se falar
de um agrupamento
de conjuntos*

A seção Debate convida nossos debatedores a refletir sobre o tema

do que sofrem os homens na contemporaneidade? Do que sofrem os Incels¹, os Redpills², os bolsonaristas (cativados pelas armas), os moradores de rua (com seus olhares melancolizados, suas peles pretas e seus cachimbos de crack)? Do que sofrem esses homens?

A universalização de uma classe aposta na necessidade de se falar de um agrupamento de conjuntos. Quando dizemos, por exemplo: Histeria, Neurose Obsessiva e Psicose, estamos menos falando que toda histeria é igual a outra e mais que há elementos comuns que possam nos dar direcionamentos de escuta e intervenções, mesmo que isso exija que escutemos cada histeria Uma a Uma. Com Homens, poderíamos brincar pela mesma lógica: quando estamos diante de um homem, de carne e osso, o que os universaliza? A universalização ocidental sempre tendeu a ser neutra e incolor. Líamos relatos clínicos sobre homens (sem raça, sem classe, sem gênero) como se isso nos protegesse de um fascínio pelo registro imaginário que Jacques Lacan tanto lutou na



*há grupos de homens
que estão dispostos a encarar
essa reinvenção. Mas a disponibilidade
exige mais do que boas intenções
e identidades desconstruídas*

briga política sobre os destinos da psicanálise. No entanto, o feminismo já havia nos ensinado que a ausência de menção de uma identidade não significa que ela não esteja ali³. Ao contrário, quanto mais se escamoteia uma identidade, mais ela age com sua força em passar como se não fosse inexistente. Em que raça se localiza o Homem dos Ratos? Que cor tinha a babá tão destacada do Homem dos Lobos? A que classe pertencia o maluco juiz Daniel Schreber? Que masculinidade performava o pai participativo do pequeno Hans? Detalhes que poderiam ser destacados em uma releitura desses casos clínicos. Deem uma olhada no menino dos lobos e no fascínio que a proletariada provocava nesse garoto. Infelizmente, Freud estava muito concentrado no Pai. E nos pais, de carne e osso.

Interseccionalizar a “crise da identidade masculina” é frear as interpretações ligeiras de que os

- 1 São adolescentes ou garotos com pouco mais de 20 anos, que sofreram rejeição ou tiveram encontros ruins com mulheres e visitam fóruns de mensagens para tentar sair da solidão. Na compreensão deles, mulheres são naturalmente promíscuas, manipuladoras e só querem dinheiro dos homens. Os “incels” se acreditam geneticamente inferiores aos homens de tipo “Chad”.
- 2 Homens que se opõem ao sistema que supostamente valoriza as mulheres, se tornando coaches da masculinidade disseminando manuais de ódio, misoginia e crítica ao “planeta feminista”. Suas hashtag já alcançaram 44 bilhões de visualizações.
- 3 Sobre isso ver discussão de Bell Hooks nos livros: O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebadoras e Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.
- 4 Ver trabalho de Carla Akotirene intitulado “Interseccionalidade”

homens estariam mais cativados pelas promessas fascistas. Não há dúvidas de que o fascismo possa exercer fascínio em um homem, mas talvez não seja disso que se trate. Faustino (2023) já apontou alguns caminhos com a sua inversão no texto publicado na revista Estilhaço: “O que veio antes do fascismo? O racismo e a via colonial de objetificação do capitalismo brasileiro”. Essa inversão nos move para a nossa relação com o passado inacabado, imprevisível, aberto, *locus* de conflito, que por não estar petrificado produz novos relançamentos futuros. Assim, só será possível compreender as “crises das identidades masculinas”, produzindo alguns retornos.

Interseccionalizar⁴ é incluir a classe, a raça e o gênero no jogo. Foram as sapatões (Combahee River), a evangélica (Sojourner Truth) e a jurista (Kimberlé Crenshaw) que oficializaram a necessidade de interseccionalizar. A primeira pergunta foi sobre a própria existência, quando Sojourner questionou “E eu não sou uma mulher?”. Será que a pergunta da contemporaneidade é “E eu não sou um homem?”. Mas como um homem negro se pergunta, se a escravização o tomou como O viril, sem humanidades? O falocentrismo equacionou homem – pênis – falo – poder. Mas não do mesmo jeito. Não há “essência” que garanta o que é um homem e o homem trans escancara isso. Então como se fazer homem, como se inventar homem, em um momento em que as exigências e a ocupação de certos lugares pré-estabelecidos sofrem constantemente um processo de transformação?

Há grupos de homens que estão dispostos a encarar essa reinvenção. Mas a disponibilidade exige mais do que boas intenções e identidades desconstruídas. Exige uma experiência de perda, incontornável e necessária para que haja um deslocamento. Infelizmente as respostas têm sido mais dramáticas do que cômicas, algumas tentam recuperar um passado perdido que nunca existiu – nunca foi tranquilo se haver com o significativo Homem – e a sustentação do semblante da virilidade sempre foi caótica. Outras pela via do enlouquecimento diante da consistência que o grande Outro Mulher ganha, ao serem

culpabilizadas por toda a “desordem”. Ou a resposta menos violenta – mas ainda danosa – da impotência, um jeito de recuar ante a ausência da garantia⁵. Há que se abrir mão do gozo de proprietário⁶, aquele que sempre acha que pode ser roubado porque tem algo a perder, e, para isso, não bastará migrar sua propriedade de um lugar para outro.

Daniel Guedes

Homens com H ma(iú)sculo?

A construção sociocultural do homem e da masculinidade muitas vezes se dá em torno de um ponto de suporte de imagem construída por um corpo másculo, que tenha barba, voz grossa, pelos, pênis ou que se posiciona como se a sua opinião fosse a que mais importa, a única que porta a garantia de uma certeza. Dessa forma, o homem acredita ser hegemônico, um modelo a ser espelhado e segue construindo estereótipos heterocisnormativos.

Por outro lado, esse “universal” do homem não existe e as masculinidades construídas para além desse eixo seguem sendo rechaçadas pela diferença. O argumento a ser levantado aqui, é tomar a masculinidade para além de seu significado estático e permanente e abrir espaços para que seja possível uma reflexão e questionamento em torno das distinções e possibilidades dos corpos.

Há uma estereotipia construída no imaginário das pessoas sobre o que deveria ser um homem e como ele deveria se portar. Um homem grávido provoca espanto. Sua imagem fere a ideia da masculinidade, dos efeitos possíveis de se experimentar ao carregar um útero, uma criança, desejar gestar, parir, adotar uma criança, ocupar uma função de cuidado. Na categoria homem não está incluído o cuidado, a delicadeza, ou o cuidar-se, quase sempre atribuído ao feminino ou

ao menos masculino, o que reforça o alibi para seguir se ausentando deste lugar.

Recentemente⁷ um homem trans foi assassinado com trinta tiros no Estado do Ceará, e, embora o caso esteja sendo investigado pela Polícia Civil, seu nome masculino foi ignorado. O nome que ele escolhera ter. Há um ponto de articulação entre a violência do corpo, a violência simbólica e a constatação de que inexistem em nossa sociedade espaços em que possam existir todas as masculinidades. Por qual razão há uma tentativa de validação dos corpos?

Fui questionado recentemente em um evento de psicanálise⁸ sobre identidades e identificações porque eu preferia dizer que “sou” um homem trans e não que “estou” homem trans. Ao sublinharem minha fala, mais uma vez eu estava diante de algo corriqueiro, pessoas cis na plateia fazendo um questionamento sobre o meu ser, e eu sabendo que ninguém poderia ser capaz de estar no meu lugar. Mas penso que essa prática vale para todas os discursos e construções de masculinidades.

Sei que diante dos olhos de todos, os efeitos que meu corpo causa não são passageiros, e é difícil que possam saber que por trás de meu semblante com traços masculinos há alguém que pauta a sua existência em um eterno trânsito rotacional entre o feminino e o masculino, tanto na

»»

*ao sublinharem minha fala,
mais uma vez eu estava
diante de algo corriqueiro,
pessoas cis na plateia fazendo um
questionamento sobre o meu ser,
e eu sabendo que ninguém
poderia ser capaz de estar
no meu lugar*



*cada corpo, seja ele trans,
cis, hetero, ou homo, é talhado
e construído pelas marcas
das palavras e de seus efeitos
na carne. Uma colagem modernista
e contemporânea onde não há
linearidade precisa.
Cada um ao seu modo*

dimensão da corporeidade quanto na dimensão discursiva, do modo como performo meu gênero.

E se, diante da descoberta do rasgo que tenho entre minhas pernas, do útero que vive em meu âmago, de um filho que meu corpo trans possa gestar, eu não tiver como recusar que sou um homem trans? E se diante das escolhas que fiz na construção da minha identidade eu for violentado, eu não poderei alegar “desculpe-me, hoje acordei um pouco trans, mas agora já me sinto cis, não me violente por favor”. As masculinidades, ou ainda, os debates sobre homens, em geral não incluem os corpos desviantes da norma, corpos subversivos e não domesticados. Mas deveriam, inclusive porque esta é a realidade de nosso tempo.

Construir as identidades diante do Real do sexo, incerto e contingente, exige uma invenção, algo com o que alcançamos pela e na palavra: o que nos resta é o semblante e o jogo com eles. Tenho apostado, por enquanto, que na contemporaneidade

tem se tornado cada vez mais um jogo, uma brincadeira, uma dança, um bailar, um transitar.

Hoje eu diria que o movimento no *ser trans* não está em um estado, mas nos malabarismos e mobilidades importantes e necessárias que se tem que fazer diante do Outro da cultura, que insiste em ditar os modos pelos quais as existências, as masculinidades e as identidades devem ser construídas, destituindo a dimensão da singularidade e da subjetividade. E nesse debate é preciso incluir os efeitos do machismo com sua ótica homo/transfóbica.

As transmasculinidades furam a ideia de um fazer único, de um modo único de construção da masculinidade e são esses corpos que apontam a fragilidade dos que se resguardam por trás da imagem viril e do “imbrochável” que tanto contribui para os “estereótipos de gênero”.

Aqueles que apostam que as cirurgias de transmasculinos alimentam o estereótipo de gênero partem do pressuposto de que o destino desse corpo é o de se adequar e parecer um corpo cis, e ignoram as cicatrizes, marcas e narrativas em torno dessas modificações que escancaram as faltas à mostra de um corpo modificado.

Se me apresento como um homem trans, ou um trans homem – afinal sou mais trans do que homem – por que razões as pessoas pressupõem como eu deveria ser? Os corpos trans masculinos, seguem na contracorrente do que imaginam os desatentos sobre um corpo trans e masculino, que está longe de usufruir dos privilégios de sua imagem de homem que tem barba, pelos, voz grossa, mas... Onde está o pênis?

Cada corpo, seja ele trans, cis, hetero, ou homo, é talhado e construído pelas marcas das palavras e de seus efeitos na carne. Uma colagem modernista e contemporânea onde não há linearidade precisa. Cada um ao seu modo.

“Ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino”, embora reforce que há uma divisão estabelecida e definida entre ambos. Na prática, é diferente, mas essa discussão ainda exige novos espaços, outros terrenos a serem fertilizados para novas questões.

5 Sobre isso ver trabalho de Vinícius Moreira, intitulado: “Homens em análise: destinos do falo e travessias da virilidade na psicanálise lacaniana”.

6 Expressão cunhada por Miller que aparece no texto “La naturaleza de los semblantes”.

7 No dia 28 de agosto de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/cariri/noticia/2023/08/28/homem-trans-e-assassinado-a-tiros-depois-de-receber-ligacao-para-ir-a-praca-em-juazeiro-do-norte.ghtml>

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H8B-Kq1OJLE>

Mário Corso
Homens Desarmados

Os historiadores não têm dúvidas sobre as Amazonas, elas existiram. Porém, não como os gregos as tornaram conhecidas. Eles relataram o que viram – mulheres guerreiras – mas o que o coração não pode entender, os olhos se negam a registrar. O mito das Amazonas é uma charada que não podemos decifrar sem conhecer a mentalidade da sociedade grega.

O povo Cita, de pastores nômades que viviam nas planícies centrais da Eurásia, na guerra, não conhecia a diferenciação nem a hierarquia entre os gêneros. Usavam a mesma roupa, ambos eram destros no manejo do cavalo e do arco curto. Quando iam para a guerra, sempre montados em cavalos, lutavam lado a lado. Nesta conjuntura, que surgisse uma mulher como general, dependia apenas das circunstâncias.

Nos atritos bélicos de fronteira, os gregos depararam-se com homens e mulheres no front. Uma sociedade igualitária quanto ao gênero não fazia sentido para o pensamento grego. Eles não concebiam outro formato senão o “natural” e imutável patriarcado. Como a simetria de poder de gênero lhes era impensável, tomaram este povo como um mundo ao avesso, lá seriam as mulheres que comandariam.

E as evidências de homens junto a elas? Seria a pergunta óbvia a fazer. Azar das evidências, afinal os gregos eram bons nisso. Lembrem que eles olhavam para homens e mulheres e constataavam que eram de um só gênero, o masculino.

As mulheres seriam originalmente homens que não tiveram força vital para chegar até a perfeição masculina. Imperava a ideia do sexo único, havendo uma versão perfeita e outra rebaixada do mesmo ser. Obviamente, sendo a masculina o padrão ouro, era lógico que governasse e se servisse do complemento oferecido pela outra metade, a réplica depreciada, que não se lhe igualava em atributos.

Mantinhavam-se assim duas premissas preciosas ao pensamento helênico: a sociedade humana

o povo cita, de pastores nômades
que viviam nas planícies centrais
da Eurásia, na guerra não conhecia
a diferenciação nem a hierarquia entre
os gêneros. Usavam a mesma roupa,
ambos eram destros no manejo
do cavalo e do arco curto

se organizava a partir da divisão em duas categorias e, parte essencial do raciocínio, uma deve governar a outra. Na reprodução, por exemplo, às mulheres cabia apenas a condição de receptáculo passivo, como um forno. As qualidades dos novos seres humanos eram atribuídas aos homens.

Três milênios depois, as mulheres se provaram capacitadas a todos os postos de trabalho e hábeis em todas as ciências. Porém, alguns homens ainda pensam como gregos arcaicos. Buscam discursos para convencê-las a retomar o que consideram sua verdadeira vocação: lar e maternidade. Opera na cabeça deles o mesmo medo que os gregos tinham: “se as mulheres comandarem o mundo, nós seremos subjugados.” A simetria de poder entre os gêneros também lhes é impensável.

A cultura Cita, assim como outros povos da Idade do Bronze, contrasta com o cerne dos mitos do Patriarcado que irão dominar o Ocidente. Criou-se uma visão de mundo na qual as mulheres estão ligadas à vida – elas sendo férteis, trazem novos seres ao mundo. Já os homens atendem pelo arquétipo do guerreiro, aquele que extrai sua identidade de não temer a morte – arriscando a vida na guerra – e da potência para matar. Em resumo: enquanto a mulher é quem dá a vida, o homem é quem pode tirá-la; senhoras da vida e senhores da morte.

Claro que as Amazonas – as mulheres do povo Cita – não se encaixam neste arranjo. O mito das Amazonas ratifica hipóteses históricas bem





nos sistemas de parentesco, a mulher era moeda de troca que circulava tecendo laços com parentes e estrangeiros. Ela estava sob a posse do pai, embora este não pudesse vendê-la, apenas doar

fundamentadas de que houve, durante a Idade do Bronze, inúmeros povos em que a simetria de gênero – ou uma pequena diferença – era usual. Já o matriarcado, às vezes confundido com matrilinearidade, segue na categoria de mito.

Um pequeno registro: essas sociedades da Idade do Bronze, igualitárias no gênero, contrariam o senso comum de que a história da civilização é uma trajetória de conquistas de liberdade. Como se tivéssemos passado de um período selvagem, bárbaro, da lei do mais forte, até chegarmos às sociedades mais livres. Quanto à autonomia das mulheres, houve retrocesso ao longo de milênios, recém sendo sanado. Como alguns destes povos não tinham escravos e decidiam seu destino em assembleias, considerar que a Grécia é o berço da democracia torna-se uma piada.

Voltando, existiam outros arranjos simbólicos anteriores. Nos sistemas de parentesco, a mulher era moeda de troca que circulava tecendo laços com parentes e estrangeiros. Ela estava sob a posse do pai, embora este não pudesse vendê-la, apenas doar. De qualquer forma, sua função era ligada ao que agrega, que costura vínculos entre os distantes, sem que por isso lhe coubesse qualquer protagonismo. Esses arranjos assumiam muitas configurações, desde a oferta ou permuta de filhas, irmãs e esposas, até as rainhas, cujos corpos selavam pactos entre reinos.

Todos temos presente, visto que tem sido muito estudada, esta alienação imposta à mulher. Mas a contraparte, a alienação a que o homem

era e é submetido, nem tanto. Até porque pensar sobre isso deixa os homens em um papel menos heroico do que gostariam. Homens preferem acreditar que são eles mesmos que decidem sobre matar e morrer, que a condição de soldado é de protagonista, mas a realidade é bem outra.

Como os sacrifícios humanos saíram de moda desde o Império Romano, esquecemos que o objeto dos sacrifícios era habitualmente masculino; raramente, em contextos particulares, femininos. O dever das primícias, rito dos primeiros frutos sacrificados para pagar aos deuses pela colheita e aumento do rebanho, recaía sobre os meninos e animais machos. O mito do sacrifício de Isaac, diz do momento em que Deus passou a aceitar trocar homens por animais. As interpretações do mito como testes da fidelidade de Abraão a Deus apenas recalcam que os rituais infanticidas eram comuns em inúmeras religiões. Outra vez o homem ligado à morte.

E há um segundo momento da doação de homens em sacrifício, eles eram dados ao chefe de um clã, aos reis e aos estados, como soldados. Nenhuma família protestava, era natural o destino de defensor de causas alheias, de ideias ou territórios que não necessariamente seriam seus.

No Ocidente, a naturalidade desta oferta só vai ser questionada depois da Primeira Guerra Mundial. Esta guerra dizimou e mutilou uma geração de jovens. Os combates eram de tal forma brutais e sem sentido, que deixavam transparente para todos que a vida do soldado não lhe pertencia e nada valia. Eram peões descartáveis de uma engrenagem mortífera impessoal.

No Oriente, tomando um exemplo que todos conhecem, o sacrifício ficava explícito na dedicação terminal dos soldados japoneses ao imperador. Durante a Segunda Guerra Mundial, voltar para casa era, para eles, uma questão menor, enquanto morrer pelo imperador era normal. Além dos Kamikazes, em que o sacrifício é claro, nas tropas normais fazer um ataque suicida era preferível a ser capturado.

Outra forma de doação em sacrifício com conotações religiosas, é a de homens adultos que

precisaram morrer para redimir e salvar seu povo. Este mito, que bem conhecemos pelo cristianismo, era comum a várias tradições do passado.

Quando hoje teorizamos sobre a facilidade com que a paixão instrumental é acionada no fascismo, por vezes esquecemos que este “treino” para servir ao Outro, valendo a entrega da própria vida, vem de milênios. Mais que um treino, essa entrega em sacrifício, convocada por uma entidade superior, consagrou-se como um valor maior, frente aos que levariam a vida na banalidade da sobrevivência. Deixar-se matar vale mais do que simplesmente morrer.

Infelizmente, esses mitos voltam à vida quando a representação de identidade masculina entra em crise. Se algo novo não se apresenta, as formas arcaicas e explicitamente brutais retornam. No caso dos homens de hoje, não há uma nova forma positiva hegemônica e clara de como é ser homem. Enquanto as mulheres já não se encaixam no papel tradicional de submissão e estão avançadas em ocupar espaços públicos, espaços de poder, é mais recentemente que um maior contingente de homens está entendendo que o jogo mudou de regras.

Homens indigentes de experiências de alteridade, de cultura e de valores, são os primeiros a responder dobrando a aposta. Exigem seus privilégios de volta. Neste caso os argumentos são substituídos pela força. O resto do contingente segue aturdido, ensaiando uma resposta ao que é ser homem hoje.

O ideal para todos nós seria derrotar a esfinge da nossa civilização, aquela que indaga inclemente onde nos situamos no leque das identidades de gênero. Nosso mais alto sonho seria olhar nos olhos da monstra e dizer: quem se importa?! Porém, massivamente, estamos longe disso. A questão mais premente é: como lidar com homens em crise, antes que deles brotem mais Rambos?

O custo destes guerreiros de araque é altíssimo, e o feminicídio não para de crescer. Os dramas seguem um roteiro sinistro e previsível. Uma mulher não suporta mais os abusos de um



esses mitos voltam à vida quando a representação de identidade masculina entra em crise. Se algo novo não se apresenta, as formas arcaicas e explicitamente brutais retornam

homem. Qualquer movimento dela para sair deste laço perverso é tomado como afronta à masculinidade dele, visto que sua positividade depende da negatividade dela. Como os gregos, eles concebem apenas inversões hierárquicas. Sentir-se inferiorizado equivale a sentir-se feminilizado, o que dispara nele a identidade masculina arquetípica: ser homem é ser o anjo da morte.

O resultado é uma farsa: nem homem, nem guerreiro, apenas um psicopata covarde. O assassino tenta operar um rito de passagem na esperança de que a morte de sua mulher congele o espelho de positividade que ela fora para ele. O preço da operação é a destruição do seu próprio destino e o fim trágico de uma mulher. Um assassino brutaliza-se ao cruzar a linha da civilização, e seu diálogo passa a ser com a lei.

Qualquer que seja a saída para uma nova concepção do que seja um homem, a tarefa incontornável é esvaziar a força deste mito. Como simulacro de guerreiro, porta armas, aperfeiçoa o corpo de lutador, usa roupas/fantasia de soldado, para ofertar mais uma vítima em sacrifício. O que ignora é que sua humanidade vai junto. Nas palavras de Lacan, “(...) oferecer-se aos obscuros deuses um objeto de sacrifício, eis algo a que poucos sujeitos podem não sucumbir, numa monstruosa captura”. Estes deuses apreciam sangue humano.



*violência, desconforto e medo?
Como a psicanálise pode contribuir
a fim de produzir novas leituras,
conceitos e práticas que possam
oferecer um lugar para que
esses homens possam ocupar
o lugar da dúvida?*

Yan Ribeiro Ballesteros
O que será o Amanhã

Recentemente ouvi com certa angústia, que os estudos, trabalhos e políticas envolvendo os homens e suas masculinidades “seriam o futuro”. Penso que a angústia mencionada não diz respeito ao desejo que o tema me causa ou ao modo pelo qual venho tratando a temática, na tentativa de mobilizar a interface Direito e Psicanálise na tratativa da violência de gênero. A angústia, sempre verdadeira e antecipada, a angústia que senti naquele momento, acredito eu, dizia sobre os tempos verbais e a nossa relação com o que há de vir.

Me perguntei por alguns dias sobre o uso daquelas palavras e o que elas representavam para mim. Por que me causava tamanho desconforto. Se a enunciação de um futuro que possa vislumbrar o trabalho com as pessoas que se identificam como homens e o exercício de suas masculinidades pode ser proveitosa, se levantar o véu e o tabu que recobre o tema pode trazer à tona a complexidade masculina inscrita no campo da subjetividade e do social, nas perspectivas do coletivo e do singular, poderíamos enfim pensar em possibilidades de resolução de um problema que acompanha a história da civilização moderna trabalhando o vetor da violência, com a sua causa. Enfim, os homens seriam

o objeto observável e não o observador neutro, universal e onipotente.

Entretanto, penso em outro tempo verbal. Deslizando na metáfora, indico um outro momento de ação do verbo em relação ao momento em que se enuncia a ação. Usado para falar de acontecimentos que poderiam ter acontecido no passado, mas não se concretizaram: o futuro do pretérito composto. E proponho os seguintes questionamentos, sem a pretensão de esgotá-los completamente: porque testemunhamos apenas na década de 90 o aparecimento inédito na tradição ocidental de um campo de estudos sobre homens e masculinidades? Que circunstâncias epistemológicas, históricas, políticas, subjetivas, dentre tantas outras formaram os muros e barreiras que impediram esse trabalho de ser realizado em momentos pretéritos? O que pensar desses tempos de esvaziamento da função paterna na configuração de novas formas de masculinidade? Violência, desconforto e medo? Como a psicanálise pode contribuir a fim de produzir novas leituras, conceitos e práticas que possam oferecer um lugar para que esses homens possam ocupar o lugar da dúvida?

Podemos pensar sobre como se constituiu a produção de conhecimento e estruturação do

homem moderno. No avesso da ocupação colonial, em sua radicalidade de fundação do tempo histórico iluminista e moderno, o sexismo fundou uma lógica de dominação e silenciamento radicadas na identificação masculina à atividade, à substância, à razão e ao poder. Ao estruturar essa lógica binária de estruturação, o outro lado deste par de opostos – que não o masculino – estava designado à passividade, ao horror e ao vazio. Tais práticas encontram recursos no social e meios de se perpetuar no interior das estruturas patriarcais que ainda carecem ser visibilizadas, enunciadas e assumidas no nível não apenas da consciência racional, mas também do assentimento subjetivo inconsciente a partir do qual nos posicionamos como sujeitos responsáveis, mesmo no nível do desejo inconsciente, no mundo.

Nesse sentido, o circuito imaginário e narcísico do homem moderno se fecha em si mesmo, restando auto-justificado, pois o masculino encarna o modelo da ciência e da subjetividade, pois o falo subsume o pressuposto da ação e do movimento associados pela tradição metafísica da presença ao contínuo que se estende no espaço e no tempo da substância⁹.

Sendo assim, nos deparamos com um primeiro problema, que diz respeito a esse método político-científico de construção das masculinidades pensado de forma acrítica, que não se implica em como seus atravessamentos de gênero, raça, território, linguagem e classe interferem nos processos de subjetivação e produção das violências, organizando um sistema que age sob aquele que não atende os padrões moralmente estabelecidos do que é ser homem.

Pode ser interessante pensar como essa construção dialoga com *falocentrismo*¹⁰ derridiano, conceito que articula as unidades do logocentrismo cartesiano – e sua suposição metafísica de superioridade – com o falocentrismo, termo proposto pelo psicanalista Jacques Lacan para designar o simbolismo greco-freudiano e o privilégio do Phallus (representação do pênis) como libido (energia sexual) de essência masculina.



*a negação da feminilidade
acarreta os mais diversos
graus de violência contra as pessoas
que possuem traços, trejeitos
e atributos femininos presentificada
nas práticas interseccionais
de violências domésticas*

Considerar o significante masculino como ponto de referência e centro da racionalidade implica em uma lógica sexista de exclusão e negação do feminino e da homossexualidade no âmbito individual e coletivo.

Nesse sentido, a negação da feminilidade acarreta nos mais diversos graus de violência contra as pessoas que possuem traços, trejeitos e atributos femininos presentificada nas práticas interseccionais de violências domésticas, feminicídios, homofobia, transfobia, LGBTQUIAPN+ fobia, como também no alto índice de mortes entre homens, práticas de risco e atentados contra a própria vida e contra a sociedade.

Esta constante reafirmação de modelos hegemônicos de masculinidade e negação da diferença pela via da violência pode ser entendida como uma forma de proteção contra a ameaça do desamparo, decorrente da perda de traços e marcas identitárias da masculinidade¹¹, como também um ato praticado não quando se sentem diante do poder, mas sim na tentativa de recuperar neuroticamente esse mítico espaço pretensamente perdido e enfraquecido pelas políticas e lutas feministas, pelos avanços da medicina e da ciência, pelas novas configurações familiares que impulsionaram avanços no sistema de justiça. A violência como resposta.



*temos homens que aspiram
a um lugar de hegemonia,
negando sua própria castração
e buscando meios de se colocar
acima da lei que os constitui, como
exceção viril a uma masculinidade
supostamente castrada*

Vale trazer as observações de Raewyn Connell, que em seu trabalho¹² de investigação rompe com a abordagem singular de “masculinidade” propondo a existência de múltiplas masculinidades que se organizam de forma dinâmica e fluida nas relações de gênero e em determinado tempo. Nesse sentido, ao propor a noção de “masculinidade hegemônica”, Connell infere que apenas uma minoria dos homens seria capaz de adotá-la de maneira ostensiva. Hoje podemos perceber o exercício dessa masculinidade em homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, cristãos, ativos sexualmente, sem deficiência física, de classe média-alta. Mesmo muitos homens não alcançando tais ideais, exercem sua masculinidade sendo cúmplices, seguidores e beneficiários do patriarcado.

Entretanto, já é possível enxergar a universalização do homem branco europeu denunciada e

desconstituída. Em tempos de esvaziamento da função paterna e avanço do pensamento feminista, novas formas de masculinidade ganharam espaço e legitimidade, exigindo dos homens novos repertórios de respostas para além da violência e virilidade. A emergência dessas novas masculinidades tem posto em xeque o que é ser homem, questionando o ideal de masculinidade construído às custas dos avanços da agenda colonial, pedindo explicações acerca dessa categoria e apresentando novas possibilidades de ser e existir enquanto tal.

O medo dos homens de ocupar esse lugar de dúvida não deixa de se relacionar com o temor da castração, entendida como recusa a tudo que pode denunciar o caráter fictício da sexualização masculina heteronormativa que permite aos homens encontrar recursos para ocupar e preencher o vazio da falta. Podemos pensar nesses recursos construídos socialmente como família, patriarcado, divisão sexual do trabalho, política, direito, filosofia, dentre tantos outros que foram pensados pelos homens também para não sucumbirem no vazio da dúvida, do questionamento de si e de seus modos de vida, relações e investimentos libidinais.

Assim, temos homens que aspiram a um lugar de hegemonia, negando sua própria castração e buscando meios de se colocar acima da lei que os constitui, como exceção viril a uma masculinidade supostamente castrada. Como também podemos pensar em homens que buscam excluir qualquer outro que negue a regra instituída da masculinidade, qualquer outro que pareça permeável ao feminino, qualquer coisa que não atenda aos parâmetros fálicos de hombridade¹³.

Por isso acredito que a desconstrução desses padrões hegemônicos de masculinidade não implica em destruir e eliminar os homens, e sim explicitar, destrinchar os elementos que sustentam essa lógica para que possamos reorganizar esses elementos em uma outra estrutura que permita aos homens outros recursos que não o da violência.

E só podemos nos repensar e reorganizar ocupando o vazio desse lugar anteriormente

13 Bento, Hugo (org). *Entre (uns) nós. Masculinidades e Psicaná*

- 9 Souza, M. Vazio, feminino e restos. In: Souza, M. et al (Org.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade, sofrimento psíquico*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2011
- 10 Derrida, J; Roudinesco, E. *De que amanhã... diálogo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- 11 Muskat, S. *Violência e masculinidade*. São Paulo, Ed. Casa do psicólogo, 2011.
- 12 Connell, R. *Masculinities* (1995). 2 ed. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2005.
- 13 Bento, Hugo (org). *Entre (uns) nós. Masculinidades e Psicanálise*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2022

rechaçado pelo pensamento moderno, para além da substância, da representação, do linear. O vazio no horizonte masculino explicita o limite e gera angústia e respostas via violência, pois questiona as epistemologias tidas como dominantes e a pretensa verdade universal do pressuposto que associa a ação, *logos*, representação, substância e falo.

Como cúmplices da hegemonia, em maior ou menor grau, recebemos os benefícios do patriarcado. O trabalho de desconstrução dos homens, nesse sentido, demanda epistemologias e ontologias que possibilitem outros recursos para que nós possamos ocupar e permanecer no lugar da crítica e da dúvida.

Esse é o convite que faço também às pessoas que sustentam o discurso do analista. Superar sua gênese patriarcal atravessada pelo colonialismo do

saber pode permitir a análise e desnaturalização de um discurso que chega com a pretensão de ser universal, e que, em cada encontro, possa ser localizado aquilo que há de mais particular em seus atravessamentos e tensionamentos com o coletivo.

Antes de pensar no “futuro” das políticas, práticas, pesquisas e debates sobre masculinidades, é imperiosa a análise do passado de modo a fazer bom uso das lutas e resistências das mulheres feitas até aqui. Das redes de atenção à violência que foram estabelecidas, das políticas que permitiram uma vida livre da violência. Pensar no futuro considerando o passado, o ancestral e o popular. Para que as circunstâncias que impediram e impedem o trabalho com os homens e suas masculinidades possam ser ressignificadas, questionadas e reestruturadas.

O vírus, a festa e a morte

o caso Keiko

Edson Luis André de Sousa

Comentado por:
Cleide Monteiro e Susana Muszkat

Edson Luis André de Sousa psicanalista, membro da APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), foi professor titular do Instituto de Psicologia da UFRGS. Doutorado e pós-doutorado pela Universidade de Paris VII e pós-doutorado pela EHESS (Paris). É um dos coordenadores do Museu das Memórias (Im)possíveis (APPOA). Autor de livros e artigos.

Cleide Monteiro psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professora e supervisora do curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Participa do Grupo de Trabalho Acolhimento /Escuta, do Núcleo Semente: Saúde Mental e Direitos Humanos relacionados ao Trabalho do Instituto Sapientiae.

Susana Muszkat psicóloga e mestre em Psicologia Social pelo IPUSP, psicanalista, membro efetivo e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, membro da IPA. Atende em seu consultório pacientes em análise individual, de casal e de família. Autora de *Violência e Masculinidade* (2011), ed. Casa do Psicólogo; *Violência Familiar* (2016), ed. Blucher.

[...] *toda palavra guarda uma cilada.*
Torquato Neto

Abri a porta da sala de espera para uma primeira sessão com Keiko. Eu estava um pouco apreensivo pelo tom de nossa conversa por telefone no dia anterior quando ela ligou para pedir um horário. Havia uma urgência no pedido e certo tom áspero e abrupto em sua fala que me preocupou. Não tinha mais informações sobre ela. Falou-me sobre a psicanalista que indicara meu nome e com a qual havia feito duas entrevistas, mas com quem não pôde seguir. Ainda neste primeiro contato por telefone perguntei por qual razão não havia continuado as entrevistas e ela me disse: *“ela não tinha horário para mim”*. Ao entrar, estendi a mão para cumprimentá-la. Ela me olhou, deixou minha mão no ar e baixou a cabeça com um leve sorriso. No final da sessão me revelou que não quis apertar minha mão *“para não me contaminar”*.

Contou-me que era neta de avós (paternos) de origem japonesa mas sua relação com o Japão é *“muito distante”*. Percebi que um início de conversa sobre origens imediatamente se colocou em cena. Ela se apressou em me dizer que seu nome significa *“filha abençoada”*. Keiko tem formação em medicina, mas não deu continuidade à sua profissão. Preferiu ir trabalhar na empresa do pai. Tinha 45 anos quando me procurou, dois casamentos desfeitos, sem filhos. Os dois casamentos não duraram muito. O primeiro, um pouco mais de um ano e a relação terminou de forma brusca quando soube que o marido tinha outro envolvimento amoroso, *“me senti um lixo”* disse ao relatar este rompimento. Em torno de 5 anos depois ela se casa

novamente, mas a relação não vai muito adiante. No terceiro ano de casamento decide se separar, segundo ela pelo controle excessivo do marido e “um ciúme doentio” por parte dele. Começa falando de sua obesidade e de que não consegue regular “sua voracidade”. A palavra voracidade me chamou atenção pois a maneira como entrou na sala me transmitiu exatamente a sensação de alguém voraz e que quer ocupar rapidamente todo o espaço. Ela fala alto, quase sem pausas. Escuto. Uma das primeiras perguntas que me faz é se sou psiquiatra. Respondi negativamente e ela se diz “aliviada, pois não queria ser medicada”. Esteve por um tempo com um psiquiatra usando medicamentos. Tenho a sensação de que sua narrativa sobre obesidade, alimentação e desconforto com sua imagem corporal não parecia ser o mais importante, embora efetivamente ela estivesse muito acima do seu peso. Parecia estar à espera de um pouco mais de tempo e ambientação no consultório para revelar o motivo da procura de análise. Onde estaria a urgência de que me falara ao telefone?

Segui na escuta. Depois de algum tempo diz que está muito preocupada pois “acredita estar contaminada com o vírus do HIV”. Não tem saído de casa, está com o sono perturbado e algumas ideias suicidas lhe invadem o pensamento de tempos em tempos. Eu interroguei: “Acreditas estar contaminada?”. Ela me diz que na verdade tem certeza, “pois há muitos sinais no corpo: manchas na pele, gânglios inflamados...”. Quando perguntei se tinha ido a algum médico e feito o teste de HIV disse que não precisava pois tinha certeza do seu diagnóstico. Contou-me a situação da “contaminação”: cerca de dois meses atrás fez uma viagem para o Peru para realizar um sonho antigo de conhecer este país. Experimentou uma sensação de familiaridade muito grande com os traços físicos dos peruanos que lhe pareceram “muito próximos às minhas marcas orientais”. Em uma das noites foi a uma festa. Ela saiu com um homem “de porte atlético” com quem teve uma relação sexual sem o uso de preservativo. Fazia muito tempo que não transava e relatou que a experiência foi muito



a maneira como entrou
na sala me transmitiu exatamente
a sensação de alguém voraz

prazerosa. Disse ter tido sempre muito cuidado nas “poucas” relações sexuais que teve e raramente se descuidou como aconteceu na viagem. Mas até aí tudo bem. A viagem continuou tranquila. Três dias depois, caminhando novamente pela cidade, viu ao longe, sentado na mesa de um bar, o homem com quem havia transado. Ele estava com um boné e um pouco na sombra, mas “parecia ser ele”. Quando percebeu que “era um bar gay” pensou: “Ele é homossexual. Ele está contaminado. Eu estou contaminada”.

O silogismo contaminou o seu pensamento imediatamente e Keiko me disse que naquele momento “senti o vírus entrando no meu corpo e se alojando ali”. Tudo era vivido no maior segredo e ninguém sabia até aquele momento de sua “doença”. Seu delírio de contaminação, contudo, deixava certa margem de dúvida que, volta e meia, ganhava algum espaço em falas como estas: “Será que tenho alguma chance?” e “Se eu vejo que estou com aids, me mato”. Disse que em alguns momentos voltava à cena da viagem e se perguntava se o sujeito que viu à distância era mesmo o seu parceiro sexual. “Por que não fui ver mais de perto?”. Esses esboços de dúvidas, contudo, em nada alteravam seus sintomas. Em outro momento em que falava desta “noite sexual” lembrou que o homem tinha o mesmo signo do pai.

Na sequência das sessões, que eram praticamente diárias neste início de análise, Keiko foi evocando inúmeras situações que evidenciavam as turbulências de suas experiências sexuais. A primeira relação sexual foi “tarde demais”. Tinha 25 anos quando transou pela primeira vez. Disse não ter muito prazer na penetração. Algumas vezes, em sessões posteriores, evocou a imagem de



*o sexual inundava seu corpo
de forma devastadora,
e ela parecia tentar tecer alguma
borda com seus sintomas*

“*facadas*” quando pensava no ato sexual. Percebi imediatamente, desde este primeiro momento, a força do pensamento da contaminação e a completa impotência de qualquer outro dado mais “objetivo” como, por exemplo, um exame de laboratório. A Aids era uma marca da irrupção do sexual no corpo. Ela me disse: “*Se ao menos eu tivesse outra doença. Uma leucemia... meu sofrimento não seria tão grande...*”

Quase no final dessa primeira sessão me disse que veio para o consultório com um livro na bolsa que ainda não tinha tido coragem de começar a ler. Perguntei qual era o livro. Ela abriu a bolsa e me mostrou o livro de Hervé Guibert *O amigo que não me salvou a vida*. Eu tinha lido esse livro alguns anos antes na edição francesa e ele tinha feito muito sucesso. Foi um dos primeiros relatos mais contundentes de alguém contaminado pelo vírus do HIV. Hervé Guibert narra os desafios de enfrentar uma doença ainda cheia de enigmas naquela época. O que estaria dizendo o título desse livro para ela? Neste mesmo dia, ao chegar em casa, busquei meu exemplar para relembrar a narrativa e copiei nas anotações que fiz da sessão de Keiko a seguinte passagem de Hervé Guibert. “Assim como não revelara a ninguém que estava condenado, exceto aos amigos que se contam nos dedos de uma mão, não revelei a ninguém, a não ser a esses poucos amigos, que sairia dessa, que eu seria, por aquele acaso extraordinário, um dos primeiros sobreviventes no mundo dessa doença inexorável”.

Mas quem era a mãe desta “filha abençoada”? Sua mãe parecia não se preocupar com ela o suficiente. Keiko se queixa, insistentemente, da falta de atenção da mãe. “*Ela faz tudo para os outros*”.

Tem um irmão que sempre foi o filho preferido. Em algumas das sessões trouxe uma lembrança que acredito ter aberto um caminho importante para entender uma das peças do quebra-cabeças que colocava em cena. Quando tinha em torno de 10 anos lembra-se de pensar na morte e o pensamento que surgia, nestes momentos, era “*morrer nos braços da mãe*”. Interrogo então se era preciso estar perto da morte para ter os braços da mãe. Ela segue falando sem dar muita atenção à minha intervenção. Pensava em sua mãe ao deitar no colo de um namorado. Curiosamente, quando evoca alguma cena de aproximação e carinho da mãe descreve como algo perturbador. “*Algumas noites vinha me beijar antes de dormir, mas era um beijo violento. Ela é abrupta em seu carinho*”.

Uma das perguntas que ficaram ecoando desde o início da análise com Keiko é a seguinte: qual a urgência de estar doente? Ainda nesta primeira sessão surge outro detalhe que me pareceu importante para a sequência do trabalho que naquele momento ainda me parecia incerto. Costumo ser especialmente atento nestas primeiras entrevistas, anotando alguns detalhes que, na maioria das vezes, se revelam fundamentais na sequência do trabalho analítico. Em determinado momento a paciente me perguntou meus honorários. Respondi com o valor e ela reagiu dizendo que era o dobro do que pagou para a psicanalista com quem fez duas entrevistas. Perguntou-me, com um tom de voz suave, nitidamente diferente daquele com o qual vinha falando se poderia baixar o valor. Reiterei que era esse o valor. Não me pareceu que o pedido de baixar o preço era por uma dificuldade financeira, mas talvez por “pedir colo”. Ela concordou com o valor e comentou que muitos terapeutas “*picaretas*” cobram mais do que deveriam. Não me pareceu ser irrelevante a palavra “*picaretas*” nesta fala.

O sexual inundava seu corpo de forma devastadora e ela parecia tentar tecer alguma borda com seus sintomas. Havia uma urgência inscrita no corpo. Foi consultar um dermatologista para mostrar as manchas na pele e saiu indignada, pois ele “*mal me olhou*” e atendeu em 10 minutos “*como*

se eu fosse uma prostituta". O dermatologista lhe disse que as manchas não tinham nada a ver com AIDS e sugeriu que ela fizesse o teste.

As sessões continuavam repetitivas na temática da contaminação. De algumas sessões ela parecia sair um pouco mais aliviada, mas essa sensação não durava muito tempo. Em uma delas trouxe um fragmento de sonho que foi um importante acontecimento, pois permitiu abrir outros caminhos possíveis de fala e abandonar, mesmo que de forma breve, as litâneas de sempre em torno dos sintomas. O relato de sonho foi sintético, mas com um conteúdo denso. Segue o relato do sonho; "Estou no velório de duas pessoas: uma atriz e uma prima distante. Os dois caixões estão lado a lado. A atriz é muito conhecida e popular. Estão todos em torno do caixão da atriz e quase ninguém do lado de minha prima. Não entendo porque as duas estão ali juntas na mesma sala. Estão todos tristes e choro bastante". Insisti para voltar ao sonho muitas vezes como forma de abrir espaço para outras falas. Ela resistia, mas acabou trazendo algumas associações e uma delas me pareceu preciosa. Esta atriz, no início de carreira, teria feito alguns filmes pornôs. Keiko comenta também que leu em uma reportagem que, muito anos depois, a atriz se aproximou de uma religião e que teria ficado alguns anos em abstinência sexual. Sempre que surgiam estes conteúdos oníricos, eu tinha a sensação de que o trabalho analítico ganhava um pouco mais de espaço. Era uma inundação sem fim a queixa em torno dos sintomas de sempre. Neste sonho me pareceu relevante a rede associativa que pôde tecer entre sexo e morte. Algumas semanas depois, relatou outro sonho: Vai com a família para uma casa de montanha. O pai está do lado de fora da casa. Keiko está dentro de casa com portas e janelas fechadas. O pai quer entrar e ela não deixa. Ele dá um soco no vidro e seu braço atravessa a janela. Ela acorda assustada. Poucas associações surgem na sequência deste sonho. Evoca apenas algumas cenas de agressividade do pai.

Estes dois sonhos trouxeram um pouco mais de ar para as sessões. Mas a fúria do sintoma não



*para minha surpresa,
ela retornou ainda mais
convencida de estar
contaminada pelo vírus*

dava folga. A contaminação era uma certeza. Em determinado momento, resolvi insistir para que fosse fazer o teste na ilusão de que o resultado pudesse frear estes pensamentos. Ela hesitou, mas acabou cedendo, indo fazer o teste. Ela me pediu para abrir o resultado junto comigo no consultório. Com o resultado nas mãos, vem me ver e abre o envelope. Com um suspiro prolongado diz: negativo! Tudo indicava que a análise poderia seguir em outra direção.

Fico na expectativa por onde seguiríamos na sessão seguinte. Para minha surpresa, ela retornou ainda mais convencida de estar contaminada pelo vírus. Contou-me que foi ler alguns artigos sobre o teste e um deles dizia que era preciso esperar sessenta dias para ter um resultado seguro. Ela se deu conta de que havia feito o teste alguns dias antes deste prazo. Este detalhe abriu novamente as comportas para a sua fantasia delirante. A fúria do sintoma não ia jogar a toalha tão facilmente. A situação piorou e a angústia transbordou novamente.

Em uma das sessões que se seguiu comentou que tinha na bolsa três caixas de um ansiolítico que conseguira com uma amiga. Indaguei o que iria fazer com os remédios e ela me disse "*quero os remédios para morrer na hora certa*". Pedi de forma muito enfática que deixasse os remédios comigo. Ela prontamente me entregou as caixas e eu as guardei em uma gaveta diante do olhar surpreso dela. A ruminação em torno da contaminação seguia feroz.

Algum tempo depois, entrou tranquila e comentou que estava se sentindo melhor, e que iria interromper o tratamento. Falou de alguns novos projetos de vida que começavam a se esboçar para ela. Depois de uma longa narrativa sobre estes planos, disse que gostaria de devolver os ansiolíticos



chamou-me a atenção que, no início do processo de análise, seus relatos são de situações nas quais ela não ocupa lugar de valor, e sim de vítima

para a amiga e os pediu de volta. Digo de modo firme que não os devolveria. Irritada, insistiu que os queria de volta, dizendo que “*estes medicamentos não me pertencem e não te pertencem*”. Digo a ela que não concordava com a interrupção do tratamento, e que era fundamental continuarmos o trabalho analítico. Ela diz “*não ter mais nada para falar*”. Quase ao final dessa sessão me disse que tinha inventado a narrativa de melhora para reaver os medicamentos e tê-los por perto, “*caso precisasse*”. Finalizo a sessão enfatizando que era justamente por isso que precisávamos continuar. Marquei outro horário para o dia seguinte.

Seguimos a travessia turbulenta. Eu tinha uma sensação de impotência com minhas intervenções. Nada parecia abalar o mergulho de Keiko no abismo, como se a doença fosse seu único campo de pouso. Depois de um tempo insisti, mesmo sabendo que talvez tivesse pouco êxito, em usar novamente o recurso que havia se

mostrado ineficaz. Propus que refizesse o teste. Ela escutou com a cabeça baixa, apertando com força seus óculos na mão e eu tive a sensação que ela poderia vir a quebrá-los. Keiko chora muito, dizendo que ali era o único lugar onde poderia falar: “*Será que eu tenho alguma esperança?*”. Ela resistiu à minha indicação, mas acabou aceitando. Foi a uma cidade próxima para não ser reconhecida e realizou novo teste. O mesmo cenário se repetiu. Pegou o envelope lacrado com o resultado e veio abrir diante de meus olhos. Antes de abrir o envelope, ela disse algo que me pareceu ter sido sua melhor chance no seu processo analítico: “*Se der positivo eu dou uma festa!*” Ao perceber o lapso se corrigiu imediatamente “*Se der negativo, eu quis dizer*”. Keiko colocara em minhas mãos a ponta do fio de Ariadne de seu labirinto psíquico e naquele momento pensei que seria de menor relevância o resultado negativo que se confirmou segundos depois ao abrir o envelope. Resolvi encerrar a sessão nesta última frase sublinhando que seu lapso tinha aberto um novo caminho. Ela quis continuar falando: “*Posso ficar mais um pouco?*”. Eu lhe disse que continuaríamos na sessão seguinte.

Keiko continuou vindo por mais algumas semanas e depois nunca mais tive notícias dela. Por vezes ficava imaginando se este percurso de análise teria aberto espaço para um pouco de festa em sua vida.

Comentário de Cleide Monteiro

Nada do humano me é estranho.
Terêncio

Nas primeiras linhas do relato do caso nos é revelado que algo se mostra perturbador para o analista. Uma incongruência, um apelo que se anuncia urgente, um tom de voz... No primeiro encontro com a paciente mais alguns enigmas se somarão à preocupação e inquietação sobre o que demanda essa pessoa. Se esquiva ao aperto de mão. A obesidade comentada não parecia ser a verdadeira questão.

Porém, a sua apresentação envolvendo a ascendência japonesa por parte dos avós paternos, a afirmação de que sua relação com o Japão é “muito distante”, a tradução do seu nome nipônico “filha abençoada” parecia um cartão de visitas sobre a importância da filiação para ela.

Chamou-me a atenção que no início do processo de análise seus relatos são de situações nas quais ela não ocupa lugar de valor e sim de vítima. A traição do primeiro marido a transforma em lixo. O segundo marido desconfiava dela através de seu

ciúme doentio e queria controlá-la. Apresentam-se marcas de intensidades e de conflitos, porém, esses eventos são apresentados sem contextualizações, circunstâncias, histórias. Sua escolha de não seguir a formação médica e trabalhar na empresa familiar se insere no mesmo registro. São episódios de sua vida tratados como fatos, acontecimentos que não denunciam sua implicação e nem seus desejos.

Seria essa a forma de resumir num tempo e espaço breve, questões que não são as que a trouxeram ao analista e que a consumiam desde há pouco tempo: a convicção de sua contaminação por HIV? Convicção essa sem nenhuma referência a provas de realidade, como o teste para HIV, mas com uma crença absoluta na realidade dessa contaminação.

Com essa declaração, o espaço de fala se restringirá ao exercício da observação da evolução da suposta doença no seu corpo atingido pelo mal, seu inimigo único. Inimigo por ser o que expunha algo inadmissível de seu ser. Seria a prova cabal de uma falta cometida, sem atenuante de poder atribuí-la ao outro? Sua fala: “Se eu vejo que estou com AIDS, me mato” se refere a um julgamento que não envolve nenhuma referência a um olhar exterior. Portanto, um auto julgamento, um terror do corpo em decomposição, formas de angústias de morte?

A erupção do delírio se dá após uma situação que, no relato, aparece como bastante prazerosa:

fez uma viagem para o Peru para realizar um sonho antigo de conhecer este país. Experimentou uma sensação de familiaridade muito grande com os traços físicos dos peruanos que lhe pareceram “muito próximos às minhas marcas orientais”. Em uma das noites foi a uma festa. Ela saiu com um homem ‘de porte atlético’ com quem teve uma relação sexual sem o uso de preservativo. Fazia muito tempo que não transava e relatou que a experiência foi muito prazerosa.

Experiência que foi totalmente apagada na sequência, pela suspeita de que o parceiro fosse homossexual e portador do vírus HIV e a teria contaminado.

A dúvida sobre esta afirmação, pela falta de elementos que a comprovasse, não ganha força,



o campo da Pulsão de Morte se destaca como aquele que nos permite aproximarmo-nos da forma de vivência dessa analisanda

não abala sua convicção sobre a contaminação. A certeza procede de uma condenação que independe de verificação da realidade e que propõe como castigo uma sentença de morte.

Este castigo teria alguma procedência na posição de “filha abençoada” que não cumpre esse papel?

Ao me perceber lendo e relendo o caso apresentado, atenta a elementos, sinais, nuances e desenhando-os numa cadeia para circunscrever quais elementos vitais dariam suporte a essa mulher na vida que vivia antes da eclosão da condenação a que está sujeita, lembrei-me de uma percepção tida há anos, quando lia o livro *O Sol Negro*, de Julia Kristeva. A autora, para abordar o silêncio da Depressão, ou do deprimido, a fala autoacusatória que nele predomina, usava de inúmeras metáforas, muitas palavras, para tentar circunscrevê-lo.

Diante dos silêncios sobre os sentidos de sua existência, da apresentação intensa, voraz, violenta e sofredora que a paciente manifesta, nos ocorre tecer alguns fios que nos deem um norte para essa eclosão de delírio que a leva à condenação e talvez à busca da redenção pela promoção de sua própria morte.

O campo da Pulsão de Morte se destaca como aquele que nos permite aproximarmo-nos da forma de vivência dessa analisanda.

A teorização da Pulsão de Morte, em Freud (1920), se apresenta como a tentativa de pensar o que não cessava de surgir nas análises e questionava o registro do Princípio do Prazer como guardião da vida.

A incessante atualização de situações de desprazer que de diversas formas se mesclavam na transferência originando o fenômeno da reação



*Keiko em alguns momentos
cede às solicitações do analista:
faz o teste para HIV, deixa o remédio
no consultório do analista*

terapêutica negativa, ou a extensão do tempo das análises sem uma conclusão, levaram-no, após intenso exame de possibilidades de manter o Princípio do Prazer como predominante no Aparelho Psíquico, à hipótese formulada de uma Pulsão mais elementar, primária e originária. Seu objetivo será a regressão à uma ausência de estímulos.

Freud, no entanto, mantém sua posição de que no aparelho psíquico o conflito é permanente e destacará a intrincação ou desintrincação entre as pulsões, agora denominadas Pulsão de Vida e Pulsão de Morte – luta entre Tânatos e Eros –, como fatores das múltiplas facetas do adoecimento.

A destrutividade será inerente à própria constituição psíquica, podendo, em muitos casos, estar em conflito com a autoconservação, território libidinal. O masoquismo erógeno será a conceituação freudiana para esse paradoxo.

O Super Eu, na subsequente reformulação realizada em “O Ego e o ID” (1923), será designado como o espaço da Pulsão de Morte. Representante de moções pulsionais de vida e de morte originadas do Id, será também constituído pelo resultado do processo de dissolução do Complexo de Édipo, efeito da elaboração da castração, o que lhe destinará a ser um amplo espaço conflitivo.

É nesse território de luta entre Tânatos e Eros que se dará esse encontro analítico, pois o HIV será o passaporte delirante para uma insolúvel condição de não aceitação de ser portadora dessa marca, que a levará a pensar em pôr fim à vida; e o analista, aquele que busca nas mínimas manifestações de desejos e conflitos estancar a hemorrágica manifestação da destrutividade.

A pergunta que insiste nesse caso é: o que vem buscar Keiko na análise?

Sobre sua relação com os objetos primários diz: “Sua mãe parecia não se preocupar com ela o suficiente”. Há uma queixa reiterada de falta de atenção da mãe. “Ela faz tudo para os outros”. Percebe seu irmão como o filho preferido. Relata lembrança de sua infância: “Quando tinha em torno de 10 anos lembra-se de pensar na morte e o pensamento que surgia nestes momentos, era “morrer nos braços da mãe”. O que a teria levado a pensar na morte nessa idade?

A morte seria a maneira de eliminar a distância que sente entre ela e o objeto que está sempre faltando, ou atacando-a?

A proximidade com o corpo do outro na atividade sexual é vivida como violência e ataque.

Existiria alguma esperança de ter uma salvação, como diz em algum momento? De que salvação se trataria?

Keiko em alguns momentos cede às solicitações do analista: faz o teste para HIV, deixa o remédio no consultório do analista a pedido deste. Solicita abrir o resultado do exame na sessão acompanhada pelo analista. Chora em muitas sessões, afirma ser o único lugar em que pode falar, pede para ficar um pouco mais após o encerramento de uma sessão considerada como propiciadora de uma abertura pelo analista.

O que representam esses movimentos? Seriam uma forma de obter domínio sobre o outro ou a manifestação de um desejo de acolhimento, um apelo de proximidade e cuidado pelo outro?

Os elementos que mostram conflitos identitários, de gênero e de valor narcísico em Keiko se anunciam em algumas falas: desconsideração do médico que a trata como uma prostituta, a artista pornô com a qual sonha que se redime pela religião e por se abster do sexo. Envolvem depreciação da mulher pela avaliação de outrem.

Acompanhou-me durante o contato com essa narrativa a sensação de que haveria um segredo em sua história. Algo não pôde ser significado na construção dessa existência.

A hipótese da recusa da realidade abre o campo do traumático e da compulsão à repetição pela impossibilidade de significação de experiências

pretéritas, pois essa significação colocaria em risco a própria integridade narcísica e ameaçaria os suportes que os objetos primários representam. Nas manifestações da recusa, elementos que envolvem a história familiar estão sempre presentes.

A adesão à versão delirante sobre sua doença condensa de maneira enigmática sentidos indistinguíveis. A sensação de impotência do analista é um dos efeitos dessa força destrutiva e avassaladora que a flagela.

Como formula Penot,

a problemática da rejeição, em suas diversas modalidades clínicas, parece ter suas raízes na herança de uma dificuldade de dar sentido, que se conjugaria ao passado anterior, em ‘anterioridade’ a toda história individual. De sorte que o real não seria apreensível por cada um, e não poderia representar alguma coisa, senão através das primeiras figuras parentais, e do “discurso” do qual estas são o suporte originário.¹

A importância das experiências precoces no registro do corpo erógeno deve ser ressaltada nessa construção. As vivências de prazer ou desprazer criam registros sobre os quais se desenvolverão modos de estar e interpretar o mundo sensível.

Articulando-se a elas se inscreverá tudo o que se refere ao discurso parental que antecipa a própria existência do ser e o acompanhará constituído de palavras que o designam e o situam.

Sobre a origem não asiática da mãe nada transparece. Haveria disputa familiar sobre os valores de culturas diferentes? Filha abençoada por quem? O irmão homem rouba o olhar e o interesse da mãe. Do que ele é possuidor? Seria essa uma incongruência indiscernível?

A referência a ter experimentado uma sensação de familiaridade muito grande com os traços físicos dos peruanos que lembravam seus traços orientais, sugere manifestação de uma identificação de pertencimento. Não se sente estrangeira. A semelhança imagética como ponto de referência.

Terá sido difícil para ela se identificar com aspectos diversos de sua origem familiar? Isso



sobre a origem não asiática

da mãe nada transparece.

Haveria disputa familiar sobre os valores de culturas diferentes?

poderia ser um elemento de cisão no seu próprio Eu?

Essas são as reflexões, articulações desta analista frente ao processo analítico que foi interrompido sem que possamos identificá-lo como reação terapêutica negativa. Keiko realiza uma desistência silenciosa que impediu qualquer reação do analista. Abandona o campo de batalha.

Outros autores vêm em nosso auxílio, com suas referências para ampliar as reflexões sobre a dificuldade clínica relatada. Representam buscas de dar forma e algum sentido à atuação da pulsão de morte.

Maria Silvia Bolguese (2017) apresenta-nos as contribuições de André Green:

Green introduz o conceito de narcisismo negativo no livro *Narcisismo de Vida e de Morte* (1988) descrevendo-o como duplo sombrio e mortífero do Eu do narcisismo positivo. Para ele, todo investimento no objeto, assim como no Eu, se sustenta também numa base negativa, que visa à regressão do psiquismo a um ponto de zero excitação, que se manifestaria, na clínica, pelo mais completo vazio simbólico.

a negatividade enraizada na vida pulsional como causalidade natural transforma-se, no homem, em relação às exigências libidinais de prolongamento da vida e de investimento no objeto como modo de sobrevivência. O Eu e o outro necessitam ser investidos em favor da manutenção da estabilidade psíquica e da preservação da vida.²

Na elaboração de Micheline Enriquez (2000) é destacado o lugar de fundo ocupado pelo ódio como manifestação do desinvestimento realizado pelas pulsões de morte. Ela define que o ódio,



a busca de sustentação
no analista manifestou-se em pedidos
para falar, estar junto no momento
dos resultados dos exames

como o amor, é primitivo e se manifesta com múltiplos semblantes, envolvendo sofrimento corporal e mental excessivos. Esses, têm como resultado uma força destrutiva que visa a tudo aniquilar. Força destruidora de vínculos e das identificações, fragmenta a imagem do corpo próprio, mata a vida psíquica.

“Por que tanto ódio e sofrimento?” pergunta Micheline.³

Ela buscará resposta nas consequências psíquicas de “experiências traumáticas contínuas”, não reelaboráveis no “momento retrospectivo do traumático”. Supõe, inclusive, alguma coerção corporal que aumentaria a potencialidade persecutória do corpo.

Micheline chamará de uma “*forma particular de resistência à análise*” o fato de esses pacientes não arriscarem nada de emocional e afetivo com o analista, “*mas por trás dessa face lisa escutavam-se também, por eclipses, uma fúria, um desespero e uma violência fantásticos*”.

Não considero que essa seja a total expressão do ocorrido nessa análise. A busca de sustentação no analista manifestou-se em pedidos para falar, estar junto no momento dos resultados dos exames e na confissão de que aquele era o único lugar em que era possível falar. Também permaneceu na análise quando Keiko afirmava não ter mais nada a falar e o analista propos a continuidade.

Poderiam ser pensadas como manifestações de uma forma estranha de transferência?

“A repetição sobre a pessoa do analista desses traumatismos iniciais transforma o campo do tratamento em um campo de batalha, tornando-o um lugar de confronto entre forças contrárias e saturando-o com uma violência extrema, mesmo que contida” afirma Enriquez.

A condução clínica dessas problemáticas se revela muito difícil, pois coloca à prova o saber e o poder do analista.

As dificuldades que as manifestações da destrutividade e da desubjetivação, do ódio projetado ou introjetado; o irrepresentável em suas várias formas apresentam, pressionam os analistas na busca de respostas. Foi nesse esforço que se articulou a reflexão que proponho sobre o relato da situação analítica descrita. A criação de espaço compartilhado entre analistas no qual a possibilidade de imaginar, pensar a própria experiência se amplie, e em que a teorização como possibilidade de descentramento aconteça, são caminhos estimulados pelo sofrimento psíquico do analista. Processo de busca de elaboração para o traumático da experiência do analista.

Referências

- Ambertín M. G. (2006). *Imperativos do supereu: testemunhos clínicos*. São Paulo: Editora Escuta.
- Bolguese M. S. M. (2017). *O tempo e os medos*. São Paulo: Blucher.
- Enriquez M. (1999). *Nas encruzilhadas do ódio: paranoia, masoquismo, apatia*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1856-1939/2010). *Além do Princípio do Prazer*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kristeva J. (1989). *Sol Negro: depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Kristeva J. (1856-1939/2011). *O Eu e o Id*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Penot B. (1992). *Figuras da recusa: alguém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

1 B. Penot, pg.9

2 M.S.Bolguese, pg. 66 e 162

3 M. Enriquez pg.222, 223, 186,



Agradeço, inicialmente, aos editores de “Debates Clínicos” pelo lisonjeiro convite feito a mim para comentar esse caso para a *Percurso*, revista que tenho em alta estima.

Ler este relato clínico me fez pensar nos escritos de Freud, no que esses têm de narrativa ficcional, os quais, com frequência, lemos como casos de um romance, com personagens que nos intrigam e com sintomas que nos são enigmáticos, nos inquietam a mente e nos instigam a querer decifrá-los.

O caráter ficcional dos processos analíticos foi tema amplamente abordado por Fabio Herrmann. A também analista Leda Barone (2013), apoiada em conceitos introduzidos por Herrmann, abre um artigo de sua autoria sobre o tema da escrita clínica como ficção, dizendo:

“Ninguém desconhece que Freud foi um exímio escritor e que em seus históricos clínicos viu-se impelido a contar uma *história do doente*, no lugar de uma *história da doença*, dando início a um novo gênero literário”. Esse é um giro de relevância fundamental que distingue a metapsicologia da medicina tradicional.

Todo caso clínico é um caso de auto ficção. Keiko se apresenta como um caso de suspense, de terror, de mistério, de autocomiseração, de delírio de perseguição, e até de uma certa comicidade.

Assim fui lendo e relendo o caso de Keiko, e a cada leitura encontrava novos elementos, tal qual num conto, quando o relemos.

A captura como leitora/analista, se deu, para mim, logo no início, pela contratransferência que o analista descreve ter vivido, este sim, já capturado na trama transferencial, apreensivo, preocupado com o tom de urgência, transmitido de modo áspero e abrupto. Elementos contraditórios no contato inicial. Evitação em parecer necessitada? Há uma imposição no lugar de um pedido?

Além disso, desperta no analista – e no leitor –, curiosidade a respeito da analista anterior que Keiko alega: *não tinha horário para mim*.

Há uma queixa, um ressentimento subliminar nesta comunicação, e logo notamos o

Keiko se apresenta como um caso de suspense, de terror, de mistério, de autocomiseração, de delírio de perseguição, e até de uma certa comicidade.

cumprimento agressivo dispensado ao analista, agora presente, que lhe estende a mão para recebê-la. Disfarçado de cuidado, Keiko ostensivamente faz o gesto de deixar a mão do analista pendurada no ar; curioso modo de se apresentar, que nos leva a pensar se a analista anterior não teria evitado abrir *em si* um “lugar para ela”, prevenindo ter que entregar-se, como fazemos com nossos pacientes, a encontros difíceis como são os casos dos estados-limite, conceituados e descritos por André Green (2019).

Keiko, que segundo ela, tem nome de *filha abençoada*, vai aos poucos contando que, afinal, não é tão abençoada assim.

A relação *muito distante* com o Japão prenuncia uma relação distante com seu pai, de origem japonesa. Mas, em seguida ficamos sabendo que ela abandonou sua carreira médica para ficar na empresa do pai: distante e próximo, sacrificada. Forte ambivalência à vista.

Os casamentos também foram curtos. São dois, sem frutos. Relações sem intimidade? Sem trocas significativas? Não sobra nada de bom?

O outro que não a acolhe devidamente, que não lhe oferece o espaço que ela deseja, ou merece como filha abençoada.

A voracidade aparece no tom da voz, na maneira de ocupar todo o espaço (que sente que lhe é recusado?), sonora e fisicamente, com seu corpo obeso. O outro não a atende, ou será ela quem vai lhe retirando espaço de existência? Evitando este Outro perturbador, como é todo e qualquer outro em sua existência singular.

Mais uma pergunta à queima roupa: *Você é psiquiatra?...não...* Se diz aliviada pois *não gosto de ser medicada*. O que será ser medicada? Será ficar



*os detalhes desta contaminação,
em seu relato ficcional,
abrem muitos possíveis fios
associativos, mas apenas para
o analista e para nós leitores*

na dependência de outro? Do médico? Do remédio? De algo que o outro tenha e que ela necessite? Curiosamente, mais à frente em seu processo de análise, trará seus próprios remédios, numa demonstração de detentora do poder em tirar sua própria vida, caso assim o queira. O remédio é dela e não do psiquiatra/analista. Mas o analista, dessa vez, se inquieta com a ameaça suicida que paira e retém os medicamentos, num movimento atuado concretamente e não simbolicamente interpretado, como muitas vezes é o caso, no trabalho com esses pacientes-limite.

Keiko vai nos surpreendendo, e imagino eu, surpreendendo seu analista. Conta-lhe, finalmente, o motivo de ter vindo procurar análise: tem certeza de estar contaminada com HIV! Não fez teste, se recusa a fazê-lo, mas mesmo assim tem certeza. A realidade que conta não é a objetiva. A lógica que predomina é a da narrativa fantasiosa a serviço da manutenção do narcisismo negativo, como discutirei mais adiante.

Os detalhes desta contaminação, em seu relato ficcional, abrem muitos possíveis fios associativos, mas apenas para o analista e para nós leitores.

Não para Keiko, em sua narrativa francamente delirante ou com traços de realismo fantástico: encantada por um homem peruano quando de sua viagem a este país e atraída por seus traços fisionômicos que remeteram aos traços da família japonesa paterna, tem com este, relações sexuais muito prazerosas *sem preservativo*.

Poucos dias depois, vê um homem que lhe parece ser o mesmo e então ela decide que sim, é o próprio. Não se aproxima, não verifica, não faz teste de realidade. Constrói uma história

hermeticamente fechada onde finalmente *decreta que ele é gay* e, portanto, lhe transmitiu o HIV, como dois e dois são quatro!

Magda Khouri (2022), em recente trabalho afirma que é por meio do ficcional que a verdade do sujeito se revela. O ficcional é a narrativa que o sujeito relata de si. Pode tanto abrir para o simbólico no trabalho, na transferência, ou então, como no caso de Keiko, ficar colado a uma história, numa repetição paralisante, impeditiva de ampliação e transformação narrativa de si.

A paciente parece não ser capaz de fazer conexões associativas, trazer lembranças, produzir frutos pensáveis que ampliem seu espaço psíquico numa interlocução fecunda com seu analista, nem tampouco aventa questionar suas convicções. Traz, ao contrário, uma espécie de narrativa delirante, convicta, alienada, onde parece buscar um outro – o analista, no caso – somente para prová-lo errado, insuficiente, impotente. Talvez assim evitar a evidência, para si mesma, da potência disruptiva de suas pulsões diante da presença de um outro.

Desta vez, Keiko descuidou-se, permitiu uma penetração. Deixou-se levar pela pulsão, foi penetrada pelo outro, não foi possível manter-se *protegida* tal qual o faz com o analista, a quem é negado qualquer entrada significativa, –tendo sido talvez, podemos conjecturar, a retenção dos medicamentos na ocasião descrita no relato, uma medida drástica do analista a fim de recuperar sua potência nesta dupla, ao menos temporariamente. Suas falas parecem barradas pela “camisinha” mental da paciente, sem efeito transformador. Green, sobre esse tipo de condição mental em Keiko na relação com o analista, afirma: “o pensamento é submetido ao controle que o paciente quer exercer sobre o analista para conjurar os riscos de desorganização e a perturbadora sensação de ser invadido pelas pulsões ou pelo objeto”. (p.33)

Sobre o descuido em deixar-se penetrar, ela logo anuncia o altíssimo custo: “se eu tiver Aids, me mato!”

Sua determinação em manter-se fechada protegida, “com preservativo”, a torna uma vitoriosa

às avessas. É a força do *narcisismo negativo*, de “se eu perder eu ganho”, ou “vou provar que você está errado, ainda que eu me dê mal, pois serei vitoriosa em te provar errado”. E, desta forma, ainda em Green lemos: “quanto mais a pessoa rejeita e destrói aquilo que provém do objeto, mais reforça sua posição. É uma espécie de onipotência negativa” (p. 26, grifo meu). Vivemos isso com certa frequência na clínica atual, em que alguém vem buscar por ajuda, sendo que, paradoxalmente, o que deseja é provar que não há ajuda possível, comprovar a ineficácia, incompetência e impotência do analista, que pode sentir-se narcisicamente ferido, ou frustrado, uma vez que a vitória é alcançada por meio da derrota do analista. Evidente que, em última instância é a derrota também da paciente. Mas que, de forma invertida, significa que, se perder, ganha! Vence a pulsão de morte!

Keiko, é um personagem extraordinário que nos captura na leitura do caso. Me fez pensar em *Seis Personagens à Procura de um Autor*, de Pirandello. Keiko parece buscar para si uma história, um lugar para chamar de seu, no qual se sinta incluída e possa dar vida ao drama de seu mundo interno, tal qual os personagens de Pirandello. E é assim que, logo ao final da primeira sessão, revela o livro que escolhera para lhe representar. De Hervé Guibert, a história do rapaz que secretamente descobre que tem AIDS, e no qual descreve seu intenso sofrimento e a convicção de que sobreviverá. O livro, além de seu conteúdo, traz em seu título o anúncio do enredo transferencial que irá vigorar: “o amigo que não me salvou a vida”!

O título carrega o aviso de que seu destino já está traçado, o analista sairá perdedor neste encontro impedido, encontro sem penetração possível, sem abertura.

Keiko parece estar presa numa repetição permanente dessa sua história, em que o outro é sempre incapaz de ajudá-la, sendo, em sua versão ficcional, responsável por seu sofrimento: sua mãe, seu pai que a invade em seu sonho, seus

maridos, os médicos, o homem peruano, e agora seu analista.

Desafortunadamente está presa nesta roda alienante, sem possibilidade de abertura por meio da qual eventualmente se desse conta de sua implicação nesta repetição circular. Sua determinação em provar-se vitoriosa às custas do fracasso de um outro que interaja com ela lhe custa esse destino trágico, sem saída alternativa a não ser a tragédia da solidão, da falta de um lugar para si.

Ao longo do relato, me perguntava sobre qual teria sido a história pessoal de Keiko para que sua narrativa de vida fosse essa, em que a aproximação de um outro é equivalente a uma ameaça de violação e morte.

Estou de acordo com o analista de que a AIDS é a marca da irrupção do sexual em seu corpo. O erótico se faz presente em valência oposta ao prazer, – o médico picareta, o dermatologista que a faz de prostituta, a relação sexual que lhe contamina com HIV. O sintoma corporal, seja ele real ou fantasiado, expressa aquilo que Keiko não pode pensar, não pode representar de forma simbólica, apenas na concretude do corpo. Mais um traço dos casos-limite: o corpo no lugar do pensamento.

De fato, a tragédia anunciada se confirma: Keiko sobrevive ao HIV que não tem, tal qual o personagem de seu livro desejara. O protagonista do livro morre de Aids, Keiko não. Mas é uma vida-morta.

Desaparece sem deixar rastro, não dá mais notícias. Uma vez mais, dá cabo de uma relação interpessoal, elimina o analista de sua vida, saindo “vitoriosa” nesse seu enredo torto. Desse modo, reafirma para si, sua teoria sobre o outro e sobre si mesma.

Referências

- Barone L.M. Codeço (2013) Narrar a clínica: entre tradição e ruptura, *Jornal de Psicanálise* (online), vol.46, nº 85, pp.119-126. ISSN 0103-5835
- Green A; Urribarri, F. (2019) *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo: diálogos*. São Paulo: Blucher.
- Khoury M. G. (2022) Os girassóis de Van Gogh, *Práticas psicanalíticas na comunidade: relatos em dois atos*. São Paulo: Blucher, p.273-298.

Por uma clínica nos limites

Guilherme Geha dos Santos

Resenha de Camila Junqueira,
Metapsicologia dos limites, São Paulo:
Blucher, 2019, 260 p.

O livro de Junqueira (2019) se insere no terreno da psicanálise dos pacientes-limite, marcada por desenvolvimentos, impasses, fracassos e movimentações metapsicológicas. Justifica-se tal inserção na frequência e gravidade crescentes de manifestações clínicas como adições, doenças psicossomáticas, distúrbios alimentares e certas depressões, as quais não se encaixam nas estruturas nosológicas clássicas. E as exigências dessas manifestações pressionam pelo desenvolvimento metapsicológico.

É neste caminho que se pode pensar em uma metapsicologia dos limites, que trata, de maneira geral, de uma parte da teoria psicanalítica que abarca os limites do psiquismo em sua estruturação e funcionamento; e de uma parte específica: as patologias-limite, em sua etiologia, funcionamento e tratamento. Propõe-se, então, uma articulação de dois modelos fundamentais na psicanálise, o pulsional e o das relações objetais.

A teoria pulsional
e a teoria das relações de objeto.

Considerando aspectos e tensões políticas que marcam o desenvolvimento da psicanálise, assim como sua complexidade, a articulação de dois modelos fundamentais é feita com o cuidado entre uma ortodoxia que afasta expansões e transformações e um pluralismo que se desinteressa pela discussão profunda de diferenças. Entretanto, a articulação encontra exigência e justificativa nas novas manifestações psicológicas e na possibilidade de se pensar o intrapsíquico simultaneamente ao intersubjetivo, o que permite a construção de uma metapsicologia dos limites, que não abrange apenas pacientes-limite, mas estende sua importância também para a clínica como um todo.

Para sustentar a articulação, a autora insere a teoria pulsional por meio do aprofundamento na noção de objeto na teoria freudiana.

O que se afirma é que o objeto está presente desde o início das teorizações de Freud e compõe, assim como a pulsão, algo da constituição do aparelho psíquico na metapsicologia freudiana. No entanto, adverte-se que essa afirmação não corresponde a sustentar que o “outro” está presente nas teorizações do autor desde o início. Trata-se de questões distintas. A leitura que a autora apresenta é a de que “na metapsicologia freudiana, um estímulo endógeno em busca de satisfação não constitui por si só o psiquismo. Esse estímulo necessita, no encontro com o objeto, transformar-se em pulsão e inscrever-se como representação para que o psiquismo advenha”¹.

Do outro lado da articulação, de modo a tratar da teoria das relações de objeto, investiga-se a noção de instinto na teoria winnicottiana, que se refere a forças que participam da integração do Ego, também reforçada pelo cuidado materno. Deste modo, fala-se de dois níveis diferentes: o das necessidades instintivas e o das necessidades do Ego. Contudo, o que chama a atenção é a afirmação de que o nível das necessidades do Ego será anterior ao das necessidades instintuais,

1 C. Junqueira, *Metapsicologia dos limites*, p.66).

visto ser necessária alguma organização do Ego que possa viver os instintos, dando-lhe sentido.

Com base nas investigações acerca das noções de objeto, para Freud, e de instinto, para Winnicott, a autora conclui que assim como o modelo freudiano se mostrou insuficiente, o modelo de Winnicott também não adentrou no campo da relação da importância do ambiente com a relevância dos destinos da pulsão, campo explorado no trabalho de Junqueira (2019) com apoio em Green.

A partir desse último, é possível observar que apesar do interesse de Freud ter expandido para áreas que se aproximavam dos estados-limite, como os limites da representação, não houve aprofundamento no papel do objeto, uma vez que Freud empregava a tentativa de tornar a psicanálise científica.

Por sua vez, Green vai investigar a questão dos limites do Eu em relação ao objeto, oferecendo possíveis soluções a essa área não explorada em profundidade. Neste trabalho, uma solução de Green é apresentada de modo a promover o diálogo entre as teorias pulsional e das relações objetais: a ideia de um par inseparável de pulsão e objeto entendido por meio da afirmação de que a pulsão se torna psíquica no encontro com o objeto, fazendo com que o objeto seja revelador da pulsão. Essa solução permite avançar na articulação das duas teorias, colocando a necessidade de enfatizar ou a pulsão ou o objeto como um falso problema.

A articulação proposta por Junqueira (2019) é a de que Freud e Winnicott estão tratando de dois níveis diferentes de apreensão do *self*. Um que fala da constituição do aparelho psíquico (como exemplo, a diferenciação tópica) e outro que trata do desenvolvimento emocional (da indiferenciação para a diferenciação, por exemplo).

Proposta de reorganização da tópica.²

O diálogo entre as teorias pulsional e das relações de objeto permitiu propor dois níveis diferentes

de apreensão do *self*, os quais, por sua vez, também podem ser articulados.

Essa articulação é feita pela autora por meio de três pontos: *a noção de objeto externo*, o qual satisfaz a pulsão, na teoria freudiana, e satisfaz a ilusão de onipotência, na teoria winnicottiana, (haveria, então, uma relação de coincidência, uma vez que a primeira experiência de satisfação ocorreria junto da experiência de ilusão de criar o objeto que satisfaz); *a noção de representação interna do objeto*, uma vez que ela é tanto apaziguadora da pressão pulsional, quanto da manutenção da sensação de continuidade do Ser; *a relação entre o aparelho psíquico de Freud e o espaço potencial de Winnicott*, visto que, analogamente, oferecem suporte ao sujeito frente à ausência de um objeto externo.

Entretanto, não se busca reduzir um nível a outro. Indica-se o desenvolvimento do aparelho psíquico e do desenvolvimento emocional como dois planos diferentes, que se desenvolvem conjuntamente.

A proposta de dois níveis diferentes de apreensão do *self* receberá subsídios da obra de Green para amparar a reorganização tópica.

A partir deste autor, é possível compreender que o campo transicional mostra como os limites psíquicos são áreas de trocas e transformações, o que implica, então, em discutir também a tópica e a dinâmica. Também há subsídio à reorganização tópica na ideia de processos terciários, os quais colocam em relação os primários aos secundários, um limitando a saturação do outro.

Privilegia-se a noção de Green de estrutura *enquadrante*, como essencial para a metapsicologia dos limites, constituída pelo trabalho do negativo, que se refere à ausência ou lacuna, e pelas funções objetalizante e desobjetalizante.

A estrutura *enquadrante* se refere à internalização da experiência com a mãe de modo a amenizar os efeitos de sua ausência, porém, de uma maneira cuja representação não terá mais seu conteúdo figurável, mas manterá uma moldura onde outras representações podem ser inscritas.

A estrutura *enquadrante* tem uma condição de existência na função objetalizante, a qual fala

da capacidade psíquica de constantemente criar novos objetos de investimento, referindo-se tanto a objetos concretos como atividades da mente como objeto de investimento. Fala-se da criação de um objeto e não apenas da ligação ao objeto. Há, também, a função desobjetalizante, que trata de um desinvestimento, da possibilidade de transformar um objeto investido em um objeto anônimo, sem singularidade. Essas funções se aliam ao trabalho do negativo, o qual contribui na construção de um vazio que será necessário na estrutura *enquadrante*.

Outro subsídio apresentado à reorganização é a noção de terceira tópica. Tratar-se-ia de algo em continuidade às tópicas freudianas, porém, que se coloca anterior à primeira e diz sobre a diferenciação dentro-fora. É uma tópica que pretende abarcar na teoria os efeitos da clivagem e recusa, as quais promovem elementos fora da rede psíquica, e descrever tais elementos como relacionados à constituição do aparelho psíquico em geral, e não apenas em situações patológicas. A clivagem de que se fala aqui não é a de defesa, mas de algo que ocorre por não se formarem associações de objeto, representação de coisa, que permitiriam a entrada da pulsão no psiquismo.

Etiologia e funcionamento das patologias-limite

Há duas descrições nosológicas na obra de Freud que ajudam a pensar a etiologia e o funcionamento das patologias-limite, as neuroses atuais e as neuroses narcísicas. Nas primeiras, não há mediação psíquica na expressão pulsional e os sintomas não apresentam significado simbólico, sua etiologia estaria ligada às situações traumáticas e falhas constitutivas do aparelho psíquico. Por sua vez, as neuroses narcísicas tratam de um ponto de fixação muito precoce, provavelmente

no narcisismo primário, promovendo insuficiência da técnica psicanalítica clássica.

A proposta de Junqueira (2019) é a de que há uma fixação no narcisismo primário nas patologias-limite. Um represamento pulsional, mas não no Ego, como propõe Freud para as neuroses narcísicas, mas no narcisismo primário, no si mesmo, como diz a autora. Uma grande medida de pulsão que não se tornou objetal, ficando fora do psiquismo, mas exercendo pressão de desligamento e sendo percebida como excessiva, desorganizadora e promotora de uma transferência nesses pacientes em que o transferido é o vazio e os ataques ao pensamento e à ligação.

Ampara-se a proposta etiológica acerca das patologias-limite também em Winnicott, uma vez que se retoma a ideia do autor de que no desenvolvimento emocional, a experiência consistente de ilusão permite a desilusão sem perda da sensação de ser. No entanto, a ausência dessa consistência pode promover a perda da sensação de ser quando se encontra com a realidade.

Uma inconsistência no cuidado, prévia à distinção Eu/não Eu, pode promover uma predominância do falso *self*. Nesse ponto, acrescenta-se a ideia de Plot³, de que nos pacientes-limite ocorre uma imprevisibilidade nessa inconsistência, o que promove um falso *self* fragmentado, caótico e diverso.

Desta maneira, pode-se desenvolver a proposta etiológica chegando à ideia de que o represamento pulsional no narcisismo primário ocorre pela ausência de relações de objeto estáveis e confiáveis. Há satisfação libidinal, porém, não há a qualidade de presença nas relações.

No contexto de falhas ambientais e do cuidado materno o “complexo da mãe morta”, de Green, permite aprofundamento. Neste complexo, há uma identificação com o “buraco deixado pelo desinvestimento”⁴, o que mantém uma forma de ligação à mãe, mas a uma mãe morta. Não se fala de uma mãe ausente ou má, mas de um desinvestimento. Há uma impossibilidade de o sujeito viver seus próprios afetos, uma vez que, sem a

2 O esquema gráfico que ilustra a proposta de reorganização da tópica consta ao final deste trabalho.

3 Citado por Junqueira, op. cit., p.165.

4 A. Green, citado por C. Junqueira, op. cit., p.170.

possibilidade de realizar o trabalho do negativo acerca da presença da mãe, não se estabelece estrutura *enquadrante*. Não se vive as próprias pulsões de modo tolerável, o que obstrui o despertar da vida e promove a construção do falso *self*.

A obstrução do despertar da vida e a impossibilidade de viver as próprias pulsões de modo suportável é mais especificamente compreendida a partir de outra contribuição de Green, a posição fóbica central, uma disposição psíquica comum aos pacientes-limite. Nela, o funcionamento fóbico não se refere a um objeto circundado, mas a algo que se instala até no próprio discurso, impedindo desdobramentos, associações e ligações, sendo acompanhado de grande inibição do Eu e isolamento do paciente.

Essas considerações teóricas permitem à autora refletir sobre o trânsito na tópica dos pacientes-limite, chegando à especulação de duas situações diferentes com efeitos semelhantes. Na primeira, a excitação *endossomática* não encontra objeto, não encontrando alívio ou satisfação na realidade e, portanto, não formando representação de objeto, restando a cota de afeto vivida transmitida ao psiquismo e sendo vivida como angústia e impondo evacuação. Neste caminho, não há promoção de constituição do Eu ou outros limites do psiquismo. Na segunda situação, pode-se imaginar a existência de representação do objeto, porém, uma ação de defesa do aparelho psíquico pode expulsar a representação do objeto de seu interior, com uma clivagem. Isso desarticulária a representação trazendo-a a um estado *irrepresentado*, restando no psiquismo as associações de objeto e a cota de afeto que também será vivida como angústia.

Ampliações da clínica

A partir da articulação das teorias pulsional e das relações de objeto, a reorganização da tópica e a compreensão acerca da etiologia e funcionamento das patologias-limite, torna-se possível refletir sobre ampliações necessárias à clínica, uma

vez que a clínica freudiana foi desenvolvida com base no tratamento da neurose, onde há formação suficiente do aparelho psíquico, o que possibilita o trabalho com a transferência. Não é o caso nos pacientes-limite, visto que o aparelho psíquico não é capaz de dar lugar e destino às pulsões, uma vez que o recalque originário é falho e não há consistência na função de paraexcitação que poderia ser obtida através de cadeias simbólicas. Com isso, não há transferência da pulsão por meio de recursos simbólicos, há evacuação no corpo e em atos. Isso exige uma expansão da interpretação, visto que não será possível apenas re-ligar afetos e representações.

Neste sentido, apesar de Freud ter proposto também o conceito de construção, a autora compreende que esse conceito não se afastou muito de sua noção de interpretação, o que é diferente na psicanálise contemporânea. Fala-se tanto da possibilidade de construções de representações, as quais podem enlaçar as pulsões, quanto da construção de espaços e limites psíquicos, os quais podem conter e transformar as pulsões.

A ampliação da noção de interpretação e a possibilidade da construção são amparadas pelo conceito de *holding*, uma vez que, com Winnicott, a interpretação passa a ter uma dimensão criativa, ou seja, passa também a criar sentidos. Algo que se relaciona ao nível tópico, além do dinâmico e econômico, pois promove a constituição de uma tópica psíquica como a da diferenciação de espaços. Desta maneira, a autora sugere que essa consequência tópica também pode ser vista no sentido freudiano, pois “na medida em que sustenta a ausência do objeto, contribui para o surgimento das representações, base da diferenciação Eu/não Eu, da capacidade de adiamento da descarga e do deslocamento da libido, bem como da formação do Ego por meio das identificações”⁵.

A ampliação da clínica proposta pela autora também terá fundamento nas questões do enquadre e do enquadre interno do analista e na transferência sobre o enquadre.

A partir do argumento de que os pacientes-limite colocam sérias questões sobre o enquadre

clássico, é possível introduzir a ideia de que, nestes casos, o estabelecimento do enquadre será mais importante que a interpretação, visto que haverá predominância de evacuações que não incluem o simbólico.

A definição do enquadre permite conhecer as forças que o compõem, no entanto, ao se tratar do irrepresentável, nos pacientes-limite, a possibilidade de definição do enquadre está em questão. Por essa razão, coloca-se como direcionamento a ideia de que o trabalho com esses pacientes será o de internalizar uma experiência, diferentemente de outros casos, onde o trabalho ocorrerá sobre experiências já internalizadas.

Para que esse trabalho seja possível, é necessário compreender o enquadre interno do analista, pois é ele que permite manter viva sua função interpretante, tanto no sentido de re-ligar, quanto de criar sentidos.

Também de modo a poder direcionar o trabalho para a possibilidade de estabelecimento do enquadre, faz-se importante a compreensão acerca da transferência que ocorre sobre o enquadre. As falhas vividas pelo paciente, que, apesar de clivadas, mantêm sua pressão, serão transferidas ao enquadre, algo que torna possível observar um meio de comunicação deste paciente e de instalar uma cena que possa promover a reorganização do funcionamento psíquico.

Adentrando na cena que potencialmente promove reorganização, ter-se-á amparo para aprofundamento nos conceitos de contratransferência, identificação projetiva e *enactment*.

A contratransferência é um conceito que passa por grande desenvolvimento na psicanálise, passando também a ter funções de comunicação. Isso adquire especial importância em casos com predominância de núcleos psicóticos que mostraram a identificação projetiva, que fala de uma defesa primitiva que expulsa aspectos intoleráveis, agindo como forma de controle do objeto, mas que pode ser vista também como forma de comunicação primitiva.

Já o conceito de *enactment* é o que falará mais diretamente sobre uma cena, uma vez que corresponderia a elementos cindidos que são encenados na relação analítica. Tais elementos, enquanto não compreendidos, atuam como obstrução ao processo analítico. Assim como a identificação projetiva, o conceito de *enactment* foi expandido de modo a tratar também de uma forma de comunicação e de uma possibilidade de reorganização do psiquismo.

Desta maneira, a contratransferência trataria do que é despertado no analista pelos conflitos inconscientes do paciente, a identificação projetiva nos aponta para o que é depositado pelo paciente no analista e o *enactment* “seria a tradução desse campo intersubjetivo em uma cena que envolve ações tanto do paciente como do analista”⁶.

Uma clínica com incidências tópicas

O esforço de articular a teoria pulsional e das relações objetais, que permitiu refletir sobre dois níveis de apreensão do *self* e aprofundar na etiologia e funcionamento de pacientes-limite propondo o represamento da libido no narcisismo primário pela ausência de relações de objeto estáveis e confiáveis, junto das considerações sobre a ampliação da clínica em termos da interpretação, do enquadre, enquadre interno, transferência sobre o enquadre, contratransferência, identificação projetiva e *enactment*, dão corpo à proposta da autora de uma clínica psicanalítica que tenha incidências tópicas, além das dimensões dinâmica e econômica.

Trata-se, então, de uma clínica que não se resume ao que há de simbólico, mas que cria o simbólico por meio da relação intersubjetiva entre paciente e analista, uma clínica *per via di porre*, como nos diz a autora.

O que se propõe é que o analista exerça a função de suplência do objeto primário, um analista menos arqueólogo, como em Freud, e mais arquiteto, que pode construir, viver e traduzir junto do paciente, promovendo que a dupla

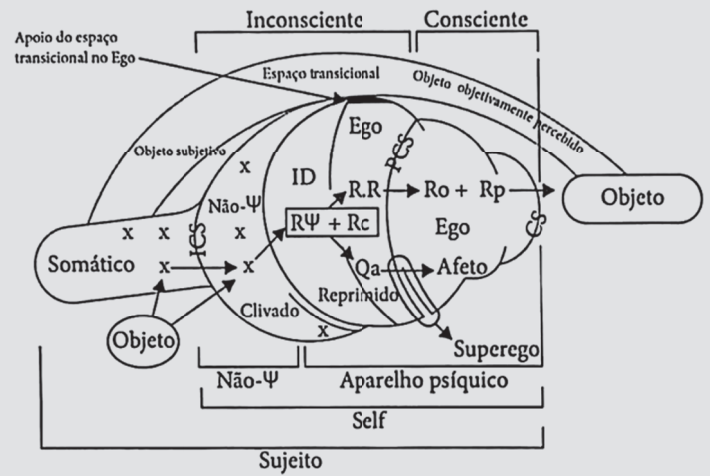
5 C. Junqueira, op. cit., p.193.

6 C. Junqueira, op. cit., p.219.

consiga construir sentido para o que foi vivido como traumático. Há, então, uma dupla função para o analista nesta clínica limite: criar sentido, ao se oferecer como objeto de investimento numa relação intersubjetiva, e investir seu paciente, ao se mostrar vivo e interessado.

O analista, se emprestando como objeto externo no qual a pulsão pode enlaçar-se, mantendo-se vivo como objeto externo que investe e se sintoniza com o ritmo do paciente, na medida necessária para propiciar a experiência de ilusão de onipotência, pode contribuir para a criação de um espessamento do limite entre Eu/não Eu. A relação intersubjetiva cria uma cena simbolizante que permite a elaboração de questões intrapsíquicas⁷.

Figura 1 Esquema gráfico da reorganização da tópica.⁸



- Estrutura enquadrate (todos os limites)
- S Somático
- Não-Ψ Psíquico – 3ª tópica – 1º do duplo limite: Eu/Não-Eu
- X Excitação somática ou estímulo endógeno
- ICS Barreira do inconsciente em relação ao Soma, ou limite somatopsíquico
- PCS Barreira do pré-consciente
- CS Barreira do consciente, função de percepção e de paraexcitação
- RΨ Representante psíquico da pulsão ou da excitação pulsional que parte de x
- Rc Representante de coisa inconsciente que junto a RΨ dá lugar ao R.R. (representante-representação) e ao Qa (quantum de afeto)
- Ro Representante coisa/objeto consciente
- Rp Representante palavra

7 C. Junqueira, op. cit., p.232.

8 C. Junqueira, op. cit., p.149.

Um divã (re)formado

Lísia da Luz Refosco

Resenha de Lucas Krüger, *Por que o divã? Perspectivas de escuta e a poética da psicanálise*, São Paulo: Blucher/Artes & Ecos, 2023, 352 p.

Por que o divã? Perspectivas de escuta e a poética da psicanálise já apresenta em seu título, de forma muito bem condensada, os principais elementos que serão desdobrados pouco a pouco no decorrer de suas páginas.

A obra do psicanalista-poeta Lucas Krüger é um verdadeiro trabalho investigativo. A partir de uma interrogação, vai desenvolvendo toda a sua pesquisa. Para isso, apresenta hipóteses e as deixa flutuar, para que algum leitor possa olhá-las a partir de outro ângulo e, quem sabe, oferecer outras *formas* de escuta e entendimento. Desse modo, sua escrita é generosa e passa longe de ser hermética ou asséptica.

Com o andamento da leitura, é possível observar a construção de seu pensamento e perceber que não se furta, muitas vezes, de colocar em dúvida seus próprios argumentos. Portanto, é um trabalho com o espírito daquilo que talvez seja um dos legados freudianos mais potentes: a capacidade de questionamento e (re)visão. Certezas e dogmatismos, que esterilizam a criação e colocam

a psicanálise numa esfera sacra, não fazem parte da gramática presente na escrita de Krüger.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira, *Perspectivas de escuta*, o autor faz uma compilação das contribuições dos mais proeminentes psicanalistas (e alguns pouco conhecidos) com o objetivo de compreender o quanto diversas e complexas podem ser as *formas* de encarar o divã. Não bastasse isso, também articula o pensamento teórico dos autores com suas maneiras de compreender o divã. Trata-se de um trabalho de construção, uma vez que raramente o divã foi teorizado – Freud, inclusive, reflete sobre seu estatuto apenas no texto *Sobre o início do tratamento*. É, então, a partir de vestígios e rastros que o autor elabora e apresenta as contribuições acerca desse objeto-mobília. Com isso, segue a proposição de Thomas Ogden ao realizar uma leitura criativa, ou poder-se-ia dizer, *criacional*.

Krüger reserva um capítulo específico para alguns psicanalistas, que pela lista extensa não será possível citar por completo aqui. Como exemplo, destaco os capítulos de Ferenczi, Winnicott, Bollas e Ogden – que parecem auxiliá-lo mais fortemente na formulação das ideias que apresentará na segunda parte do livro. Ainda, elabora um capítulo para *outros autores*, no qual ele cita uma vasta gama de referências mais breves quanto ao tema do divã.

As palavras e seus significados são boa parte da matéria-prima do trabalho psicanalítico, sabe-se disso. Porém, espanta que pouco ou quase nada foi dito sobre a própria origem da palavra divã. De acordo com o autor, ela remete à *diwan*, termo de origem persa que designa um *escritor ou escriba*. Com o passar do tempo, seu significado desliza para uma *coletânea ou coleção* de poemas, geralmente de um mesmo autor. Já a vertente árabe de *diwan* alude à ideia de registro, gabinete e administração. Além disso, Krüger expõe a etimologia da palavra a partir da ramificação turco-otomana, que a utiliza para descrever uma *sala de reuniões* do conselho de Estado. E por último, e não menos importante, traz a revelação de que a palavra moderna *aduanas* – repartição

Lísia da Luz Refosco é psicóloga e psicanalista, mestre em Psicologia Clínica (PUCRS) e membro efetiva da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Vice-presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. Organizadora do livro *Interlocuções na fronteira entre psicanálise e arte* (Artes & Ecos, 2017).

que trabalha com a entrada e saída de mercadorias – deriva de *diwan*.

Certamente essa é também uma contribuição interessante da obra de Krüger, que a partir de significados desvelados, vai tecendo outros mais, tomando-os como disparadores para conceber criativamente suas ideias. Nesse ponto, na segunda parte do livro, *A poética da psicanálise*, o autor vai paulatinamente mostrando suas reflexões, numa discussão que une a primeira parte da obra, a etimologia da palavra *divã*, sua experiência clínica e seu trabalho como poeta. Alicerçado no texto freudiano *O poeta e o fantasiar*, introduz o tema do brincar, da infância e da criação, enlaçando-os de modo contudente com o poético e o trabalho psicanalítico. Com isso posto, traz para a discussão um elemento que será central na obra – a nuvem.

Seu interesse pelas formas suspensas no ar é de longa data, incluindo a publicação de um livro de poemas intitulado *Homenagem à nuvem*. Krüger arrisca, então, uma transposição do conceito estético contido em seus versos para a prática psicanalítica, principalmente no que se liga ao *divã/diwan*. Aqueles mais enfronhados no mundo da poesia já conhecem a presença das nuvens na poética de muitos escritores. Ao trabalhar também com essas referências, como por exemplo em Goethe, Mark Strand e Murilo Mendes, vai construindo uma proposta em que concebe o *divã/diwan* e a clínica a partir da metáfora do *estado de nuvem*.

Para Freud, o *divã* seria um remanescente do método hipnótico. Encará-lo sob o prisma da reminiscência – ou seja, de que algo do passado vive no presente ou de que há rastros no atual que dizem respeito a outro momento – é um tema abordado na obra de Krüger. Assim, adentra-se o campo da transferência, claro, mas também da imaginação e dos movimentos internos de regressão, aspectos esses que ganham mais acento na obra. Uma espécie de *divã-veículo* que passeia pelas lembranças e transporta afetos. Num exercício imaginativo, pode-se pensar o *divã/diwan* no formato de um tapete voador, tal qual nas antigas

histórias persas, um tapete mágico que funcionava também como meio de transporte. A lembrança não é por acaso, basta evocar o próprio *divã* do fundador da psicanálise, que era recoberto por tapetes persas.

A metáfora da *nuvem* e a ideia de um *estado de nuvem* utilizadas pelo autor aludem a uma “espécie de modelo clínico de escuta” (p.208) complementar, com o objetivo de pensar novas formas de escuta e de compreender o estatuto do *divã*. Esse *estado de nuvem* é compartilhado e “permeia a atmosfera da sessão” (p.357) como um “espaço terceiro de troca e contato entre a nuvem do analisando e a nuvem do analista” (p.357).

Segundo Krüger, “tomar o que se passa no *divã/diwan* como em *estado de nuvem* permite fluir, como a indicação técnica de Freud” (p.301). Para tanto, trabalha com conceitos fundamentais como: condensação (*Verdichtung*), apresentação (*Darstellung*), roupagem simbólica e regiões psíquicas. A proposta da formação dessas nuvens no psiquismo e na sessão de análise é complexa e o leitor terá que fazer esse percurso atentamente. Contudo, a maneira cuidadosa e benevolente pela qual Krüger mostra suas ideias facilita o percurso, quem sabe até criando algo que se aproxime de um estado de nuvem entre o texto e o leitor na aposta de que desse encontro possam ser produzidas outras perspectivas. Ao se aliar ao pensamento de Bollas, preconiza que as mais diversas teorias psicanalíticas são objetos internos disponíveis para serem acessados no dia a dia da clínica, formando o que seria o *self* teórico-clínico do psicanalista.

É interessante salientar que, ao tratar o tema do *divã*, a obra aborda ainda tensionamentos como: psicanálise e psicoterapia, indicação do *divã* sob o prisma da psicopatologia e formação do analista. Deve-se mencionar ainda que a obra possui limites, como bem explicita Krüger, ao falar de contextos em que o *divã* não está presente. Como se daria o *estado de nuvem* sem a presença concreta do *divã*? Pergunta importante em se tratando de atendimentos *on-line* (há um artigo em que aborda o tema no final do livro),

e principalmente da escuta psicanalítica em espaços outros que não o consultório privado.

Por fim, pode-se dizer que Krüger concebe um divã/*diwan* que é ou representa, de modo condensado, o corpo da mãe (Winnicott), a pele (Didier Anzieu), o sonho (Green) e a privacidade

(Ogden). Um divã-móvel, que, obviamente, além de mobília, é também móvel enquanto adjetivo, propondo movimentação e maleabilidade. Afinal, “o processo de análise visa a criar e re-criar formas... um processo de re-formar a si mesmo” (p. 226); logo, o divã/*diwan* também assim deveria ser.

Cartografia para uma ilha sem fronteiras

Rodrigo Blum

Resenha de Paulo Cesar Endo, *Psicanálise: Confins – Memória, política e sujeitos sem direitos*, São Paulo, Blucher, 2022, 478 p.

E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou quando finalmente se deu por instalado, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da limpeza, Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida, E vieste aqui para me pedires um barco, Sim, vim aqui para pedir-te um barco, E tu quem és, para que eu to dê, E tu quem és, para que não mo dê, Sou o rei desse reino, e os barcos do reino pertencem-me todos, Mais lhes pertencerás tu a eles do que eles a ti, Que queres dizer, perguntou o rei inquieto, Que tu, sem eles, és nada, e que eles, sem ti, poderão sempre navegar, Às minhas ordens, com meus pilotos e os meus marinheiros, Não te peço marinheiros nem piloto, só te peço um barco, E essa ilha desconhecida, se a encontrares, será para mim, A ti, rei, só te interessam as ilhas conhecidas, Também me interessam as desconhecidas quando deixam de o ser, Talvez esta não se deixe de o ser, Então não te dou o barco, Darás.¹

Paulo Endo nos convida a navegar rumo aos confins da Psicanálise. Sentados ao seu lado, em um barco cunhado no seio maciço de um pau-brasil, seremos então conduzidos por rios, mares e oceanos onde pouco a pouco ilhas conhecidas, escondidas ou recusadas serão revisitadas. Ilhas

conhecidas sim! Terrivelmente conhecidas ou se preferirmos, traumáticamente devastadas ou abandonadas. Mas o que será que fará com que nosso barqueiro ao sair a procura de uma ilha desconhecida se encontre com ilhas conhecidas? Ou ainda, será que o rei não estaria certo ao dizer que já não há mais ilhas desconhecidas?

Antes de sairmos em busca dos Confins será necessário nos certificarmos dos instrumentos e fundamentos básicos para tal aventura. Nessa, que será um mergulho pelas profundidades de mares tão densos e complexos, a Psicanálise será a bússola.

Sairemos de um continente onde não somos mais contemporâneos e o tempo não nos aglutina desde que o tempo de morte de uns se tornou o tempo de exultação e júbilo de outros. Continente este onde a ordem dos tempos continua sendo um continente marcado pela herança escravagista, pelas feridas abertas de um bandeirantismo fundamentalista, ou ainda, pela incontinência de um torturador eterno.

Ao longo de toda viagem seguiremos as rotas que Paulo nos apresenta rumo ao descobrimento. Curiosamente, assim como Freud, na busca pelas Índias, encontraremos as Américas. Será no continente sul-americano que o tempo do traumático se fará mais presente e atual. Passar em revista o traumatizado corpo dos colonizados à luz da violência autoritária de seus colonizadores evidencia o mal de séculos de uma prática abusadora. Uma herança transmitida por gerações, enraizada no seio de uma cultura e recusada no campo coletivo e subjetivo. Será, portanto, o leito da repetição e a ilha da denegação, o porto mais inseguro de nossa história. Memória e esquecimento se misturam em um oceano de profundas misérias em que a sociedade, como um corpo, por décadas será traumatizada.

O inconsciente, terceiro e grandioso golpe ao narcisismo do todo poderoso senhor da consciência, nos trará o mais importante norte para essa busca pela ilha desconhecida que a Psicanálise nos oferece: Confins. Será pela delicadeza e sensibilidade da escuta analítica que acompanharemos

Paulo Endo nos meandros de um sujeito atravessado pelas marcas de uma formação sem direitos e por alhures direitos sem sujeitos. Somente uma escuta pautada por uma psicanálise aberta aos confins e aos infinitos modos de subjetivação poderá nos conduzir por mares turbulentos de uma sociedade privatizada, um sujeito imaculado, um futuro sem origem; com a devida acuidade do sinistro.

A dor da vergonha faria existir, então, os que não estão mais aqui, ao mesmo tempo como inscrição psíquica e histórica penosa, fazendo-se marca viva e paradoxal no corpo e no psiquismo dos que sobreviveram. A vergonha, essa marca tão fundamental na constituição de sujeito, será então um último sentimento decorrente da reconstrução de uma ética “forjada das ruínas das experiências liminares, onde quase tudo soçobra no sem sentido e onde todo sentido é absorvido pela pulsão de sobrevivência e os imperativos da necessidade.” (p.148). “Uma ressurgência da ética em meio ao esvaziamento ativo e à nadificação” (p.148), nos diria Paulo Endo em uma passagem importantíssima junto aos Confins do sentimento humano mais terrível chamado tortura.

Vergonha de um congresso que em nome da família, da moral, das crenças religiosas e da política nefasta dos pequenos narcisismos, destampa as vísceras dos tempos autoritários de país sem memória. De um país que ficará exposto ao mais profundo e abjeto poder da perversidade e amargará por anos um estado de opressão. Vergonha confessa, ímpar e que anseia escandalosamente pelo não esquecimento daqueles que não aceitaram, nem por um instante, conviver com o aviltamento imposto. É neste mar sem fim que embarcamos para uma busca incansável da defesa de uma jovem ilha conhecida: a ilha da democracia. Nunca imaginamos que essa tão sonhada conquista, após anos de ditadura civil militar, se mostrasse tão frágil e ameaçada por antigos

piratas. Novamente lançaremos mão do leme que Paulo Endo nos elucida e diz: “Uma ‘imersão completa no passado traumático’ aponta para um processo de retomada do marco zero da significação imposto pelo trauma onde algo permaneceu quieto e escuro. Algo que gera a mais absoluta ignorância e impossibilidade e que, talvez, por isso, insiste em despertar, abrir-se em perspectiva ou arrastar o eu à bancarrota.” (p.56)

É essa a face envergonhada que autoriza e obriga sujeitos a sair das quarentenas para as ruas em defesa do estado de direito e da democracia com um continente institucional. A ilha desconhecida, como disse nosso barqueiro ao rei, não é propriedade do rei, até porque o rei só conhece as ilhas conhecidas, as ilhas desconhecidas são desconhecidas por que são propriedades a serem descobertas. A democracia não pertence ao rei, ao rei só cabe a monarquia; ao tirano, o fascismo, mesmo assim somente quando seus súditos estão aos seus pés; aos sujeitos o direito ao barco da liberdade é inconteste.

A ilha da democracia não é certamente uma ilha desconhecida, mas a defesa permanente dessa jovem conquista não é completamente conhecida. Memória, política e sujeitos sem direitos não passam de frágeis territórios nas mãos perversas do esquecimento, do horror arbitrário dos torturadores, e sobretudo, da ganância predatória dos colonizadores. A ilha desconhecida da democracia só poderá ser preservada pela ilha conhecida de seus sujeitos desconhecidos.

“À Psicanálise cabe uma responsabilidade especial nessa tarefa. O que ouvimos e vemos na clínica cotidiana não é propriamente o evento violento, mas suas repercussões, sequelas e restos. A escuta analítica desvela o que ainda é inaudível aquilo que, muitas vezes, o analisando ainda não pode dizer a si, não pode escutar de si. Uma proibição que envergonha e maltrata o eu e que permanece ferindo e fazendo estragos. Trata-se também de acompanhar a luta de sujeitos na quietude e no isolamento, o esforço de singularização que insiste naqueles que combatem a própria dor; aquela que perdura para além da consciência, para além da vontade, frequentemente no

1 Saramago J. O Conto da Ilha Desconhecida. p.15.

Rodrigo Blum é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso Conflito e Sintoma do ISS.

escuro e no silêncio. Luta singular e solitária que, se não pode ser delegada a ninguém, também não deve ser relegada ao íntimo, ao privado, como lugar secreto onde se escondem as vergonhas. Encontrar essa dupla via singular e coletiva, tem se evidenciado como forma necessária para o ultrapassamento das violações em todos os níveis, a partir de sua afirmação e admissão de sua complexidade. Aprendemos com Blanchot, presente no trabalho psicanalítico com todas as formas do traumático: para aquele que foi atravessado, de algum modo, pela violência, a linguagem se impõe como tarefa.” (p.247)

Psicanálise: Confins é muito mais que uma coletânea de artigos produzidos e publicados por Paulo Endo ao longo dos últimos 10 anos. Como nos adianta o autor em seu prólogo, esse trabalho representa com fidelidade seu mais profundo e verdadeiro compromisso com a psicanálise, seus confins. Ao longo de um percurso primoroso e uma escrita cativante, memória, política e sujeitos sem direitos se encontram com as inúmeras faces de um país traumatizado, com uma clínica contemporânea e delicada, com a liberdade do sonhar e com um projeto de democracia sincero. *Psicanálise: confins* é muito mais que um livro, trata-se de um tratado fiel ao mais elevado grau de uma experiência vivida e transmitida por Paulo Endo ao longo destes inúmeros artigos que compõem a sua obra e, sobretudo, sua pesquisa clínica e acadêmica. Se ao sair com o barco rumo a ilha desconhecida por mares atlânticos, abandonamos o reinado de Portugal, ao final dessa longa e profunda jornada aos confins da psicanálise, sempre guiados por esse barqueiro cuidadoso e corajoso,

chegamos aos sertões inconscientes de um Brasil profundo, retratado assim na imensidão de João Guimarães Rosa em um breve trecho de seu conto *A terceira margem do rio*:

Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez a alguma recomendação. Nossa mãe, a gente achou que ela ia esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, mascou o beijo e bramou: — “Cê vai, ocê fique, você nunca volte!” Nosso pai suspendeu a resposta. Espiou manso para mim, me acenando de vir também, por uns passos. Temi a ira de nossa mãe, mas obedeci, de vez de jeito. O rumo daquilo me animava, chega que um propósito perguntei: — “Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a bênção, com gesto me mandando para trás. Fiz que vim, mas ainda virei, na grota do mato, para saber. Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa. Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.²

O livro pode ser baixado gratuitamente no link: <https://www.blucher.com.br/psicanalise-confins>

Referências

- Rosa J. G. (1994) “A terceira margem do rio”. In: *Ficção completa: volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar
- Saramago J. (1998) *O conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras

2 Rosa J. G. “A terceira margem do rio”. *Ficção completa: volume II*. p. 409-413.

No princípio era a clínica: questões sobre a técnica e a teoria psicanalítica

Marcelo Wanderley Bouwman

Resenha de: Sándor Ferenczi e Otto Rank, *Metas do desenvolvimento da psicanálise: a interação entre teoria e práxis*, São Paulo, Quina Editora, 2022, 121 p.

Numa época em que o movimento psicanalítico, preocupado com normalização, conformismo e pragmatismo, começa a adotar ideais adaptativos contrários ao freudismo original, Ferenczi e Rank (1924) escrevem e publicam esta pequena obra (traduzida como “Metas do desenvolvimento da psicanálise: a interação entre teoria e práxis”) buscando fortalecer uma tradição inventiva e criativa da prática da psicanálise.

O ponto de partida para esse trabalho à quatro mãos é o Congresso Psicanalítico de Berlim realizado em setembro de 1922. O texto escrito conjuntamente por Ferenczi e Rank nos mostra a grande preocupação desses dois colaboradores de Freud com os aspectos terapêuticos da psicanálise, que em nada se aproximavam dos ideais adaptativos que engajavam parte dos psicanalistas da época.

O tema do congresso, definido pelo próprio Freud, era a *Relação entre a técnica analítica e a teoria analítica*. A partir deste grande tema, Freud desejava premiar o melhor trabalho que

investigasse a influência da técnica sobre a teoria, esperava que os analistas pudessem discorrer sobre o modo como a técnica incentivava ou prejudicava a teoria e vice-versa. A ideia inicial de Ferenczi e Rank era de concorrer ao prêmio, no entanto, a obra foi concluída apenas em agosto de 1923, pois eles não conseguiram contemplar a questão central e desistiram de participar do concurso – que também não teve um resultado final.

Na introdução, os autores apontam que um dos objetivos da publicação em conjunto era fazer um contraponto a “uma orientação excessivamente teorizante” do último congresso em Berlim. Com efeito, todo o texto traz a marca da primazia da prática em detrimento da teoria, os autores buscam demonstrar, a todo instante, que a experiência clínica é soberana, e assim, afirmam que “nosso empenho consiste agora em colocar imediatamente o saber adquirido pela psicanálise a serviço da terapia” (p.70). Ou ainda, que “os resultados teóricos já não devem ser aplicados de forma mecânica à técnica na mesma escala; na verdade, é necessária uma constante correção da teoria pelas descobertas realizadas na práxis” (idem).

Ao conceder uma ênfase maior ao ponto de vista prático, ao fator técnico-terapêutico, os autores também pretenderam preencher um espaço deixado por Freud desde os seus escritos técnicos, na primeira metade da década de 10. Em 1924, transcorridos dez anos da publicação do artigo de Freud “Recordar, repetir e elaborar”, era necessário dar destaque ao fenômeno da compulsão à repetição na teoria psicanalítica em resposta aos impasses clínicos das neuroses traumáticas e dar visibilidade ao conceito de pulsão de morte trazido por Freud em “Além do princípio do prazer” (1920), no campo da metapsicologia.

Refletir sobre a interação entre a teoria e a práxis na psicanálise é buscar compreender a relação fértil entre a metapsicologia e a clínica, cujos maiores expoentes e representantes, na época dourada da psicanálise, são, inequivocamente, Freud e Ferenczi. A privilegiada relação entre o fundador da psicanálise e o talentoso clínico húngaro é exemplar e merece aqui um adendo ao

Marcelo Wanderley Bouwman é psicanalista do Círculo Psicanalítico de Pernambuco; médico e chefe do Serviço de Psicossomática e Saúde Mental do Hospital Barão de Lucena; coordenador do Grupo Balint. Preceptor da residência de psiquiatria do Hospital Ulysses Pernambucano (SES-PE), membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi.

contexto histórico do Congresso de Budapeste, em 1918, pois é possível consideramos esse acontecimento um divisor de águas nas contribuições teórico-clínicas desses autores, como veremos.

Freud (1919) escreve um breve e precioso artigo, intitulado “Caminhos da terapia psicanalítica”, apoiando o uso da técnica ativa em alguns casos específicos e anunciando uma *psicoterapia para o povo*, na qual estariam presentes a influência sugestiva e pedagógica, mas cabendo à influência analítica o ouro desse tratamento. Ferenczi apresenta nesse congresso um trabalho sobre “A técnica psicanalítica” falando sobre o uso e o abuso da regra fundamental, sobre a importância do controle da contratransferência, entre outros temas.

A partir desse momento, na virada dos anos 1920, Freud se dedica à reformulação de aspectos importantes da Metapsicologia, enquanto Ferenczi se torna o porta-voz dessas mudanças na clínica e na técnica psicanalítica, como veremos nesta resenha de “Metas do desenvolvimento da psicanálise” (1924). Temos como objetivo enfatizar a atualidade das ideias trazidas no texto, implícita ou explicitamente, ao final, pretendemos mostrar como é impressionante a contemporaneidade dessas ideias praticamente cem anos após a sua publicação.

Introdução

Começamos com a expressiva e certa escolha da epígrafe de Goethe¹, fazendo par com o subtítulo do livro “a interação entre teoria e práxis”. Teorizar é uma atividade complexa, necessária, que muitas vezes desperta receio em nós e podemos, de alguma forma, distorcer a experiência. Portanto, é importante agir com consciência, conhecimento de si, liberdade e com fina ironia para que a teorização não cause danos, para que os frutos da experiência nos tragam vida e utilidade.

Vitalidade e utilidade. Dois elementos fundamentais para a psicanálise contemporânea: o sentimento de vitalidade (e de desvitalização)

da análise, como bem escreveu Thomas Ogden (2013)², e o uso do saber adquirido pela psicanálise a serviço da terapia, ou dito de outra forma, a própria *atividade clínica do pensamento* ou do *pensamento clínico* na sua especificidade observada, por exemplo, por André Green³. Neste sentido, vale a pena citar Thomas Ogden (2013) em sua reflexão sobre os objetivos da análise:

Acredito que cada forma de psicopatologia represente um tipo específico de limitação da capacidade pessoal de estar plenamente vivo enquanto ser humano. Desse ponto de vista, o objetivo da análise vai muito além da resolução de conflitos intrapsíquicos inconscientes, da diminuição da sintomatologia, do aumento do sentimento de competência pessoal. Ainda que se sentir vivo esteja intimamente entremeado com cada uma das capacidades acima mencionadas, acredito que a experiência de se sentir vivo é uma capacidade superior às outras e deve ser considerada como um aspecto da experiência analítica em si mesma (Ogden, 2013, p.39-40).

Esse é o ponto central do texto escrito por Ferenczi e Rank, como tornar a experiência analítica o motor de nossa teorização? Ou como disse Goethe (em uma frase bastante apreciada por Freud): “Cinzenta, caro amigo, é toda teoria e, verdejante e dourada, é a árvore da vida”⁴. Como trazer essa vitalidade ao setting clínico? Como manter o desenvolvimento da teoria psicanalítica sem perder seu propósito investigativo num contexto cada vez mais pragmático?

Ferenczi e Rank, antes de lançarem o olhar para o futuro, retomam o desenvolvimento do método psicanalítico das três primeiras décadas e apontam para a transformação do mero procedimento método-terapêutico, “que se destinava ao tratamento de determinadas perturbações neuróticas, em uma abrangente construção teórico-científica que se ampliou de modo gradual, mas constante, e que parece abrir caminho para uma nova concepção de mundo” (p.15).

Concepção muito semelhante à descrita por Freud em “Dois verbetes de enciclopédia”, publicado em 1923, em que define a psicanálise como

sendo simultaneamente um método, um tratamento, um sistema científico e uma concepção de mundo. Ferenczi e Rank tomam a mesma direção que Freud, no sentido de que antes de uma teoria, a psicanálise seria, acima de tudo, um método de investigação do inconsciente. Esse tema é bem explorado na sessão IV do livro, intitulada “Sobre a interação da teoria e da prática”:

O analista que se ocupa com a teoria corre sempre o risco de explorar uma afirmação recente em benefício do argumento que ele quer comprovar, mas imagina que está favorecendo o processo de cura de uma neurose. Podemos de fato encontrar confirmações importantes para certas teorias, mas isso dificilmente poderia favorecer o andamento da cura, se tomarmos em consideração o vasto dinamismo da vida anímica. As curas obtidas com o auxílio de um saber limitado não podem ser equiparadas àquelas que derivam de uma compreensão profunda, mesmo as alcançadas em um ritmo mais lento (p.59).

O trecho selecionado demonstra a profundidade e o alcance dos autores, o senso crítico e autocrítico deles perante a prática psicanalítica, a sutil diferença entre a vinculação das tarefas de curar e de investigar versus a confusão e a mistura dessas tarefas; é preciso reconhecê-las e separá-las para melhor avaliar o tratamento e a pesquisa, a travessia singular de uma análise e o saber adquirido e acumulado ao longo do processo.

É preciso cautela na avaliação e julgamento do método psicanalítico. “As curas exitosas são possíveis com toda e qualquer ação psicoterapêutica, mas não depõem nem contra e nem a favor do método empregado quando

não se conhece os processos a serem examinados” (p.66). Os autores defendem a *essência genuína do método psicanalítico* e, neste ponto, se colocam junto aos psicanalistas contemporâneos, que ora estão lutando pela preservação da psicanálise em meio a um mundo cada vez mais pragmático e comportamentalista, ora estão afirmando os fundamentos da prática e da ética da psicanálise em face a uma nova corrente de banalização e vulgarização dos seus conceitos e princípios.

Repetição ou rememoração?

No sentido da técnica analítica, o que estava em jogo de mais importante neste precioso livro de Ferenczi e Rank (1924) era a reflexão sobre o tema da compulsão à repetição. Freud vinha tratando teoricamente desta questão desde o seu trabalho sobre o funcionamento psíquico em “Além do princípio do prazer” (1920) e tinha apresentado a sua segunda tópica recentemente em “O Eu e o Id” (1923), levando em consideração a sua nova teoria pulsional.

Ferenczi e Rank (1924) se dão como tarefa estabelecer uma coerência, no que diz respeito à técnica psicanalítica, entre os artigos “Recordar, repetir e elaborar” (1914) e “Além do princípio do prazer” (1920). Se para Freud o objetivo último da psicanálise é a rememoração, apontado no texto de 1914, já para Ferenczi e Rank, na técnica psicanalítica, o que traria o analista efetivamente mais próximo do cerne inconsciente do paciente era a repetição, e não a rememoração. Tal modificação no método clínico é explicitada logo na introdução do livro:

Primeiramente é preciso retomar a última contribuição freudiana sobre ‘Recordar, repetir e elaborar’ (1914), que atribui um valor desigual aos três fatores mencionados. O recordar é apresentado como a meta verdadeira do analista, enquanto a vontade de reviver alguma coisa em vez de recordá-la é considerada como um sintoma da resistência, e assim recomenda-se que ela seja evitada. Pela perspectiva da compulsão à repetição, no entanto, além

1 “...Observar meramente alguma coisa não pode nos mover. Todo ver deságua em um observar, todo observar em um sentir, todo sentir em um correlacionar, e assim podemos afirmar que a cada olhar atento dirigido ao mundo já teorizamos. Mas para fazê-lo e empreendê-lo com consciência, conhecimento de si, liberdade e, para empregar um termo ousado, com ironia, é necessária essa aptidão para que a abstração, que nos desperta receio, não seja danosa e o resultado que aguardamos na experiência possa ser vivo e útil”. (pg.13)

2 T. Ogden. (2013). *Reverie e interpretação*. São Paulo: Escuta.

3 A. Green. (2023). *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo*. São Paulo: Blucher.

4 J. Goethe. (2000, 1ª ed. em 1828): *Faust I*. Stuttgart

de ser absolutamente inevitável que o paciente repita passagens inteiras de seu desenvolvimento durante o tratamento, a experiência também mostrou que estas são precisamente aquelas passagens que não estão ao alcance da recordação, de tal maneira que não resta ao paciente outro caminho a não ser reproduzi-la, como também não existe para o analista um outro caminho que lhe permita acessar o material inconsciente genuíno (p.17).

Esse primeiro parágrafo citado revela uma nova maneira de interpretar a repetição. Não mais como *um sintoma da resistência* a ser evitada, mas como algo da ordem do *absolutamente inevitável* que precisa ser enfrentado e considerado na situação analítica como *o material inconsciente genuíno*. É no parágrafo seguinte que os autores justificam a modificação na técnica que fundamenta a ideia de *atividade*, e que coloca no centro a questão dos afetos na situação analítica. O incentivo à repetição terminaria por provocar no paciente novas memórias no lugar dos complexos patológicos que foram subtraídos do restante do conteúdo psíquico. Reavivados e traduzidos em lembranças, tais processos se tornam conscientes durante a experiência de análise:

A necessidade prática que nasce com essa compreensão consistia não apenas em deixar de inibir as tendências à repetição na análise como a incentivá-las, partindo da premissa de que se sabe como dominá-la, pois do contrário simplesmente não é possível trazer à tona o material decisivo para que ele se manifeste e encontre uma resolução; por outro lado, certas resistências – que provavelmente possuem fundamento biológico – opunham-se com frequência à compulsão à repetição, sobretudo sentimentos de culpa e angústia que só poderiam ser vencidos por meio de uma intervenção ativa, compreendida como um incentivo à repetição. Passamos assim a atribuir o protagonismo na técnica analítica não mais à recordação, e sim à repetição. Mas não se deve compreender isso como uma mera dissolução dos afetos em “vivências”, e sim como algo que consiste em uma admissão e dissolução gradual, como explicaremos mais adiante, ou seja, na transformação do conteúdo reproduzido em lembrança atual (p.18).

A constatação de Ferenczi e Rank era a de que, com o tempo, a psicanálise tornara-se um processo exageradamente intelectualizado. Era necessário retomar e ressaltar os aspectos emocionais da experiência analítica. Nesse sentido, os autores revisitam a catarse de Freud e Breuer, ressignificando o valor da ab-reação dos afetos na situação analítica. Para eles, em contraponto às ab-reações tempestuosas da catarse, o percurso do afeto da situação analítica, que avança de um modo gradual, poderia ser designado como uma *catarse fracionada*. Para que os afetos passem a ter eficácia, é necessário que eles sejam renovados, ou então tornados presentes. Pois, para os autores, “aquilo que não nos afeta no presente de uma maneira imediata, ou então real, não terá eficácia em termos psíquicos” (p.52).

O analista deve sempre presumir a multiplicidade temporal de praticamente todas as manifestações do paciente, mas deve voltar sua atenção principalmente para a reação presente. A partir dessa perspectiva ele encontrará condições para desvendar, no passado, as raízes da reação atual, ou seja, transformar em lembrança a tendência do paciente à repetição. Ele não deve importar-se muito com o futuro. Essa preocupação pode ser assumida pela própria pessoa do paciente, quando ela estiver devidamente esclarecida a respeito de suas tendências anímicas atuais ou pregressas.

Questões sobre a técnica

Outros aspectos técnicos da psicanálise são submetidos a uma crítica nesta obra, em especial as dificuldades surgidas de um saber excessivo do analista. O fanatismo da interpretação e a análise focada demasiadamente nos sintomas e nos complexos são vistos como empecilhos ao amplo conhecimento dos aspectos inconscientes do paciente. Os autores afirmam que:

[...] a tarefa genuína da análise era por vezes esquecida em meio à busca pelos elementos que construíam a teoria

sexual” (p.49). Ou ainda: “a análise de complexo leva com facilidade o paciente a querer agradecer o analista, fazendo com que ele gentilmente lhe transmita vastos ‘materiais de complexos’ e não ofereça seus verdadeiros segredos inconscientes” (p.47).

Os autores destacam que os erros técnicos se produzem precisamente a propósito das manifestações da transferência e da resistência, apontando como causa provável um fator subjetivo do analista relacionado ao seu narcisismo. Destacam, nesse sentido, uma espécie de *contratransferência narcísica* que levaria os analisandos a realçar as coisas que lisonjeiam o seu analista e, por outro lado, a reprimir os comentários e as associações pouco favoráveis que lhe dizem respeito.

Assim, essas duas atitudes do paciente podem representar melhoras cujo único objetivo é seduzir o analista, obtendo em troca a sua *simpatia libidinal*, ou podem desviar o analista de sua tarefa de descobrir os sinais de crítica, já fracos e em geral tímidos, que impedem o paciente de exprimir-se ou de ab-reagir abertamente.

Nesse momento, os autores destacam a importância da autocrítica do analista, de um certo esforço de superação de sua parte. Sem essa autocrítica e sem esse esforço, talvez não sejam vencidas a angústia e a consciência culpada do paciente, os elementos afetivos que representam os fatores essenciais da instauração e da manutenção do recalque.

Sem dúvida, essa questão do narcisismo do analista é extremamente contemporânea e nos faz pensar no uso defensivo da técnica, o que Ferenczi veio a nomear nos seus últimos artigos como a *hipocrisia profissional do analista*. A este propósito cabe mencionar o modo como os autores abordam uma outra regra importante da técnica psicanalítica que concerne à relação pessoal entre médico e paciente: “A norma de evitar qualquer contato pessoal fora da análise, que é ditada pela teoria, muitas vezes produz na própria análise um afastamento antinatural de todo o contato humano e restaura uma teorização da vivência analítica” (p.55).

Futuro da psicanálise

Na última seção do livro, intitulada “Horizontes”, os autores se permitem realizar um prognóstico sobre o futuro da psicanálise a partir daquele presente imediato. Nessa visão de futuro, um ponto que não poderia ser deixado de lado pelo especial destaque dado pelos autores é o relacionado ao contato do pensamento médico com o conhecimento psicanalítico. Aqui a interação entre teoria e práxis ganha uma nova dialética: ciência e arte.

Por um lado, “o verdadeiro praticante da psicanálise sempre foi e sempre será essencialmente um artesão”; por outro, “o analista tem condições de determinar o momento, o modo e o alcance de sua intervenção através da conexão correta entre o seu saber e os dados individuais fornecidos pelo paciente” (p.79).

Ferenczi e Rank acreditavam que num futuro próximo haveria uma simplificação da técnica psicanalítica que promoveria a aquisição do conhecimento psicanalítico pelos médicos em geral. Nesse cenário, a duração e a forma do tratamento se transformariam radicalmente, pois seriam, possivelmente, mais curtas e mais simplificadas.

Sobre as intervenções médicas cada vez mais orientadas e eficientes, pois estariam baseadas no conhecimento psicanalítico, os autores afirmam que o saber psicanalítico poderia ser um ponto nodal na formação dos médicos:

A figura do médico de família, amigo e conselheiro de todos, resgataria o seu antigo papel em um sentido bem mais profundo. [...]. Seu papel como conselheiro não ficaria restrito ao corporal e concederia a atenção apropriada a praticamente todos os fatores psíquicos relevantes, bem como à interação entre o físico e o psíquico. Partindo da família, esse médico da alma exerceria naturalmente uma forte influência sobre a sociedade, sobre seus costumes e formações e contribuiria indiretamente para o aprimoramento da educação e também para a profilaxia das neuroses (p.80).

Tal previsão parece não ter se realizado, embora conseguimos vislumbrar avanços consideráveis

no terreno da psicossomática, na fronteira da medicina com a psicanálise (pela experiência dos Grupos Balint, por exemplo) mas o tecnicismo ainda reina na formação dos médicos e o resgate de um humanismo redentor é uma necessidade imperiosa em um contexto de crescente mercantilização dos cuidados com a saúde. É surpreendente testemunhar o descompasso entre o avanço técnico-científico e o desenvolvimento ético da

humanidade, tão longe daquilo que vislumbravam Ferenczi e Rank.

Referências

- Dean-Gomes G. (2019). *Budapeste, Viena e Wiesbaden: o percurso do pensamento clínico-teórico de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Blücher.
- Ogden T. (2013). *Reverie e interpretação: captando algo humano*. São Paulo: Escuta.
- Pinheiro T. (2016). *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Roudinesco E. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

O mal-estar na constituição do sujeito

Anna Silvia Rosal de Rosal

Resenha de Sérgio Telles, *Visita às casas de Freud e outras viagens*. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2023, 230 p.

Diante das várias possibilidades, optei por apresentar o psicanalista e escritor Sérgio Telles como um viajante inquieto e atento às produções culturais que revelam o sujeito do inconsciente. Em *Visita às casas de Freud e outras viagens*, agora reeditado em segunda edição, munido de ampla cultura geral e de escuta sensível, Sérgio Telles transita por variados campos artísticos a fim de erigir o pano de fundo que emoldura seu pensamento. O livro foi elaborado a partir de sólido arcabouço cultural e de perspicaz escuta psicanalítica. O autor, ao refletir acerca de obras literárias, fotográficas e do trabalho de importantes pintores, instituiu um rico diálogo entre o sujeito e a cultura.

Na literatura, Telles recorreu a Guimarães Rosa, Anton Tchekhov, Machado de Assis, Guy Debord, Lewis Carroll, Paul e Jane Bowles, para citar apenas alguns. A interlocução estabelecida com os textos desses escritores permitiu observar a influência recíproca entre cultura e subjetividade.

Na pintura, Vincent Van Gogh e Edvard Munch contribuíram para reflexões acerca do humano, ou melhor, do *demasiadamente humano*¹.

Entre os temas desenvolvidos observamos reflexões sobre os sonhos, a morte, a representação da mulher e contratransferência negativa, por exemplo.

Na fotografia, os corpos nus registrados por Spencer Tunick levaram Telles a mostrar que, na era do consumo, o valor da arte pode ser distorcido a ponto de resvalar na vulgarização. Esse descompasso seria um tipo de mal-estar contemporâneo?

A psicanálise é o fio condutor que engendra uma trama composta por 19 ensaios, distribuídos em 230 páginas. Para tanto, Telles recorreu a alguns dos chamados textos culturais de Sigmund Freud, dentre os quais, *O mal-estar na cultura*, publicado em 1930, é referência central. Aliás, tal texto é muito pertinente para se pensar acerca das variadas formas pelas quais o mal-estar aparece na história. Por isso, permanece atual. De acordo com Safatle (2020, s/n) “sem a categoria do mal-estar não é possível pensar os destinos do sujeito na atualidade.”

A agudeza do pensamento de Telles imprimiu clareza e profundidade à sua escrita. Neste sentido, o modo como apresenta os variados comportamentos e afetos, à luz do pensamento freudiano, evidencia o mal-estar em variados contextos. *Visita às casas de Freud e outras viagens* denota o quanto um psicanalista dotado de ampla cultura geral pode chegar a lugares que somente seriam visitados a partir dessa constituição. Logo, a formação cultural do analista se mostra tão importante para a escuta do inconsciente quanto são indispensáveis os suportes teóricos que sustentam sua práxis (MACEDO; FALCÃO, 2005).

Inicialmente, ao destacar a cultura geral do autor de *Visita às casas de Freud e outras viagens*, pensava em cultura enquanto instrução, saberes acumulados, *atividade e desenvolvimento intelectuais* – tal como define o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. À medida que o texto se desenvolve, dou-me conta da intrínseca relação com outra acepção do termo: refiro-me à cultura enquanto um quadro de valores e referências compartilhados em determinada época da história, composto por um conjunto de crenças de

¹ Claramente, faço uma referência à obra do filósofo Friedrich Nietzsche intitulada *Humano, demasiadamente humano*, publicada em 1878.

Anna Silvia Rosal de Rosal é psicóloga com formação em psicanálise, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

caráter dinâmico, que é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia o comportamento de um povo ou grupo. Ou ainda, um sistema cultural constituído de um idioma, modos de realizar tarefas, um sistema de parentalidade, culinária, artes e formas de cuidado. Tal como afirmam Borges, Peirano e Moro (2018, p. 155): “todos esses elementos dispersos são estruturados de maneira coerente por representações culturais, que não as interfaces entre o dentro e o fora [...]”. Ambos os significados se complementam a ponto de atingirem a indissolubilidade. Portanto, não somente a presença da cultura é importante na psicanálise como também o método psicanalítico se revelou indispensável à compreensão dos fenômenos culturais, sob suas variadas nuances.²

Até este momento, fiz uma visita panorâmica, uma espécie de sobrevoo pelo livro de Telles. Talvez fosse mais honesto com o autor realizar um voo rasante, profundo. Mas adiantaria me aproximar da vasta amplitude de temas e contextos descritos se parte da riqueza de sentidos será descoberta por meio da subjetividade de cada leitor? Sendo tarefa impossível, escolhi um texto para demonstrar o quão instigante é o roteiro de viagem que Telles nos apresenta em sua obra.

O texto que abre o livro foi intitulado *O nome de Vincent Van Gogh: algumas especulações sobre o desejo da mãe e o suicídio*. Nele, Telles aponta, ao longo da vida de Van Gogh (1853-1890), a alternância entre criatividade e agressividade, remanso e redemoinho. Em sua breve trajetória, o pintor produziu, aproximadamente, 900 telas a óleo. Em consonância com seu mundo interno, optou por cores dramáticas e intensas para registrar suas criações. O talentoso artista criou também muitos desenhos, atividade esta que iniciou na infância. Por sua vez, as manifestações de agressividade – dirigidas a si mesmo – o levaram tanto a mutilar a própria orelha quanto a algumas internações e a três tentativas de suicídio. Aos 37 anos de idade, o suicídio foi efetivamente consumado.

O suicídio é o desfecho de uma sucessão de dores e desencontros que em dado momento se tornam intoleráveis. Na realidade histórica de

Van Gogh, o que teria corroborado para seu trágico destino? Telles, ao dirigir sua atenção para a história do pintor, amarra alguns pontos dessa experiência com uma habilidade que se observa em experientes tecelões que engendram os fios de uma trama. Assim, associa o trágico desfecho da vida do artista ao aprisionamento, à herança psíquica que recebeu de sua mãe. De acordo com Freud (1914/1988), o nascimento de um filho reaviva o narcisismo dos pais. Comumente, esses tendem a atribuir ao herdeiro características supervalorizadas ao mesmo tempo em que esperam que seus desejos e aspirações frustrados sejam realizados pela nova geração. Mandelbaum (2007) advoga que “o que urge transmitir é da ordem do traumático, do que foi excessivo, com a esperança de que as gerações seguintes possam transformar em linguagem simbólica, em representações passíveis de serem pensadas.”

Neste sentido, a herança psíquica transmitida a Van Gogh ao que tudo indica teve relação com o investimento narcísico de uma mãe que tentava negar a morte de um outro filho. Em função disso, ela atribuiu ao pintor a missão de sustentar a presença do irmão morto – algo da ordem do impossível. Telles ressalta que a principal implicação dessa herança foi o intenso conflito identitário que acompanhou o artista por longos anos. Pois, ao ser colocado no lugar de um outro, o espaço para a construção de sua subjetividade foi invadido pela representação de um fantasma (ABRAHAM; TOROK, 1995).

Nessa direção, Faimberg (2001) entende que, na transmissão psíquica, o interjogo estabelecido entre o narcisismo dos pais (no caso em questão, da mãe) e o espaço psíquico do filho se dá em dois contextos. Quando o amor narcísico é transmitido, instala-se uma função de apropriação; no entanto, quando o investimento narcísico está apoiado no ódio, prevalece a função de intrusão. Ambas as formas são características da regulação narcísica de objeto e configuram um regime narcísico da ordem da apropriação/intrusão. Van Gogh não conseguiu rejeitar a mal-dita herança psíquica, tendo, portanto, que lidar

constantemente com o sofrimento produzido por esse desencontro. Por fim, sustentado na fantasia de liquidar aquele sofrimento, recorreu ao suicídio.

Contudo, é no texto que inspirou o nome do livro que Telles faz sua mais profunda viagem. As visitas às casas de Freud, em Viena e em Londres, o levaram também a visitar seu mundo interno com importante intensidade. Em suas palavras, ver o modesto apartamento em que Freud viveu revelou-o de um modo inédito.

Fez aparecer em sua inteireza singular de sujeito, o que – de alguma forma – desfazia a identificação imaginária que o analista mantivera com ele, pois ele próprio – o analista – se sentia devolvido a si mesmo, à sua própria inteireza, à sua própria identidade.

Assim, o choque provocado entre as idealizações em torno do pai da psicanálise e a realidade externa chacoalharam um cenário alimentado ao longo de anos. A dissonância entre as casas em que o pai da psicanálise viveu e o Olimpo no qual Telles o abrigou produziu uma experiência tão intensa que lhe evocou as mais primitivas reações. Afinal, o fundador da linhagem psicanalítica é, em alguma medida, a base a partir da qual os psicanalistas forjam sua identidade profissional.

Telles pôde recorrer a um recurso que infelizmente não estava disponível a Van Gogh. A autoanálise feita *in loco* permitiu ao autor encontrar um destino vivo e autêntico para a “desidealização” do grande pai. Dissolver mecanismos psíquicos abre espaço para refundar o sujeito. Ao passo que confundir o aparelho de pensar com a impossibilidade de elaborar a história pessoal pode levar a destruição da própria existência.

Referências

- Abraham, N.; Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Borges, T. W.; Peirano, C.; Moro, R. M. (2018). “A clínica transcultural: cuidando da parentalidade no exílio”. *Estud. psicol.* Campinas, v. 35, n. 2, p. 149-158. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/estpsi/v35n2/0103-166X-estpsi-35-2-0149.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.
- Faimberg, H. (2001). “A telescopagem das gerações a propósito da genealogia de certas identificações”. In: ΚΑΪΣ, R. et al. (org.) *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud, S. (1914/1988). “Sobre o narcisismo: uma introdução”. In: FREUD, S. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Tradução Jayme Salomão. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago.
- Kaes, R. (2010). “Comment penser le transculturel aujourd’hui?” *Revista Plexus*, n. 2. Disponível em: www.revistaplexus.eu/index.php/plexus/article/view/158. Acesso em: 05 maio 2023.
- Macedo, M. M. K.; Falcão, C.N.B. “A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta”. *Psychê*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 65-76, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006. Acesso em: 20 ago. 2023.
- Safatle, V. (2020). “Orelha da contracapa”. In: *O mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica.

2 Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Disponível em: <https://sinapsys.news/sbpsp-abre-inscricoes-para-o-curso-de-psicanalise-clinica-e-cultura>. Acesso em: 20 ago 2023.

As novas normas do anormal

Mariana Toledo

Resenha de Dailza Pineda e Luís Fernando de Oliveira Saraiva (org.), *Clínica e (a) normalidade: interpelações pandêmicas*, São Paulo, Blucher, 2022, 260 p.

A pandemia da covid-19, que nos tomou de assalto e virou o planeta do avesso em todos os aspectos, surgiu, de início, como uma ameaça distante, de terras longínquas, mas logo foi se aproximando mais e mais de solo verde e amarelo, tendo seu ponto de virada no fatídico 11 de março de 2020, quando a pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (oms).

Profissionais *psi* de todo o país se depararam com uma situação inédita para sua geração: a calamidade que os atravessava, com enorme potencial traumático, também os demandava profundamente em sua prática, seja ela da clínica individual ou ampliada. Muitos paradigmas – sobretudo do atendimento clínico, mas não só – foram questionados, ou inevitavelmente rompidos, com o advento do cenário pandêmico. Não havia como ser diferente.

É dessa pluralidade de complexas experiências de uma catástrofe comum que *Clínica e (a)normalidade: interpelações pandêmicas*, organizado por Dailza Pineda e Luís Fernando de Oliveira Saraiva, pretende tratar. Através de vozes também plurais que, a cada capítulo, tecem uma dialética própria, sendo a obra encabeçada por autores que atuam a partir de diferentes perspectivas do guarda-chuva *psi*. Ao contrário do que possa parecer, o resultado

não é dissonante: as lacunas deixadas pelas interpelações de um autor ou autora são preenchidas por outro de forma a instigar uma reflexão multifacetada, em uma complementaridade não intencional – mas, supõe-se, cuidadosamente curada pelos organizadores – que torna o debate rico e proporciona ao leitor um amplo prisma sob o qual poderá refletir e elaborar suas próprias questões e inquietações decorrentes do cenário atual.

A leitura se inaugura com uma apresentação dos organizadores com um título provocador: “Que isto não passe” (p.8). Nela, sublinham os efeitos psíquicos generalizados da crise pandêmica, bem como a necessidade de articulá-los “a contextos e realidades regionais, sociais, políticas e econômicas distintas” (p. 8), dando notícias do desafio a que se propõe o conjunto de ensaios que compõem o livro, cujos objetivos norteadores incluem “produzir encontros para que pudéssemos criar sentidos e narrativas para o que vínhamos (e continuamos) vivendo, pessoal e profissionalmente” (p. 10) e “analisar os desafios na construção de cuidados em saúde mental adequados à realidade brasileira” (p. 11) – realidade esta, que, bem sabemos, foi atropelada por um contexto sociopolítico que colocou o Brasil entre os países com o maior número de mortes por covid-19 no mundo.

Daniel Kupermann nos lembra a dimensão ambivalente das catástrofes, mais precisamente aquela ancorada na teoria do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi – contemporâneo de Freud e, na definição do próprio Kupermann¹, um de seus maiores interlocutores. Tal ambivalência diria respeito ao paradoxo destruição/criação promovido pelas catástrofes, eventos que exigem “de um lado renúncia, de outro, adaptação”²:

A adaptação é [...] paradoxalmente, conservadora e criadora, regressiva e progressiva, o que torna a catástrofe um evento traumático desestruturante e, ao mesmo tempo, estruturante, no sentido da constituição de novas modalidades de satisfação libidinal e de fruição da vida.

É para esta potencialidade advinda da destruição que o título da apresentação do livro parece

apontar na esperança de contribuir numa busca por adaptações e criações possíveis no mundo pós-pandêmico.

As deliciosas “Crônicas de uma pandemia anunciada”, de Renato Tardivo, captam a essência da transformação que atravessou a nossa percepção da temporalidade e dos encontros nos momentos iniciais da pandemia, em particular durante a fase mais perturbadora do *lockdown*. Com uma convidativa narrativa em primeira pessoa, o autor nos leva a uma imersão em sua experiência pessoal com diferentes recortes temporais da pandemia. Experiência com a qual tantos de nós conseguimos nos identificar, e, ao mesmo tempo, cujas particularidades são capazes de despertar estranhamento em quem viveu esse acontecimento coletivo de forma drasticamente diferente. Destaca os paradoxos do primeiro choque ao constatar(mos) a materialidade do vírus. Quando o isolamento é decretado, tornamo-nos, em um só tempo ultraproductivos e ultra-ansiosos, em uma espécie de euforia apavorada, um desamparo esperançoso. Às crônicas, seguem-se as interpelações de Tardivo com relação ao futuro (e presente) da prática clínica após a quebra de paradigmas despertada pela pandemia. Seja por identificação ou estranhamento, o leitor não sai imune de um frutífero estado reflexivo provocado pela escrita potente de Tardivo.

Luiz Fuganti dá sequência às reflexões sobre os efeitos intrapsíquicos dessas transformações a partir da perspectiva inusitada da criança – evocando o devir-criança deleuziano. Propõe uma subversão do olhar temeroso à morte e da inquietude adulta diante do ócio. Fica, ao leitor, o desassossego: diante do cenário semiapocalíptico, conseguiremos apostar na beleza do ócio?

Conseguiremos redirecionar nossas pulsões de forma a tirar proveito meditativo do recolhimento? Fuganti defende que, para que consigamos, é fundamental salvaguardar o lugar da criança e sua força criadora no coletivo. Nesse sentido, as perturbações da vivência do tempo provocadas pela pandemia nos trariam a oportunidade de recuperar a maneira infantil de vivenciá-lo, aquela que abarca as forças criativas e autônomas da nossa existência. Mas será que todos nós nos deparamos com a mesma potencialidade?

Os capítulos seguintes parecem apontar caminhos diante dessa interrogação. Introduzindo uma dimensão psicossocial à discussão, os capítulos assinados por Rita de Cássia de Araújo Almeida, Márcio Dionizio Inácio e Bianca Lopes Saggese exploram aspectos peculiares da crise pandêmica em nosso controverso país tropical: o aprofundamento da crise política brasileira, especialmente no que diz respeito às medidas de combate à pandemia e assistência à população, e a intensificação da polarização da sociedade – já tão discutida nos últimos anos no país, porém agora transbordando de forma incontestável e irrefreável na clínica.

Nessa seara, no terceiro capítulo, Almeida cunha o termo “estupidemia” (p. 41) como forma de sublinhar a estupidez que domina a cena social brasileira de maneira escancarada em meio ao negacionismo científico e à maré de *fake news* que dominam as comunicações cotidianas. Questiona os papéis das “três paixões” (p. 42) do ser, postuladas pelo psicanalista francês Jacques Lacan – ódio, amor e ignorância –, em nosso frágil território de pouquíssima ordem e ainda menos progresso diante do tsunami de afetos despertados pela crise generalizada. Diante da estupidez cega que tanto tem fomentado os discursos de ódio, seria possível alimentar, como contraponto, a ignorância que promove o desejo de saber, como maneira de superarmos os desafios impostos pela crise sanitária, política, social – e, por que não, psíquica?

Inácio, por sua vez, contrapõe-se à máxima que tanto ecoou nos períodos mais críticos da

1 D. Kupermann, Por que Ferenczi? p. 14.

2 D. Kupermann, “A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do ‘bom ar’”, in *Psicanálise e vida covidiana: desamparo coletivo, experiência individual*, p. 144.

Mariana Toledo é psicanalista, bacharel em Letras (FFLCH-USP) e Mestranda em Psicologia Clínica (psiA/IP-USP). Coordenadora do Grupo Freud de Pesquisa em Clínica Psicanalítica, membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e membro acadêmico do Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

pandemia: *fique em casa*. “Em que casa? Em quais condições?” (p. 55) interpela. Através de seis vinhetas de sua experiência como psicólogo atuante em um CRAS, apresenta-nos a realidade menos debatida pelo *senso comum pandêmico*, por assim dizer. Se, para muitos uma das principais angústias decorrentes da pandemia fora a impossibilidade de deixar seu lar, para Inácio e as pessoas de seu entorno, profissionais e usuários dos equipamentos de saúde pública, o drama era o oposto: a vulnerabilidade extrema por não ter a opção de refugiar-se em casa. Seus potentes relatos escancararam o quanto os abismos sociais do país foram exacerbados pelas mazelas decorrentes da crise.

Mantendo o tom dos questionamentos atravessados pela vulnerabilidade social, tão escancarada e esgarçada pela pandemia, Saggese aborda uma questão de suma importância para o contexto brasileiro: o aumento dos índices de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia. O Brasil é o quinto país com maior índice de violência contra a mulher³. Na pandemia, não apenas o índice geral se elevou, mas o atendimento às vítimas ficou prejudicado. A autora traz uma leitura bem fundamentada das causas e interseções desse contexto, avaliando também possíveis frentes de atuação para enfrentar o problema.

Ainda articulando psicologia e sociologia, Diniz e Goldstein colocam em xeque a lógica dominante da excessiva medicalização e patologização do sofrimento no campo da *saúde mental*, termo também questionado. Se há cenário propício para pensarmos esta questão, a pandemia da covid-19 decerto é um: todos adoecemos, inclusive os que ocupam posições de cuidado e atenção ao bem-estar. E como poderia ser diferente no sórdido cenário brasileiro? As autoras aproveitam o contexto para questionar uma psicologia de “racionalidade positivista, de base eurocêntrica, branca, patriarcal, com seu modelo de família nuclear burguesa” (p. 100) que predomina no país. Percorrendo sua experiência com o Coletivo Nós, do qual participam como parte do grupo de psicólogas que ofereceram, durante a pandemia, atendimento online a profissionais

da rede pública de ensino a partir de uma “lógica comunitária e de mutualidade” (p.103), Diniz e Goldstein constroem argumentos em prol de uma “psicologia que pensa a saúde como fenômeno multideterminado, em movimento incessante e instável” (p. 103), indicando que não há saída fácil para este sofrimento generalizado. Lembram-nos que “a medicalização da vida cria ficções socialmente convenientes” (p. 109) e é improvável não pensarmos na potência avassaladora do cenário em que nos encontramos.

Já Ilana Katz nos convida a um olhar à infância e ao que podemos aprender com as vivências das crianças no contexto pandêmico. A autora nos traz a dimensão daquilo que nos fora denunciado pelas crianças com relação às profundas rupturas causadas pela pandemia, convocando nosso próprio núcleo infantil. Tal qual a criança da fábula de Voltolini que denuncia a nudez do rei, Katz argumenta que “a escuta das crianças e dos discursos que se produziram sobre as infâncias em pandemia acendeu o debate sobre o tempo que se vive, e sobre o que se deseja viver” (p. 130). Para tanto, a autora traz para o debate questões de alternância e alteridade, interrompidas pelo isolamento social e fechamento das escolas; os efeitos da imersão da criança em uma vivência intermediada pela tecnologia, de maneira tão acelerada e implacável no mundo pandêmico; e as múltiplas *infâncias* presentes no cenário brasileiro – marcado pela segregação e pelos abismos sociais – assim como sua patologização avassaladora.

Do universo da criança em pleno processo de constituição subjetiva, invadido pelos efeitos da pandemia, passamos a uma reflexão sobre a adolescência e juventude promovida por Pérola Lozano T. de Carvalho. A autora traz fragmentos de diálogos com adolescentes e jovens sobre como foram afetados pela pandemia, explorando saídas possíveis para as angústias vividas no desenvolvimento de seu senso de si em meio a esse contexto. Frisa algo que nomeia de “diferentes pandemias” (p. 146), abordando os fatores micro e macrosociais diversos presentes no cenário e mantendo-se em diálogo com os autores

que anteriormente trouxeram à baila o aspecto da pluralidade de vivências. Destaca uma reflexão cujos desdobramentos ainda estamos assimilando no contexto pós-pandêmico: como esses jovens que, em plena fase de estruturação de sua subjetividade, conquista de um lugar ao sol, construção de uma posição no mundo e idealização de sentidos e significados possíveis para a vida, conseguiram – ou conseguirão – atravessar todos esses processos, tão profundos e desafiadores, após terem sido atropelados pelas marcas profundas de desesperança, desamparo, medo e insegurança promovidas pela pandemia?

Pensar a vivência adolescente é pensar em lutos; com a covid-19, nos deparamos com lutos impossibilitados, atravancados, estancados. Falamos dos lutos simbólicos (de uma infância que se perdeu, de uma posição subjetiva, de um ideal), mas também nos vimos confrontados com a impossibilidade de fazer lutos concretos. É sobre lutos que Flávia Andrade Almeida nos interpela no capítulo seguinte. Mais precisamente, sobre os rituais – ou a impossibilidade de realizá-los – que fazem parte do processo de elaboração da perda de um ente querido. Se já vimos o quanto o terror, a ameaça constante de morte, a pressão do negacionismo e o caos sociopolítico se embrenharam pelas vidas de toda a população de forma avassaladora, a interdição do processo de luto em meio a tantas perdas é, decerto, um dos fatores que mais geraram adoecimento psíquico. Almeida propõe uma revisão da teoria do luto em diálogo com experiências reais de morte testemunhadas por ela na instituição de saúde em que atua como psicóloga.

Com Almeida, somos lembrados da definição freudiana do processo de luto e da necessidade de simbolização da perda, um trabalho psíquico no qual os rituais de despedida desempenham papel essencial em nossa cultura. “Nesse sentido, está envolvido no processo um repertório que pode ser extenso e variável de rituais de despedida: é necessário o prantear, a consternação,

a visualização da face sem vida daquele que se foi” (p. 167). Tais rituais foram severamente prejudicados, não apenas pelos protocolos sanitários necessários, que impediam a realização de velórios e enterros com familiares presentes, mas também pela negação das autoridades governamentais em até mesmo lamentar em público as tantas vidas perdidas.

Na esteira dessa reflexão sobre as dimensões psíquicas e políticas do luto, passamos para uma provocação sobre direito e acesso a determinados modos de vida na cidade, apresentada por Martha Lemos e articulada a interpelações sobre a clínica. Lemos sublinha a essência excludente e discriminatória sobre a qual as cidades são construídas, reproduzindo, inclusive, modelos de colonização e exploração das camadas mais vulnerabilizadas pelo próprio sistema sob o qual as cidades operam – tudo sustentado pelo Estado. O contexto de pandemia, reflete a autora, apenas intensificou os mecanismos de silenciamentos, violências e exclusão já existentes. Assim, Lemos defende “uma clínica coletiva e [...] saúde mental com responsabilidade cidadã, compromisso ético e multidisciplinaridade” (p. 185), e destaca a importância do apoio psicológico como parte integral dos cuidados oferecidos pelo Estado no contexto da covid. A autora nos convoca a pensar em uma clínica que respeite e acolha os mais diversos modos de existir – o que exigiria revisão constante de padrões já estabelecidos no campo da saúde mental –, sintonizada com os fundamentos do direito à cidade, ao coletivo e à pluralidade social e orientada pela noção indígena do “bem viver” (p. 188), que Lemos articula de maneira interessante com a prática clínica e suas potencialidades na vida individual e coletiva. Somos instigados a refletir sobre a relação dialética que pode ser estabelecida entre clínica e coletivo e o papel que podemos desempenhar para que isso aconteça.

Diante de questões sobre a saúde mental na vivência coletiva e nos aparatos do Estado, é impossível não falar do papel central das políticas públicas. Este é o tema que Pineda nos apresenta na parte final da coletânea de ensaios.

3 <https://portal.unit.br/blog/noticias/brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-rankin-g-da-violencia-contra-a-mulher/>

Com uma introdução que vai direto ao ponto, a autora cita medidas estarrecedoras aprovadas pelo nosso poder público em meio ao caos pandêmico: o congelamento do teto de gastos, a Reforma da Previdência, assim como a ação desastrosa – intencionalmente desastrosa, como ela bem pontua – na resposta das autoridades à covid-19. Diante do pandemônio sociopolítico e sanitário que vitimiza, conforme sublinha Pineda, as camadas mais pobres da população brasileira, a sanidade mental do brasileiro também sofreu o baque, para além de todos os riscos à saúde física. A autora defende que o coletivo, em especial o campo das políticas públicas, desempenha um papel importante para que sofrimentos individuais encontrem acolhimento e elaboração. Afinal, já vimos o quanto o Estado é parte integrante do ambiente que ronda o sujeito, podendo desempenhar o papel de amparo e continência ou de promoção de “retraumatismos”.

Assim, Pineda nos convida para um percurso pelas principais políticas públicas do contexto brasileiro – assistência social e saúde pública – de forma a identificarmos e pensarmos o papel da psicologia na elaboração e concepção de políticas eficazes. Traz às páginas uma questão que atravessa a vasta maioria dos profissionais de saúde mental que atuam em equipamentos públicos: o que se pode, de fato, realizar nesses espaços? Pineda fala como uma psicóloga que atua no CRAS, e sua pergunta norteadora vai muito além de questionar o que caberia ou não a um psicólogo desempenhar no âmbito da assistência social, ela vai tensionar aquilo que é da ordem da teoria – o que se idealiza e planeja para o funcionamento desses serviços – com a experiência real do dia a dia.

Com Luís Fernando de Oliveira Saraiva, na penúltima interpelação do livro, direcionamos mais uma vez nosso olhar ao atendimento clínico. Saraiva apresenta uma revisão histórica da modalidade de atendimento online no país e levanta questões cruciais sobre a prática sobre as quais não tivemos tempo de refletir antes de aderir à modalidade de forma a dar continuidade ao

trabalho clínico na pandemia. Propõe uma reflexão sobre “os desafios ético-clínico-políticos vivenciados por psicólogos durante a pandemia” (p. 225) – tanto aqueles impostos aos clínicos quanto aqueles produzidos por eles. Sua provocação perpassa alguns dos questionamentos e angústias vividos por psicólogos no início da pandemia, como a real viabilidade de uma psicoterapia online e as diferenças entre esta modalidade e o atendimento presencial, apresentando uma crítica contundente à maneira como alguns profissionais e instituições parecem distinguir ambos os formatos de atendimento e à concepção inicial (nos primeiros momentos da pandemia), extremamente idealizada, sobre como o psicólogo deveria conduzir um trabalho online. O capítulo é um respiro para que possamos pensar a realidade dos novos paradigmas da prática clínica com os quais nos deparamos desde que aprendemos o nome de uma doença denominada covid-19.

Por fim, Helena Rego Monteiro nos traz a luz do “sol de primavera” (p. 247) ao colocar em pauta as possibilidades de inventarmos um fazer clínico que responda à realidade despertada pelo contexto pandêmico, sobretudo no que diz respeito à preocupante patologização e medicalização do sofrimento na pandemia, capitalizados pela ampla oferta de *terapia online*. Sublinha a importância do fortalecimento coletivo de profissionais *psi*: das trocas, do compartilhamento de angústias e do amparo mútuo – afinal, foram afetados pelas dores, tristezas e medos desse cenário de caos tanto quanto seus pacientes.

Passados pouco mais de três anos desde o fatídico dia em que a crise sanitária e o isolamento social foram decretados no Brasil, talvez possamos nos ater às indagações levantadas por cada um dos autores de maneira menos atravessada pela turbulência da crise, com maiores possibilidades de reflexão crítica e construção de novos saberes. É uma rica leitura para que continuemos inventando fruições possíveis desta nova vida que surge após tantos lutos, vividos ou não, em decorrência da pandemia da covid-19.

Colaboradores deste número

Adriana Barbosa Pereira

rua Padre Agostinho Mendicute, 175,
sala 5
01257-090 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 89264522
dribp@terra.com.br

Ana Claudia Patitucci

rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Anna Silvia Rosal de Rosal

rua João Moura, n. 662, sl. 109
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8629-4255
annasilviamrosal@gmail.com

Augusto Portugal

rua Joaquim Antunes, 210
04050010 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9193-9580
augustoportugal@yahoo.com.br

Barbara Cristina Souza Barbosa

rua Santa Cruz das Palmeiras, 75
13650-000 São Paulo SP

Beatriz Martinho Azevedo

rua Cristiano Viana, 211, ap. 42
05411-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8585-7720
b.martinho.azevedo@gmail.com

Bela M. Sister

rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
belasister@terra.com.br

Christian Ingo Lenz Dunker

rua Abílio Soares, 932
04005-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 3887-0781
dunker@usp.br

Cristina Parada Franch

rua João Moura, 647, cj. 103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4386
crisfranch@uol.com.br

Cleide Monteiro

rua Sergipe, 475, cj. 411,
01243-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8772-6982
cleidemon@hotmail.com

Daniel Silva Guedes

rua Celso da Costa Rêgo, 290, ap. 301 B
59633-760 Sumaré Mossoró RN

Danielle Melanie Breyton

rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso

rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
005432-010 São Paulo
Tel.: (11) 3032-1385
E-mail: deborah@santacruz.g12.br

Edson Luis André de Sousa

rua João Telles, 542, cj. 702
90035-120 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 9 9650-3275
edsonlasousa@uol.com.br

Eliane Silvia Costa

rua Almirante Barroso, 110, ap. 146 C
41950-350 Salvador BA
Tel.: (11) 9 9138-7718
eliane.silvia@ufba.br

Guilherme Geha dos Santos

rua Santos Dumont, 3472
87013-050 Maringá PR
Tel.: (44) 9 9105-4564
guilhermegeha@gmail.com

Helena Maria Medeiros Lima

rua Bartolomeo Bandinelli, 29
05524-130 Jardim Oriente SP
Tel.: (11) 9 8332-1234
helenalima40@gmail.com

Isadora Barreto

rua dos Ingleses, 449
01329-000 São Paulo SP
Tel.: (21) 9 9782-8100

Lísia da Luz Refosco

rua Ten. Cel. Fabrício Pilar 55, cj. 402
90450-040 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 9 9262-4296
lisiarefosco@gmail.com

Luiz Gallina

rua São Vicente de Paulo, 55
01229-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9137-1618
lmgallina@gmail.com

Marcelo Wanderley Bouwman

Praça Fleming, 66
52050-180 Recife-PE
Tel.: (81) 9 9975-8028

Márcia Eugenia Cerdeira

rua Bartolomeu de Gusmão, 302
04111-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8144-4362
marciacerdeira@gmail.com

Maria Inês Assumpção Fernandes

rua Dr. Lopes de Almeida, 68
04120-070 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9299-4456
marines@usp.br

Mariana Toledo

rua Frei Caneca, 1407, cj. 213
01307-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9807-5357
marianatoledo.psi@gmail.com

Mário Corso

rua Felipe Neri 382, cj. 206
90440-150 Porto Alegre RS

Marisa Corrêa da Silva

Elisabeth Straße 14
12247 Berlim Alemanha
Tel.: (49 17) 65 862-6844
cariocasilva@hotmail.com

Paulo Cesar Endo

rua Tanabi, 162, ap.12
05002-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 7175-1070
pauloendo@uol.com.br

Renato Mezan

rua Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4851
mezan@uol.com.br

Roberta Nazaré Bechara Ventura

rua Haddock Lobo, 131 cj 401
01414-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 8281-8402
n.robertaventura@gmail.com

Rodrigo Blum

rua Monte Alegre, 428, cj.105
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3673-2408 / 9 9145-9525
rodrigoblum@uol.com.br

Rosely Pennacchi

pennacchirosely@gmail.com

Silvio Hotimsky

rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Sonia Thorstensen

sthorstensen@terra.com.br

Susana Muszkat

rua Jericó, 255, cj. 68
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9277-4810
smuszkat@terra.com.br

Sylvia Schulze

Apostel-Paulus-Straße 35
10823 Berlim Alemanha
Tel.: (49) 307 871 2602
sylvia-schultze@t-online.de

Tania M. Zalcborg

Av. Prof. Noé Azevedo, 208, cj. 122/123
04117-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9644-4544
tmzalcborg@gmail.com

Tatiana Inglez-Mazzarella

rua João Moura, 1096
05412-002 São Paulo-SP
Tel: (11) 3891-0837
timazza@uol.com.br

Yan Ribeiro Ballestero

rua Nilo Antônio Gazire 145, cj. 203
30494-055 Belo Horizonte MG

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. **Os artigos** deverão ser encaminhados ao Conselho Editorial através do e-mail do Departamento de Psicanálise: <dep-todepsicanalise@sedes.org.br>.

1.1 Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

♦ **PÁGINA 2:**

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

1.3. Artigos enviados fora das normas da revista serão devolvidos sem serem avaliados, podendo ser reencaminhados mediante adequação às mesmas.

2. **As resenhas** devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com
Elisabeth Antonelli – bethantonelli@uol.com.br

2.1 As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

♦ **PÁGINA 1:**

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo:

Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- ♦ **DESTAQUES:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ **INTERTÍTULOS:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- ♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- ♦ **CITAÇÕES:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleich-

mar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: discussão e comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.

♦ ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. II, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: **Levisky D.** (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; **Mezan R.** (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número.

7. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no *site* da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 220,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____
ENDEREÇO: _____	
CEP: _____	CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____
CIC: _____	RG: _____
E-MAIL: _____	
Mastercard: nº <input type="text"/>	val.: /
Visa: nº <input type="text"/>	val.: /
AmEx: nº <input type="text"/>	val.: /
Quantidade de Parcelas: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5	

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em São Bernardo do Campo SP,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

DIMENSÕES E DESAFIOS DA ESCUTA CLÍNICA

Preto e branco no espaço analítico: sobre objetos internos racistas [Sylvia Schulze] **As marcas do racismo nas famílias e nos grupos** [Eliane Silvia Costa + Maria Inês Assumpção Fernandes] **Família, adolescência e trans-identidades** [Rosely Pennacchi + Sonia Thorstensen + Tania M. Zalberg] **Escuta psicanalítica nos países da África lusófona** [Helena Maria Medeiros Lima + Christian Ingo Lenz Dunker] **Mentiras na infância: criação, luto e negacionismo** [Beatriz Martinho Azevedo + Adriana Barbosa Pereira] **O quarto golpe** [Rodrigo Blum + Paulo Cesar Endo] **ENTREVISTA Cada época, uma tarefa histórica** [Renato Mezan] **DEPOIMENTO Um trajeto na psicanálise: testemunho de Lucía Barbero Fuks** [Augusto Portugal + Isadora Barreto + Luiz Gallina + Marcia Eugenia Cerdeira + Roberta Nazaré Bechara Ventura] **DEBATE Das masculinidades** [Barbara Cristina Souza Barbosa + Daniel Silva Guedes, Mário Corso + Yan Ribeiro Ballesteros] **DEBATE CLÍNICO O vírus, a festa e a morte: o caso Keiko** [Edson Luis André de Sousa + Cleide Monteiro + Susana Muszkat] **LEITURAS Por uma clínica nos limites** [Guilherme Geha dos Santos] **Um divã (re)formado** [Lísia da Luz Refosco] **Cartografia para uma ilha sem fronteiras** [Rodrigo Blum] **No princípio era a clínica: questões sobre a técnica e a teoria psicanalítica** [Marcelo Wanderley Bouwman] **O mal-estar na constituição do sujeito** [Anna Silvia Rosal de Rosal] **As novas normas do anormal** [Mariana Toledo]